



Michel Fernandes da Rosa

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Tese de doutoramento em Sociologia orientada pelo Professor Doutor João Arriscado Nunes e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Maio de 2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Michel Fernandes da Rosa

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um
megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Tese de Doutorado em Sociologia, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade
de Coimbra para obtenção do grau de Doutor

Orientador: Prof. Doutor João Arriscado Nunes

Coimbra, 2016

Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na
Amazônia brasileira

In Memoriam à
Eva Lopes Fernandes
Cláudio Luiz Martins da Rosa

Agradecimentos

Foram quase quatro anos de doutoramento e foi um período de grandes transformações na minha vida. Há muito o que agradecer.

Começo por aquelas que estiveram ao meu lado durante todo esse período. Minha mãe, Margareth, aquela que me deu a vida e é o meu maior exemplo de tudo o que há de melhor. Silvana Lagoas, minha esposa e companheira de vida, muito obrigado por partilhar a vida comigo, especialmente a missão mais doce do mundo que é sermos os pais da Carolina, obrigado por aguentar firme ao meu lado tudo o que vivemos nesse período, por todo o apoio e amor incondicionais. Carolina, minha filha, muito obrigado pelos seus sorrisos, por toda a alegria, por me ensinar a cada dia um pouco mais sobre o que é o amar. Caroline, minha irmã, também ao meu lado em todos os momentos, muito obrigado pela força, pelo pensamento sempre positivo, pela tua alegria contagiante. Sem vocês eu não teria chegado nem na metade deste caminho, muito obrigado, amo-vos!

Outra pessoa que estive ao meu lado durante essa jornada e que merece um agradecimento especial é o meu orientador, Professor Doutor João Arriscado Nunes. O que no início era uma grande admiração pela grandeza intelectual tornou-se uma grande admiração pela grandeza humana, pela humildade e pela generosidade. É o meu maior exemplo e inspiração profissional e um espelho para minha carreira académica ainda em passos iniciais. Muito obrigado por ter sempre confiado no meu trabalho, por ter me ajudado a encontrar o rumo desta tese, pela permanente disposição, pelo debate frontal e pela cumplicidade.

Agradeço à Universidade de Coimbra e à Faculdade de Economia pelo acolhimento, pela formação que me proporcionou e pelo suporte institucional através, principalmente, dos Serviços Académicos e da Escola de Estudos Avançados. À coordenação do Programa de Doutoramento em Sociologia, na pessoa do Professor Doutor Carlos Fortuna e da Professora Doutora Sílvia Ferreira. À direção da Faculdade de Economia, em especial à Professora Doutora Sílvia Portugal.

Aos (às) colegas de CES e FEUC, amigos e amigas que estão comigo nessa caminhada. Seguiremos em frente na luta pela construção de uma sociedade mais justa e

fraterna, que possamos contribuir através dos nossos trabalhos científicos e com o nosso ativismo. Obrigado amigas e amigos. Um agradecimento especial à amiga Aline Mendonça pela parceria desde o projeto da tese, aos amigos Maurício Hashizume pelas conversas que inspiraram muito deste trabalho e pelo auxílio para a aproximação com o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Juca grande parceiro de todos os momentos, especialmente nesse último ano, e Felipe Milanez, futuro colega de UFRB, pelo trabalho inspirador e amizade.

À Coimbra, seus encantos e aos (às) amigos(as) que me deu, Lauro, Thaisa, André, Cris, Roger, Bruno, Isa, Romina, em especial ao meu compadre Gabriel e à minha comadre Sílvia.

Aos meus colegas de projetos musicais ForróCatu e SambaJah, fundamentais para a saúde mental durante todo esse período, Paulinho, Murilo, Raul, Marlon, Gui, André, Biel e Maurício.

Ao grande amigo de longa data e de uma ajuda fundamental na etapa de Brasília/DF da pesquisa de campo, Maurício Ebling e à sua companheira, Anita. Ao Paulo, à Dani e ao Camilo, *hasta lá victoria, sempre!*

À minha família portuguesa, Irene, Sandra, Federio, Léa, Laeticia, Brasil, Lurdes, Pedro, Inês e Neide. Muito obrigado pelo acolhimento no seio desta família.

Aos povos do Xingu, em especial Antônia Melo, Irmã Ignês, Elena, Padre Bosco, Daniela, Mônica, Dona Raimunda, Seu João, Ana Laíde e Seu Hélio. Essa pesquisa não teria sido da mesma forma sem vocês.

Por fim, agradeço à vida, à Mãe Terra, aos Orixás... ao Universo!

Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na
Amazônia brasileira

Investigação realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior – CAPES. Brasil - Ministério da Educação

Bolsista Processo N° BEX 1749-13-7

*Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte, mais feliz, quem sabe?
Só levo a certeza de que muito pouco eu sei
Nada sei.*

*Penso que cumprir a vida seja simplesmente
Compreender a marcha e ir tocando em frente
Como um velho boiadeiro levando a boiada
Eu vou tocando dias pela longa estrada eu vou
Estrada eu sou.*

*Todo mundo ama um dia todo mundo chora,
Um dia a gente chega, no outro vai embora
Cada um de nós compõe a sua história
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz
De ser feliz.*

*Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso porque já chorei demais
Cada um de nós compõe a sua história,
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz
de ser feliz.*

*Conhecer as manhas e as manhãs,
O sabor das massas e das maçãs,
É preciso amor pra poder pulsar,
É preciso paz pra poder sorrir,
É preciso a chuva para florir.*

Almir Sater e Ricardo Teixeira, *Tocando em Frente*

Resumo

A presente tese consiste em um estudo sociológico a partir do caso da Usina Hidroelétrica Belo Monte, em construção no Estado do Pará, na Amazônia brasileira. O objetivo deste estudo foi dedicar um olhar para a questão da saúde a partir da perspectiva das populações atingidas pelo megaprojeto hidroelétrico. O trabalho inicia com uma apresentação do histórico dos projetos de barramento do rio Xingu, em meados dos anos 1970. Dos primeiros estudos da bacia hidrográfica do Xingu até o início da obra de Belo Monte passaram-se aproximadamente trinta anos e, durante esse período, muitas polêmicas e disputas envolveram as populações atingidas, políticos, intelectuais, artistas, cientistas, ativistas e movimentos sociais. Também é discutido nesta tese o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, para se compreender como se dá a opção pela construção de grandes projetos de infraestrutura, como é o caso de Belo Monte. A partir dessa primeira abordagem ao megaprojeto, passo a dar ênfase à perspectiva das populações atingidas por Belo Monte. Para tanto, foi necessário, primeiramente, conhecer melhor o universo de populações atingidas, compostas por populações urbanas, rurais, comunidades ribeirinhas e indígenas. Através do trabalho empírico realizado em Brasília/DF e Altamira/PA, foi possível conhecer e reconhecer a diversidade dessas populações e, assim identificar algumas questões importantes que não foram objeto de debate com o poder público e o empreendedor. É o que Boaventura de Sousa Santos (2006) chama de produções de não existência, ou invisibilidades. A utilização da matriz teórica das epistemologias do Sul (Santos, 2002) permitiu o reconhecimento dessas invisibilidades, isto é, permitiu ver como as alterações no ambiente e nos modos de vidas das populações atingidas por Belo Monte afetam a saúde e a qualidade de vida destas. É a partir dessa lente que se dedica o olhar para a saúde das populações atingidas, e a problematização dessa questão é realizada nesta tese tendo como protagonistas as próprias populações atingidas. Assim foi identificado como um dos problemas relevantes decorrentes da construção da Usina Hidroelétrica Belo Monte a relação entre o sofrimento sentido pelas populações atingidas e o surgimento de agravos à saúde. O sofrimento difuso é um conceito desenvolvido por Valla (2001) que será discutido nesta tese na medida em que é constatado como uma consequência de Belo Monte invisibilizada. Isto porque não foi previsto ou discutido como uma possibilidade, nem no Estudo de Impacto

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Ambiental (EIA), nem no seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (Rima). Também não foi percebido como uma situação merecedora de atenção por parte do órgão fiscalizador responsável pela concessão das licenças que permitiram Belo Monte ser construída, o Ibama. Ainda, a relação entre o sofrimento e os agravos à saúde das populações atingidas não foi alvo de políticas públicas na área da saúde pública. Dessa forma, pretende este trabalho contribuir para a discussão sobre a saúde das populações atingidas pelo megaprojeto Belo Monte, a partir do reconhecimento das populações atingidas como detentoras e produtoras de conhecimento relevante.

Abstract

This thesis consists of a sociological study from the case of Belo Monte Hydroelectric Power Plant, under construction in the State of Pará, in the Brazilian Amazon. The aim of this study was to dedicate a look at the issue of health from the perspective of the people affected by hydroelectric megaproject. The work begins with a presentation of the history of the Xingu River dam projects in the mid-1970s. From the first studies of the watershed of the Xingu to the early work of Belo Monte it took about thirty years and during this period, many controversies and disputes involving the populations concerned, politicians, intellectuals, artists, scientists, activists and social movements. It is also discussed in this thesis the Brazilian model of economic development, to understand how is the option for the construction of large infrastructure projects, such as the case of Belo Monte. From this first approach to megaproject, then I give emphasis to the perspective of populations affected by Belo Monte. Therefore, it was necessary, firstly, to know the universe of affected populations, composed of urban, rural populations, coastal communities and indigenous people. Through the empirical work done in Brasília / DF and Altamira / PA, it was possible to know and recognize the diversity of these populations and thus identify some important issues that were not subject to discussion with the government and the entrepreneur. It's what Boaventura de Sousa Santos (2006) calls invisibilities. Using the theoretical framework of South epistemologies (Santos, 2002) allowed the recognition of these invisibilities, allowed to see how changes in the environment and ways of life of the populations affected by Belo Monte affect the health and quality of life of that people. It is from this lens that is dedicated to looking at the health of the populations, and the questioning of this issue is carried out in this thesis having as protagonists the affected populations themselves. Thus it was identified as one of the relevant issues arising from the construction of the Belo Monte Hydroelectric Plant the relationship between the suffering experienced by the affected populations and the emergence of health problems. The diffuse suffering is a concept developed by Valla (2001) which will be discussed in this thesis since it is found as a result of Belo Monte. This is because it was not planned or discussed as a possibility, or the Environmental Impact Study (EIA), or in their respective Environmental Impact Report (RIMA). It was also not perceived as a worthy position of attention by the

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

supervisory body responsible for the design of the licenses that allowed Belo Monte is built, the Ibama. Also, the relationship between suffering and health problems of the affected population was not the target of public policies in the field of public health. Thus, this work aims to contribute to the discussion on the health of populations affected by Belo Monte mega-project, from the recognition of the people affected as having relevant knowledge.

Lista de Siglas e Abreviaturas

AHE – Aproveitamento Hidroelétrico

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

CES – Centro de Estudos Sociais

CHBM – Complexo Hidroelétrico Belo Monte

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

DSEI – Distrito de Saúde Indígena

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ISA – Instituto Sócio Ambiental

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MPF – Ministério Público Federal

ONG – Organização Não-Governamental

PA – Estado do Pará

PBA – Plano Básico Ambiental

PDRSX – Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu

PDS Nova Esperança – Assentamento rural Programa de Desenvolvimento Sustentável
Nova Esperança

PNRD – Programa Nacional de Desenvolvimento Regional

Rima – Relatório de Impacto Ambiental

SESAI – Secretaria de Saúde Indígena

SUS – Sistema Único de Saúde

OEA – Organização dos Estados Americanos

Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na
Amazônia brasileira

UFPA – Universidade Federal do Pará

UHE – Usina Hidroelétrica

Lista de Figuras

Imagem da capa: A Índia Tuíra: energia problemática. Autor: Paulo Jares. Fonte: <https://acervoh.wordpress.com/2015/02/24/energia-problematica/uhe-belo-monte-no-xingu-11/>. Acedida em 20 de outubro de 2015.

Figura 01: A UHE Belo Monte e os municípios relacionados

Figura 02: AHE BELO MONTE

Figura 03: Índia Tuíra, da etnia Kaiapó, aponta sua faca para o rosto do diretor da Eletronorte no 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira.

Figura 04: Avenida Tancredo Neves, uma das mais movimentadas do centro de Altamira

Figura 05 Esgoto a céu aberto no centro da cidade.

Figura 06: Orla do Rio Xingu em Altamira

Figura 07: Orla do Rio Xingu em Altamira

Figura 08: Bairro Invasão dos Padres, Altamira

Figura 09: Bairro Baixão do Tufi, Altamira.

Figura 10: Reassentamento Jatobá

Figura 11: Escritório do Movimento Xingu Vivo Para Sempre

Figura 12: Escritório do Movimento Xingu Vivo Para Sempre

Figura 13: Frente do Hospital das Clínicas de Altamira

Figura 14: Casa noturna de Altamira anunciando festa temática para os barrageiros.

Figura 15: Audiência Pública com a população atingida por Belo Monte

Figura 16: Vilas Ribeirinhas na Volta Grande do Xingu

Figura 17: Caminho repleto de ilhas na Volta Grande do Xingu

Figura 18 Casas da aldeia Paquiçamba

Figura 19: Um das ilhas que compõe a Volta Grande do Xingu em processo de desmatamento preparatório para o enchimento do lago da UHE Belo Monte.

Figura 20: Obras da UHE Belo Monte.

Figura 21: Algumas casas já destruídas após a desapropriação enquanto outras pessoas ainda não desapropriadas seguem vivendo entre os escombros.

Figura 22: Reunião de mobilização de moradores de Altamira

Figura 23: Manifestação de moradores de Altamira no escritório da empresa Norte Energia.

Lista de Quadros:

Quadro 1: entrevistas realizadas durante o trabalho de campo

Quadro 2: atividades registadas no trabalho de campo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
 PARTE I: VISIBILIDADES	
1. Belo Monte: A Criação de Belo Monstro.....	09
1.1. Um primeiro olhar: a obra.....	10
1.2. Kararaô.....	14
1.2.1. Primeiros estudos e o projeto Kararaô.....	14
1.2.2. A oposição dos movimentos indigenista, social e ambientalista ao projeto Kararaô.....	15
1.3. Novo projeto: Complexo Hidroelétrico Belo Monte.....	18
1.4. UHE Belo Monte e os governos Lula e Dilma: do papel ao canteiro de Obras.....	22
1.4.1. Os compromissos da campanha eleitoral.....	22
1.4.2. O Ministério de Minas e Energia como palco de disputas e arranjos Políticos.....	24
1.5. O debate que não existiu.....	27
1.6. Atrasos nas obras, multas, perdões e denúncias de corrupção.....	33
1.6.1. A Operação Lava Jato e Belo Monte.....	34
1.7. As obras e a luta continuam.....	37
2. O Capitalismo Brasileiro e Belo Monte.....	39
2.1. Primórdios da economia brasileira.....	39
2.2. Desenvolvimentismo e a CEPAL.....	42
2.3. A influência do neoliberalismo.....	46
2.4. O Brasil pós-Lula.....	49
Considerações Finais da Parte I.....	55

PARTE II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLOGIAS: Uma narrativa do campo

3. O Quadro Teórico.....	59
3.1. Ajustando a lente.....	59
3.2. Procedimentos sociológicos.....	60
3.2.1. A sociologia das ausências e a crítica à razão metonímica.....	62
3.2.2. A sociologia das emergências e a crítica à razão proléptica.....	66
3.3. O pensamento pós-abissal e as epistemologias do Sul.....	68
3.4. Colonialidade, conhecimento e natureza.....	71
4. A Metodologia e o Trabalho de Campo.....	77
4.1. Contextualização.....	77
4.2. Referências Metodológicas.....	79
4.3. O componente empírico da investigação.....	91
4.3.1. Fase preparatória.....	96
5. Um Diário de Pesquisa.....	99
5.1. Primeiro destino: Brasília/DF.....	99
5.2. Altamira/PA.....	103
5.2.1. Investigação junto ao poder público.....	121
5.2.2. Compreendendo a diversidade das populações atingidas.....	128
5.3. Regresso à metodologia e ao trabalho de campo: o mosaico de práticas de pesquisa.....	143

PARTE III - INVISIBILIDADES

6. O Protagonismo das Populações Atingidas por Belo Monte.....	149
6.1. Como os atingidos problematizam a questão.....	151
6.2. As desapropriações e os reassentamentos.....	152
6.2.1. Primeiro problema: quem tem direito a ser reassentado?.....	154
6.2.2. Os reassentamentos.....	162

Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na
Amazônia brasileira

6.3. A questão indígena.....	170
6.3.1. A estratégia para vencer a resistência indígena.....	173
6.3.2. Relação entre as mudanças culturais e a saúde indígena.....	178
6.4. O pescador que não tem rio.....	182
6.4.1. A vida antes de Belo Monte.....	184
6.4.2. O processo de desapropriação.....	185
6.5. O sofrimento como consequência de Belo Monte.....	187
7. Uma Reflexão Sobre a Saúde.....	191
7.1. O sofrimento no contexto de injustiça social de Belo Monte.....	193
7.2. O sofrimento como problema de saúde.....	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	213

INTRODUÇÃO

Belo Monte é um tema bastante complexo e seria possível abordá-lo a partir de diversos aspectos. São mais de 40 anos de história de um projeto ainda inconcluso. Palco de disputas das mais diversas, este projeto centralizou debates nas esferas políticas, técnico-científicas e sociais. A proposta desta tese, no entanto, é dedicar um olhar ao tema da saúde das populações atingidas pelo empreendimento tendo como referência a perspectiva das próprias populações. Isso implica o reconhecimento do protagonismo destas como atores centrais de um drama que ainda está longe de ter chegado ao final.

Antes de buscar a perspectiva dessas populações, porém, uma ampla investigação foi realizada com o objetivo de conhecer melhor esse caso tão complexo. Foi realizado um intenso trabalho de levantamento de material histórico, bibliográfico, jornalístico e cinematográfico sobre o tema antes da imersão no campo para a etapa empírica da investigação. Depois, durante a realização do trabalho de campo, eu pude vivenciar o dia-a-dia naquela região – em especial no Município de Altamira onde permaneci durante mais tempo. Procurei caminhar pelas áreas urbanas e rurais atingidas, conversar com as pessoas sempre que fosse possível, ouvir as rádios locais, ler os noticiários, visitar hospitais, centros de saúde, escolas, sindicatos, movimentos sociais e comunidades isoladas ribeirinhas e indígenas.

Dessa forma, o olhar que trago não é apenas um olhar, é uma diversidade de olhares. A lente através da qual proponho realizar esse olhar é a das epistemologias do Sul. Isso significa ter como premissa de toda a discussão a diversidade de olhares das populações atingidas como o ponto de partida.

No decorrer dos quase quatro anos dessa investigação, pude acompanhar como algumas questões foram levantadas pelas populações atingidas e pelos movimentos sociais, bem como vê-las sendo confirmadas no decorrer da investigação (como a situação caótica nos bairros desapropriados, o aumento da violência na região, etc.). Ao mesmo tempo, pude acompanhar algumas promessas feitas por agentes do poder público e do consórcio empreendedor e constatar que não foram e provavelmente nem serão cumpridas

(como a criação de rede de tratamento de esgotos e saneamento básico em Altamira, ampliação e qualificação dos serviços públicos de saúde, etc.).

Durante este percurso tive a impressão que a mesma estória se repetia por diversas vezes, mas a cada vez de modo um pouco diferente. Na medida em que eu me concentrava em um determinado aspecto da investigação, percebia que questões importantes aparentemente relacionadas a outros aspectos retornavam ao debate. Por exemplo, ao investigar o histórico do projeto, surgia o tema da resistência das populações indígenas, os debates sobre a viabilidade econômica do empreendimento, os arranjos políticos nacionais, a luta dos movimentos sociais. Depois, na investigação acerca do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, novamente vários desses aspectos retornavam ao espectro da investigação, porém sob um ângulo diferente. A mesma situação ocorreu durante o meu trabalho de campo, em que eu pude revisitar temas já pesquisados, porém sob uma perspectiva completamente diferente: a da minha relação com as populações atingidas.

O que procuro nesta tese é contar essa história por mais de uma vez, trazendo novos elementos para a discussão a partir de cada perspectiva adotada nessa narrativa. Optei, assim, por dar forma a essa proposta em três partes.

Na primeira parte, composta pelos dois primeiros capítulos, eu conto a história visível, aquela que pode ser conhecida mediante pesquisa nos documentos oficiais e através das notícias veiculadas nos meios de comunicação de massa. É uma primeira abordagem ao tema, que nos permite conhecer os pontos polêmicos que, em algum momento e em alguma medida, foram objetos de debate público.

No primeiro capítulo, começo por apresentar a obra de Belo Monte nos seus moldes atuais. A seguir, procuro trazer o histórico do projeto Belo Monte, nascido nos anos 1970, durante o período da ditadura civil-militar brasileira. O barramento do rio Xingu fazia parte de um projeto de colonização da região amazônica que envolveu a construção de outras usinas hidroelétricas, a construção da rodovia BR 230, conhecida como transamazônica, e a migração de populações do nordeste e do sul do Brasil para a região.

Ainda no primeiro capítulo, abordo o histórico da resistência ao projeto de construção das usinas hidroelétricas no rio Xingu, cujo grande expoente foi Kararaô –

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

que posteriormente veio a ser renomeada passando a ser Belo Monte. A história de Belo Monte é acompanhada pela história da resistência ao projeto. Procuro ainda demonstrar como o projeto Belo Monte seguiu a passos lentos um percurso longo e tortuoso até tornar-se realidade, já nos anos 2000 sob os governos de Lula da Silva e Dilma Rouseff.

No segundo capítulo, abordo o tema do capitalismo brasileiro e Belo Monte. A intenção é contextualizar o modelo de desenvolvimento brasileiro e a opção por grandes obras de infraestrutura, como a usina hidroelétrica em questão. Levanto os principais debates históricos sobre a economia brasileira para demonstrar quando nasce, como avança e como se concretiza o projeto em estudo.

A segunda parte da tese é composta pelos capítulos terceiro, quarto e quinto, e trata do enquadramento teórico, das metodologias e do trabalho de campo. No terceiro capítulo, faço o que chamo de ajuste da lente pela qual estamos a olhar para o caso. Trata-se da discussão sobre as epistemologias do Sul e dos procedimentos sociológicos adotados nesta investigação, com o intuito de identificar as invisibilidades – através da sociologia das ausências –, bem como dar ênfase às potencialidades – através da sociologia das emergências.

No quarto capítulo, demonstro o percurso da escolha e construção da metodologia para esta investigação, a partir das principais referências teóricas utilizadas. Discutirei nesta parte a relação entre as teorias e as práticas de pesquisa, tendo como referência a proposta de abordar o caso a partir das epistemologias do Sul.

Ainda na segunda parte, no quinto capítulo, apresento uma narrativa construída a partir do meu diário de campo, discutindo como conheci melhor a história de Belo Monte e como realizei o componente empírico da minha investigação. O objetivo desta parte é expor como a investigação foi realizada, através dos lugares e instituições visitados, das pessoas entrevistadas. Para concretizar essa exposição, dou enfoque aos encontros, desencontros e afetos construídos no decorrer da minha passagem por Brasília e pela região do Xingu.

Na terceira parte, composta pelo sexto e pelo sétimo capítulos, enfrento o tema da invisibilidade. O caso é então abordado sob o ponto de vista das populações atingidas.

No sexto capítulo, apresento uma problematização do caso através de duas narrativas gerais por mim identificadas. São as histórias das populações atingidas, com enfoque para os deslocamentos compulsórios e para as populações indígenas. Trago ainda uma narrativa baseada em uma história de vida de um pescador, ex-habitante da primeira comunidade desapropriada para a construção do empreendimento. Escolhi essa história pessoal para complementar as narrativas gerais, porque ela contém um pouco de todas as outras histórias que conheci nos locais onde estive durante esta investigação.

É nesta parte da tese que se encontra a versão mais importante da história de Belo Monte. Os personagens aqui são os verdadeiros protagonistas, ainda que tenham sido esquecidos ou remetidos à condição de coadjuvantes menores na primeira versão, contada a partir daquilo que é visível. Na segunda versão – contada sob o ponto de vista do investigador –, embora os atingidos não sejam coadjuvantes menores, o objetivo foi o de contar como construí a investigação e como me relacionei com concepções metodológicas várias, que me permitissem o (re)conhecimento do protagonismo das populações atingidas.

Esse protagonismo afirma-se de maneira indiscutível nessa terceira versão. A problematização da questão da saúde das populações atingidas é realizada pelas próprias. Meu papel (discutido na segunda parte da tese) foi o de mediador. Identifiquei as narrativas e a problematização realizada pelos atores sociais e as trouxe para esta discussão acadêmica, inevitavelmente as sujeitando a uma operação de enquadramento compatível com as exigências de elaboração de um texto acadêmico, mas sempre procurando respeitar a riqueza e complexidade das suas expressões.

O objetivo dessa mediação é, em um primeiro momento, estabelecer um canal de diálogo intercultural, como propõe Santos (2002), quando advoga a tradução intercultural como um dos pilares para o exercício de uma epistemologia do Sul. Mas o objetivo maior desse processo de mediação foi procurar conhecer e dar a conhecer um problema que ainda não havia sido abordado de modo explícito e detalhado: o sofrimento difuso das populações, comunidades e pessoas atingidas, enquanto inscrição nos seus corpos, vidas e condições de existência, do processo de construção da UHE Belo Monte.

Esse problema, que não fora anteriormente identificado, precisamente devido aos processos de invisibilização descritos nesta tese, será discutido no último capítulo, o

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

sétimo, no qual proponho uma reflexão sobre a saúde como tema gerador de narrativas marcadas pelo sofrimento, pela resistência e pela luta. O objetivo não foi realizar um debate exaustivo do tema sob o ponto de vista do campo da saúde, mas de demonstrar como um problema de saúde de difícil apreensão pelos métodos tradicionais de fazer ciência pode ser exposto graças a uma inversão de significado, em que os atingidos passam de objetos de uma intervenção pelo Leviatã estatal-empresarial para a condição de sujeitos protagonistas e produtores de conhecimento relevante, assente em experiências de despossessão e de sofrimento.

PARTE I.

Visibilidades

1. BELO MONTE: A CRIAÇÃO DE BELO MONSTRO

Belo Monte é o monstruário – ou “monstruário”, como alguns preferem – de como o público e o privado se articulam na história recente do país. Mas, por atingir diretamente populações discriminadas, cujo modo de vida e o conhecimento têm sido desqualificados por séculos, caso dos indígenas e ribeirinhos, assim como uma região distante do centro político e econômico do país, suas violações foram toleradas enquanto a usina virava fato consumado à beira de um dos rios mais importantes da Amazônia (Brum, 2015).

O caso da construção da Usina Hidroelétrica Belo Monte (UHE Belo Monte) é bastante complexo e pode ser abordado sob diversos aspectos. Quando se fala em Belo Monte pode-se estar a falar sobre muitas coisas diferentes. Sobretudo porque há muitos interesses diferentes na órbita da construção dessa usina.

Necessidade de produção de energia elétrica, desenvolvimento econômico da região amazônica e do Brasil, populações tradicionais ribeirinhas, populações indígenas, pobreza, crime ambiental. São expressões frequentemente encontradas quando se faz algum tipo de pesquisa sobre o tema.

Esta usina hidroelétrica, que deve ser a terceira maior do mundo,¹ chama a atenção pela sua monstruosidade. Tamanho monstruoso, paixões monstruosas, impactos monstruosos, polêmicas monstruosas e um conflito também monstruoso.

Opto, assim, por começar a tratar do tema descrevendo a obra. Em seguida, pretendo recuperar um pouco da história que nos remete aos anos 1970 quando o Brasil vivia sob a ditadura civil-militar. Pretendo a seguir abordar de forma pormenorizada o histórico desse empreendimento, traçando o seu percurso até a atualidade.

¹ A maior é a Usina Hidroelétrica Três Gargantas (China), e a segunda é a Usina Hidroelétrica Itaipú (Brasil)

Será indispensável também tratar de toda a luta que decorre(u) desse projeto, assim como identificar os principais atores sociais envolvidos, as posições suas históricas e como elas se alteraram no decorrer dos mais de 35 anos entre os primeiros estudos e o início da construção.

O conflito sobre Belo Monte tomou proporções internacionais como um marco do socioambientalismo ainda nos anos 1980. Já nos anos 2000, o projeto de Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte (AHE Belo Monte) ganhou novo fôlego com o governo do Presidente Lula da Silva e um cenário econômico favorável às grandes obras de infraestrutura.

Como veremos a seguir, o projeto Belo Monte nem sempre teve esse nome e em mais de 40 anos teve momentos de maior ou menor movimentação, mas nunca esteve parado.

1.1. Um Primeiro Olhar: a obra

Belo Monte é uma Usina Hidroelétrica atualmente² em construção no Estado do Pará, na Amazônia brasileira. Esta é talvez a primeira e mais genérica definição do que constitui este “caso”. Entretanto, Belo Monte é muito mais do que isso, e pode ser abordada, como já foi dito, a partir de diversos de seus aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Antes de delimitar o que será o meu estudo de caso, descreverei o que é a Usina Hidroelétrica Belo Monte nos moldes atuais de sua existência, dando ênfase à forma como está sendo construída no curso do rio Xingu. Esta descrição será uma introdução à história do megaprojeto e suas polêmicas.

Em janeiro de 2011, o consórcio empresarial Norte Energia S/A (que venceu a licitação da outorga de concessão para a construção da usina)³ obteve a licença ambiental

² A expressão “atualmente” refere-se ao momento do depósito da tese perante a Universidade de Coimbra.

³ A Norte Energia S.A. é um consórcio formado por empresas estatais e privadas do setor elétrico, fundos de pensão e de investimento e empresas autoprodutoras, para construir e operar a Usina Hidrelétrica Belo Monte. A sua composição acionária é a seguinte: Grupo Estatal Eletrobrás: Eletrobrás: 15,00%; Chesf: 15,00% e Eletronorte: 19,98%. Entidades de Previsão Complementar: Petros: 10,00%; Funcef: 10,00%. Sociedade de Propósito Específico: Belo Monte Participações S.A. (Neoenergia S.A.): 10,00%; Amazônia (Cemig e Light): 9,77%. Autoprodutoras: Vale: 9,00%; Sinobras: 1,00%. Outras Sociedades: J.Malucelli Energia: 0,25% (Norte Energia S.A., 2015).

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

de instalação (LI) e deu início às obras de terraplanagem para o acesso ao local da usina e a construção dos canteiros. Assim começou a obra da UHE Belo Monte, no rio Xingu.

A usina está sendo construída na região oeste do Estado do Pará, no município de Vitória do Xingu. No entanto, são 11 os municípios diretamente relacionados com essa obra: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

UHE BELO MONTE: MUNICÍPIOS NO ENTORNO

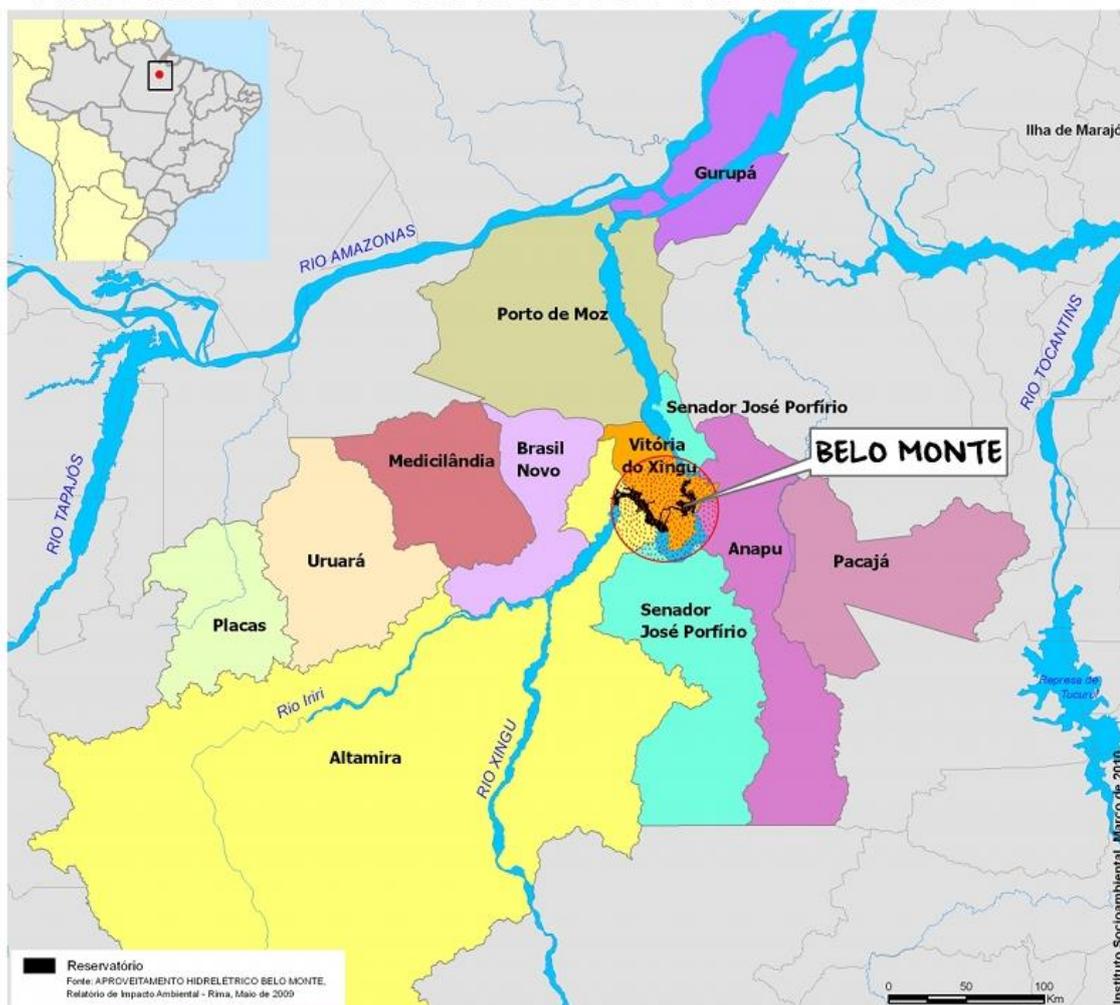


Figura 01: A UHE Belo Monte e os municípios relacionados
Fonte: ISA, 2010.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

O complexo Belo Monte consiste em duas barragens (sítio Pimental e sítio Bela Vista), uma casa de força principal (Belo Monte do Pontal), um canal de derivação⁴ e vários diques (volta grande do Xingu). A barragem do sítio Pimental será uma intervenção no curso do rio na área conhecida como Volta Grande, onde o mesmo será desviado através do canal de derivação para a casa de força principal localizada em Belo Monte do Pontal. Para isso, as obras estão sendo realizadas em diferentes trechos do rio, em quatro canteiros de obras localizados em áreas entre os municípios de Altamira e Vitória do Xingu.



Figura 02: AHE BELO MONTE

Fonte: Rima (2008)

⁴ Foram previstos no projeto original dois canais de derivação, como se pode ver na figura 02; entretanto o consórcio empreendedor optou por construir apenas um canal abrangendo área superior à dos dois canais previstos. Tal alteração do projeto foi realizada posteriormente ao EIA/Rima e não foi objeto de embargo pelo órgão ambiental fiscalizador, o Ibama.

A UHE Belo Monte terá potência instalada de 11.233,1 MW, com a previsão de 4.571 MW médios de energia assegurada. Isso porque o rio Xingu apresenta grande variação de vazão entre os períodos de cheia e seca, não permitindo que se utilize toda a potência instalada durante todo o ano (Eletrobrás, 2002).

A usina visa aproveitar um desnível de cerca de 90 metros existente no curso do rio Xingu entre a cidade de Altamira e o sítio Belo Monte, e deverá operar na modalidade de nível constante chamada de “fio d’água”. Isso significa que não haverá armazenamento de água em reservatórios para o controle da geração de energia, e que a utilização das turbinas instaladas vai depender sempre das vazões naturais afluentes à casa de força. Segundo a Eletronorte, os estudos hidroenergéticos apontaram que tal modalidade apresentaria a melhor relação entre custo e benefício (Eletrobrás, 2002).

A área alagada será de 516km², sendo formada a partir da barragem do sítio Pimental. Em decorrência desse desvio do curso do rio, da construção do canal de derivação e das duas barragens acima citadas, o trecho conhecido como Volta Grande do Xingu, localizado entre o sítio Pimental e Belo Monte do Pontal, terá reduzido drasticamente o seu nível de água. Nessa região, além da grande diversidade biológica, existem duas terras indígenas demarcadas⁵ (Paquiçamba e Arara dos Maia) e diversas comunidades de população ribeirinha, agricultores e indígenas ribeirinhos que não vivem nas terras demarcadas. Também se trata de uma área muito rica em minérios, onde se situa a localidade conhecida como Vila da Ressaca, antiga comunidade de garimpo de ouro.

Em fins de 2014 (quando foi realizado o meu trabalho de campo) mais de 50% da obra de construção da UHE Belo Monte estava concluída, e o número de trabalhadores contratados para a execução dessa obra já superava os 25.000, sendo 87% desse total constituídos por homens (Folha de São Paulo, 2013). Apesar disso, o cronograma original sofreu um atraso de aproximadamente um ano.

A Norte Energia alega que as causas do atraso não são de sua responsabilidade, e se devem a paralisações da obra não previstas pelo cronograma, como as decorrentes de greves, protestos e ocupações da rodovia BR 230 – conhecida como rodovia

⁵ Terras indígenas demarcadas são territórios delimitados geograficamente e legalmente protegidos com fundamento no artigo 231 da Constituição brasileira de 1988.

transamazônica – e do canteiro de obras, bem como por causa de decisões liminares determinando a suspensão da obra ocorridas em alguns dos processos judiciais movidos contra Belo Monte.

Vale dizer ainda, com relação a estes, que são 27 as ações judiciais visando a paralisação do empreendimento (O Globo, 2014) das quais 12 são promovidas pelo Ministério Público Federal (Ministério Público Federal, 2011)⁶.

1.2. Kararaô

1.2.1. Primeiros estudos e o projeto de Kararaô

A história do empreendimento hidroelétrico atualmente chamado Belo Monte tem seu início ainda na década de 1970, no período da ditadura civil-militar. O governo brasileiro estabeleceu como uma das prioridades do seu projeto desenvolvimentista de industrialização o aproveitamento hidroelétrico da Amazônia, e no ano de 1972 criou a empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil – Eletronorte – uma subsidiária da empresa estatal Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), com o objetivo de produzir energia elétrica em grande escala na Amazônia (Eletrobrás, s.d.).

No ano de 1975, a Eletronorte iniciou os Estudos de Inventário Hidroelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, sendo que o trabalho de mapear o rio e seus afluentes, bem como de definir os pontos mais favoráveis para barramentos ficou sob a responsabilidade do Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A., integrante do grupo Camargo Córrea (ISA, 2010)⁷.

Na década de 1980, foi finalizado o relatório dos Estudos de Inventário Hidroelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, segundo o qual, para o aproveitamento integral da Bacia do Rio Xingu, foram previstos sete barramentos que representariam o alagamento de mais de 18.000 km² e atingiriam por volta de 7.000 indígenas de 12 Terras Indígenas, além dos grupos isolados da região. A partir das recomendações do relatório

⁶ As disputas judiciais serão abordadas mais adiante, no contexto dos conflitos em torno de Belo Monte.

⁷ A criação da Eletronorte e os primeiros estudos do potencial de geração de energia hidroelétrica na Amazônia ocorrem em decorrência da chamada crise do petróleo desencadeada em 1973, quando a recém-criada Organização dos Países Produtores de Petróleo – OPEP – passa a controlar os preços do barril de petróleo, chegando a um aumento de 130% no valor até então praticado.

final do estudo, a Eletronorte iniciou os estudos de viabilidade técnica e econômica do chamado Complexo Hidroelétrico de Altamira, que reunia as Usinas de Babaquara (6,6 mil MW) e Kararaô (11 mil MW), que mais tarde viriam a ser chamadas, respectivamente, de UHE Altamira e UHE Belo Monte (ISA, 2010).

No ano de 1986, foi concluído o *Plano 2010 - Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010* (MME & ELETROBRÁS; 1987), que propunha a construção de 165 usinas hidrelétricas até o ano de 2010, sendo 40 destas na Amazônia. Os estudos do Plano indicam a Usina Kararaô como a melhor opção para iniciar a integração das usinas do Rio Xingu ao Sistema Interligado Brasileiro - SNI. Ainda, de acordo com o projeto inicial, o reservatório da UHE Kararaô seria formado por 1.225 km² de área alagada.

1.2.2. A oposição dos movimentos indigenista, social e ambientalista ao projeto Kararaô

Em meados da década de 1980, a população da região de Altamira e da Volta Grande do Xingu começou a dar-se conta da frequente presença de técnicos realizando estudos. Ainda não se sabia publicamente do que se tratava, mas estavam sendo elaborados os Estudos de Inventário Hidroelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu. Tais estudos não foram acompanhados de quaisquer explicações oficiais, o que gerou muita incerteza entre a população local. Diante desse cenário, indígenas e movimentos sociais da região começaram a buscar informações sobre o que estava acontecendo (Fleury, 2013).

Os referidos estudos de viabilidade, em que pese terem iniciado nos inícios dos anos 1980, tornaram-se de conhecimento público nacional em 1986, quando veículos de imprensa do centro do país noticiaram que em breve o projeto seria consolidado pela Eletronorte. A partir daí, a mobilização de populações indígenas e dos movimentos sociais da região se intensificou, de forma que no final da década de 1980 os projetos de usinas hidroelétricas na bacia do rio Xingu já eram assunto discutido em fóruns internacionais, especialmente a partir de denúncias feitas por lideranças indígenas, como Paulinho Paiakan e Kube-I.

Em janeiro de 1988 esses dois líderes indígenas, juntamente com o etnobiólogo Darrel Posey, do Museu Emílio Goeldi do Pará, participam de um simpósio na Universidade da Flórida, onde relataram que o Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) iria financiar um projeto de construção de usinas hidroelétricas no Xingu que, sem qualquer espécie de consulta aos povos indígenas atingidos, inundaria sete milhões de hectares e desalojaria 13 grupos indígenas (Cohn, 2010).

Após sua participação no referido simpósio, foram convidados a repetir o relato em Washington D.C., e assim o fizeram. Devido às suas declarações, os líderes indígenas da etnia Kaiapó foram processados e enquadrados na Lei dos Estrangeiros⁸, sendo ameaçados de expulsão do país. Após campanha de organizações da sociedade civil mobilizando a opinião pública contra a arbitrariedade sofrida pelos dois líderes, o Tribunal Federal de Recursos acabou por conceder *habeas corpus*, garantindo a liberdade dos dois e também determinando o trancamento da ação penal (ISA, 2010).

Diante desse cenário, outras lideranças indígenas da etnia Kaiapó convidaram autoridades brasileiras para um grande encontro com os povos indígenas que seriam afetados pelas usinas projetadas para a região. Em fevereiro de 1989, foi realizado o *1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu*, em Altamira, cujo objetivo foi protestar contra as decisões tomadas na Amazônia sem a participação dos índios e contra a construção do Complexo Hidroelétrico do Xingu.

O encontro acaba ganhando imprevista notoriedade, com a maciça presença da mídia nacional e estrangeira, de movimentos ambientalistas e sociais. Reúne cerca de três mil pessoas. Entre elas: 650 índios de diversas partes do país e de fora, lideranças como Paulo Paiakan, Raoni, Marcos Terena e Ailton Krenak; autoridades como o então diretor e durante o governo FHC, presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, o então presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita, o então prefeito de Altamira, Armindo Denadin; deputados federais; 300 ambientalistas, em torno de 150 jornalistas e o cantor inglês Sting (ISA, 2010).

⁸ Lei Nº 6.815 de 19 de agosto de 1980. Art.65. *É passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranqüilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais* (Brasil, 1980).

Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na
Amazônia brasileira

O 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu foi marcante. Nele ocorreu uma cena que percorreu o mundo e que permanece forte na memória daqueles que até hoje lutam contra a construção das barragens no Xingu.

Durante a exposição de José Antônio Muniz Lopes⁹ (diretor da Eletronorte à época) sobre a construção da usina Kararaô, a índia Tuíra levantou-se da plateia e, num gesto de advertência, encostou a lâmina de seu facão no rosto do diretor da estatal. A cena foi reproduzida em veículos de imprensa de diversos países gerando grande repercussão.

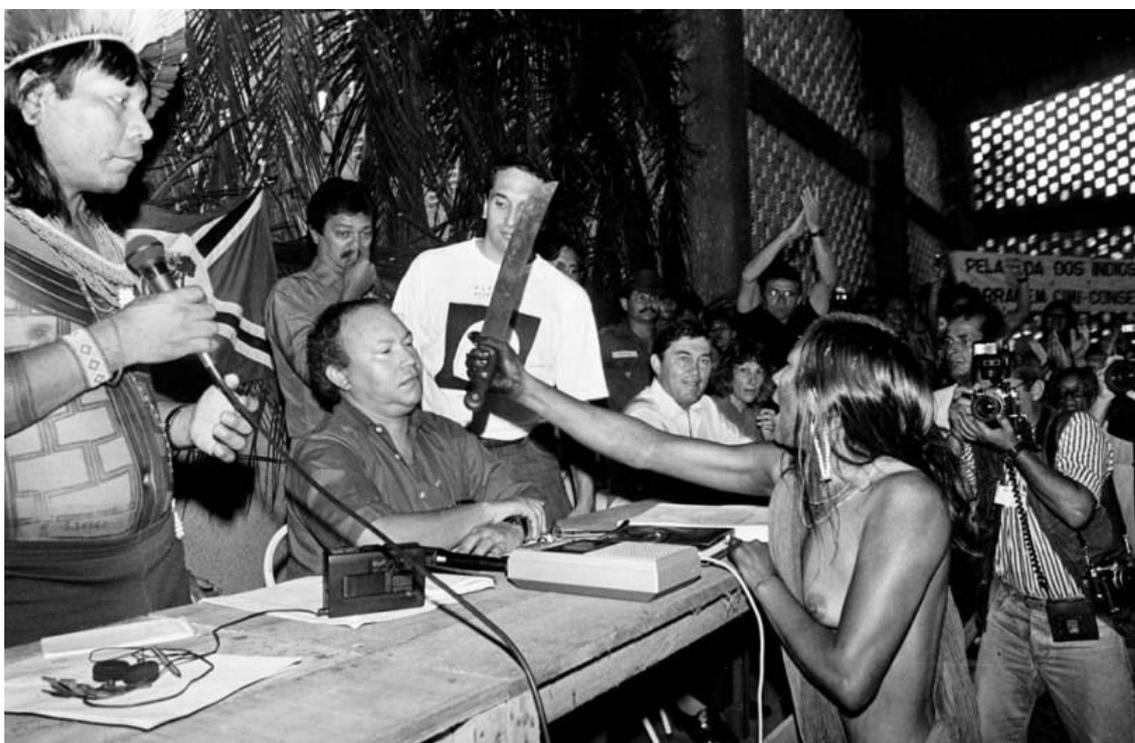


Figura 03: Índia Tuíra, da etnia Kaiapó, aponta sua faca para o rosto do diretor da Eletronorte no 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira.

Fonte: Paulo Jares, 1989

⁹ Atual Diretor de Transmissão da Eletrobrás, José Antonio Muniz Lopes é engenheiro eletricista, foi presidente da empresa de 2008 a 2011 e dirigiu duas de suas subsidiárias – Eletrobras Eletronorte (1996 a 2003) e Eletrobras Chesf (1992 a 1993). Exerceu, ainda, entre outras, as funções de diretor Administrativo e diretor Financeiro da Eletrobras Chesf e foi coordenador geral da Presidência e diretor de Planejamento e Engenharia da Eletrobras Eletronorte. Em 1994, atuou na Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia nos planos de recuperação da Centrais Elétricas Mato-Grossenses S.A. (Cemat) e da Companhia Energética do Piauí (Eletrobras Distribuição Piauí. Fonte: <http://www.eletrobras.com/elb/data/Pages/LUMIS4DB2BE30PTBRIE.htm>

Na ocasião, o diretor da Eletrobrás, José Muniz Lopes, anunciou que o nome da usina não mais seria Kararaô, que significa um grito de guerra na língua Kaiapó. Por considerar a agressão cultural aos índios, os projetos hidroelétricos não receberiam mais os nomes de origem indígena. Assim, as usinas Babaquara e Kararaô tiveram seus nomes alterados para UHE Altamira e UHE Belo Monte.

O evento se encerrava com o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica, exigindo a revisão dos projetos para o desenvolvimento da região, a Declaração Indígena de Altamira e uma mensagem de saudação do cantor brasileiro Milton Nascimento. Foi considerado um marco do socioambientalismo no Brasil (ISA, 2010).

1.3. Novo projeto: Complexo Hidrelétrico Belo Monte

O *1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu* foi um grande sucesso. Graças a este evento, grande visibilidade foi dada às críticas das populações locais, em especial as indígenas, aos projetos hidroelétricos na bacia do rio Xingu. O governo brasileiro dependia de financiamento internacional do BIRD para a construção das barragens previstas, e tal cenário foi prejudicial para o andamento dos referidos projetos.

O BIRD não havia estabelecido ainda os procedimentos de condicionamento de financiamentos de projetos governamentais que casos como estes o obrigaram a definir, como a consulta às populações atingidas e pareceres técnicos acerca dos impactos sociais e ambientais (Cohn, 2010). O projeto de barramentos do Xingu sofria sua primeira derrota, e os movimentos sociais e os povos indígenas comemoravam aquela que foi considerada uma das mais importantes vitórias do socioambientalismo do Brasil (Sevá, 2005).

Porém, para o governo brasileiro, nomeadamente para a Eletrobrás e a sua subsidiária Eletronorte, esses fatos foram interpretados como uma sinalização de que o projeto deveria ser alterado em função da conjuntura social e econômica, mas não cancelado (Fleury, 2013).

No início da década de 1990, a Eletronorte enviou o Relatório Final dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte ao Departamento Nacional

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), sendo que em 1994 o projeto original foi remodelado de maneira a reduzir a área de impacto e alagamento da Usina.

O reservatório foi reduzido de 1.225 km² para 400 km², evitando a inundação da Área Indígena Paquiçamba localizada na Volta Grande do Xingu. Para tanto, foi projetada a construção de canais de derivação na margem esquerda, desviando o curso do rio. A área não deveria mais ser inundada, mas também não teria mais o curso do rio, passando a ser uma parte morta deste (Sevá, 2005).

Em 1996, a Eletrobrás solicitou autorização à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – para, em conjunto com a Eletronorte, desenvolver o complemento dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte (ISA, 2010). Em 1999 após reestruturação do projeto inicial, foi apresentada a proposta com apenas uma barragem na Volta Grande, chamada Complexo Hidrelétrico Belo Monte (CHBM). A partir de então, não se falava mais de Babaquara (UHE Altamira) ou de Kararaô (Sevá, 2005).

Já no ano 2000 foi firmado um acordo de cooperação técnica entre a Eletrobrás e a Eletronorte, através do qual foram realizados Estudos de Complementação da Viabilidade do Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte. O estudo foi realizado em parceria com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPTEL – e apresentou o relatório chamado “Avaliação da UHE Belo Monte – junho/2000”, concluindo pela alta atratividade econômica do empreendimento (Fleury, 2013; ISA, 2010).

Ainda em 2000, a Eletronorte contratou a Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisas – FADESP – vinculada à Universidade Federal do Pará – UFPA – para elaborar os Estudos de Impacto Ambiental – EIA – do Complexo Hidroelétrico Belo Monte. O Ministério Público Federal (através da sua Procuradoria da República no Pará), que já acompanhava o andamento do projeto Belo Monte desde uma representação¹⁰ realizada no ano 1999, interpôs no ano de 2001 uma Ação Civil Pública¹¹

¹⁰ Representação é uma espécie de queixa ou denúncia de crime ou irregularidade que pode ser feita por qualquer cidadão ou cidadã diretamente para o Ministério Público, para que este investigue o assunto.

¹¹ Espécie de ação judicial prevista pela Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985 e pela Constituição Federal de 1988, para a defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

com o objetivo de parar o processo de licenciamento ambiental (Pontes Jr. & Beltrão, 2005).

Dentre as diversas ilegalidades no iniciado processo de licenciamento ambiental apontadas pelo Ministério Público Federal, destacavam-se as seguintes: (i) o processo de licenciamento estava sendo conduzido perante a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará, quando a competência legal para licenciar tal espécie de empreendimento é federal, devendo o licenciamento ser realizado pelo Ibama; (ii) a ausência de autorização do Congresso Nacional para o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas, conforme prevê a Constituição Federal no parágrafo terceiro do artigo 231:

Instada a se manifestar pelo Ministério Público, a Eletronorte declarou, em fevereiro de 2000, que o projeto ainda não estava definido. Entretanto, em março de 2001, novamente provocada por força da Ação Civil Pública já proposta, a Eletronorte informou que o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) estavam sendo providenciados através da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), e que o processo de licenciamento ambiental tramitava perante a Secretária Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) do estado do Pará, e não junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), como quer a legislação vigente, dadas as características da obra, analisadas na sequência.

Segundo a demanda do Ministério Público Federal à Justiça, a Eletronorte contratou a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), sem licitação, para a elaboração do EIA/RIMA ao preço de R\$ 3.835.532,00 (três milhões oitocentos e trinta e cinco mil e quinhentos e trinta e dois reais). Além do que ficou constatado que o Termo de Referência do empreendimento, o qual determina o conteúdo do EIA/RIMA, não contou com a participação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), malgrado a área de incidência direta da obra abrigar sítios arqueológicos, patrimônio cultural tangível e patrimônio cultural intangível constituído por costumes e tradições dos povos indígenas e não indígenas na área onde o empreendimento deverá se estabelecer. O Termo de Referência, submetido e aprovado pela SECTAM, órgão estadual incompetente para tal fim, determinou a realização de quatro campanhas de campo para a elaboração do EIA-RIMA. Verificando as datas do cronograma de execução, notou-se que o término de uma das campanhas estava previsto para novembro de 2001, sendo que a finalização do EIA-RIMA está prevista para março de 2001. Impossível, portanto, de se completar a referida campanha, ou então o estudo e o pertinente relatório não se pautaram por critérios científicos? (Pontes Jr. & Beltrão, 2005; p.77-78)

Em setembro de 2001, o Estudo de Impacto Ambiental foi paralisado mediante decisão liminar no corpo da referida Ação Civil Pública. Posteriormente, a ação foi julgada procedente, determinando assim que a competência para o licenciamento era do

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

âmbito do órgão federal (Ibama), e também a necessidade de consulta ao Congresso Nacional para o prosseguimento dos estudos em terras indígenas (Fleury, 2013). Tratou-se de mais uma derrota do projeto de construção de barragens na bacia do Xingu (Sevá, 2005).

No segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso¹² o governo apresentou o Plano Plurianual 2000-2003 chamado *Avança Brasil*¹³. No referido plano, Belo Monte surge como prioridade nacional (Fearnside, 2001). Entre julho de 2001 e fevereiro de 2002, o Brasil sofreu com uma crise energética provocando frequentes interrupções do fornecimento de energia elétrica abrangendo grande parte do território nacional. Tal episódio ficou conhecido como a crise do apagão (Abreu & Azevedo, 2009).

No ano de 2002, em consequência da crise energética, o governo criou um grupo de trabalho formado por membros da Casa Civil da Presidência da República, Ministérios de Minas e Energia, Meio Ambiente, Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão, além de representantes da Eletrobrás, Eletronorte, Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), Furnas Centrais Elétricas S/A, Governo do Estado do Pará e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O objetivo deste grupo de trabalho era viabilizar Belo Monte (Fleury, 2013).

A partir de então, os defensores do projeto Belo Monte enxergaram uma oportunidade fazer com que a opinião pública passasse a apoiá-lo sob o argumento da necessidade de evitar um novo *apagão*. O argumento era de que Belo Monte era necessária para garantir o fornecimento de energia elétrica para o consumo residencial em âmbito nacional (Sevá, 2005).

Ainda em 2002, as populações da região de Altamira e Volta Grande do Xingu estavam mobilizadas em torno das discussões e do avanço do projeto de Belo Monte. Em março, as organizações Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) enviaram uma carta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso pedindo a suspensão de obras de grande

¹² Fernando Henrique Cardoso foi Presidente da República e governou de 1995 a 2002, em dois mandatos consecutivos.

¹³ Publicado através do Decreto nº 4.055 de 14 de dezembro de 2001.

impacto na Amazônia, enquanto não houvesse uma discussão envolvendo a sociedade local. Em setembro a FVPP, o MDTX, a Prelazia do Xingu, a Comissão Pastoral da Terra e a Associação dos Povos Xipaia da Aldeia Tukumã enviaram uma carta aos membros do Conselho Nacional de Política Energética, exigindo que as comunidades afetadas pelo projeto Belo Monte fossem convidadas a participar das discussões (ISA, 2010).

O ano foi marcado por eleições para Presidência da República. Era o último ano de mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e a eleição foi polarizada em duas candidaturas antagônicas. De um lado o candidato José Serra do Partido Social Democrata (PSDB), que estava no poder desde 1995 e representava a continuidade do governo de Fernando Henrique Cardoso. Do outro lado, na oposição, estava Luiz Inácio Lula da Silva – Lula – do partido dos trabalhadores (PT). O vencedor foi Lula, com um discurso histórico de afirmação de uma orientação de esquerda e de diálogo com os movimentos sociais.

1.4. UHE Belo Monte e os governos Lula e Dilma: do papel ao canteiro de obras

1.4.1. Os compromissos de campanha eleitoral

Ainda em setembro de 2002, um mês antes da primeira volta das eleições presidenciais, a Coligação *Lula Presidente* lançou o quinto caderno temático de seu programa de governo com o nome *O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento Brasileiro* (2002). No referido documento, a coligação apresenta seu programa com um eixo central, o diálogo com as populações locais em busca de modelos alternativos de desenvolvimento econômico e social:

O compromisso inarredável é o de que a sociedade amazônica terá a oportunidade de decidir as formas mais vantajosas de sua integração com os mercados.

(...)

A Amazônia deve ser compreendida como muitas Amazônia, em que além da biodiversidade, há uma diversidade social que contribui para o patrimônio cultural de uma parte extremamente significativa da ancestralidade brasileira, em que índios, negros e caboclos são essenciais para contar esta história.

Este tema é de fundamental importância para o seu desenvolvimento, porque solidifica a construção de modelos socioambientais, éticos e de afirmação da soberania nacional. É hora, portanto, de ver a Amazônia não como a parte do Brasil que oferece matérias-primas reais e simbólicas para a nação, mas sim

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

como uma dimensão rica e bela deste país povoado por tantas grandezas; um dos passaportes para a entrada soberana do Brasil na globalização.

(...)

A sociedade amazônica e a sociedade brasileira não foram consultadas, por décadas, sobre como gostariam de ver a Amazônia no futuro, nem a maneira como poderiam contribuir para a sua construção. Foram herdando, ao longo dos anos, as conseqüências sociais, ambientais e econômicas de decisões políticas que atribuíram a esta região o papel de exportadora de produtos primários e de geradora de divisas. A democratização do país e a influência crescente da questão ambiental sobre as políticas públicas não foram suficientes para alterar, estruturalmente, este papel.

(...)

O modelo de desenvolvimento primário-exportador implantado na Amazônia nas últimas décadas foi financiado com grandes somas de investimentos públicos em infra-estrutura e com base em incentivos fiscais, tendo o Estado como agente principal das mudanças, sem qualquer mecanismo de controle por parte da sociedade que pudesse interferir no destino desses recursos (Coligação Lula Presidente, 2002; p.6-9).

A questão energética e a construção de usinas hidroelétricas na Amazônia, bem como a destinação da energia gerada aos projetos de mineração, também foram abordadas pelo programa de governo de Lula:

Num cenário em que a água doce passa a ser um recurso escasso e pode se tornar grande alvo de disputas territoriais, a matriz energética do Brasil deve ser repensada, com fortes investimentos em inovação tecnológica, para evitar intervenções de grande impacto ecológico sobre os recursos hídricos. A água deve ser considerada em seus múltiplos usos, entre os quais a geração de energia. Porém, a geração de energia hidráulica pode evoluir de barragens que afetam vastos espaços sociais e ecológicos para unidades de pequena intervenção com máxima eficiência técnica, sempre concedendo benefícios aos municípios que recebam o impacto causado pelas hidrelétricas.

Considerando as especificidades da Amazônia, o conhecimento fragmentado e insuficiente que se acumulou sobre as diversas formas de reação da natureza em relação ao represamento em suas bacias, não é recomendável a reprodução cega da receita de barragens que vem sendo colocada em prática pela Eletronorte.

Usinas hidrelétricas como Tucuruí foram construídas para fornecer energia subsidiada para grandes projetos de exploração mineral que não internalizam o desenvolvimento. A ineficiência desse tipo de obra foi duramente revelada com a construção de Balbina, que alagou 3 mil km² de florestas e não tem força para abastecer Manaus nos verões mais rigorosos. Balbina se revelou um documento da insanidade na tomada de decisão sem atenção aos interesses coletivos (Coligação Lula Presidente, 2002; p.7-8).

Belo Monte é referida como um dos projetos que suscitavam maior debate na região, e, ainda no que diz respeito à matriz energética, o programa de governo trazia, entre outras, as seguintes propostas específicas:

Buscar parcerias tecnológicas internacionais que reúnam os conhecimentos mais avançados em geração de energia hidrelétrica, sem necessariamente envolver a construção de megabarragens, para orientar os projetos já em curso como Belo Monte, Santa Isabel e São Luís, no Pará, e aqueles em execução no rio Tocantins.

Promover uma revisão dos atuais projetos de usinas hidrelétricas na Amazônia, submetendo os estudos e projetos a grupos de cientistas independentes que avaliarão a pertinência tecnológica, impactos socioambientais agregados a curto, médio e longo prazos, considerando a bacia hidrografia como um todo (Coligação Lula Presidente, 2002; p.18).

A eleição de Lula para a Presidência da República, tendo em vista o programa de governo apresentado e o histórico desde a fundação do Partido dos Trabalhadores, trouxe esperança para os movimentos sociais e populações indígenas da Amazônia, que desde a década de 1970 reclamavam da falta de diálogo para a tomada de decisões estratégicas envolvendo o território ao qual pertencem.

Entretanto, os compromissos de campanha eleitoral de Lula com os movimentos sociais e populações amazônicas, de discussão do modelo de desenvolvimento nacional e local a partir da crítica ao modelo de extrativismo mineral e aos megaprojetos de usinas hidroelétricas, foi rapidamente abandonado pelo novo governo. Belo Monte passou assim a ser questão central para o projeto de desenvolvimento econômico nos governos de Lula e de Dilma Roussef, em um arranjo político entre novos e antigos atores atuantes no chamado setor elétrico.

1.4.2. O Ministério de Minas e Energia como palco de disputas e arranjos políticos

O Ministério de Minas e Energia - MME, todavia, foi desde o princípio do governo Lula, um importante palco de disputas e arranjos políticos e assim seguiu sendo até o segundo mandato de Dilma Roussef. Dilma, aliás, foi nomeada ministra da pasta logo no início do primeiro mandato de Lula, em 2003.

Uma das pastas mais importantes do Governo Federal, o MME é responsável pelas áreas de geologia, recursos minerais e energéticos; aproveitamento da energia

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

hidráulica; mineração e metalurgia; e petróleo, combustível e energia elétrica, incluindo a nuclear¹⁴.

Tem ainda como empresas vinculadas a Eletrobrás e a Petrobrás (empresas de economia mista). A Eletrobrás, por sua vez, controla, as empresas Furnas Centrais Elétricas S.A., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear). Também possui vinculação com as autarquias Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

A disputa pelo poder e pela indicação de cargos estratégicos no Ministério e nas empresas a ele subordinadas, em especial a Eletrobrás, foi protagonizada por dois grupos políticos. O grupo do Ex-Presidente da República José Sarney, do PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro) e o grupo de Lula e Dilma Rousseff, do PT. Cumprir ainda dizer que o grupo do PMDB já exercia influência no Ministério através de José Sarney desde a década de 1970.

Célio Bermann, Professor da Universidade de São Paulo (USP), doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Universidade de Campinas (Unicamp), foi assessor de Dilma Rousseff durante o ano de 2003. Em entrevista à jornalista Eliane Brum (2011), falou sobre a disputa política no setor elétrico.

A governabilidade foi encontrada através de uma aliança que mantém o círculo de interesses que sempre estiveram no nosso país. É a mesma turma que continua na área energética. E isso é impressionante. A população não participa do processo de decisões. Não existem canais para isso. Ainda no governo FHC, durante a privatização, o governo criou um Conselho Nacional de Política Energética. Nos dois mandatos de FHC participavam os dez ministros, mas havia um assento para um representante da academia e um da chamada sociedade civil. Eles sentavam, discutiam as diretrizes energéticas de uma forma aparentemente saudável, mas, no frígido dos ovos, na prática não mudava nada. De qualquer forma, havia pelo menos esse sentido de escutar. Isso, com Lula, acabou. O resultado do governo "democrático popular" do Lula, nos dois mandatos, e da Dilma, agora, é a negação de escutar outros interesses que não sejam aqueles que sempre estiveram junto ao poder. A própria Dilma, no início do governo Lula, tinha uma dificuldade muito grande de ouvir, de sentar-se com os movimentos sociais e ouvir. Eu tive a oportunidade de vivenciar o primeiro mandato do Lula, lá, em Brasília (Bermann, 2011).

¹⁴ Competência determinada pela Lei nº 10.683 de 2003.

Alguns personagens históricos nos projetos de barramento da bacia do rio Xingu, como o engenheiro José Antonio Muniz, seguiram presentes, e com eles Belo Monte.

Eliane Brum - O José Antonio Muniz Lopes, um homem da cota do Sarney, é um personagem longo nessa história de Belo Monte... Só para situar os leitores, em 1989, no último ano do governo Sarney, ele era diretor da Eletronorte e foi no rosto dele que a índia caiapó Tuíra encostou seu facão por causa da proposta de Belo Monte (então chamada de Kararaô), naquela foto histórica que correu mundo. O tal do Muniz já estava lá... Depois de deixar a presidência da Eletrobrás, no início deste ano, continuou lá, agora como diretor de Transmissão da Eletrobrás...

Bermann – Pois então. Naquela época, em 2003, era ele o diretor da Eletronorte que a Dilma tinha ficado feliz por ter conseguido afastar. Por isso que eu falo que não é o governo Lula, é o governo Lula/Sarney. E agora Dilma/Sarney. Constituiu-se um amálgama entre os interesses históricos do superfaturamento de obras, sempre falado, nunca evidenciado. Não se trata de construir uma usina para produzir energia elétrica, mas não é para isso que Belo Monte está sendo construída. O que está em jogo é a utilização do dinheiro público e especialmente o espaço de cinco, seis anos em que o empreendimento será construído. É neste momento que se fatura. É na construção o momento onde corre o dinheiro. É quando prefeitos, vereadores, governadores são comprados e essa situação é mantida. Estou sendo muito claro ao expor a minha percepção do que é uma usina hidrelétrica como Belo Monte. (...)

Naquele momento, manter esse pessoal à distância era estratégico para reconstruir as relações e viabilizar algumas das diretrizes que tinham sido objeto da proposta de governo. O que aconteceu é que a vida dessa situação (de afastamento) foi extremamente curta devido às relações de poder. Eles não gostaram de se sentir afastados. E eu suponho que a percepção do problema da governabilidade no governo Lula foi uma ação desses setores que tinham percebido que estavam longe da teta da vaca e que não podiam continuar assim. Qual era o jeito de fazer? PMDB era oposição. Vamos conversar... E aí se acomodam as questões. Eu não digo que seja um grupo de ladrões mercenários. Não é isso que está em jogo. Mas essa capilaridade do Sarney permite manter o usufruto do poder. Eu não sou psicólogo para entender o que o senhor Sarney pensa quando vê o Muniz voltar para o governo, ou quando se encontra diante da incapacidade técnica do senador Edison Lobão ao conduzir o Ministério de Minas e Energia no governo Lula e agora no de Dilma. Não há lógica para isso. Vou dizer de novo: não é possível a gente acreditar na capacidade gerencial de um governo que se submete a esse tipo de articulação política, colocando uma pessoa absolutamente incapaz de entender o que é quilowatt, quilowatt-hora. De ir a público sem saber a diferença entre tensão em volts e energia em quilowatts-hora (Bermann, 2011).

Dilma Rousseff foi a primeira nomeada por Lula para o cargo de Ministra de Minas e Energia, e exerceu a função entre 1 de janeiro de 2003 a 8 de julho de 2005, exonerou-se para assumir outro ministério, o da Casa Civil da Presidência da República. Seu substituto foi Silas Rondeau, ligado ao grupo de José Sarney. Rondeau deixou o

Ministério de Minas e Energia no ano de 2007, após a acusação de participar de fraudes de licitações e corrupção (Folha de São Paulo, 2007).

Após a demissão de Rondeau, Edison Lobão assumiu o Ministério de Minas e Energia. Também filiado ao PMDB de José Sarney e pertencente ao mesmo grupo político do seu antecessor, Lobão permaneceu no cargo entre janeiro de 2008 e março de 2010, quando se demitiu para concorrer (e se eleger) a uma vaga ao Senado Federal. No seu lugar, assumiu Márcio Zimmerman, que permaneceu no cargo por 9 meses, até o final do mandato do Presidente Lula.

Dilma Roussef foi eleita sucessora de Lula e assumiu a Presidência da República em 1º de janeiro de 2011. Para o cargo de Ministro de Minas e Energia, ela nomeou novamente Edison Lobão, que permaneceu na função durante todo o primeiro mandato da Presidente Dilma, que se encerrou em dezembro de 2014.

Dilma Roussef foi reeleita Presidente da República, dando sequência ao seu governo. Nesta etapa, nomeou Eduardo Braga para o Ministério de Minas e Energia. Ele segue até hoje no cargo como representante do mesmo grupo político que domina o ministério desde antes de Lula.

1.5. O debate que não existiu

O projeto Belo Monte e a luta das comunidades da região de Altamira e da Volta Grande do Xingu entra, a partir do governo Lula, em uma nova fase. Isso foi bastante visível. Belo Monte passou a ser tratada abertamente por membros do governo com um importante projeto para o desenvolvimento econômico brasileiro. A Eletrobrás e a sua subsidiária Eletronorte começam a investir fortemente em um *lobby* em favor do projeto.

Ainda no início dos anos 2000, a Eletronorte havia instalado um escritório na cidade de Altamira, que foi o primeiro passo para a criação do Consórcio Belo Monte, reunindo os Prefeitos dos onze municípios atingidos pela construção da usina hidroelétrica.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Fizeram contato, propondo barganhas e compensações para as entidades de classe, as organizações populares, as comunidades indígenas, e os dirigentes de órgãos públicos, com o claro objetivo de romper com qualquer ação de resistência ao projeto de barragens no rio Xingu.

A Eletronorte articulou o apoio do comércio local, através da ACIAPA - Associação Comercial Agropastoril de Altamira, da AMEALT - Associação dos Micro-empresários de Altamira, e do CDL - Clube de Dirigentes Lojistas, do Sindicato Patronal dos Produtores Rurais, e da AMUT - Associação dos Municípios da Transamazônica, e também o apoio dos Vereadores da Região, principalmente os ligados ao PSDB e PMDB. Os então prefeitos Domingos Juvenil - Altamira (PMDB), Anselmo Hoffman - Vitória do Xingu (PT), Gerson Campos - Porto de Moz, (PSDB), Mário Lobo - Uruará (PSDB), João Escarpario - Placas (PSDB), e Antonio Lorezoni - (Brasil Novo) congregaram-se no chamado Consórcio intermunicipal Belo Monte, que foi articulado pelo ex-presidente da Eletronorte José Antonio Muniz Lopes e outros políticos do grupo Sarney (Melo, 2005).

O objetivo da Eletronorte era *vender a ideia* do projeto Belo Monte. Primeiramente, aproximou políticos da região. Depois, buscou o apoio de associações de comerciantes. Também houve iniciativas direcionadas para comunidades indígenas, movimentos sociais e escolas, na tentativa de convencer a opinião pública de que Belo Monte era o caminho para o desenvolvimento da região e que a oposição ao projeto representava o atraso e a pobreza.

Logo a seguir à criação do Consórcio Intermunicipal Belo Monte, a Eletronorte instalou na orla do cais de Altamira, às margens do Xingu, um centro cultural com uma enorme maquete do que seria a usina hidroelétrica. Muitas comitivas de políticos, turmas de escolas e lideranças comunitárias foram convidados para visitas guiadas (com transporte, alimentação e estadia em hotéis pagos pela empresa) à UHE Tucuruí¹⁵, obra apresentada pela Eletronorte como um exemplo do desenvolvimento que seria levado à Altamira e região (Sevá, 2005).

Mas nem todos compraram tal ideia. Em meio à crescente pressão do poder público (capitaneado pelo Governo Federal), em conjunto com setores da construção civil e da indústria mineradora (que são invariavelmente parte dos consórcios empresariais envolvidos nas construções das usinas hidroelétricas no Brasil), os movimentos sociais e indígenas que historicamente se opunham à construção de barragens na Amazônia também intensificaram a sua luta. Estava declarada a guerra.

¹⁵ Usina Hidroelétrica Tucuruí, localizada no rio Tocantins no Estado do Pará.

Uma série de encontros foram realizados entre movimentos sociais, ONG's socioambientais, movimento sindical, lideranças indígenas e associações de comunidades locais. Essas entidades seguiram enviando cartas aos agentes do poder público expondo suas preocupações e críticas aos projetos de barramentos nos rios da região, em especial no que diz respeito ao rio Xingu e à Belo Monte (Fleury, 2013).

O diálogo, entretanto, foi inexistente. O governo ignorou completamente tudo o que foi falado e escrito por essas entidades. A obra foi incluída no Plano Plurianual e, em seguida, no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) como uma obra prioritária. Tudo com financiamento do BNDES. Belo Monte já não dependia mais de financiamento direto internacional e ficava assim menos sujeita a pressões externas (como no caso da denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que será abordada logo a seguir).

A partir de então, o projeto Belo Monte andava a passos largos. A realização do Estudo de Impacto Ambiental foi determinada pelo governo. O passo seguinte foi a realização da licitação para determinar qual o consórcio empresarial que iria gerir a obra e a usina, depois de construída.

Entretanto, no lado invisível (para o governo e empreendedores) desse debate, somaram-se aos movimentos sociais e populações indígenas que já estavam na luta desde a década de 1980 algumas associações acadêmicas, cientistas e o Ministério Público Federal. Diversas publicações de cientistas questionavam a viabilidade da obra, tanto do ponto de vista técnico e econômico quanto do ponto de vista social. Já no que diz respeito às questões jurídicas, o Ministério Público Federal propôs uma série de ações contestando a obra.

Com relação aos cientistas, merece destaque o livro *Tenotã-Mõ: Alerta sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Xingu* (2005). Organizado por Oswaldo Sevá, Professor da Faculdade de Engenharia Mecânica e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, o livro reuniu uma série de artigos de acadêmicos, ativistas e juristas. Nessa obra, discute-se a viabilidade econômica, jurídica e social da obra.

No primeiro capítulo, Sevá (2005), apresenta simulações considerando os registros de vazões do rio Xingu dos períodos de 1931 a 1996 para argumentar que,

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

diferentemente do que vinha sendo divulgado pelo Governo Federal, a usina dificilmente seria capaz de produzir energia na quantidade prometida.

Esses argumentos não foram objeto de debate, e o governo deu seguimento ao Estudo de Impacto Ambiental. O Ministério Público Federal propôs uma série de ações apontando irregularidades. Apenas no que diz respeito ao processo de licenciamento ambiental foram 10 as ações judiciais. Uma batalha jurídica envolvendo uma disputa entre o Ministério Público Federal e o Governo Federal foi assim travada, dos Tribunais Regionais Federais ao Supremo Tribunal Federal¹⁶.

Em dezembro de 2007, o Ibama emitiu o Termo de Referência – TR – definitivo para orientar a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/Rima.

Posicionando-se de forma crítica, um grupo de 38 cientistas vinculados a diversas instituições de ensino e de pesquisa publicou um documento chamado *Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte* (Magalhães & Hernandez, 2009). Estes especialistas identificaram e analisaram, conforme a sua área de atuação, graves problemas e sérias lacunas no EIA de Belo Monte.

Na medida em que o projeto avançava nos trâmites da burocracia brasileira, a luta contra o mesmo se intensificava no campo social. No ano de 2009 foram convocadas e realizadas quatro audiências públicas sobre a UHE Belo Monte. O Ministério Público Federal apresentou recomendação de que mais treze audiências públicas fossem realizadas. Essa recomendação não foi seguida, e não houve mais audiências públicas.

Como não foi seguida tal recomendação, foi proposta nova ação judicial, que resultou na concessão de uma decisão liminar suspendendo o processo de licenciamento da obra enquanto não fossem realizadas as audiências públicas de forma a abranger toda a população atingida. Meses depois, a decisão liminar foi revogada pelo Tribunal Regional Federal, e seguiu-se o processo de licenciamento ambiental (Fleury, 2013).

¹⁶ O Supremo Tribunal Federal é a última instância de julgamento de causas envolvendo violações à Constituição Federal Brasileira, enquanto os Tribunais Regionais Federais são a segunda instância de julgamento dos processos no âmbito de competência da Justiça Federal.

Ainda em 2009, o projeto Belo Monte foi denunciado em audiência pública da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington – EUA. Posteriormente, o caso Belo Monte foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH – da Organização dos Estados Americanos – OEA –, que expediu uma ordem para que fosse detida a construção até que se cumprisse a consulta aos povos indígenas prevista pela Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho)¹⁷.

O governo brasileiro, já durante o mandato de Dilma Roussef, reagiu violentamente à referida determinação, deixando pela primeira vez na sua história de comparecer a uma reunião de trabalho da OEA, e suspendendo a sua contribuição anual à entidade como forma de retaliação.

Contrariado pela decisão que determinava a paralisação das obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte, o governo da presidente Dilma chegou a cogitar se desligar da OEA. A diplomacia brasileira – que raramente se pronunciava nos debates sobre o sistema interamericano, reformas do regulamento – assumiu desde o ano passado uma postura agressiva de ataque à Comissão Interamericana, principalmente no sentido de limitar as Medidas Cautelares. O mal estar criado pelo Brasil com relação às medidas cautelares de Belo Monte serviu como sinal verde para que outros países – que tradicionalmente vêm tentando enfraquecer o sistema interamericano, como Colômbia, Venezuela e Equador – tomassem posições ainda mais pesadas (Justiça Global Brasil, 2012).

Em 1º de fevereiro de 2010, o Ibama, apesar de todas as controvérsias, emitiu a Licença Prévia – LP¹⁸ – para o Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte, atestando a viabilidade ambiental da obra e estabelecendo cerca de quarenta condicionantes a serem cumpridas para a emissão da próxima licença, a Licença de Instalação – LI¹⁹.

¹⁷ A Convenção 169 da OIT foi ratificada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20/6/2002, e entrou em vigor em 2003. Esta ratificação é compreendida pelo STF como condição necessária e suficiente para a introdução da norma internacional em caráter de lei ordinária e de aplicação direta.

¹⁸ A Licença Prévia – LP – é a primeira etapa do processo de licenciamento ambiental e deve ser solicitada ao órgão ambiental competente na fase de planejamento da implantação, alteração ou ampliação do empreendimento. Tem a finalidade de aprovar a localização e a concepção do mesmo, atestando a sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de licenciamento, considerando as diferentes alternativas de projeto e eventuais propostas apresentadas pelo interessado em obter tal licença.

¹⁹ A Licença de Instalação – LI – é a segunda etapa do processo de licenciamento. Esta licença autoriza a instalação do empreendimento/atividade, possibilitando o início das obras de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo medidas de controle ambiental e demais condicionantes detalhadas no Projeto Básico Ambiental (PBA).

Houve uma grande pressão por parte do empreendedor e da alta cúpula do governo brasileiro sobre o órgão ambiental para que fosse concedida a LI. Como resultado dessa pressão, a licença foi concedida sem que as condicionantes fossem cumpridas em uma figura legal inexistente no ordenamento jurídico brasileiro, “criando-se” assim a chamada Licença Parcial de Instalação.

Pouco menos de um mês antes da realização do leilão para a concessão da obra, o Ministério Público Federal ingressou com duas ações civis públicas, que se somaram a outras quatro já em curso, demonstrando a ilegalidade da licença concedida. Pedia o cancelamento do certame, já que para ele ocorrer era necessário o atestado de viabilidade ambiental do empreendimento. E, nesse caso, a menos que se considerasse que os presidentes dos órgãos envolvidos são mais experts que seus próprios técnicos, ele não existiria.

Dias antes do leilão, o juiz federal de Altamira emitiu duas decisões irretocáveis, com várias laudas demonstrando, ponto por ponto, as contradições entre os pareceres técnicos e as decisões políticas. Anulou a licença, afinal, decisões arbitrárias são contra a lei. Só que essas liminares subsistiram por poucas horas. Com base numa lei que lhe permite suspender os efeitos de liminares caso as julgue ameaçadoras da “ordem pública”, sem que precise apontar qualquer equívoco jurídico do juiz de primeiro grau, o presidente do TRF 1 da Região derrubou ambas as decisões alegando, simplesmente, que a obra é importante. Corrigir o desmando administrativo de um órgão apossado politicamente pelas altas esferas do poder não lhe pareceu importante. Resguardar os direitos de populações indígenas e ribeirinhas invisibilizadas por uma mentira oficial, menos ainda.

Com o Judiciário fora do jogo, o empreendedor entendeu que o céu é o limite. Passou a pressionar o Ibama para que liberasse rápido a licença de instalação para que a obra pudesse começar. Só que para obter o documento teria de cumprir uma série de condições, várias delas complexas, como a retirada de grileiros de algumas terras indígenas ou a instalação de uma infraestrutura de saúde, educação e segurança nas cidades que receberão as hordas de migrantes. Isso leva tempo e custa caro. Por isso, seguindo o exemplo das usinas do rio Madeira, o empreendedor pleiteou a emissão de uma “licença parcial”, que não existe na legislação ambiental, mas que permite ir adiantando parte da obra – a instalação dos canteiros – enquanto “se vai cumprindo” as condicionantes.

Em janeiro de 2011, a licença de instalação parcial foi emitida sem que nem mesmo as poucas condicionantes eleitas pelo Ibama como indispensáveis de ser cumpridas antes de começar qualquer obra tivessem de fato sido realizadas. Enquanto estas linhas foram escritas, se aguardava uma decisão de um juiz federal de Belém, mas com a certeza de que se ela viesse seria rapidamente derrubada no tribunal (Rojas & Valle, 2011; p.8-9).

Assim, permeado por polêmicas e disputas políticas e judiciais, com o aval do poder judiciário e do órgão de fiscalização ambiental - Ibama, iniciaram-se as obras da UHE Belo Monte. Os argumentos contrários ao projeto, embora tenham sido construídos através de debates entre as populações atingidas, cientistas, Ministério Público Federal e

movimentos sociais, não foram objeto de qualquer discussão por parte do empreendedor nem do Governo Federal, através dos seus órgãos de fiscalização.

1.6. Atrasos nas obras, multas, perdões e denúncias de corrupção

O que pudemos ver até aqui sobre o histórico de Belo Monte, é que aparece como um período longo e com muitos momentos de disputas intensas nos âmbitos político, jurídico e social. Na medida em que a construção da obra avança, os seus impactos na região são acentuados e tornam-se mais evidentes. O ano de 2015 foi marcado por remoções da população atingida, desmatamento e início da inundação para a formação do lago, que atinge a região central de Altamira.

Mas 2015 foi também ano de muita tensão no ambiente político, gerando algumas incertezas quanto ao futuro de Belo Monte.

O primeiro ponto de tensão foi o atraso da conclusão das obras e início da geração de energia hidroelétrica. A previsão original, nos termos do contrato de concessão firmado entre o Consórcio Norte Energia e o Ministério de Minas e Energia (MME & Norte Energia S.A., 2010), era de que em 28 de fevereiro de 2015 a primeira turbina da usina (localizada no Sítio Pimental) fosse ativada. Assim iniciaria a operação comercial. Todavia, isso não ocorreu. Aliás, na data prevista para início do funcionamento da usina ainda não havia sido sequer expedida a Licença de Operação – LO²⁰ – pelo órgão ambiental, o Ibama.

Em razão desse atraso, a ANEEL aplicou ao consórcio a penalidade de garantir o fornecimento da energia elétrica com a qual já estava comprometido. Para cumprir com tal exigência, o consórcio Norte Energia deveria adquirir a energia no mercado livre e repassar aos clientes para os quais já havia vendido a energia (Estadão, 2015).

Além de ter de arcar com o custo da energia que estava comprometido a fornecer desde fevereiro de 2015, havia a multa pelo não cumprimento do prometido no contrato de financiamento firmado com o BNDES, estimada em 75 milhões de reais. Essa multa,

²⁰ A Licença de Operação – LO – é a terceira e última etapa do processo de licenciamento ambiental e autoriza a operação da atividade ou empreendimento após a verificação do cumprimento das exigências contidas nas licenças ambientais anteriores, incluindo as medidas de controle ambiental estabelecidas no PBA.

entretanto, foi evitada devido a aditivo contratual firmado com o banco estatal no ano de 2014, segundo o qual os prazos de entrega da obra foram alterados (Estadão, 2014).

Outro ponto de tensão foi a concessão da Licença de Operação. Solicitada em fevereiro de 2015, a referida licença ambiental foi negada pelo Ibama no início de setembro de 2015. A decisão foi fundamentada e acompanhada de um parecer técnico elaborado por funcionários do órgão ambiental, no qual se apontava a necessidade do cumprimento de recomendações para que fosse autorizado o enchimento do reservatório do Xingu.

O referido parecer avaliou os programas e projetos que compunham as condicionantes impostas pelas licenças anteriores (LP e LI), e concluiu que desses, 81 programas estavam em estágio de implementação adequado, 6 com necessidades de ajustes e 12 com pendências que impediam a concessão da licença. Dentre as pendências apontadas pelo órgão ambiental, inclui-se a construção de rede de saneamento e tratamento de esgoto em Altamira, a conclusão das obras de saneamento nas vilas Ressaca e Garimpo do Galo, bem como o atraso no remanejamento de parte da população atingida (MMA, 2015).

Em novembro de 2015, a licença foi concedida pelo Ibama, que considerou adequadas as providências adotadas pelo empreendedor. Isso possibilitou o início do processo de enchimento do reservatório. Entretanto, em janeiro de 2016, em decorrência de ação judicial proposta pelo MPF, a Justiça Federal decidiu em primeira instância pela suspensão da Licença de Operação da usina em decorrência do não cumprimento da obrigação de o Consórcio Norte Energia promover a reestruturação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Tratava-se, segundo o MPF, de uma condicionante que constava na Licença Prévia, concedida em 2010 e que até o momento não havia sido cumprida (MPF, 2016). A decisão foi revogada pelo Tribunal Regional Federal meses após a concessão da liminar, e a obra seguiu.

1.6.1. A Operação Lava Jato e Belo Monte

Outro ponto de tensão importante e que merece uma atenção maior foi reflexo da investigação realizada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal

consagrada como *Operação Lava Jato*. Esta investigação foi deflagrada em março de 2014 perante a Justiça Federal na subseção judiciária de Curitiba, Paraná. Inicialmente foram investigadas e processadas algumas organizações criminosas lideradas por operadores do mercado paralelo de câmbio, conhecidos como doleiros. O nome *Lava Jato* se deve à utilização de uma rede de postos de combustíveis e lavagens de veículos para movimentar o dinheiro ilícito pertencente às organizações.

Entretanto, no curso das investigações verificaram-se relações entre alguns dos doleiros em um grande esquema de corrupção envolvendo a Petrobrás, empresa petroquímica estatal brasileira ligada ao Ministério de Minas e Energia. Foi identificado um cartel formado por empresas prestadoras de serviços à Petrobrás, em que as participantes desse grupo tinham acesso facilitado a contratos com a estatal mediante o pagamento de subornos que variavam entre 1% e 5% dos valores totais dos contratos para diretores da empresa, políticos e partidos políticos (MPF, s.d.).

Em decorrência dessa operação, foram presos ex diretores da companhia petroleira, políticos no exercício de mandato legislativo, doleiros e executivos de empresas. Já há condenações criminais em primeira instância, mas a operação segue, na medida em que se vão evidenciando outras relações entre os investigados em outros negócios com o Estado brasileiro, para além da Petrobrás.

Um dos expedientes característicos dessa operação é a chamada delação premiada, um benefício dado ao réu de alguns tipos de ação penal em que o mesmo pode colaborar com a investigação delatando outros criminosos que com ele participaram do crime pelo qual está sendo julgado. Assim, a sua pena pode ser reduzida caso o juiz do caso entenda que seu depoimento contribuiu para o esclarecimento dos fatos e para a prisão de mais criminosos.

Os processos criminais decorrentes da operação *Lava Jato* têm tido, como era de se esperar, imensa repercussão nos meios de comunicação brasileiros e internacionais. No decorrer das investigações, por diversas vezes partes dos conteúdos de alguns dos depoimentos de réus em que ocorreram as delações premiadas foram divulgados pela imprensa brasileira enquanto ainda eram consideradas segredo de justiça.

Um desses depoimentos sigilosos que acabou sendo divulgado pela imprensa nacional foi do ex-presidente da construtora Camargo Corrêa, Dalton Avancini. Segundo

o noticiado, Avancini teria dito que, para participar do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), houve um compromisso de uma contribuição na ordem de 1% do valor do empreendimento para o PMDB, partido do Vice-Presidente da República e que comanda o Ministério de Minas e Energia (G1, 2015; ZH Notícias, 2015).

Além do Consórcio Norte Energia S.A., que é o concessionário do direito de exploração e geração da energia elétrica através da UHE Belo Monte, existem outros dois consórcios, nessa operação, que são formados por empresas privadas. São eles o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) e o Consórcio Montador Belo Monte (CMBM), responsáveis respectivamente pela construção da usina e pela montagem eletromecânica dos circuitos hidráulicos, turbogeradores, equipamentos e circuitos auxiliares e subestação elétrica a serem instalados na casa de força principal.

O CCBM é formado por dez grandes empresas do ramo de construção civil²¹, sendo que dessas empresas as seguintes estão sendo investigadas e processadas no âmbito da operação *Lava Jato*: Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Queiroz Galvão e Galvão Engenharia (G1, 2015).

Já o CMBM é formado pelas empresas Toyo Steel e Engevix. Ambas são investigadas e processadas no âmbito da operação. Em depoimento sigiloso, o presidente da empresa Engevix (que também foi preso), Gerson de Mello Almada, afirmou que pagara uma chamada comissão por lobby para obter o contrato para a montagem da usina (ZH Notícias, 2015).

Até o presente momento, não há nenhuma condenação criminal decorrente de corrupção ativa ou passiva relacionada com Belo Monte. Entretanto as acusações e depoimentos sigilosos tem frequentemente sido tornados públicos, o que gera bastante incerteza quanto ao desfecho do caso. Certeza até agora apenas a realização de um pedido do MPF para que o Tribunal de Contas da União (TCU) abra investigações sobre os recursos públicos usados na obra da usina (Folha de São Paulo, 2015).

²¹ Compõem o CCBM: Camargo Corrêa, Queirós Galvão, OAS, Contern, Galvão, Serveng, J. Malucelli, Cetenco, Andrade Gutierrez e Oderbrecht. (<https://www.consorciobelomonte.com.br/Publico.aspx?id=2>)

1.7. As obras e a luta continuam

Procurei até aqui contar um pouco do histórico dessa monstruosa obra. A intenção foi apontar alguns pontos que considero importantes na discussão que se seguirá. Não há aqui qualquer pretensão de completude, não sendo esse o objetivo da tese. A história de Belo Monte é muito mais complexa, e os episódios aqui referidos são menos lineares do que foram apresentados. São apenas parte de todas as disputas que vêm ocorrendo em decorrência da construção dessa usina hidroelétrica.

A construção, continua em curso em pleno ano de 2016, apesar da grande quantidade de processos judiciais com o objetivo de embargar a obra. Uma das estratégias do Governo Federal e das empresas interessadas na operação e na construção de Belo Monte foi apresentá-la como um fato consumado. Talvez por isso se tenham negado ao debate com as populações atingidas e acadêmicos.

No dia 20 de maio de 2016, foi inaugurada a primeira unidade de geração de energia elétrica de Belo Monte. No total serão 24 unidades, com conclusão prevista para o ano de 2019. A Presidente Dilma Roussef esteve presente na solenidade de inauguração desta primeira unidade e proferiu um discurso do qual alguns pontos merecem transcrição:

Nós sabemos que essa usina foi objeto de controvérsias. Ela foi objeto de controvérsias muito mais pelo desconhecimento do que pelo fato dela ... dela ser uma usina com problemas. As pessoas desconheciam o que era Belo Monte. E vejam vocês o que aconteceu, com Belo Monte nós evitamos de poluir não só aqui a região, não só o Pará, não só a região Norte. Nós evitamos de poluir todo o Brasil, porque ela é uma das mais importantes hidrelétricas do nosso país. Nós sabemos e queremos que a partir de hoje essa usina se transforme numa segurança pro nosso país. Eu estava vendo que só essa primeira unidade, só ela, é capaz, produz energia suficiente para abastecer, por exemplo, a capital de Pernambuco, o Recife. Imaginem vocês quando todas as 24 unidades estiverem operacionais. Elas serão uma segurança para o nosso país, uma segurança para garantir o crescimento do país, para garantir que haja energia disponível. Eu não sei se vocês sabem, mas os anos, principalmente, os três últimos anos foram anos difíceis para o setor elétrico (...)

Além disso eu quero dizer que esse empreendimento belo monte me orgulha muito pelo que ele produziu de ganhos sociais e ambientais, que foram amplamente descritos aqui. Eu queria dizer pra vocês algumas coisas que nós fizemos aqui na região, porque a usina de Belo Monte não é um projeto isolado, é um projeto de desenvolvimento pro Brasil e pra aqui pra região Norte do país, que tradicionalmente não era uma região que as pessoas que antes governavam o Brasil davam atenção. Nós não, tanto no governo do Presidente Lula quanto no meu, nós demos grande importância pra o norte e pro nordeste (...)

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Eu acho importante destacar que com Belo Monte nós não levamos só energia pro resto do Brasil. Nós criamos aqui uma riqueza única que é tornar disponível, colocar à disposição das empresas que quiserem vir aqui colocar o seu negócio, participar desse Estado que tem grandes reservas minerais, grande potencial agrícola, podem vir aqui que não vai faltar energia. (Roussef, 2016).

O que discurso da Presidente Dilma evidencia a forma como as controvérsias envolvendo Belo Monte foram tratadas pelo Governo Federal, quando ela afirma que estas ocorreram devido ao desconhecimento. Esta posição de relegar à condição de não-conhecimento toda a crítica à Belo Monte e ao modelo de desenvolvimento brasileiro tem relação direta com as produções de não existência ou de invisibilidade das perspectivas das populações atingidas discutidas nesta tese. Ainda, a Presidente indica com o seu discurso a visão de que os ganhos sociais proporcionados pela obra estão diretamente relacionados com a viabilização da instalação de empresas para a exploração das reservas minerais e do potencial agrícola da região.

Por outro lado, movimentos sociais, grupos de indígenas e demais populações atingidas seguem na luta pela visibilização da sua posição que, apesar de negada pelo discurso oficial, oferece riqueza e complexidade ao debate. A luta dos atingidos no decorrer da história desse megaprojeto foi moldada pelos processos de opressão e de negação de relevância dessas populações, sendo em alguns casos contra a própria construção da usina, em outros contra os impactos crescentes da obra. Mesmo assim, para *esse lado da linha*²², Belo Monte não é um fato consumado (frase repetida por diversos atingidos no decorrer da pesquisa de campo).

²² Referência às linhas abissais mencionadas por Santos (2007), discussão que será trazida no quarto capítulo desta tese.

2. O CAPITALISMO BRASILEIRO E BELO MONTE

Belo Monte é um caso antigo no Brasil. Como já foi dito, trata-se de um projeto iniciado nos anos 1970 e que fazia parte de um contexto social e económico que se caracterizava por uma investida colonizadora sobre a região amazônica e uma crescente industrialização, com a necessidade de obras estruturantes para o modelo de desenvolvimento que se construía, tudo isso tendo o Estado como agente ativo do modelo de desenvolvimento.

Sendo assim, penso ser interessante trazer para a discussão, ainda que brevemente, o histórico do(s) projeto(s) de desenvolvimento económico brasileiro e da sua realização. Sobretudo porque Belo Monte, com os seus 40 anos de história, acompanhou e refletiu parte desse histórico. Mais que isso, Belo Monte sempre foi uma referência do modelo de desenvolvimento discutido no Brasil. Tanto nos discursos locais, onde o governo brasileiro apresentava o projeto como a chegada do progresso e do desenvolvimento para a região, quanto em nível nacional com a crescente urbanização e industrialização, assim como a necessidade do incremento da geração de energia elétrica para esse Brasil em transformação.

Não se trata de uma discussão profunda sobre a história da economia brasileira, pois não há espaço para tal empreitada nesta tese. Procuro, todavia, aqui trazer algumas características que acompanham a economia brasileira desde o princípio do processo de colonização e contextualizar o surgimento de Belo Monte, bem como o caminho percorrido até a sua realização já nos anos 2000.

Começemos, então, pelo histórico da economia brasileira.

2.1. Primórdios da economia brasileira

Quando falamos da história do Brasil e sua economia temos que fazer uma remissão ao princípio, a colonização. O Brasil, como território que se converterá num país, surge a partir da invasão e ocupação territorial promovida pela colonização portuguesa. E a primeira e principal característica da economia colonial foi o extrativismo.

Este início, cujo caráter manter-se-á dominante através dos séculos da formação brasileira, gravar-se-á profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Particularmente na sua estrutura econômica. E prolongar-se-á até nossos dias, em que apenas começamos a livrar-nos deste longo passado colonial. Tê-lo em vista é compreender o essencial da evolução econômica do Brasil ... (Prado Jr., 2006, p.14).

O primeiro produto de exportação brasileiro foi o pau-brasil. Este foi o princípio do processo de colonização, a primeira fase da história econômica brasileira em um período no qual ainda não havia sequer um processo de estabelecimento de povoações permanentes (Albuquerque, 1977).

A partir de 1530, passou a haver uma ocupação territorial efetiva por parte da coroa portuguesa e o início dos investimentos em agricultura para exportação. Nesse período, os principais produtos foram a cana-de-açúcar e o tabaco, sendo a sua produção baseada em mão-de-obra de escravos trazidos do continente africano (Prado Jr., 2006).

O colonialismo do Brasil viveu outra fase a partir da crise do domínio português associada à União Ibérica, em fins do século XVI e início do século XVII. Como consequência, o Brasil viveu um crescimento populacional e a expansão da colonização. Já no princípio do século XVII, foram descobertas as primeiras grandes jazidas de ouro.

Isso representou uma nova fase da economia colonial, fazendo com que o cultivo da cana-de-açúcar, que até então era a principal atividade da colônia, viesse a ser secundarizado. Vale aqui referir que a extração de metais preciosos, em especial o ouro, representou uma investida ao interior brasileiro e uma ocupação do centro-sul do território, pois até aquele momento a ocupação se dava basicamente na costa litorânea (Prado Jr., 2006).

Outra atividade que veio a ganhar importância, especialmente após a incorporação do Estado do Rio Grande do Sul ao território brasileiro, foi a pecuária. Já no outro extremo do país, a região Norte, outras atividades extrativistas foram desenvolvidas, como a pesca, a coleta do cacau, castanha, borracha e a extração de diamantes e outros metais preciosos. Essa centralidade das práticas extrativistas acompanha a economia amazônica até os dias de hoje.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Até a primeira metade do século XVIII, a atividade mineradora concentrou os interesses da Metrópole. Todavia, a segunda metade desse século representou o ressurgimento da agricultura incentivado por um momento favorável no mercado europeu. Assim, o Brasil retomou a produção de açúcar e iniciou a produção de algodão e de café que, a partir do século XIX viria a se tornar o grande produto da economia brasileira.

O século XIX foi um período durante o qual o Brasil emergiu como *nação* unificada, integrada e independente. Depois de três séculos de completa subordinação política e/ou econômica à Europa, o país foi capaz de olhar para dentro e gerar uma economia que mais visava a suportar sua própria população, do que atrair população para suprir economias estrangeiras. Isto foi possível, não importa o quão contraditório possa parecer à primeira vista, através da integração do Brasil na economia do mundo capitalista como parceiro independente empenhado em comerciar seu principal produto exportável – o café (Albuquerque, 1977; p. 37).

A exportação do café foi o sustentáculo da economia brasileira por quase um século. Todavia, a crise de 1929 veio pôr em xeque esse modelo. O preço do café caiu abruptamente no mercado internacional, enquanto a produção brasileira seguia crescendo. O problema do excedente da oferta foi parcialmente resolvido com o Estado comprando-o e descartando-o. Mas não era viável essa política de altos custos para toda a sociedade.

Ao mesmo tempo, com a abolição da escravatura, aos poucos, os ex-escravos passavam, ainda que com imensas dificuldades causadas pela falta de acesso à propriedade e de condições dignas de vida, a integrar um mercado interno crescente também com a chegada de imigrantes europeus no início do século. Tudo apontava para um fim do ciclo do café e um repensar da economia brasileira como mais do que meramente exportadora de produtos primários para o mercado europeu e norte-americano (Prado Jr., 2006; Furtado, 2005).

A intenção até aqui foi a de apontar, ainda que muito resumidamente, algumas das principais características do desenvolvimento econômico brasileiro entre o início do período colonial e o princípio do século XX, quando começa a ser discutido um novo modelo econômico e se inicia um processo de industrialização.

2.2. O desenvolvimentismo e a CEPAL

A partir dos anos 1930, começa-se a discutir como suprir o mercado interno brasileiro que até então dependia basicamente de importações. Entretanto, uma das consequências da crise econômica mundial no Brasil foi a desvalorização cambial, o que tornava também insustentável um modelo baseado em importações.

As discussões sobre uma nova matriz econômica acompanha esse contexto histórico. A teoria Desenvolvimentista surge então como grande influência no pensamento econômico brasileiro da segunda metade do século XX. Uma importante característica desse pensamento refere-se à estratégia política e econômica que visa o crescimento da infraestrutura de um país juntamente com o crescimento da produção industrial, tendo o Estado como principal agente para direcionar o desenvolvimento do país (Myrdal, 1953; Singer, 1957; Hirschman, 1964; Bresser-Pereira, 2007).

Assim, em meio a uma crise do capitalismo internacional, surge uma nova estratégia nacional de desenvolvimento econômico, segundo a qual o caminho passaria por uma industrialização e fortalecimento de um mercado interno.

Aproveitaram do enfraquecimento do centro para formular estratégias nacionais de desenvolvimento que, essencialmente, implicavam a proteção à indústria nacional nascente e a promoção de poupança forçada através do Estado e envolviam uma aliança nacional entre empresários industriais, burocracia do Estado e trabalhadores. O nome que essa estratégia recebeu foi «desenvolvimentismo» ou «nacional-desenvolvimentismo». Com esse nome se queria salientar, primeiro, que o objetivo fundamental da política econômica era o de promover o desenvolvimento econômico, e, segundo, que, para isso, era preciso que a nação, isto é, os empresários, a burocracia do Estado, as classes médias e os trabalhadores, associados na competição internacional, definissem os meios que utilizariam para alcançar esse objetivo nos quadros do sistema capitalista, tendo como principal instrumento de ação coletiva o Estado (Bresser-Pereira, 2007).

A partir da década de 1930, o Brasil viveu a sua Revolução Industrial (Bresser-Pereira, 1968), e a discussão sobre o modelo de desenvolvimento econômico e o papel do Estado como agente desse desenvolvimento cresceu nas décadas seguintes.

Um elemento muito importante nas discussões sobre o desenvolvimento econômico e o papel do Estado como agente de desenvolvimento nos países da América Latina vai ser a Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe – CEPAL. Criada no ano de 1948 pelo Conselho Econômico e Social da Nações Unidas para incentivar e

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

discutir a cooperação económica entre os seus membros, a CEPAL exerceu grande influência no contexto económico da região. São apontadas como contribuições da CEPAL, entre outras, ter inserido o conceito de desenvolvimento na América Latina, reconhecendo a existência de assimetrias estruturais globais e objetivos comuns a diferentes países (Puntigliano, 2007)

O diplomata chileno Hernán Santa Cruz, que havia participado do processo de criação da CEPAL no âmbito das discussões para a criação da Organização das Nações Unidas, publicou um artigo na Revista de La CEPAL. nº 57, no qual descreve esse processo:

O projeto se fundava em que a América Latina havia entrado em uma grave crise originada no esforço económico realizado para defender a causa das Nações Unidas durante a guerra e nas perturbações que esta havia causado à economia mundial: e em que era necessário desenvolver a indústria dos países da América Latina e utilizar ao máximo seus enormes recursos naturais para elevar o nível de vida de seus habitantes, ajudar a resolver os problemas económicos de outros continentes, conseguir um melhor equilíbrio do edifício económico mundial e intensificar o comércio internacional. A Comissão deveria estudar as medidas necessárias para facilitar uma ação conjunta destinada a favorecer o progresso económico, assim como manter e estreitar os vínculos económicos que os ligam entre si e também com o resto do mundo e, ademais, participar na aplicação dessas medidas (Santa Cruz, 1995; p. 25; tradução livre).

A citação acima é bastante esclarecedora acerca de qual o modelo económico discutido na época, especialmente no que diz respeito à utilização *ao máximo* dos recursos naturais dos países subdesenvolvidos da América Latina como uma forma de melhorar a vida dos seus habitantes.

Dois personagens merecem destaque quando se fala da CEPAL: Raul Prebisch (1901 – 1986) e Celso Furtado (1920-2004). Prebisch foi um economista argentino que, com 31 anos de idade, assumiu o cargo de gerente do Banco Central Argentino. Celso Furtado, um advogado e economista, era doutor pela Université Paris 1 – Panthéon Sorbonne -, aí apresentando em 1948 uma tese sobre a economia colonial do Brasil.

Prebisch e Furtado defendiam como papel do Estado uma significativa intervenção na economia a partir da instalação de uma tecnoburocracia, melhorando as condições gerais da sociedade, e postulavam uma articulação política e reforma das

instituições como um meio de proporcionar as condições para o desenvolvimento e para a melhoria das condições de vida da população (Abdala, 2014).

O método histórico-estruturalista foi outra importante contribuição da CEPAL. Formulado por Prebisch e Furtado, é o fundamento da escola económica do estruturalismo latino-americano. Trata-se de uma perspectiva que analisa a formação histórica das estruturas sociais e económicas do país subdesenvolvido, procurando encontrar formas de destravar o seu desenvolvimento (Abdala, 2014; p.93).

Furtado produziu ao longo de sua vida vasto material dedicado aos problemas dos países ditos subdesenvolvidos e da sua relação com os países desenvolvidos, como causadora de tais problemas. Ele compreendia que, se para os países desenvolvidos, a produção era o fator chave do seu desenvolvimento, para os países subdesenvolvidos ela não funcionava da mesma forma (Furtado, 1981).

A exportação de produtos primários e importação de produtos manufaturados, no entendimento da CEPAL, configurava uma deterioração dos termos de intercâmbio, pois ao exportar produtos de baixo valor agregado e importar produtos de alto valor agregado os países periféricos estavam transferindo excedentes para o exterior (Abdala, 2014; p.97).

Assim, uma questão central para a proposta desenvolvimentista foi a adoção de um modelo de industrialização por substituição de importações como forma de eliminar as trocas desiguais entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos na América Latina. Essa estratégia nunca foi possível no contexto brasileiro e latino-americano, muito embora tenha havido iniciativas nesse sentido, especialmente no Brasil a partir da chamada Era Vargas, nos anos 1930. Disso resultou o princípio do processo de industrialização brasileira, ainda que essa indústria não fosse completamente autônoma e capaz de suprir todas as necessidades do mercado interno (Bresser-Pereira, 1968).

De fato, havia questões estruturais que impediam o desenvolvimento dos países periféricos. Entretanto, um aspecto central naquele momento, e importante para as reflexões dessa tese, foi o papel do Estado como um agente do desenvolvimento, através da sua intervenção no processo de industrialização. O modelo económico adotado pelo regime dos militares a partir do golpe de 1964 valeu-se de algumas ideias

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

desenvolvimentistas, como a participação do Estado na economia, mas acrescentando-lhe novas justificações, como o argumento da segurança nacional (Silva, 2006).

É em meio a esse processo que surgem como relevantes as estratégias políticas de ocupação da Amazônia adotadas pelo Estado brasileiro, como a criação da Rodovia BR-230 – a Rodovia Transamazônica -, a Rodovia BR 163 – a Rodovia Cuiabá-Santarém - e a mobilização de populações do sul e do nordeste para a criação de “colônias” em território amazônico.

O governo militar tinha uma visão do território nacional com um núcleo central de desenvolvimento composto por três regiões (sul, centro oeste e nordeste) desenvolvidas em diferentes escalas, e uma imensa região ilhada das demais, que não conhecia o desenvolvimento – a região amazônica. A estratégia de integração do território nacional passava assim pela criação de condições viárias entre o núcleo desenvolvido para, a partir daí, viabilizar a incorporação da isolada região amazônica (Neto, 2010).

O projeto de geração de energia hidroelétrica nos rios da Amazônia surgiu nesse contexto, viabilizado através da criação do Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Amazônia, no ano de 1968²³. Tratava-se de um órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia que tinha entre as suas funções: (i) supervisionar os estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético da Amazônia; (ii) preparar os orçamentos e autorizar despesas; e (iii) deliberar sobre as soluções técnicas possíveis. Foram realizados trabalhos de inventário, nos quais foram examinados 26 rios da Amazônia, sendo que em 11 se localizaram locais de aproveitamento. Estes trabalhos foram custeados pela Eletrobrás (Cardoso & Muller, 2008).

Importante para as discussões dessa tese é destacar e perceber em que contexto social e econômico surge o projeto de Belo Monte. O histórico exposto no primeiro capítulo ajuda a compreender as tensões entre Estado e sociedade durante o lento caminhar do projeto nas décadas de 1980 e 1990. Mas é a partir de um novo cenário econômico, já nos anos 2000, que ressurge com força Belo Monte.

²³ Criado através do Decreto nº 62.952 de 31 de dezembro de 1968.

2.3. A influência do neoliberalismo

Os anos 1980 foram marcados pelo processo lento de redemocratização brasileira que culminou na promulgação da Constituição de 1988 e nas eleições diretas para a presidência da República de 1989.

O final da década de 1980 e, em especial, a década de 1990 foi um período de grandes mudanças no cenário mundial e, por conseguinte, no Brasil. As políticas do Consenso de Washington foram aplicadas de maneira dogmática nos países periféricos, em especial nos latino-americanos.

A receita neoliberal concentrava-se basicamente na adoção de reformas com o objetivo de viabilizar o livre funcionamento do mercado e tinham como receita as seguintes políticas: (i) o controlo inflacionário; (ii) a abertura dos mercados financeiros; (iii) o crescimento pela via da poupança externa; (iv) a privatização de serviços estatais monopolistas; e (v) uma taxa de câmbio não controlada.

Sugeria o receituário neoliberal que os mercados seriam capazes de coordenar a economia sem a necessidade de que o Estado complementasse esta coordenação, e que isso resultaria em desenvolvimento económico e distribuição de renda (Bresser-Pereira, 2007).

Para Puello-Socarrás (2013), entretanto, o neoliberalismo não se confunde com o Consenso de Washington, ou com um programa específico de políticas económicas, como é frequentemente descrito. Pese embora ser um fenómeno bastante amplo, uma característica é subjacente a todos os processos relacionados a este fenómeno: um projeto de classe do capitalismo de nossa época:

O neoliberalismo implica, antes de tudo, um projeto económico-político de classe (capitalista) o qual se há vendido expressamente através de uma estratégia de acumulação (chamada comum e colonialmente de “Desenvolvimento”). Somente posteriormente o neoliberalismo se materializa em programas de políticas, tal e como evidencia o Consenso de Washington e suas variantes, os quais representam, precisamente, sua dimensão tática. A estratégia neoliberal, diferente do modelo anterior, se baseia especificamente na sujeição e subordinação absoluta ao Mercado (iniciativa privada que, no mundo real, sempre é assimétrica) como o dispositivo de produção e reprodução social em sentido amplo. A partir daí se deriva uma ampla gama de políticas públicas (económicas, sociais, etc.) (Puello-Socarrás, 2013; p.03-04; tradução livre).

Corolário do processo de redução do papel do Estado na economia e da liberalização do mercado é o processo da globalização²⁴. Uma característica desse período é a interdependência econômica entre os países no mercado internacional. Nesta perspectiva, as empresas (multi)nacionais assumem importância central na economia e, em decorrência da lógica subjacente de diluição das fronteiras nacionais, os Estados nacionais perderiam sua centralidade (Diniz, 2011).

Os anos 1990 foram marcados pela derrocada do socialismo real dos países do Leste europeu e a propaganda de que teria ocorrido o triunfo final do capitalismo sobre o socialismo. O liberalismo ou sua versão contemporânea – o neoliberalismo – seria assim a única alternativa viável para a democracia e a eficiência econômica (Dos Santos, 2004).

Entretanto, a partir dos anos 2000 ficou mais claro que, apesar de colocar em prática as reformas neoliberais, os países periféricos latino-americanos não conseguiam os resultados esperados em termos de desenvolvimento econômico. Pelo contrário, à exceção do Chile, estes países tiveram quedas consideráveis de suas taxas de crescimento após a adoção das medidas identificadas com o Consenso de Washington em comparação com as taxas de desenvolvimento de períodos anteriores. Enquanto essas economias estavam em grandes dificuldades, países asiáticos como a China e a Índia apresentavam altas taxas de crescimento sem seguir os preceitos neoliberais (Bresser-Pereira, 2007).

Notava-se (tardamente) que a história de como os países ricos atingiram o seu próprio desenvolvimento indicava que a estratégia adotada por estes fora bem diferente da estratégia que os mesmos recomendam para os países que ainda buscam se desenvolver (Chang, 2004).

Theotônio dos Santos (2004) aponta que, além das contradições entre o receituário dos países desenvolvidos e as suas práticas internas, a receita neoliberal aplicada no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e o seu Plano Real apresentavam também fortes contradições entre a teoria e a prática. E em primeiro lugar, a discrepância entre a anunciada desregulamentação econômica e o conservadorismo

²⁴ Para uma visão ampla do processo de globalização sugiro: *Globalização e as Ciências Sociais* (Santos, 2002b), *Globalização em Questão* (Hirst & Thompson, 1998) e *Globalization and its Discontents* (Stiglitz, 2002). Para uma compreensão desse processo no Brasil, com especial destaque para a análise do Plano Real e do Governo de Fernando Henrique Cardoso: *Do Terror à Esperança: auge e declínio do neoliberalismo* (Dos Santos, 2004).

fiscal com o aumento do endividamento do país. Isso indicaria que as políticas neoliberais não seguem seus próprios preceitos teóricos.

No caso brasileiro, a desregulamentação e privatizações nos setores de telefonia e elétrico, por exemplo, fizeram aumentar a concorrência no setor em um primeiro momento, mas logo em seguida a competição desregulamentada levou à falência de companhias menores ou a sua aquisição pelas grandes. Ao fim e ao cabo, acabou-se com o monopólio estatal e viabilizou-se um novo oligopólio, com a novidade de uma diminuição da participação e regulação estatal e aumento da influência do setor privado (Dos Santos, 2004).

O neoliberalismo, ao mesmo tempo que defendia a austeridade fiscal e o livre mercado, quando diante de dificuldades acabou por provocar distorções no mercado em direções muito específicas, em favor do setor financeiro, em detrimento da área produtiva, além de esquecer a austeridade fiscal.

No caso do Plano Real, esta estava fundamentada em três âncoras: (i) a âncora cambial, com uma moeda (real) estável frente ao dólar; (ii) a âncora monetária, através da contenção da emissão e do crédito; e (iii) a âncora fiscal, isto é, o equilíbrio orçamentário. Todavia diante das dificuldades que ocorreram nos anos 1990, influenciadas pelas crises do México e dos países do Sudeste asiático, o governo priorizou a âncora cambial, mantendo artificialmente o real valorizado.

Para viabilizar tal estratégia, foi necessário aumentar a entrada de dólares no país, com as sucessivas elevações da taxa de juros como a solução para atrair capitais estrangeiros. Mas essa política afetou diretamente o setor produtivo nacional, criando um círculo vicioso: quanto menos se produz, menos se obtém dólares através das exportações. E assim se necessita cada vez mais a taxa de juro, acentuando a dependência dos investimentos estrangeiros (Dos Santos, 2004).

Perry Anderson (2011) destaca o cenário brasileiro do princípio dos anos 2000, quando da mudança de governo com a eleição de Lula:

A globalização eliminou a possibilidade de um projeto inclusivo de desenvolvimento nacional, do tipo há tempos buscado pelo Brasil. A terceira revolução industrial, baseada em avanços moleculares e digitais que apagam as fronteiras entre ciência e tecnologia, exige investimentos em pesquisa e impõe patentes que não permitem nenhuma transferência imediata de seus resultados para a periferia do sistema — e menos ainda em um país como o Brasil, onde o investimento, mesmo no auge do desenvolvimentismo de Kubitschek na década de 1950, nunca superou meros 22% do PIB e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento permanecem ainda hoje irrisórios.

Assim, em vez de um maior avanço industrial, as consequências para o Brasil da mais recente onda da revolução tecnológica tem sido a migração da acumulação das fábricas para as transações financeiras e a extração de recursos naturais, com um crescimento muito rápido do setor bancário, onde os lucros são maiores, e da mineração e do agronegócio para a exportação (Anderson, 2011; p.39-40).

Sob os efeitos da globalização e das políticas do Consenso de Washington, o Brasil entrava no milênio com uma dívida pública (metade da qual avaliada em dólares) que havia sido duplicada nos últimos oito anos, com um déficit em conta que era o dobro da média dos países da América Latina, com desvalorização da moeda e com uma taxa de juros nominais acima dos 20%.

Ao mesmo tempo, pairava aos olhos do mercado financeiro o medo de que o Brasil repetisse o que ocorrera na Argentina ao declarar a moratória da dívida externa (Anderson, 2011). Nesse contexto, Lula chega ao poder prometendo mudanças radicais, tanto económicas quanto sociais.

2.4. O Brasil pós-Lula

No final da campanha eleitoral de 2002, Lula divulgou pela imprensa uma *Carta ao Povo Brasileiro* (2002). Este documento surge em um momento crucial da corrida presidencial, em que havia uma grande instabilidade dos mercados financeiros diante do risco de uma ruptura com o modelo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

Lula, diante desse contexto, divulgou esta carta com o objetivo de tranquilizar a burguesia nacional e o mercado financeiro, afirmando mais de uma vez que caso fosse eleito o Brasil cumpriria todos os seus compromissos contratados. Além disso, indicava naquele texto uma preocupação fundamental com a retomada do crescimento económico e apontava para o esgotamento do modelo anterior, com a necessidade de o Estado

assumir um protagonismo nessa retomada do crescimento. Para tanto, seria necessária a formação de um novo consenso nacional, com a participação dos setores da indústria e do agronegócio, visando um aumento de exportações e ao mesmo tempo do mercado interno

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas (Silva, 2002).

Desse modo, apesar de toda a desconfiança do mercado financeiro, Lula foi eleito e começou a governar formando uma equipe econômica ortodoxa no Banco Central e no Ministério da Fazenda. Seus primeiros compromissos foram garantir o *superavit* primário maior do que o FMI havia recomendado, e seguiu aumentando as taxas de juros (Anderson, 2011).

Nos primeiros anos, o governo Lula caracterizou-se pela continuidade das políticas macroeconômicas neoliberais do seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, a partir do ano de 2006, o governo Lula passou a adotar novas políticas que se mesclaram às políticas macroeconômicas neoliberais, estabelecendo-se dali em diante uma política econômica híbrida (Morais & Saad-Filho, 2011).

Devido à peculiaridade do modelo brasileiro, Bresser-Pereira (2003) desenvolveu uma proposta teórica segundo a qual o modelo adotado pelo Brasil, sobretudo a partir de 2006, é chamado de novo-desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo.

Este modelo se caracterizaria por uma estratégia de complementaridade entre a ação do Estado e do mercado, estabelecendo um consenso interno capaz de unir governo, empresariado e trabalhadores em uma estratégia nacional de desenvolvimento. Tal estratégia encara a globalização como um sistema de intensa competição entre Estados através de suas empresas. Para tanto, é necessário um fortalecimento do Estado que ao mesmo tempo permita que as empresas nacionais sejam competitivas no mercado

internacional. Adota assim como estratégia o aumento da taxa de investimento, orientação da economia para as exportações, redução das taxas de juros, crescimento através de poupança interna, entre outras medidas (Bresser-Pereira, 2007).

O que se observou no Brasil nesse período entre 2004 e 2006 foi um crescimento econômico que coincidiu com um grande aumento da demanda chinesa por dois dos produtos mais valiosos de que dispunha o Brasil: a soja e o minério de ferro. É um período em que o mercado internacional de *commodities* teve uma alta de preços histórica. Ao mesmo tempo, o mercado de ações prosperou como nunca antes na história brasileira. A Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – BOVESPA – superou entre 2002 e 2010 todas as outras do mundo, subindo 523%, representando o terceiro maior complexo de mercado de futuros, *commodities*, e títulos do mundo (Anderson, 2011).

Sem prender-me à discussão quanto ao enquadramento teórico do modelo econômico adotado pelo Brasil a partir do governo Lula, interessa ao prosseguimento da discussão compreender o contexto econômico em que Belo Monte voltou a ganhar força e deixou de ser um projeto para ser uma obra em construção.

Algumas análises apontam que as posições do governo que recuperaram a estabilidade macroeconômica possibilitaram um melhor posicionamento no contexto geopolítico internacional favorável nesses anos de alta do mercado de *commodities* (Barbosa, 2013). Por outro lado, há quem atribua o resultado econômico e social favorável neste período a uma conjuntura internacional favorável devido à ascensão da China e a um significativo incremento na demanda por recursos naturais (Cunha et al, 2011; Martins, 2013).

O que interessa aqui é, entretanto, demonstrar algumas características do atual capitalismo brasileiro relevantes para a análise que proponho realizar. Nesse sentido, destaca-se que, após disputas internas no governo Lula entre a visão neoliberal e a visão desenvolvimentista, preponderou a opção por um ativismo estatal voltado para a redução da desigualdade da distribuição de renda e para o investimento público, o que acabou levando (dentre outras políticas sociais e econômicas) a um grande programa de investimento plurianual denominado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Este programa estava centrado no investimento em energia e transporte e articulou o investimento público com o investimento das empresas estatais e privadas através de

concessões em infraestrutura, bem como uma forte expansão do crédito para investimento com apoio do setor bancário público (Morais & Saad-Filho, 2011).

Tal modelo apresentou resultados positivos especialmente no que tange aos índices de desenvolvimento económico, e colocaram o Brasil em uma nova posição na geopolítica internacional, refletindo-se na sua participação no contexto capitalista mundial.

O Brasil destacou-se nesse período enquanto uma das economias emergentes do planeta com índices de crescimento económico relevantes no cenário internacional, e um dos maiores produtores e exportadores de *commodities* do mundo. Isso torna o processo de desenvolvimento económico brasileiro profundamente conectado com o mercado globalizado (Porto & Milanez, 2009).

O modelo adotado pelo Brasil provocou, no entanto, um crescimento desigual e excludente. Assistiu-se a uma melhora no que diz respeito aos indicadores económicos, mas desproporcional à melhora de indicadores sociais como, por exemplo, do Índice de Desenvolvimento Humano (Carneiro *et al*, 2012). Da mesma forma, o modelo assente na exportação de *commodities* provocou um aumento na concentração de terras devido ao crescimento na área do agronegócio.

No campo, o desmatamento de vastas áreas para o estabelecimento do agronegócio moderno continuou em ritmo acelerado sob o governo Lula, e deixou a concentração latifundiária ainda maior do que era há meio século (Anderson, 2011; p.37-38).

Como bem destacam Porto e Milanez (2009), o comércio internacional de *commodities* intensifica as desigualdades sociais e a degradação ambiental na medida em que se baseia em preços de mercadorias que não incorporam degradações ambientais, os efeitos sociais da concentração de renda e poder para as populações, tampouco os impactos à saúde gerados pelas fases mais agressivas da cadeia produtiva. A consequência lógica disso é a geração de conflitos:

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Conflitos socioambientais podem ocorrer no momento de extração dos recursos naturais, da geração de energia utilizada ou na produção de mercadorias, estando presentes em praticamente todo o planeta, porém tendem a se intensificar nos países exportadores de commodities. Os conflitos podem estar associados a diversas atividades e setores, como a ocupação de terras para a produção agrícola e animal; a poluição causada por fábricas, veículos e depósitos de resíduos; as minas de ferro, bauxita e urânio; fundições, siderúrgicas e fábricas de alumínio; extração e refino de petróleo ou de gás; ou ainda a extração de material de construção (Porto & Milanez, 2009, p. 1986).

Os referidos conflitos inserem-se em um contexto de disputas entre os interesses de grandes corporações associadas muitas vezes ao governo brasileiro e as populações vulneráveis que vivem em regiões afetadas pelos impactos de obras, extração de minérios, agronegócio, etc, e que denunciam essa situação como injustiça ambiental (Porto, 2007).

Belo Monte ressurgiu neste cenário. O Estado como ator central em um projeto de desenvolvimento voltado para o aproveitamento de um contexto internacional favorável ao extrativismo.

O PAC, programa no qual Belo Monte era apresentada como o grande exemplo do desenvolvimento brasileiro, veio para viabilizar a estrutura necessária para a extração de minérios, plantio de soja, cultivo de gado e a sua exportação. Assim, as obras buscavam criar estruturas viárias para o escoamento dessa produção e a geração de energia elétrica para esse modelo industrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PRIMEIRA PARTE

Procuramos até aqui, com esta Primeira Parte, descrever o contexto do surgimento de Belo Monte. Se a questão que está no centro desta tese é a abordagem do problema da saúde tal como ele se apresentou a partir das experiências das populações atingidas por Belo Monte, foi necessário identificar os enquadramentos que permitem problematizar o caso nessa perspectiva.

Nesta primeira parte, pude recuperar o histórico desse projeto que percorreu 35 anos dos primeiros estudos ao início da obra, uma obra ainda inacabada, perfazendo o processo, hoje, um total superior a 40 anos.

Nesse período, o Brasil passou por grandes transformações. O fim da ditadura, a redemocratização, a promulgação de uma nova Constituição, a implementação de legislação para licitações e regulações na esfera ambiental marcam esse processo. Belo Monte foi perpassado por todo esse processo, nas suas diversas vertentes..E também o foi a luta das populações atingidas. São 40 anos de tensão entre Estado, setor empresarial e populações atingidas. Como pudemos ver no primeiro capítulo, muitas articulações surgiram no decorrer desse processo. Populações rurais e urbanas se aproximaram das populações indígenas. Da mesma forma, grupos políticos e movimentos sociais disputaram suas pautas dentro e fora do Estado.

A discussão sobre o capitalismo brasileiro e Belo Monte se mostra relevante para a compreensão de como e porque surge uma obra dessa dimensão. Mais que isso, é importante para compreendermos como esse projeto sobreviveu em momentos políticos e económicos tão diversos. Ao revermos o histórico da economia brasileira, podemos notar que o extrativismo sempre esteve presente. Até o século XX era absolutamente preponderante. Depois ocorreu um período de industrialização e um forte debate sobre a modernização da matriz económica brasileira frente ao contexto internacional.

Porém, com o advento da globalização, a indústria nacional perdeu fôlego. Diante de uma nova crise ressurgiu o extrativismo, fortalecido por um momento favorável

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

ao mercado de exportação de *commodities*, e o Brasil investiu fortemente nesse modelo. Belo Monte também ressurge com força nesse período, como iniciativa necessária à estruturação de tal modelo.

Essa é a parte visível desse processo. A parte que se quer vista. Concomitantemente com a história econômica brasileira, debates teóricos e tentativas de implementação de políticas econômicas, de integração, exploração de recursos naturais e ocupação territorial, há também os processos invisibilizados. E há os atores sociais invisibilizados nesses processos. Para dar visibilidade a esses atores e as suas lutas, é necessário recontar essa história. Assim seguirá esta tese. Contando a mesma história por mais de uma vez, através de mais de um olhar.

O capítulo que seguinte, que inicia a segunda parte desta tese apresenta um momento preliminar e necessário a esse recontar da história de Belo Monte, o da construção metodológica em que se apoiou investigação. Optei por contar a história da minha pesquisa, de como a tese foi sendo construída a partir dos referenciais teóricos e metodológicos com os quais trabalhei, para a seguir chegar ao trabalho de campo junto aos atores, cujo protagonismo está no centro desta tese.

PARTE II.

**Enquadramento teórico
e metodologias: uma
narrativa do campo**

3. O QUADRO TEÓRICO

3.1. Ajustando a lente

Designamos a diversidade epistemológica do mundo por epistemologias do Sul. O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte). A sobreposição não é total porque, por um lado, no interior do Norte geográfico classes e grupos sociais muito vastos (trabalhadores, mulheres, indígenas, afro-descendentes) foram sujeitos à dominação capitalista e colonial e, por outro lado, porque no interior do Sul geográfico houve sempre as ‘pequenas Europas’, pequenas elites locais que beneficiaram da dominação capitalista e colonial e que depois das independências a exerceram e continuam a exercer, por suas próprias mãos, contra as classes e grupos sociais subordinados. A ideia central é, como já referimos, que o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados. As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos (Santos & Meneses, 2009; p.12-13).

Falar em epistemologias do Sul é falar na diversidade epistemológica do mundo. Mas também é posicionar-se diante dessa diversidade epistemológica, é reconhecer que dentro dessa realidade diversa há relações de opressão e de dominação e que tais relações se refletem na desigualdade social, especialmente em contextos como o tratado nesta tese.

A minha intenção aqui é apresentar a lente através da qual eu olhei para o tema desta tese. Se estivesse falando em música eu diria tratar-se de dizer qual o tom da peça musical²⁵. É a partir desse tom que vou abordar a questão da saúde no contexto de Belo Monte e o compromisso de coerência dessa abordagem será com o tom dado pela

²⁵ O tom de uma música funciona como uma espécie de princípio informador de uma lógica de toda a música. A partir dele é possível realizar uma série de combinações entre as notas musicais de forma harmônica. As relações entre essas notas não são, entretanto, determinísticas, mas probabilísticas. Isto é, há notas musicais que a partir de determinado tom vão combinar-se umas com as outras com maior ou menor probabilidade. A criatividade da composição ou do improviso está exatamente na forma de lidar com tais probabilidades.

perspectiva trazida pelas populações atingidas. Assim, antes de entrar na problematização da saúde em tal perspectiva, discuto quais as premissas dessa abordagem.

3.2. Procedimentos sociológicos

Santos (2002) traz uma discussão fundamental para o desenvolvimento das epistemologias do Sul enquanto prática sociológica. Essa discussão nasce e desenvolve-se a partir do projeto de investigação chamado *A Reinvenção da Emancipação Social*²⁶, através do qual foram estudadas alternativas à globalização neoliberal e ao capitalismo global produzidas por movimentos sociais e ONG's em sua luta contra a exclusão e a discriminação em diferentes domínios sociais e em diferentes países.

Segundo o autor, o projeto levou a uma profunda reflexão epistemológica fundada, principalmente, em três fatores: (i) o projeto foi conduzido fora dos centros hegemônicos de produção da ciência social, com o objetivo de criar uma comunidade científica internacional independente das concepções hegemônicas que esses centros veiculam; (ii) além do cruzamento de diferentes tradições teóricas e metodológicas das ciências sociais, o projeto trabalhou o cruzamento das diferentes culturas e formas de interação entre a cultura e o conhecimento, bem como entre o conhecimento científico e o conhecimento não-científico; e (iii) o projeto debruçou-se sobre lutas, iniciativas, movimentos alternativos, muitos dos quais locais, muitas vezes em lugares remotos do mundo, e assim, talvez fáceis de desacreditar como irrelevantes, demasiado frágeis ou localizados para oferecer uma alternativa credível ao capitalismo (Santos, 2002).

²⁶ Projeto de investigação coordenado por Boaventura de Sousa Santos, do qual fizeram parte 69 cientistas sociais, e que envolveu seis países fora dos centros hegemônicos de produção do conhecimento científico (África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal). Os temas investigados foram: democracia participativa; sistemas alternativos de produção; multiculturalismo emancipatório, justiça e cidadania; biodiversidade e conhecimentos rivais e direitos de propriedade intelectual; e novo internacionalismo operário. Decorrente desse projeto foram publicados seis volumes: *Democratizar a Democracia* (Santos, 2003); *Produzir para Viver* (Santos, 2003b), *Semear Outras Soluções* (Santos, 2004); *Reconhecer Para Libertar* (Santos, 2004b); *Trabalhar o Mundo* (Santos, 2004c); e *As Vozes do Mundo* (Santos, 2008).

Os factores e circunstâncias acima descritos levaram-me a três conclusões. Em primeiro lugar, a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. Em segundo lugar, esta riqueza social está a ser desperdiçada. É deste desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim e outras semelhantes. Em terceiro lugar, para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade. Sem uma crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante pelo menos durante os últimos duzentos anos, todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito. (Santos, 2002; p.238)

A partir das conclusões de que há no mundo experiência social ampla e variada que está sendo desperdiçada e de que para combater esse desperdício o caminho passa por um outro tipo de ciência e de racionalidade, Santos constrói uma crítica a tal modelo de racionalidade, ao qual chama *razão indolente*, e propõe um outro modelo que designa como *razão cosmopolita*.

Essa razão cosmopolita parte de três pontos: (i) a compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo, a qual é tão importante quanto parcial e inadequada; (ii) a compreensão do mundo e a forma como ela cria e legitima o poder social tem muito que ver com concepções do tempo e da temporalidade; e (iii) a característica mais fundamental da concepção ocidental de racionalidade é o fato de, por um lado, contrair o presente e, por outro, expandir o futuro (Santos, 2002).

Proponho uma racionalidade cosmopolita que, nesta fase de transição terá de seguir trajectória inversa: expandir o presente e contrair o futuro. Só assim será possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje. Por outras palavras, só assim será possível evitar o gigantesco desperdício da experiência de que sofremos hoje em dia. Para expandir o presente, proponho uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências. (Santos, 2002; p.239)

O expandir o presente e (ao mesmo tempo) contrair o futuro de que fala Santos envolve uma estratégia de fundamentação da ação. Expandir o presente para situar temporalmente a luta por emancipação social no agora que é o tempo em que a opressão está a ocorrer concretamente. O contrair o futuro, como consequência dessa expansão do presente para evitar a ilusão de uma esperança nada-morta de um futuro tão previsível quanto inatingível (devido a uma falsa compreensão de linearidade dos acontecimentos históricos).

Ainda, em oposição ao uso de uma teoria geral para explicar a imensa diversidade de experiências sociais reveladas, o trabalho de tradução é proposto como o terceiro procedimento sociológico. A tradução surge como um procedimento que se propõe a criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis sem destruir sua identidade. Nesse sentido essa tradução precisará ser diálogo intercultural (Santos, 2002).

3.2.1. A sociologia das ausências e a crítica à razão metonímica

Segundo Santos, a indolência da razão ocorre em quatro formas²⁷, sendo duas delas fundacionais e ao mesmo tempo as menos enfrentadas: a razão metonímica e a razão proléptica. Começemos pela crítica à razão metonímica, que é aquela que se apresenta como única forma de racionalidade possível.

A primeira característica da razão metonímica é a sua obsessão pela ideia de totalidade sob a forma de ordem. Daí decorre a relação entre as partes e o todo através da qual as partes não têm existência independente e fora da relação com o todo. E também por isso as dicotomias dentro dessa lógica contêm uma hierarquia, expressa como Norte/Sul, conhecimento científico/conhecimento tradicional, homem/mulher, etc. Daqui decorrem duas consequências principais: (i) como não existe nada (inteligível) fora da totalidade, a razão metonímica apresenta-se como exaustiva, exclusiva e completa; e (ii) nenhuma das partes pode ser pensada fora da relação com a totalidade (Santos, 2002).

A crítica à razão metonímica é proposta como condição para recuperar a experiência desperdiçada, através da ampliação do mundo pela ampliação do presente. O objetivo é, dessa forma, identificar e valorizar a riqueza inesgotável do mundo e do presente. Essa dilatação do presente é proposta por Santos através de dois procedimentos:

²⁷ São elas: (i) razão impotente: não se exerce porque pensa que nada pode fazer contra uma necessidade concebida como exterior a ela própria; (ii) razão arrogante: a que não sente necessidade de exercer-se porque se imagina incondicionalmente livre e, por conseguinte, livre da necessidade de demonstrar sua própria liberdade; (iii) razão metonímica: se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria prima; e (iv) razão proléptica: não se aplica a pensar o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente (Santos, 2002; p.239-240)

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

(i) a proliferação das totalidades fazendo a totalidade proposta pela razão metonímica coexistir com outras totalidades possíveis; e (ii) mostrar que toda a totalidade é feita de heterogeneidade e que as partes que a compõem têm vida própria (Santos, 2002).

Essa crítica implica pensar os termos das dicotomias fora das articulações e relações de poder, isto é: *Pensar o Sul como se não houvesse norte, pensar a mulher como se não houvesse homem; pensar o escravo como se não houvesse senhor* (Santos, 2002; p.246).

A *sociologia das ausências* surge aqui como um procedimento sociológico para o exercício dessa ampliação do presente de que fala Santos:

Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objecto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objectivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências não socializadas pela totalidade metonímica. O que é que existe no Sul que escapa à dicotomia Norte/Sul? O que é que existe na medicina tradicional que escapa à dicotomia medicina moderna/medicina tradicional? O que é que existe na mulher que é independente da sua relação com o homem? É possível ver o que é subalterno sem olhar à relação de subalternidade? (Santos, 2002; p. 246)

É exatamente esse o nosso²⁸ esforço nesta tese. Pensar em uma abordagem ao tema da saúde das populações atingidas, oprimidas no contexto da imposição do mega empreendimento Belo Monte, que parta da visão das próprias populações. Trata-se de pensar (e ser) os atingidos independentemente da relação de opressão que os coloca nessa condição. Trata-se de criar os espaços em que se torna possível para eles dizer o que é saúde sem os constrangimentos impostos pelas definições associadas ao conhecimento biomédico. É, em última análise, ajudar a criar espaços de visibilidade e de reconhecimento de possibilidade e direito a uma existência livre das relações de opressão, da invisibilização e da produção de não existência.

²⁸ Embora eu opte por escrever sempre em primeira pessoa, neste caso o plural é verdadeiro e indispensável. O esforço pela realização de uma sociologia das ausências no âmbito dessa investigação foi coletivo, contando tanto com a participação do meu orientador Prof. Dr. João Arriscado Nunes, quanto dos diversos atores sociais que construíram e problematizaram comigo a temática aqui enfrentada.

A não existência é produzida a partir da monocultura da razão (indolente) através de cinco lógicas ou modos de produção (Santos, 2002; p.247-248):

- Monocultura do saber e do rigor do saber: transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética. A não existência assume aqui a forma de ignorância ou incultura.
- Monocultura do tempo linear – a ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos tem sido formulada ao longo dos anos como a ideia de progresso, desenvolvimento, modernização, dentre outras. Esta lógica produz não existência, declarando atrasado tudo o que foge à sua referência de avançado, que não por coincidência corresponde às instituições, conhecimentos e formas de sociabilidade dominantes nos países centrais do sistema mundo.
- Lógica da classificação social – distribuição das populações por categorias que naturalizam hierarquias, como a classificação racial e a sexual. A não existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável devido à condição de natural.
- Lógica da escala dominante – é o universal e o global, que define como irrelevantes todas as outras escalas possíveis. A não existência é produzida sob a forma do particular e do local como alternativas não credíveis ao que existe de modo universal ou global.
- Lógica produtivista - monocultura dos critérios de produtividade capitalista, que tem o crescimento econômico como um objetivo inquestionável. Se aplica tanto à natureza quanto ao trabalho humano, sendo a não existência produzida sob a forma do improdutivo, que na verdade é aquele que não se presta à conversão de si ou seu trabalho em capital.

As formas sociais de não existência produzidas segundo as lógicas acima são: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo:

Trata-se de formas sociais de inexistência porque as realidades que elas conformam estão apenas presentes como obstáculos em relação às realidades que contam como importantes, sejam elas realidades científicas, avançadas, superiores, globais ou produtivas. São, pois, partes desqualificadas de totalidades homogêneas que, como tal, apenas confirmam o que existe e tal como existe. São o que existe sob formas irreversivelmente desqualificadas de existir. (Santos, 2002; p.248-249)

A sociologia das ausências enquanto procedimento é realizada através da contraposição a cada um dos cinco modos de produção de ausências. Para cada uma das totalidades homogêneas é proposta uma ecologia enquanto ideia de multiplicidade de existências (Santos, 2002; p.250-253):

- Ecologia de saberes - opõe-se à monocultura do saber e do rigor do saber, a partir do questionamento da sua lógica pela identificação de outros saberes rivais que operem de maneira credível em contextos sociais declarados não existentes pela razão metonímica.
- Ecologia das temporalidades - confronta a lógica da monocultura do tempo linear com a ideia de que o tempo linear é apenas uma entre muitas concepções do tempo, e nem sequer é a mais praticada no mundo. A sociologia das ausências visa libertar as práticas sociais ao restituir as suas temporalidades próprias, superando assim a ideia de sua residualidade frente à modernidade.
- Ecologia dos reconhecimentos - combate a terceira lógica de produções de ausências, a da classificação social. Aqui se trata de reconhecer as diferenças, mas antes disso é preciso identificar as diferenças sustentadas em hierarquias como base da discriminação.
- Ecologia das trans-escalas - é a que combate a lógica da escala global através da recuperação do que no local não é efeito da globalização hegemônica. A ideia consiste em, através dessa recuperação (ou

desglobalização) ampliar a diversidade das práticas sociais como alternativas.

- Ecologia de produtividade - é a que enfrenta o domínio da lógica produtivista, através da recuperação e valorização dos sistemas alternativos económicos e de produção invisibilizados pela ortodoxia produtivista capitalista.

A sociologia das ausências pretende dar visibilidade à diversidade e multiplicidade de práticas sociais em cada um dos domínios de produção da não existência. Assim, pretende questionar a credibilidade exclusiva das práticas hegemónicas através das ecologias acima propostas, como ideia de que a realidade não pode ser reduzida ao que existe (Santos, 2002).

3.2.2. A sociologia das emergências e a crítica à razão proléptica

Outro procedimento sociológico basilar para o exercício das epistemologias do Sul é a sociologia das ausências. A sociologia das ausências surge a partir da crítica à razão proléptica, a face da razão indolente que concebe o futuro a partir da monocultura do tempo linear, como uma superação automática e infinita do presente (Santos, 2002).

Como já dito, enquanto a crítica à razão metonímica visa expandir o presente, a crítica à razão proléptica visa contrair o futuro. Essa contração consiste em torná-lo objeto de cuidado. A partir do conceito de Ainda-Não proposto por Ernst Bloch, Santos trabalha a ideia de futuro como possibilidade e capacidade:

O Ainda-Não inscreve no presente uma possibilidade incerta, mas nunca neutra; pode ser a possibilidade da utopia ou da salvação (Heil) ou a possibilidade do desastre ou perdição (Unheil). Esta incerteza faz com que toda a mudança tenha um elemento de acaso, de perigo. É esta incerteza que, em meu entender, ao mesmo tempo que dilata o presente, contrai o futuro, tornando-o escasso e objecto de cuidado. Em cada momento, há um horizonte limitado de possibilidades e por isso é tão importante não desperdiçar a oportunidade única de uma transformação específica que o presente oferece: *carpe diem* (Santos, 2002; p.255)

Assim, a sociologia das emergências surge como o procedimento sociológico utilizado para investigação das alternativas que caibam no horizonte das possibilidades de futuro. Estas são possibilidades concretas e ao mesmo tempo incertas e em perigo. A sociologia das emergências configura uma imaginação sociológica necessária para realizar a ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes. Essa ampliação serve para identificar o Ainda-Não, ou seja, tendências de futuro sobre as quais seria possível atuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à frustração (também sempre concreta e possível).

A ampliação simbólica operada pela sociologia das emergências visa analisar numa dada prática, experiência ou forma de saber o que nela existe apenas como tendência ou possibilidade futura. Ela age tanto sobre as possibilidades como sobre as capacidades. Identifica sinais, pistas ou traços de possibilidades futuras em tudo o que existe. Também aqui se trata de investigar uma ausência, mas enquanto na sociologia das ausências o que é activamente produzido como não existente está disponível, aqui e agora, ainda que silenciado, marginalizado ou desqualificado, na sociologia das emergências a ausência é de uma possibilidade futura ainda por identificar e uma capacidade ainda não plenamente formada para levar a cabo. Para combater a negligência a que têm sido voltadas as dimensões da sociedade enquanto sinais ou pistas, a sociologia das emergências dá a estas uma atenção “excessiva”. É neste excesso de atenção que reside a amplificação simbólica. Trata-se de uma investigação prospectiva que opera através de dois procedimentos: tornar menos parcial o nosso conhecimento das condições do possível; tornar menos parciais as condições do possível. O primeiro procedimento visa conhecer melhor o que nas realidades investigadas faz delas pistas ou sinais; o segundo visa fortalecer essas pistas ou sinais (Santos, 2002; p.258).

Recorri à sociologia das ausências enquanto procedimento sociológico de forma complementar à sociologia das emergências. Enquanto através da primeira procurei por aquilo que embora existente estivesse sofrendo processos de invisibilização dos mais variados, através da última procurei pela potência de experiências possíveis em um horizonte futuro.

Cabe ainda ressaltar que acompanha a reflexão sobre este futuro a sua incerteza e necessidade de atenção, cuidado, como diz Santos. A sociologia das emergências procura reconhecer a possibilidade de emancipação através da diversidade das experiências sociais identificadas e reconhecidas pela sociologia das ausências. Dessa forma, ambos os procedimentos sociológicos são utilizados de maneira complementar.

3.3. O pensamento pós-abissal e as epistemologias do Sul

João Arriscado Nunes introduz o artigo intitulado *O Resgate da Epistemologia* (2009) com a indicação do caminho percorrido por Boaventura de Sousa Santos para chegar à formulação de um pensamento pós-abissal, associado a uma ecologia dos saberes:

É na obra recente de Boaventura de Sousa Santos – que nos ofereceu algumas das mais pertinentes e avançadas reflexões críticas sobre a longa crise da epistemologia enquanto projecto normativo associado à ciência moderna –, que vamos encontrar a formulação mais radical e, ao mesmo tempo, mais consistente de um “pensamento alternativo de alternativas” neste domínio. Trata-se de um projecto que, como procuro argumentar mais adiante, vai mais além das críticas da epistemologia que abriram caminho ao actual ambiente intelectual “pós-epistemológico”, refundando radicalmente a própria noção de epistemologia no quadro do que o autor designa como “pensamento pós-abissal” (Nunes, 2009, pp. 215-216).

Segundo Santos, o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Argumenta o autor que as linhas cartográficas abissais que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo e que a injustiça social global estaria estritamente associada à injustiça cognitiva global. Assim, a luta por uma justiça social global requer a construção de um pensamento pós-abissal, cujos princípios são apresentados como premissas programáticas de uma ecologia dos saberes (Santos, 2007, p. 3).

Conforme esta teoria, o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal que consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As visíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo *deste lado da linha* e o *do outro lado da linha*. A divisão é tal que o *outro lado da linha* desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente (Santos, 2007). É incompreensível e é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceite de inclusão considera como sendo o Outro. Para o pensamento abissal, os dois lados da linha não podem conviver no mesmo espaço. Para além da linha que divide os dois lados, resta apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialética (Santos; 2007, pp. 3-4).

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

O conhecimento e o direito moderno são as duas principais linhas abissais globais dos tempos modernos. No campo do direito, o lado visível da linha opera na dicotomia legal/ilegal, como as duas únicas formas relevantes de existência perante a lei. Assim sendo, deixa do lado de fora todo o universo em que ela é impensável como o sem lei, o fora da lei, o a-legal, ou o campo dos direitos não reconhecidos como tais (Santos, 2007).

No que tange ao campo do conhecimento, o pensamento abissal concede à ciência moderna o monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso. Assim sendo, no lado visível da linha estão os debates na construção da verdade científica e a tensão com outras verdades possíveis que podem ser produzidas em inconformidade com o método científico, como é o caso da razão como verdade filosófica e a fé como verdade religiosa (Santos, 2007).

Já do *outro lado da linha* estão outras formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma das formas de conhecer visibilizadas. São os conhecimentos populares, camponeses ou indígenas. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis, por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso (Santos, 2007).

Em cada um dos dois grandes domínios – a ciência e o direito – as divisões levadas a cabo pelas linhas globais são abissais no sentido em que eliminam definitivamente quaisquer realidades que se encontrem do outro lado da linha. Esta negação radical de co-presença fundamenta a afirmação da diferença radical que, deste lado da linha, separa o verdadeiro do falso, o legal do ilegal. O outro lado da linha compreende uma vasta gama de experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis, tal como os seus autores, e sem uma localização territorial fixa (Santos, 2007, p. 6).

Se o pensamento moderno é abissal, é necessário um pensamento alternativo de alternativas para superá-lo, o que surge após a crítica à epistemologia convencional e uma mudança radical quanto ao ponto de partida da concepção do conhecimento:

A posição de Santos consiste em tomar como ponto de partida da sua concepção de conhecimento a experiência e o mundo dos oprimidos. Esta posição difere da dos pragmatistas clássicos, na medida em que toma deliberadamente o partido de privilegiar critérios de avaliação dos conhecimentos assentes na defesa e promoção da vida e da dignidade dos oprimidos. (...) Na perspectiva de Santos, o critério de avaliação de um dado conhecimento depende do modo como ele afecta a condição dos oprimidos. Uma epistemologia pragmática é, pois, indissociável do reconhecimento do carácter constitutivo da normatividade na produção de conhecimento e na sua avaliação.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

(...) A epistemologia do Sul, ao mesmo tempo que explora o legado do pragmatismo, com o qual partilha a ideia da indissociabilidade da produção de conhecimento e da intervenção transformadora no mundo, apresenta, contudo, a diferença em relação a ele de se situar explícita e inequivocamente do lado dos subalternos e dos oprimidos, conferindo às noções de comunidade ou de público um conteúdo mais preciso do que o fizeram pragmatistas como Dewey e acentuando os aspectos conflituais ou agonísticos do envolvimento activo com o mundo, que decorrem de uma diversidade de formas de desigualdade e de opressão e de resistência a elas (Nunes, 2009, p. 227).

A ciência e a epistemologia não desaparecem no quadro de um pensamento pós-abissal, mas passam a existir numa configuração distinta de saberes: a ecologia de saberes. Uma parte importante desse projeto será a interrogação e redefinição dos critérios e procedimentos que permitem estabelecer o que conta como conhecimento ou como saber (Nunes, 2009).

Santos formula três conjuntos principais de questões, relacionados com a identificação de saberes, com os procedimentos que permitem relacioná-los entre si e com a natureza e avaliação das intervenções no mundo real que possibilitam (Santos, 2007). O caminho apontado por este conjunto de interrogações parte de dois postulados: (i) reconhecimento da dignidade e da validade de todos os saberes e; (ii) a recusa do relativismo, ou seja, da ideia de que todos os saberes se equivalem.

Dessa forma, reconhecer a validade e dignidade de todos os saberes implica que nenhum saber poderá ser desqualificado antes de ter sido posta à prova a sua pertinência e validade em condições situadas e, ao mesmo tempo, a nenhuma forma de saber ou de conhecimento deve ser outorgado o privilégio de ser considerada mais adequada ou válida do que outras sem que seja submetida a essas condições situadas e avaliada pelas suas consequências (Nunes, 2009).

Segundo uma ecologia de saberes, a lógica da monocultura do saber e do rigor científicos tem de ser confrontada com a identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam credivelmente nas práticas sociais (Santos; 2002; 2006).

O projecto de uma epistemologia do Sul é indissociável de um contexto histórico em que emergem com particular visibilidade e vigor novos actores históricos no Sul global, sujeitos colectivos de outras formas de saber e de conhecimento que, a partir do cânone epistemológico ocidental, foram ignorados, silenciados, marginalizados, desqualificados ou simplesmente eliminados, vítimas de epistemicídios tantas vezes perpetrados em nome da Razão, das Luzes e do Progresso.(...) Os critérios que permitem determinar a validade desses diferentes saberes deixam de se referir a um padrão único – o do conhecimento científico – e passam a ser indissociáveis da avaliação das

consequências desses diferentes saberes na sua relação com as situações em que são produzidos, apropriados ou mobilizados (Nunes, 2009, p. 233)

Nessa esteira, o resgate do universo de experiências desperdiçadas devido à invisibilidade imposta pelas linhas abissais pode oferecer importante contribuição para o pensamento e para o debate social, graças à participação daqueles estão no centro desses processos de invisibilização.

3.4. Colonialidade, conhecimento e natureza

Uma reflexão acerca da relação entre colonialidade, conhecimento e natureza é também muito importante para compreender o contexto de conflitos socioambientais na América Latina e, neste caso, na região amazônica.

O conflito socioambiental nesses cenários surge da já bastante conhecida imposição de uma perspectiva moderna de progresso e desenvolvimento. Um grupo de investidores com atores de diversas nacionalidades e de ramos como a construção civil, a mineração e a geração de energia, juntamente com governos locais, surge com uma “proposta milagrosa” para levar o desenvolvimento aos confins do mundo, lugares pobres em que as suas populações vivem ainda distantes dos benefícios da modernidade ocidental.

É assim que costumam ser apresentados os megaprojetos de exploração de recursos naturais, construção de estradas, ferrovias e geração de energia na Amazônia. Todavia, partem sempre de uma suposição, que mais parece um dogma, acerca da ignorância e da pobreza das populações locais. O conflito surge quando as populações se apresentam como entraves ao dito progresso por lutarem pelo respeito aos seus modos de vida, incluindo a sua relação com a natureza. Os megaprojetos de exploração da natureza, entretanto, são compreendidos por certas comunidades locais como uma usurpação dos espaços de vida e desvirtuamento do seu modo de interpretar o mundo (Peñafiel e Radomsky, 2011).

Edgardo Lander (2005) aponta duas dimensões constitutivas dos saberes modernos que contribuem para explicar a sua eficácia naturalizadora. A primeira se refere às sucessivas separações do mundo do real que historicamente se dão na sociedade

ocidental e as formas pelas quais o conhecimento vai sendo construído sobre as bases desse processo de separações. A segunda dimensão é a forma como se articulam os saberes modernos com a organização do poder constitutiva do mundo moderno.

Da constituição histórica das disciplinas científicas que se produz na academia ocidental interessa destacar dois assuntos que resultam fundantes e essenciais. Em primeiro lugar está a suposição da existência de um meta-relato universal que leva todas as culturas e os povos do primitivo, do tradicional até o moderno. A sociedade industrial liberal é a expressão mais avançada desse processo histórico, e por isso é o modelo que define a sociedade moderna. Apresenta-se como o único futuro possível de todas as outras culturas e povos. *Aqueles que não consigam incorporar-se a esta marcha inexorável da história estão destinados a desaparecer* (Lander, 2005; p. 23, tradução livre).

Em segundo lugar, precisamente pelo caráter universal da experiência histórica europeia, as formas de conhecimento desenvolvidas para a compreensão dessa sociedade se convertem nas únicas formas válidas, objetivas, universais de conhecimento. Categorias, conceitos e perspectivas como economia, Estado, sociedade civil, mercado, classes, etc., se convertem não só em categorias universais para a análise de qualquer realidade, mas também em proposições normativas que definem o dever ser para todos os povos do planeta. Estes saberes se convertem assim nos padrões a partir dos quais se podem analisar e detetar as carências, os atrasos, os freios e impactos perversos que se dão como produto do primitivo ou do tradicional em todas as outras sociedades.

Este metarrelato da modernidade é um dispositivo de conhecimento colonial e imperial em que se articula essa totalidade de povos, tempo e espaço como parte da organização colonial/imperial do mundo. Uma forma de organização e de ser da sociedade se transforma mediante este dispositivo colonizador do saber sob a forma “normal” do ser humano e da sociedade. As outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de saber, são transformadas não só em diferentes, mas também em carentes, em arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas. São situadas em um momento anterior ao desenvolvimento histórico da humanidade, o qual dentro do imaginário do progresso enfatiza a sua inferioridade (Lander, 2005; P.23-24, tradução livre).

Assim, a relação com a natureza não é nada menos do que a subalternização da natureza através da sua exploração irresponsável e sem diálogo com as populações locais, que repete e sustenta a lógica da colonialidade do poder nas regiões consideradas periféricas (Quijano, 2005).

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

O conjunto de separações sobre qual está sustentada a noção do caráter objetivo e universal do conhecimento científico está articulado com as separações que estabelecem os saberes sociais entre a sociedade moderna e o resto das culturas. Isso se dá, conforme explica Bruno Latour (1994), por uma diferenciação básica entre uma sociedade que possui a verdade – o controle da natureza – e outras que não a possuem.

Os diferentes discursos históricos da evangelização, civilização, modernização, desenvolvimento, globalização, etc., sustentam-se na concepção de que há um padrão civilizatório que é simultaneamente superior e normal, e é aqui que a articulação com as epistemologias do Sul permite uma crítica à colonialidade do conhecimento e da natureza ao desconstruir o mito da supremacia do conhecimento científico sobre os demais e discutir a hierarquização dos saberes (Santos *et al*, 2004).

Arturo Escobar (2007) se propõe contribuir com a construção de um marco de referência para a crítica cultural da economia como uma estrutura fundacional da modernidade. Escobar analisa o discurso do desenvolvimento a partir do período pós-II Guerra Mundial. Este discurso, produzido em condições desiguais de poder constrói o Terceiro Mundo como forma de exercer o poder sobre as sociedades que configuram, hoje, o que se designa de Sul global. A partir das categorias do pensamento social europeu e das condições desiguais de poder se opera a colonização da realidade pelo discurso do desenvolvimento (Lander, 2005).

Para resumir, me proponho a falar do desenvolvimento como uma experiência historicamente singular, como a criação de um domínio do pensamento e da ação, analisando as características e inter-relações dos três eixos que o definem: as formas de conhecimento que a ele se referem, através das quais chega a existir e é elaborado em objetos, conceitos e teorias; o sistema de poder que regula sua prática e as formas de subjetividade fomentadas por este discurso, aquelas por cujo intermédio as pessoas chegam a reconhecer-se a si mesmas como desenvolvidas ou subdesenvolvidas. O conjunto de formas que se falam ao largo destes eixos constitui o desenvolvimento como formação discursiva, dando origem a um aparato eficiente que relaciona sistematicamente as formas de conhecimento com as técnicas de poder (Escobar, 2007; p.29-30, tradução livre).

A partir do estabelecimento, no final da Segunda Guerra Mundial, do padrão de desenvolvimento ocidental como norma, toda a vida, cultura, política, agricultura e comércio das sociedades fora da norma passam a estar subordinadas a esta nova estratégia. Apenas determinadas formas de conhecimento foram consideradas como apropriadas para os programas de desenvolvimento: os conhecimentos dos peritos

treinados na tradição ocidental. Isso afeta a concepção das ciências e da tecnologia que assumem o papel de fonte, de direção e de definição do sentido do desenvolvimento.

Nas ciências sociais predomina uma grande confiança na possibilidade de um conhecimento certo, objetivo, com base empírica, sem contaminação pelo preconceito ou pelo erro (Lander, 2005). Assim, as formas de conhecimento fora do padrão passam a ser tratadas como o conhecimento dos outros, o conhecimento tradicional dos pobres, dos camponeses, dos indígenas, e como obstáculos ao desenvolvimento.

Os processos de modernização, como a industrialização e a urbanização, refletiram-se na verdade em uma forma de controlo e subalternização do Terceiro Mundo e uma forma de expansão do modelo de sociedade capitalista liberal colonial. Vendeu-se a ideia de que o único caminho possível seria esse, e que para tanto haveria que abandonar as formas arcaicas de organização social, bem como as culturas e cosmovisões fora da norma moderna.

Na busca por alternativas a estas formas universalistas de submissão e controle de todas as dimensões da cultura e da vida, Escobar aponta para duas direções complementares: a resistência local de grupos de base às formas dominantes de intervenção, e a desconstrução do desenvolvimento enquanto discurso. Para tal são necessárias tanto a desnaturalização quanto a desuniversalização da modernidade (Lander, 2005). Escobar (2005) demonstra que nos últimos anos o conceito de lugar tem sido novamente abordado desde vários pontos de vista, como da sua relação com o entendimento básico de ser e conhecer até o seu destino mediante a globalização económica. Também é relevante a reflexão acerca da medida em que o lugar segue sendo uma ajuda ou um impedimento para pensar a cultura.

Um aspecto final da persistente marginalização do lugar na teoria ocidental é o das consequências que decorrem do pensar nas realidades submetidas historicamente ao colonialismo ocidental. O domínio do espaço sobre o lugar tem operado como um dispositivo epistemológico profundo do eurocentrismo na construção da teoria social. Para retirar a ênfase da construção cultural do lugar a serviço do processo abstrato e aparentemente universal da formação do capital e do Estado, quase toda teoria social convencional tem criado invisíveis formas subalternas de pensar e modalidades locais e regionais de configurar o mundo (Escobar, 2005; p.116, tradução livre)

Esta negação do lugar tem múltiplas consequências para a teoria, desde as teorias do imperialismo até as teorias de resistência ao modelo hegemónico de desenvolvimento,

que podem ser mais bem exploradas no âmbito da ecologia, na medida em que neste âmbito a invisibilização do lugar está claramente vinculada à invisibilização dos modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecossistemas (Escobar, 2005). A dicotomia entre natureza e cultura, assim como entre local e global, é fundamental para o domínio do conhecimento técnico-científico em considerações epistemológicas e gerenciais (Escobar, 2005).

Sendo assim, é preciso realizar uma crítica à visão de que é impossível pensar a realidade social de outra maneira que não seja através do capitalismo como predominante e hegemônico.

O desaparecimento do lugar é um reflexo da assimetria existente entre o global e o local na maior parte da literatura contemporânea existente sobre a globalização, na qual o global está associado ao espaço, ao capital, à história e à ação humana, enquanto o local, ao contrário, está vinculado ao lugar, ao trabalho e às tradições, assim como sucede com as mulheres, com as minorias, com os pobres e com as culturas locais (Escobar, 2005, p.128, tradução livre).

Por outro lado,

O lugar, se pode acrescentar, é a localização de uma multiplicidade de formas de política cultural, isto é, do cultural convertendo-se em política, como tem sido evidenciado nos movimentos sociais das florestas tropicais e outros movimentos ecológicos (Escobar, 2005, p.128, tradução livre).

Outra questão que merece ser sublinhada é o que pode estar para além da disputa sobre quem controla recursos, quais os lugares que são explorados e quem se apropria dos resultados. Essa dimensão é certamente a mais evidente do conflito, porém cabe questionar o que pode estar invisível nesse conflito.

(...) o Estado de modo geral defende leis, mas possui alianças políticas que almejam projetos hegemônicos e arrasam as mesmas leis quando entende que a política não deve atrapalhar o desenvolvimento e o “laudo da ciência”. Portanto, a Amazônia é compreendida pela razão moderna como o espaço da natureza que pode ser manipulado pelo conhecimento acadêmico legítimo sem que cosmologias tradicionais devam se intrometer, cosmologias estas que para o amálgama entre as visões burocrática, empresarial e científica significam tão-somente a possibilidade de retardar a exploração econômica “racional”. Ao mesmo tempo, a situação de tensão entre ambas as partes não é simplesmente dada pelos recursos naturais ou espaços, nem sequer pode ser resolvido por uma compensação financeira pela flora ou fauna eventualmente perdida ou modificada. A tensão é atenuada quando o pensamento indígena não é considerado como fonte de conhecimento real sobre as águas e os animais e, assim, os relatórios ditos científicos solapam ou minimizam suas reclamações (Peñafliel e Radomsky, 2011: 69).

Resta questionar que gramáticas para além dos cânones do conhecimento científico e da razão moderna podem não ser encontradas a partir dos conflitos que fazem emergir as perspectivas das populações locais? Ou, por outras palavras, *o que acontece se a base comum sobre a qual consensos e conflitos emergem não é aquela que pensa a razão moderna* (Peñafiel e Radomsky, 2011)?

Para isso, é necessário reconhecer o protagonismo dessas populações na condição de produtoras e detentoras de conhecimento válido e credível.

O procedimento por mim escolhido para buscar aquilo que não está visível sob a ótica hegemónica da produção de conhecimento é a sociologia das ausências (Santos, 2006).

4. A METODOLOGIA E O TRABALHO DE CAMPO

4.1. Contextualização

Neste capítulo, proponho uma reflexão o enquadramento teórico da investigação e sobre a metodologia adotada, em especial a qual foi mobilizada para o trabalho de campo realizado na região de influência da Usina Hidroelétrica Belo Monte, no Estado do Pará, norte do Brasil.

A proposta era realizar investigação a partir do caso da Usina Hidroelétrica Belo Monte, para assim pensar como a saúde das populações atingidas é afetada com o advento do megaprojeto. O objetivo era o de abordar o tema da saúde em uma perspectiva das epistemologias do Sul, a partir das experiências das pessoas, comunidades e populações atingidas (Santos, 2006).

É necessário antes de tudo o reconhecimento da relevância do conhecimento local das populações atingidas para lidar com os riscos e impactos do empreendimento, assim como para a decorrente elaboração de políticas públicas. A hipótese de pesquisa é que a partir desse reconhecimento seja possível perceber como a saúde é problematizada pelas próprias populações atingidas. Somente a partir desse deslocamento de protagonismo, trazendo-o para os maiores interessados, se poderá identificar questões relevantes para a saúde das populações atingidas por Belo Monte. Dessa forma será possível, a partir da experiência e conhecimento destas populações, repensar a forma de lidar com os riscos à saúde coletiva que recaem sobre as mesmas neste contexto.

Como ponto de partida, identifiquei três eixos pelos quais passa a discussão: (i) o modelo de desenvolvimento brasileiro e a necessidade de geração de energia; (ii) as alterações causadas nos modos de vida e seus reflexos na saúde coletiva das populações atingidas; e (iii) o papel das populações atingidas enquanto detentoras e produtoras de conhecimento relevante.

Essa identificação, porém, partiu da escolha de um enfoque teórico que informou a etapa empírica da investigação. Esse enfoque teórico situa a investigação dentro da matriz das epistemologias do Sul, isso significa que meu ponto de partida é a posição daqueles sobre quem recai todo o ônus do megaempreendimento hidroelétrico: as populações atingidas, e o conhecimento que produzem neste contexto. Este conhecimento, porém, sofre um processo de invisibilização dentro da lógica abissal do pensamento moderno. A intenção ao trabalhar a partir dessa matriz é a de aplicar uma lógica que vise superar a linha abissal que divide o mundo e os saberes para que a experiência do *lado de lá* da linha não seja desperdiçada em casos como o estudado (Santos, 2007).

Essa discussão será realizada de maneira aprofundada no capítulo seguinte, entretanto vale aqui referir que a linha abissal de que fala Santos trata-se de um sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as últimas fundamentam as primeiras e são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos, quais sejam: o *lado de cá* e o *lado de lá* da linha abissal (Santos, 2007). Tal aporte mostra-se pertinente no presente caso em que verifica-se a exclusão das populações atingidas por Belo Monte do processo de tomada de decisões sobre a realização (ou sequer sobre as políticas públicas voltadas para estas no caso de confirmação) da obra. Para estas populações restou, como será demonstrado no decorrer desta tese, a invisibilidade, a não-dialética no que diz respeito ao debate oficial sobre o empreendimento.

Diante disso, cabe procurar uma definição de quem são esses atores no caso concreto e como e que conhecimento produzem dentro de uma realidade de opressão e invisibilidade. Há que se verificar, antes de mais nada, como esses sujeitos se identificam e como definem suas lutas. O conceito de atingidos ou impactados pela construção da UHE Belo Monte deverá ser mais preciso, pois é importante para estabelecer um nexo entre as diferentes gramáticas utilizadas pelos atores sociais envolvidos neste processo.

Dessa forma, o tema da saúde também precisa passar por esse filtro: os atores sociais diretamente envolvidos nas disputas relacionadas ao tema desta pesquisa no caso concreto.

A pesquisa de campo teve, pois, como objetivo, a partir de um enquadramento teórico inspirado nas epistemologias do Sul (Nunes, 2009; Santos & Meneses, 2009), verificar *in loco* as disputas e as diferentes gramáticas para a abordagem do tema proposto²⁹. Durante a pesquisa de campo pude identificar ao menos três abordagens/gramáticas acerca das temáticas de fundo da discussão frente ao empreendimento e seus impactos: (i) a partir da população atingida e dos movimentos sociais da região; (ii) a partir do poder público (governos federal, estadual e municipal) e; (iii) a partir do consórcio empreendedor. Essa identificação permite conferir visibilidade aos problemas trazidos pelas populações atingidas, contrariando o processo da sua invisibilização.

É possível afirmar de antemão que não há uma separação definitiva entre as abordagens acima referidas. Elas se entrecruzam e, em certos momentos e por via de certos processos, elas podem aproximar-se ou afastar-se. Entretanto, nota-se uma clara disputa entre saberes, em que o conhecimento científico hegemônico parte de uma posição privilegiada no embate com os conhecimentos locais e populares.

Passo a tratar, a seguir, o modo como foi construída a minha abordagem metodológica no decorrer dessa investigação.

4.2. Referências metodológicas

O método de caso alargado (Burawoy, 1998, 2000) foi desde o projeto de tese a minha primeira referência metodológica. Este método centra-se na observação direta e também participante, que leva em conta aspectos qualitativos do objeto analisado, e no conjunto global das relações que envolvem o objeto - entre o macro e o micro social,

²⁹ Utilizo a expressão gramática para designar as diferentes abordagens sobre o tema. Faço isso com o propósito de ressaltar que tais abordagens possuem significativas diferenças em termos de linguagem e significados, compondo assim um sistema gramatical, isto é, um conjunto de unidades portadoras de significado e os recursos formais que regem a combinação dessas unidades nos diferentes níveis da linguagem (Azeredo, 2001; p. 33). Essa ideia é inspirada na definição de Santos de uma nova gramática do tempo enquanto *consciência mais aprofundada e recíproca das muitas incompletudes de que é feita a diversidade cultural, social e epistemológica do mundo* (Santos, 2006; p.21)

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

considerando quatro aspectos principais: (i) intersubjetividade; (ii) processo; (iii) estruturação e; (iv) reconstrução teórica:

Com a intersubjetividade o observador torna-se um participante, experienciando o mundo do outro. Com a lógica do processo, as observações são projectadas no tempo e no espaço, permitindo uma perspectiva integradora. A estruturação permite atender às forças extra-locais que moldam os acontecimentos e as situações. Por último, a reconstrução teórica, a que Burawoy dá especial ênfase, parte de um quadro teórico existente e procura descobrir anomalias e testar teorias (Mendes, 2003; p.4).

Como uma alternativa ao modelo positivista de ciência e de pesquisa etnográfica, que pretende limitar o envolvimento do investigador com o mundo objeto de seu estudo, através de um distanciamento dos sujeitos objeto da investigação, Burawoy (1998) apresenta uma estratégia em que o pesquisador tematiza a sua participação no mundo que está sendo estudado recorrendo a um modelo reflexivo de ciência – um modelo de ciência focado no engajamento como caminho para o conhecimento.

O estudo de caso alargado pretende aplicar a ciência reflexiva à etnografia a fim de extrair o geral (ou generalizável) do único, passar do micro ao macro e conectar o presente ao passado em antecipação do futuro, referindo-se a uma construção teórica prévia.

Escolhi esta referência metodológica como ponto de partida para a investigação foi por considerá-la adequada para trabalhar a extensão do micro ao macro, para pensar como o contato com as forças macro e as situações micro se modelam mutuamente. Daí o porquê de na primeira parte do trabalho realizar uma caracterização do modelo de desenvolvimento brasileiro (cujo intuito é fornecer elementos para compreender a opção pelas grandes obras e a dependência do capitalismo globalizado hegemônico). A decisão pela construção de uma Usina Hidroelétrica faz parte de uma rede de relações complexas e está muito além das justificativas encontradas nos discursos oficiais.

Na outra ponta desta relação estão as comunidades atingidas e o processo de invisibilidade e silenciamento pelos quais elas passam. Assim, outra extensão (ou alargamento) necessária passa pelo estudo de campo, pela observação das dinâmicas sociais dessas comunidades e do conhecimento que é produzido antes, durante e depois

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

dos conflitos. Portanto, além do lugar, do macro e do micro, também a dimensão do tempo mostra-se relevante nesta perspectiva.

Outra extensão relevante é a reconstrução teórica. Parti para o campo com uma referência teórica explícita, mas também com a consciência de que a teoria ganharia uma outra dimensão a partir da experiência do campo, da observação e da vivência em diversas dimensões do caso que seria estudado. Daí decorre a opção pela reconstrução teórica, e não por uma síntese de teorias, ou por uma abordagem indutiva.

No entanto, no que diz respeito à adequação da proposta metodológica frente aos objetivos da tese, é indispensável aprofundar a discussão sobre a proposta de ciência reflexiva de Burawoy:

Ciência reflexiva estabelece-se a partir de um diálogo entre eles e nós, entre cientistas sociais e as pessoas que estudamos. Isto não brota de um ponto de Arquimedes fora do espaço e do tempo; não cria conhecimento ou teoria a partir de uma tabula rasa. Começa a partir de um estoque de teoria acadêmica, de um lado, e de teoria popular existente ou de narrativas indígenas do outro. Ambos os lados começam a sua interação a partir de locais reais (Burawoy, 1998, p.7, tradução livre).

O modelo de ciência reflexiva de que fala Burawoy supera o positivismo ao propor uma interação entre o sujeito e o objeto da pesquisa. Entretanto a relação sujeito-objeto permanece estruturante da relação.

Eu proponho uma dualidade metodológica, a coexistência e interdependência dos dois modelos da ciência - positiva e reflexiva. Onde a ciência positiva propõe isolar o sujeito do objeto, a ciência reflexiva eleva o diálogo como princípio definidor e a intersubjetividade entre observador e participante como premissa. Isto prescreve o que a ciência positiva separa: participante e observador, o conhecimento e a situação social, situação e seu campo de localização, teoria popular e teoria acadêmica. Os princípios dessa ciência reflexiva podem ser derivados dos efeitos do contexto que se colocam como obstáculos à ciência positiva (Burawoy, 1998, p.14, tradução livre).

É a partir deste ponto que começo a questionar os limites dessa linha metodológica para a minha proposta de investigação. Sem perder de vista que o objetivo dessa investigação é abordar os impactos da Usina Hidroelétrica Belo Monte a partir da perspectiva das populações atingidas e discutir o conhecimento em uma perspectiva de ecologia de saberes, torna-se inevitável questionar a relação entre o investigador e os objetos de pesquisa.

Como já referido, o estudo de caso alargado é tomado como um ponto de partida metodológico. Entretanto, com o decorrer do trabalho de preparação do estudo de campo e, principalmente, com o próprio trabalho realizado no terreno fui sentindo a necessidade de adaptar a metodologia ao caso específico. Para isso, foi necessário procurar referenciais de métodos e de práticas de pesquisa consistentes com a proposta teórica que enforma esta tese.

A observação - em especial a participante -, a sua projeção no espaço e no tempo e a compreensão das forças extra-locais que incidem sobre o tema pesquisado são, sem dúvida, importantes contribuições do método do estudo de caso alargado para este trabalho. O trabalho empírico, todavia, forçou-me a refletir sobre alguns dos pressupostos da ciência reflexiva, sobretudo da relação entre sujeito e objetos de pesquisa³⁰.

Há situações em que, devido à posição e forma de presença no campo do investigador, a participação deixa de ser adjetiva em relação à observação e passa a ser substantiva (Cunha & Santos, 2011). Eunice Durham (1986) falava de um possível deslize semântico da observação participante para a participação observante, o que, segundo a autora, poderia ocorrer em situações em que o cientista social se volta para grupos mais próximos do seu universo, ou quando seu trabalho incide sobre movimentos ou situações aos quais está integrado como sujeito. Segundo Durham, tal envolvimento poderia fazer com que o cientista social se desviasse para o caminho da militância.

Sem ignorar este alerta, tive sempre em mente que, para o propósito desta investigação, seria importante encontrar um lugar que me permitisse criar uma relação com os movimentos e situações relativas ao meu trabalho de campo na zona de influência do AHE Belo Monte que, sem comprometer a objetividade da pesquisa, permitisse lidar com a condição situada que, sendo necessária à produção de qualquer forma de conhecimento, não se confunde com a neutralidade (Santos, 2006). Nesse sentido, a

³⁰ A maneira como foi se construindo a metodologia empregada a partir de algumas reflexões que fui realizando no decorrer do percurso da investigação que culmina nesta tese será mais bem explicada logo a seguir, quando apresento uma narrativa do processo de realização do trabalho de campo.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

minha atuação por vezes³¹ me distanciou do papel de observador, alçando-me à posição de mais um atingido por Belo Monte, como procuro explicitar mais adiante.

A problematização da relação sujeito-objeto na metodologia da pesquisa nas ciências sociais também foi abordada pelos adeptos da Pesquisa Militante e da *Investigación-Acción* (Pesquisa-Ação).

A pesquisa militante parte de um posicionamento do investigador frente à realidade com a qual trabalha. Mais que isso, parte da intenção de produzir conhecimento para a transformação social e política. A pesquisa parte com um objetivo claro: refletir sobre determinado contexto e contribuir para a sua transformação. O pesquisador militante pode ser entendido como aquele que participa e partilha do projeto social e político do seu campo de estudo (Cunha & Santos, 2011).

Esta (pesquisa militante) é entendida como um espaço amplo de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora, que articula ativamente pesquisadores, comunidades organizadas, movimentos sociais e organizações políticas, em espaços formais ou não de ensino, de pesquisa e de extensão. (Bringel & Varella, 2014, p.1)

Mais do que uma abordagem metodológica, se trata de uma teorização sobre a atuação do investigador e as suas práticas de investigação conectadas com os resultados que o seu trabalho produz no mundo. Uma questão importante levantada para o intelectual/investigador, segundo esta proposta, diz respeito aos destinatários do conhecimento produzido. Em outras palavras, a questão é: para quem se produz conhecimentos?

Independentemente de as produções científicas estarem conectadas com determinadas concepções de mundo que legitimam ou não o *status quo*, o discurso científico moderno se externaliza como se fosse universal, superior e neutro.

³¹ É importante aqui ressaltar a expressão “por vezes”, porque ela se refere às relações estabelecidas com algumas comunidades de atingidos pelo AHE Belo Monte e movimentos sociais. Entretanto, não foram estes os únicos alvos da minha investigação. Entrevistei atores do setor público e do consórcio empreendedor, e nestes casos a relação estabelecida com esses atores levou em consideração a sua posição institucional e profissional, assim como o seu lugar no processo, procurando entender o seu posicionamento explicitado nas entrevistas, conservando a distância crítica.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Contudo, ao nosso ver, a produção de conhecimento científico está em intrínseca relação com a estruturação desigual da dinâmica capitalista, notadamente em formações dependentes como as dos países latino-americanos, nos quais a referida produção assume contornos que acirram e aprofundam o caráter periférico de sua estruturação. Assim, o processo de valorização do saber científico como cânone exclusivo da produção de conhecimento, incluindo a necessidade de crescente tecnificação e profissionalização do saber, associado à simultânea subordinação e invisibilização de outras formas de entendimento da realidade e de produção de conhecimento, inclusive científico, na periferia do sistema, exercem papel central e constitutivo na sistemática global do capitalismo e na perpetuação de suas enormes desigualdades. (Bringel & Varella, 2014, p. 3)

Os conhecimentos científicos são construções sociais, historicamente localizadas e, portanto, ligadas às forças sociais e interesses concretos de setores da sociedade. Não se trata, contudo, de pensar a investigação científica como uma atitude de intelectuais comprometidos ou de intelectualizar as experiências, mas sim de sempre associar à *praxis* social uma dimensão reflexiva e crítica, onde a investigação se confunde com as experiências, as práticas e as dinâmicas sociais.

Nesse sentido, passamos da pesquisa sobre os movimentos sociais à pesquisa com/nos/a partir dos movimentos sociais, o que implica a abertura na relação entre objeto e sujeito, a democratização do processo de pesquisa, a assunção do lugar de enunciação do pesquisador e a explicitação do compromisso ético-político com a transformação das condições sociais existentes (Bringel & Varella, 2014, p. 6).

Uma articulação entre teoria e prática que procure superar a dicotomia entre o sujeito e o objeto da pesquisa em todas as etapas da pesquisa e da extensão é tanto um objetivo quanto um desafio.

Isso não pode acontecer sem, primeiramente, a tomada de posição do investigador. A partir daí é possível começar a construir um processo coletivo e democrático onde a escolha do tema, ferramentas, reflexões e ações ocorram de forma dialógica e aberta. Os movimentos e as coletividades deixam de ser meros objetos de estudo a serem observados de maneira distante e neutra e passam a ser considerados sujeitos produtores de conhecimento legítimo e participantes ativos na construção do saber científico (Bringel & Varella, 2014):

Assim a pesquisa se efetiva por meio de um processo dialético que inclui a interação entre a teoria e a prática para produção do saber, o que exige do pesquisador não somente a observação e a vivência dos lugares pesquisados – como é o caso da observação participante – como também uma atuação nos mesmos (Bringel & Varella, 2014, p. 8).

Orlando Fals Borda (1985) fala em *Investigación Acción Participativa* como *metodologia dentro de um processo vivencial (...) que inclui simultaneamente educação de adultos, pesquisa científica e ação política, na qual se considera a análise crítica, o diagnóstico de situações e a prática como fontes de conhecimento* (APUD Cunha & Santos, 2011; p.42).

Na introdução ao seu livro *El problema de cómo investigar la realidad Para Transformarla* (1979), Fals Borda escreve na posição de quem estava a viver um período histórico de profunda transformação social. Esse é o primeiro posicionamento dele como autor. Além de se colocar como sujeito a vivenciar tal experiência, também se posiciona como cientista engajado no processo de transformação. E, como cientista, assume a responsabilidade de interpretar a realidade com o objetivo de ajudar a construir o futuro.

São relativamente poucas as ocasiões de confrontar diretamente, no curso da vida, processos fundamentais de transformação social. É nosso privilégio, como geração, a de viver este processo hoje em dia, e fazê-lo com as vantagens e desvantagens que oferece o desenvolvimento contemporâneo. É também nossa responsabilidade, como pertencendo a uma comunidade de cientistas, saber interpretar esta transformação e derivar dados adequados para entendê-la com o objetivo de ajudar a construir o futuro (Fals Borda; 2009, p. 253. Tradução livre).

Daí surge a questão de como combinar o vivencial com o racional no processo da investigação nesse contexto de lutas por transformação social. Trata-se de um problema ontológico e de abordagem de questões como a do papel do cientista, a da concepção de ciência por ele adotada e dos reflexos ou efeitos da ciência e da investigação científica na realidade estudada.

Daí decorre a premissa de que não se pode desconsiderar os impactos sociais, políticos e económicos de nossos trabalhos (cientistas) e de que devemos saber escolher para os fins pretendidos as formas de trabalhar (ferramentas de que dispomos) que sejam compatíveis com as nossas visões de responsabilidade social. Assim, segundo Fals Borda (1979), se satisfaz também a nossa vivência como ser.

Não é possível, assim, separar teoria da prática, nem sujeito do objeto. Essa é a grande inovação na abordagem da *investigación-accion* em comparação com a sociologia tradicional de matriz europeia e norte-americana.

Embora tenha sido em 1970 quando se conceberam formalmente os trabalhos de campo entre trabalhadores, camponeses e indígenas colombianos na modalidade da investigação-ação, já desde antes que se vinham experimentando dificuldades teóricas e metodológicas: não satisfaziam os marcos de referência nem as categorias vigentes nos paradigmas normais da sociologia que se havia recebido da Europa e dos Estados Unidos. Muitos dos que falávamos eram em boa parte inaplicáveis a realidade existente, viciados ideologicamente por defender os interesses da burguesia dominante, e demasiado especializados ou segmentados para entender a globalidade dos fenômenos que se encontravam no cotidiano (Fals Borda; 1979, p.257).

Assim, a *investigación-accion* surge como uma alternativa frente ao modelo positivista de investigação científica nas ciências sociais. À ideia de que se poderiam aplicar as regras gerais associadas à concepções dominantes do método científico de investigação (como esquemas fixos de acumulação científica, validade, confiabilidade, indução e dedução) em uma relação solipsista entre sujeitos e objetos, opõe-se a constatação, a que se chegou a partir dos trabalhos de campo realizados em diversas situações com movimentos sociais, de que a validação dos efeitos do trabalho somente poderia ser realizada de maneira definitiva mediante o critério da ação concreta. Ou seja, a causa última teria uma dimensão teórico-prática, e o aleatório da ação social que se via no dia-a-dia restava ao fim e ao cabo sujeito ao marco da *praxis* (Fals Borda; 1979).

Este foi um ponto em que o desenvolvimento deste trabalho deu mais um passo importante. Como já dito, o referencial do *Extended Case Method* foi certamente importante para a montagem do enfoque metodológico, mas os referenciais trazidos pelos desenvolvimentos da pesquisa militante e da pesquisa-ação, bem como as discussões acerca dos trabalhos realizados neste âmbito, me ajudaram bastante a assumir algo que já intuía.

A pesquisa feita com movimentos sociais e com os atingidos pelo AHE Belo Monte devia partir, nessa perspectiva, de um posicionamento claro do investigador frente aos problemas enfrentados por essas populações. Mais que isso, não poderia jamais considerá-los objetos de investigação e análise e limitar-me a observá-los, mesmo que tentando participar das suas dinâmicas para melhor compreendê-las.

Mas algumas questões suscitaram ainda perplexidades e preocupações respeitantes à realização do trabalho empírico e das maneiras de ordenar, interpretar e dar forma aos materiais produzidos no decurso da investigação.

Aprendemos, ao longo de projetos como o que é relatado nesta tese, que a relação que se estabelece com o tema de pesquisa de forma abstrata e teórica é significativamente diferente da relação que se estabelece com os sujeitos que se conhece no decorrer da investigação. As experiências vividas e o envolvimento com as pessoas e suas lutas permite uma análise mais profunda, mas que não pode ser neutra. Certas categorias do conhecimento não emergem das situações da vida real como parecem sugerir muitos livros e artigos científicos. O desafio para mim passou a ser o de discutir as categorias com as quais me propunha avançar para a compreensão daquela parte da existência das pessoas e comunidades que eu pude partilhar.

Nessa esteira surge no meu horizonte a importância de outra referência metodológica: a *Actor-Network Theory*. Na sua primeira formulação (Callon, 1986) destacam-se os seus três princípios fundamentais: o agnosticismo, a simetria e a livre associação. O agnosticismo significa que o investigador deve suspender a avaliação, crítica ou julgamento dos atores, seus posicionamentos e discursos, ao seguir os processos através dos quais os atores fazem e desfazem as associações que configuram o que costumamos designar de social.

Segundo o princípio da simetria, o pesquisador deve tratar com a mesma atenção e importância a todos os atores relevantes, seus discursos e ações, bem como abordá-los a partir dos mesmos quadros analíticos e dos mesmos instrumentos. Pode-se dizer que o papel do cientista é o de um tradutor que escolhe deliberadamente que afirmações e perspectivas incluir na sua análise (Mendes, 2010).

Já o princípio da livre associação indica que o cientista deve ter a liberdade para seguir as montagens e composições do mundo performadas pelos atores, considerando-se a materialidade (não apenas as relações entre humanos, mas também as que envolvem seres não-humanos, tecnologias, etc.) dessas composições.

A teoria actor-rede não se concentra na distância que separa os actores dos objectos. Esta posição deriva, a maior parte das vezes, da metodologia usada, que consiste em classificar os grupos de actores ou grupos de objectos em função da distância ou proximidades entre si. Na teoria do actor-rede, o que conta é o caminho tecido entre pontos. Tenta-se então descrever as conexões, as associações, os encontros contingentes e os encadeamentos entre as entidades, as traduções (Bento, 2011).

Dentre as críticas dirigidas a essa teoria destaco a realizada por Mendes (2010),:

Argumento que estas correntes analíticas, ao enfatizarem a componente sociomaterial, a simetria dos actantes e a lógica reticular do poder, subestimam a importância da ordenação dos factos pelas narrativas e o papel da imaginação emocional¹. Seguir os actores ou incorporar as entidades materiais, princípios basilares da TAR, implica a inclusão num tipo qualquer de associação ou de rede. Colocar em ordem implica escolhas epistemológicas e uma epistemologia política (Latour, 2005, pp. 249-253), não atendendo aos que ficam fora das redes-actores. As estratégias analíticas e de narração da TAR, baseadas em positividades, omitem ou esquecem os não-ditos, os silêncios, as ausências, o trabalho urdido nos interstícios das redes para ser e fazer valer, um trabalho baseado no cuidado e na gestão das emoções, para além das redes e da lógicas de poder (Mendes, 2010; p.447-448).

No referido texto, Mendes destaca a necessidade de se incorporar no estudo do social as emoções e o imponderável, com atenção para o risco de ao constituir determinada rede criar o que Santos (2006) chama de produção de não existência.³²

Neste trabalho procura-se, precisamente, valendo-se de uma sociologia das ausências (Santos, 2006), trabalhar como ponto de partida a posição dos oprimidos, invisibilizados ou produzidos como não existentes ou negando a sua condição de detentores de conhecimento válido frente ao cânone do conhecimento científico (Santos *et al*, 2004).

A opção teórica adotada nesta tese serve como um pano de fundo e influencia diretamente na forma como se utilizou as metodologias e práticas de pesquisa aqui referidas. Por isso a opção por trabalhar de forma complementar com os referenciais metodológicos aqui discutidos.

³² Esta crítica surgiu muito cedo, através de Susan Leigh Star (1996), que, a partir de um enfoque informado pela crítica feminista e pós-colonial, discutiu as formas de supressão ou invisibilização que podem resultar dos usos da ANT, sugerindo modos de responder a essa questão. Para usos da ANT que exploram os processos de constituição de subjetividades, considerando as suas dimensões estética e emocional, assim como as contingências, e incidindo especialmente sobre a saúde mental, e a deficiência veja-se, entre outros: (Siqueira-Silva *et al*, 2011); (Siqueira-Silva, 2015); e (Ferreira *et al*, 2010).

Ainda com relação à *Actor-Network Theory*, Bruno Latour (2005) traz algumas das principais controvérsias em torno da teoria, tratando-as como as *cinco fontes de incertezas*. A primeira dessas fontes de incerteza aborda a questão da natureza performativa do social. O autor pretende desfazer a ideia do social como algo já dado. Nessa perspectiva *o social constrói-se pelas conexões que engendra, a cada vez, em cada rede* (Siqueira-Silva, et al, 2012; p.111).

A segunda fonte de incerteza apresenta a ideia de a ação como um acontecimento e não um ato e o ator (ou actante) se constitui somente na (e a partir da) ação. Em decorrência disso surge a terceira fonte de incerteza: os objetos também têm agência (afinal a ação é um evento e o ator é constituído pela própria atuação). A quarta fonte de incerteza o autor chama de *questões de fato versus questões de interesse*. A sociologia, segundo Latour, deveria concentrar-se nas questões que interessam e preocupam, ao invés de atender às questões de fato (Mendes, 2010). A quinta fonte de incerteza refere-se escrita de relatos de risco. Cabe ao cientista social seguir o rastro dos actantes e assim tecer a rede.

Nesse cenário de incertezas teóricas e metodológicas e de um campo extremamente complexo e dinâmico, a obra *After Method: Mess in social science research*, de John Law (2004), apareceu como uma importante provocação para pensar a metodologia da pesquisa nas ciências sociais: como lidar com a confusão (*mess*)? O que acontece quando a ciência tenta descrever coisas que são complexas, difusas e confusas? Identifiquei-me bastante com essas perguntas.

A resposta - argumenta o autor - é o que tende a fazer a confusão, porque simples descrições claras não funcionam se o que descrevemos não é muito coerente para nós mesmos. As muitas tentativas de ser claro e simples aumentam a confusão. A referida obra de Law (2004) é uma tentativa de imaginar o que pode ser refazer uma ciência social mais bem equipada para lidar com a confusão e relativa desordem.

Como ponto de partida, devemos rejeitar ou suspender o pressuposto de que existe uma ordem estabelecida no mundo, e que a investigação tem o papel de revelar essa ordem. Devemos utilizar, para isso, um conjunto de procedimentos de investigação

que ajudem a olhar para uma realidade que não se conforma com os postulados de ordem que enformam as abordagens convencionais (Law, 2004).

Um dos objetivos do autor é desenvolver uma proposta metodológica de prática de pesquisa sensível à heterogeneidade e indeterminação do social. O método é abordado como uma prática guiada, mas nunca alheia aos materiais que a compõem, as constrições discursivas que a estruturam ou as construções que lhe vão dando forma:

Para fazer isso necessitamos desconstruir muitos dos nossos hábitos metodológicos, incluindo: o desejo pela certeza; a expectativa de que nós podemos usualmente chegar a conclusões mais ou menos estáveis sobre como as coisas realmente são; a crença de que como cientistas sociais temos *insights* especiais que nos permitem ver o futuro melhor do que os outros em certas partes da realidade social; e as expectativas de generalidade que está embrulhada no que é normalmente chamado de universalismo. Mas, o que primeiro necessitamos é desfazer o nosso desejo e expectativa de segurança (Law, 2004, p.9. Tradução livre).

A partir da noção de *assemblage* de Deleuze, Law propõe o que designa, através de um neologismo parcial, de *method assemblage* (Law, 2004, p.41). Neologismo parcial porque utiliza a palavra *assemblage* como uma tradução para o idioma inglês da palavra francesa *agencement*, um termo central na obra de Deleuze e Guattari (Law, 2004; Deleuze & Guattari, 1995).

A prática do *method assemblage* (Law, 2004) implica expor-se ao desafio da incerteza e do múltiplo. Supõe uma relação delicada e cuidadosa com o que estudamos, isto é, precisamos ser sensíveis aos mecanismos pelos quais algo se torna ausente ou presente, purificado ou hibridizado, localizado ou globalizado. Nisso consiste a ciência social, e por este motivo a ciência implica sempre em uma ontologia política (constituir um mundo concreto e ao mesmo tempo abrir a possibilidade para outros mundos possíveis).

Law (2004) fala do método para os cientistas sociais como uma operação através da qual definimos os objetos que estudamos, mas não como uma construção subjetiva que dependa condição de alguém (cientista social) conhecer o mundo como ele é. Por isso fala do *hinterland*, algo como a região que suporta econômica e logisticamente um determinado núcleo urbano, porém diferentemente do núcleo urbano, que é algo delimitado e visível, o *hinterland* é sempre o fundo, dificilmente discernível.

O objetivo dessa metáfora é incluir na reflexão metodológica aspectos que normalmente são ocultados da pesquisa, isto é, as condições materiais, as assunções ideológicas e as pré-compreensões:

Nós precisamos de uma maneira de falar que nos ajude a reconhecer e tratar com fluidez, fugas e enredos que compõem o interior de pesquisa. Isto permite-nos reconhecer e refletir não apenas sobre o que acontece em laboratórios ou nos escritórios de cientistas sociais, nos sete-oitavos que faltam do iceberg (Law, 2004, p.41, Tradução Livre).

A intenção neste capítulo é exatamente esta: explicitar alguns desses elementos que normalmente são ocultados na pesquisa. Pretendo fazer isso através de uma abordagem ao componente empírico da investigação, segundo a qual pretendo articular a discussão teórica e metodológica com uma narrativa baseada nas anotações feitas em diário de campo para retratar como a própria investigação foi sendo construída e como os aportes metodológicos referidos se mostraram importantes para a montagem do método.

Assim sendo, começo por uma parte descritiva com o objetivo de dar a ver o que foi feito enquanto pesquisa de campo, quais as práticas de pesquisa adotadas, os deslocamentos realizados, etc. A seguir a esta descrição, abro um espaço para uma narrativa baseada no meu diário de campo.

4.3. O Componente empírico da investigação

O trabalho de campo foi realizado entre os meses de novembro de 2014 e janeiro de 2015, em duas etapas. A primeira ocorreu na capital federal, Brasília, com o objetivo de foi entrevistar pessoas ligadas ao planejamento e à implementação de políticas públicas, sobretudo no que diz respeito à área de influência de Belo Monte.

Na segunda parte da pesquisa de campo, desloquei-me para Altamira/PA, onde fiquei sediado até o final da pesquisa. Altamira é o principal município entre os que foram atingidos pela construção da usina. A partir de lá, realizei diversos deslocamentos para a maior parte dos 11 municípios diretamente afetados pela obra: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Também percorri por mais de uma vez a região chamada Volta Grande do Xingu, local onde a usina está sendo construída. Nessa região foi possível ver de perto a obra e os locais onde o desmatamento já está em andamento. Também foi possível entrar em contato com atores ligados ao poder político local, movimentos sociais, comunidades ribeirinhas, populações indígenas, bem como funcionários da empresa Norte Energia S.A.

Segue abaixo o quadro das entrevistas realizadas durante a minha pesquisa de campo:

	Atuação	Grupo Social	Localidade
1	Diretora Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde	Governo Federal	Brasília
2	Secretário Nacional de Saúde Indígena - MS – SESAI	Governo Federal	Brasília
3	Secretária Executiva Ministério da Saúde	Governo Federal	Brasília
4	Assessora Presidência da FUNAI	Governo Federal	Brasília
5	Dirigente Ativista – MAB	Movimento Social	Brasília
6	Coordenador Regional FUNAI	Governo Federal	Altamira
7	Profissional Saúde – Enfermeira	Norte Energia	Altamira
8	MAB / Morador Jatobá	Movimento Social / Reassentado	Altamira
9	Moradora do bairro Invasão dos Padres	Ribeirinha	Altamira
10	Moradora Periferia	Ribeirinha	Altamira
11	Movimento de Saúde Mulheres Xingu	Movimento Social	Altamira
12	Morador da Vila Santo Antônio	Ribeirinho (Pescador)	Vitória do Xingu

Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

13	Irmã Caridade Prelazia do Xingu	Igreja	Altamira
14	Moradora PDS Esperança	Trabalhadora Rural Familiar	Vitória do Xingu
15	Dirigente da Executiva Nacional do MAB	Movimento Social	Altamira
16	Morador de Ilha na Volta Grande	Ribeirinho (pescador)	Volta Grande do Xingu
17	Moradora do bairro Invasão dos Padres	Ribeirinha	Altamira
18	Jovem ativista – Movimento Xiingu Vivo Para Sempre	Movimento Social	Altamira
19	Agricultor	Trabalhador Rural Familiar	Vitória do Xingu
20	Morador Reassentamento Jatobá	Ribeirinho Reassentado	Altamira
21	Professor UFPA	Acadêmico	Altamira
22	Moradora Periferia Altamira	Moradora Periferia Altamira	Altamira
23	Secretária de Saúde Município Anapú	Governo Municipal	Anapú
24	Secretária de Saúde Município Senador José Porfírio	Governo Municipal	Senador José Porfírio
25	Ex. Cacique– Artesão – Bairro Açaizal	Indígena Kuruaya	Altamira
26	Coordenadora do Movimento Xiingu Vivo Para Sempre	Movimento Social	Altamira
27	Liderança dos Indígenas Ribeirinhos	Indígena Arara	Volta Grande do Xingu
28	Indígena Aldeia Assurini	Indígena Assurini	Volta Grande do Xingu

Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na
Amazônia brasileira

29	Professora em Aldeias Indígenas	Professora Estadual	Volta Grande do Xingu
30	Morador Reassentamento Jatobá	Ribeirinho Reassentado	Altamira
31	Conselheira tutelar / MAB	Indígena Kuruaya / Movimento Social	Altamira
32	Indígena cidadão que não recebeu casa	Indígena Kuruaya	Altamira
33	Gestor de Projetos	Empresa PM21	Altamira
34	Coordenador do Departamento de Saúde Indígena	Gov Federal	Altamira
35	CONDIZI / Profissional Saúde Indígena	Liderança Indígena Kuruaya	Altamira
36	Cacique Aldeia Paquiçamba	Liderança Indígena Juruna	Volta Grande do Xingu
37	Ancião da Aldeia Paquiçamba	Indígena Juruna	Volta Grande do Xingu
38	Morador Volta Grande	Ribeirinho	Volta Grande do Xingu
39	Procurador da República	MPF	Altamira
40	Procuradora da República	MPF	Altamira
41	Morador orla do cais Altamira	Ribeirinho	Altamira
42	Moradora periferia – igarapé ambé	Ribeirinha	Altamira
43	Morador bairro boa esperança	Ribeirinho	Altamira
44	Bispo Prelazia do Xingu	Igreja	Altamira
45	Coordenadora Casa do Índio – FUNAI	FUNAI	Altamira
46	Superintendente do meio Econômico e Social	Norte Energia	Altamira

Quadro 1: Entrevistas realizadas durante o trabalho de campo

Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na
Amazônia brasileira

Além das quarenta e seis entrevistas, acompanhei e registrei as seguintes atividades:

Local	Atividade	Registro
Altamira	Reunião Câmara Técnica da Saúde – PDRSX	Audio e fotografias
Altamira	Audiência Pública – Comissão Parlamentar da Amazônia	Audio e fotografias
Altamira	Plenária e Análise de Recursos – PDRSX	Audio e fotografias
Altamira	Reunião de moradores atingidos	Audio e fotografias
Altamira	Reunião de moradores atingidos	Audio e fotografias
Volta Grande do Xingu	Reunião Associação Indígenas Ribeirinhos	Anotações em papel
Altamira	Reunião de Planejamento Pontual – Movimento Xingu Vivo Para Sempre	Anotações em papel
Altamira	Assessoria aos atingidos por Belo Monte – redação de cartas aonde cada pessoa narra as suas reclamações para que fossem apresentadas à Defensoria Pública da União	Texto em arquivo word
Volta Grande do Xingu	Secretariado de Assembléia da Associação Tyoporemó	Anotações em papel
Altamira	Manifestação em frente ao escritório da Norte Energia S.A. contra a política de reassentamento dos atingidos	Fotografias e anotações em papel

Quadro 2: Atividades registradas no trabalho de campo

O material qualitativo analisado, além das entrevistas e atividades acima elencadas, inclui o diário de campo, com relatos, comentários, impressões e sentimentos referentes a tudo o que foi vivido nesses dias de pesquisa de campo. Também foram

realizadas inúmeras visitas a comunidades atingidas, reassentamentos urbanos, bairros em processo de desapropriação, vilas ribeirinhas, palafitas, propriedades rurais familiares, hospitais e postos de saúde na região.

Nem sempre foi possível registrar as conversas com indígenas, moradores atingidos, ativistas e funcionários públicos. Mesmo com essa limitação, as experiências de convívio em situações e locais muitas vezes inusitados proporcionaram importantes reflexões contidas, que foram incluídas no diário de campo, e que mereceram atenção como contribuições para a análise qualitativa.

Convém aqui lembrar, entretanto, que o objetivo desta seção não é apenas descrever o que foi realizado no trabalho de campo. Muito embora me pareça importante comentar a importância de algumas das atividades desenvolvidas no âmbito da pesquisa empírica, o que pretendo aqui é demonstrar como o caminho foi sendo construído na medida em que se caminhava, assinalando como alguns eventos aparentemente sem relevância para a discussão científica foram de fundamental importância para me permitir chegar onde eu cheguei e ver o que eu vi.

Optei por fazer referência aos nomes verdadeiros das pessoas entrevistadas, sempre que possível. No caso das pessoas titulares de cargos públicos, entendo ser uma exigência de transparência, uma vez que nada do que me foi dito foi declarado como confidencial. Já no caso dos outros entrevistados, são mencionados apenas os nomes daqueles que assim o desejaram, sendo esta uma forma de amplificar as suas vozes e documentar o seu protagonismo.

4.3.1. Fase preparatória

No decorrer dos dois primeiros anos do doutoramento dediquei-me, dentre outras atividades ligadas ao desenvolvimento da tese, ao planejamento e à operacionalização do que seria a pesquisa de campo. Durante esse período, recolhi e analisei fontes secundárias, como reportagens jornalísticas, informes institucionais de órgãos governamentais, de organizações não governamentais e de empresas privadas envolvidos com a temática de Belo Monte.

Também procurei informar-me, sobre Belo Monte e sobre a região, a partir de filmes curtos e documentários, e ainda através de entrevistas de ativistas e personalidades políticas. A pesquisa documental também foi realizada em momento prévio à imersão no campo, com a recolha de farto material oficial, além de relatórios temáticos e artigos científicos.

Desse universo de materiais, o meu foco esteve sempre direcionado para as discussões sobre os impactos do processo nos modos de vida e na saúde das populações atingidas, bem como as decorrentes reivindicações e posicionamentos assumidos pelas referidas populações.

Realizei entrevistas preparatórias com três lideranças indígenas, duas ativistas ligadas a movimentos sociais e ONG's e um quadro político do Ministério da Saúde. As pessoas entrevistadas estavam de uma forma ou de outra inseridas nos debates relacionados ao AHE Belo Monte, o que me permitiu, mesmo que de forma preliminar, perceber algumas diferenças de abordagens da questão. Tal situação já evidenciava a complexidade do tema.

Um ponto que me chamou a atenção foi a forma como a relação entre seres humanos e natureza era fonte de divergências entre as diferentes abordagens. Isso veio a confirmar a impressão inicial de que seria necessário discutir o modelo de desenvolvimento brasileiro para melhor compreender como surge o conflito socioambiental diante do empreendimento Belo Monte. Assim, um dos focos da pesquisa de campo passou a ser o modo como os diferentes atores e grupos sociais assumem os discursos no que diz respeito ao desenvolvimento da região e à saúde das populações locais diante dos impactos desse modelo de desenvolvimento.

Essas entrevistas me permitiram, além de perceber melhor algumas das questões que estava a investigar, aprimorar a abordagem mobilizada para o restante da pesquisa de campo. Também me foi aberta uma série de possibilidades de contatos para que eu pudesse inserir-me no terreno, acompanhar a vivência em aldeias indígenas, conviver com populações urbanas e rurais atingidas, bem como participar de atividades diversas em Altamira/PA e em Brasília/DF.

Ainda no âmbito destes contatos preparatórios, ficou bastante evidente a importância de realizar parte da pesquisa de campo em Brasília/DF. Isso porque as

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

políticas públicas em matéria de saúde relacionadas à Belo Monte são pensadas, discutidas e projetadas a partir da capital nacional, para depois serem implementadas na região atingida. Tornou-se clara a necessidade de entender a abordagem oficial do tema para, em seguida, a partir da perspectiva das populações atingidas, identificar as invisibilidades resultantes dessa abordagem.

5. UM DIÁRIO DE PESQUISA

5.1. Primeiro destino: Brasília/DF

O trabalho de campo iniciou-se em 4 de novembro de 2014, quando embarquei em Lisboa com destino a Brasília, onde permaneci até o dia 16 daquele mês.

O objetivo nesta etapa da investigação foi, como já dito, entrevistar pessoas ligadas ao planejamento e à implementação de políticas públicas em âmbito nacional com reflexos na região de influência da Usina Belo Monte.

Até aquele momento eu havia conseguido estabelecer um diálogo via *emails* com o Secretário Executivo do Conselho Nacional de Saúde e não havia avançado com mais nenhum contato na capital federal. O Secretário já não ocupava mais o cargo e nem estava mais em Brasília quando lá cheguei. Esse primeiro contato, contudo, ajudou-me a compreender um pouco da estrutura do Ministério da Saúde e me deixou uma importante sugestão de entrevista com o Secretário Nacional de Saúde Indígena.

Quando cheguei à Brasília, fui recebido pelo meu amigo Maurício Ebling, doutorando em Ciências Políticas pela Universidade de Brasília (UnB) que reside lá há alguns anos e me ofereceu acomodação durante a minha estada. Menciono aqui Maurício porque, para além da generosidade do acolhimento em sua casa, ele foi muito importante para desencadear as entrevistas que consegui realizar em Brasília. Foi ele quem me apresentou a Kátia Souto, a Diretora do Departamento de Gestão Estratégica e participativa do Ministério da Saúde, a minha primeira entrevistada.

Esta entrevista foi bastante importante para a sequência do trabalho. Primeiramente, por Kátia ser a Diretora do departamento responsável pela implementação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, que envolve uma série de políticas públicas articuladas entre os entes federativos, Universidades e Movimentos Sociais e voltadas a estas populações, com o seguinte objetivo:

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Promover a saúde das populações do campo e da floresta por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça, etnia e orientação sexual, visando o acesso aos serviços de saúde, à redução de riscos e agravos decorrentes dos processos de trabalho e das tecnologias agrícolas e à melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida (trecho de entrevista, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica e Participativa/MS)

Além da entrevista, que permitiu ter uma visão geral da atuação do Ministério da Saúde através do Sistema Único de Saúde no que diz respeito à implementação de políticas públicas, a entrevistada me apresentou a outros dois quadros do Ministério da Saúde situados em posições centrais para o tema da pesquisa, e que vieram a me conceder entrevistas nos dias subsequentes: a Secretária Executiva Irânia Marques e o Secretário Nacional de Saúde Indígena Antônio Alves.

A entrevista com Antônio Alves permitiu adquirir uma boa noção da estrutura da política de saúde indígena no Brasil, e especialmente no que diz respeito à região de Altamira e ao Distrito de Saúde Indígena (DSEI), que leva o mesmo nome da cidade. Foi possível nesta ocasião ter um primeiro contato com alguns debates importantes para a questão da saúde das populações indígenas da região, e que eu voltaria a encontrar na etapa seguinte da investigação.

A questão do aumento do número de aldeias indígenas e o papel da Norte Energia S/A., bem como o problema relacionado às alterações nas rotinas das populações indígenas como a participação muito mais frequente do que o habitual na vida urbana são questões que serão discutidas mais adiante, no quinto capítulo desta tese. Esta entrevista foi um primeiro alerta para situações importantes das quais eu voltaria a ouvir falar, e que teria ensejo de aprofundar em momentos posteriores da investigação.

Outro efeito importante dessa entrevista foi o contato, facilitado pelo Secretário Antônio Alves, com o coordenador do DSEI Altamira. Lindomar, que se ofereceu para me receber no aeroporto quando da minha chegada e me indicar algum alojamento com boas condições e a preço comportável, tarefa geralmente difícil em Altamira.

Enquanto esperava pelo agendamento da entrevista com a Secretária Executiva Irânia Marques, aproveitei para visitar a sede do Instituto Socio Ambiental (ISA) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na capital federal.

A primeira visita foi ao ISA, uma ONG brasileira focada na defesa dos direitos transindividuais e difusos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme disposto na Constituição brasileira. A organização é composta por equipes multidisciplinares das áreas das ciências humanas, da terra e exatas e tem realizado campanhas temáticas e produzindo relatórios importantes sobre diversos casos, sobretudo no que diz respeito a Belo Monte.

No escritório do ISA fui muito bem recebido, embora não estivesse presente ninguém que pudesse falar sobre Belo Monte comigo. Foi-me indicado um advogado do Instituto que trabalhava com o assunto, mas que estava em Altamira, local onde o ISA possui uma sede com uma equipe residente. Foram passados alguns contatos, como *emails*, endereços e números de telefone.

A seguir, procurei sede do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, onde tive a oportunidade de falar um pouco sobre a minha pesquisa e abordagem ao tema Belo Monte. Na ocasião pude entrevistar um membro da direção nacional do movimento. Também saí dessa entrevista com contatos de dirigentes do movimento que estavam trabalhando em Altamira, onde o MAB possui, igualmente, um escritório.

Alguns dias depois, consegui entrevistar a Secretária Irânia, do Ministério da Saúde. Foi uma entrevista que merece alguns comentários. Foi uma entrevista bastante longa (ultrapassou duas horas de gravação), durante qual pudemos conversar sobre muitas situações relativas ao tema da saúde das populações atingidas por Belo Monte.

A Secretária Irânia desempenha um papel importante no que diz respeito ao processo, tanto no Ministério da Saúde quanto em Altamira, participando do Grupo de Trabalho de Saúde, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu. Eu já havia feito buscas na internet acerca do PDRS do Xingu, obtendo acesso a alguns documentos. Mas essa entrevista foi a primeira oportunidade de conversar com alguém que participou nas discussões em torno do tema, e que me convidou para assistir a uma reunião desse grupo de trabalho, que aconteceria em Altamira no mês de dezembro, durante a época prevista para meu trabalho de campo.

Saí dessa entrevista, também, com mais alguns contatos de pessoas de Altamira. Fiquei com a impressão de que seria importante, quando em Altamira, visitar o escritório da Casa de Governo. Trata-se de um escritório político ligado diretamente ao Ministério do Planejamento e ao Gabinete da Presidência da República. Mais adiante, esse escritório e as pessoas que o constituem vão merecer maiores comentários.

Por fim, graças a uma indicação do Secretário de Saúde Indígena, consegui realizar uma entrevista com a Secretária da Presidência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Lúcia de Oliveira. A FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, vinculado ao Ministério da Justiça. No que diz respeito a Belo Monte, esteve no centro de algumas polêmicas, sobretudo devido à existência de terras indígenas diretamente atingidas pelo empreendimento, mas não propriamente alagadas.

O órgão passou por uma reestruturação promovida pelo Governo Federal exatamente no momento das negociações do consórcio Norte Energia com as populações indígenas atingidas. A entrevista foi bastante interessante por diferentes motivos, e em particular por proporcionar um olhar sobre o embate político existente dentro do governo no que diz respeito ao tema.

Terminei a etapa da pesquisa em Brasília com algumas entrevistas com quadros importantes do Ministério da Saúde, da FUNAI e do MAB. Mas sobretudo, o importante aqui foi começar a mergulhar no assunto Belo Monte e partir para Altamira com algumas indicações de contatos e lugares, uma vez que se tratava de um território totalmente desconhecido para mim.

Nessa primeira etapa do trabalho de campo, o foco foi principalmente no setor público. Aqui ficou evidente a abordagem dos atores do setor. Todos os entrevistados, até esse momento, foram sempre muito solícitos e dispostos a falar abertamente sobre o tema e sobre as críticas. Muitos reconheceram uma série de problemas e equívocos, e deram a ver as disputas internas no governo em questões dessa dimensão. Todavia, mantiveram sempre o posicionamento de quem administra, planeia ou executa. Assim ficou evidente nas suas falas o que podemos chamar de *lógica de governo*, que designarei de gramática ou abordagem do setor público.

Antes de partir para Altamira, tive um jantar de despedida com amigos que vivem em Brasília. Foi durante esse jantar que Atahualpa, que trabalha na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, disse algo que marcou bastante o meu trabalho de campo: *“Tu vais pra Altamira? Então te prepara pra não voltar de lá o mesmo! Ninguém volta de Altamira a mesma pessoa!”*

De fato, não voltei de lá a mesma pessoa!

5.2. Altamira/PA

Meu voo saiu de Brasília às 10h25min. com destino ao Aeroporto de Confins, no Estado de Minas Gerais. De Confins, segui em outro voo para Altamira.

Cheguei às 14h30 de um domingo, Desembarcando no pequeno aeroporto em meio à floresta e à margem do Rio Xingu. A primeira impressão, além do calor intenso, foi a de estar literalmente no meio da Floresta. Porém nesse meio, há um enorme espaço sem floresta, sem árvores, composto por um pequeno centro urbano e por grandes áreas destinadas a pastagens para bovinos.

A pessoa que havia dito que me receberia no aeroporto (funcionário da SESAI) não apareceu. Eu ainda estava com resquício de uma infecção bacteriana que me causou mais de uma semana de febre e outros incômodos. Some-se a isso o calor e sol forte. Não foi muito agradável a minha chegada.

Esperei um tempo até ter certeza de que não tinha ninguém para me buscar e apanhei um táxi. O taxista me levou para um hotel no centro da cidade que segundo ele teria um preço mais camarada. Na ida ao hotel conversamos um pouco sobre a cidade e ele falou sobre a explosão populacional recente em função da obra da UHE Belo Monte, do aumento da violência e da alta nos preços dos imóveis. A corrida de táxi até o centro custou 40 reais! Realmente os preços aqui estão salgados! Depois no hotel a diária estava mais cara do que o motorista do táxi imaginava. Paguei 100 reais a diária! O centro da cidade estava vazio, porém o taxista me alertou que no dia seguinte (segunda-feira) eu notaria que se trata de uma área bastante movimentada. (Trecho do diário de campo)

Segunda-feira acordei cedo e saí para caminhar pelas ruas e conhecer um pouco da cidade. Pude confirmar a afirmação do taxista de que a cidade é muito movimentada. Uma grande quantidade de quiosques vendendo desde lanches a produtos eletrônicos,

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

muitas pessoas caminhando pelas ruas, uma quantidade grande de motocicletas e mototáxis (meio de transporte mais comum da cidade, que não possui transporte público coletivo regular), somadas aos carros e bicicletas deixa o trânsito caótico.

Outra coisa que me surpreendeu foi a sujeira das ruas. De papéis, cigarros, latas de refrigerante e cerveja ao esgoto que corre a céu aberto em pleno centro da cidade, fica uma péssima primeira impressão. Outra característica é a poeira vermelha por todas as ruas, roupas e carros. Soma-se ainda a esse cenário uma grande quantidade de lojas de produtos eletrônicos de última geração, todas elas com bom movimento.



Figura 04: Avenida Tancredo Neves, uma das mais movimentadas do centro de Altamira
Fonte: Fotografia do autor

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira



Figura 05 Esgoto a céu aberto no centro da cidade.

Fonte: Fotografia do autor.

Dediquei os primeiros dias à tentativa de efetivar alguns contatos e iniciar o trabalho o quanto antes. Consegui comunicar-me via *emails* com uma pessoa do MAB, e assim agendamos uma conversa para a semana seguinte. Consegui também agendar uma visita ao coordenador Linodmar do DSEI (Distrito de Saúde Especial Indígena), vinculado à SESAI.

A minha primeira visita ao DSEI durou umas quatro horas, três delas esperando por ser atendido. Durante esse tempo, foi possível conversar com alguns indígenas que entravam e saíam da casa onde fica sediado o órgão público. Nada de relevante, pois naquele momento ninguém parecia muito interessado em conversar comigo... Na primeira conversa com o coordenador do distrito, expus o que pretendia fazer, falei um pouco sobre a minha pesquisa e combinamos que eu poderia entrevistar o coordenador ou algum agente de saúde, conforme a sua disponibilidade. Quanto aos indígenas, isso dependeria do consentimento deles.

Efetivamente, pouco adiantou naquele momento essa visita, pois a resistência à minha presença naquele sítio era evidente e manifesta. Justificavam essa desconfiança

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

pelo fato de outros investigadores e jornalistas já terem contado com a boa vontade do pessoal e mesmo assim terem saído de lá fazendo reportagens sensacionalistas, nas palavras do coordenador do distrito.

Passei os primeiros dias em Altamira caminhando pela cidade, visitando órgãos públicos como a Secretaria Municipal de Saúde, a FUNAI e o Distrito de Saúde Indígena. Até então, as perspectivas pareciam pouco animadoras.

Durante essas caminhadas, procurava conhecer melhor a cidade, seus bairros, e compreender melhor a dinâmica do local. Foram dias muito difíceis, pois era tudo muito diferente do que estava acostumado. Altamira aparece, aos olhos do forasteiro, como uma grande confusão. Grandes contrastes são aparentes, seja para onde for que se olhe: um aglomerado urbano sem saneamento básico nem tratamento de esgotos, muitas lojas de equipamentos eletrônicos de última geração, o alto preço da comida e, principalmente dos hotéis e pousadas.

Por outro lado, à margem do Xingu aparece um outro cenário. Não parecia sequer a mesma cidade: pessoas fazendo exercício em uma orla repleta de quiosques e restaurantes, crianças brincando sem a supervisão de adultos, jovens indo e vindo da escola. Todos estes contrastes suscitavam uma sensação de muita confusão, uma espécie de ilustração exemplar da *messiness* do mundo de que falava John Law (Law, 2004)



Figura 06: Orla do Rio Xingu em Altamira
Fonte: Fotografia do autor

Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na
Amazônia brasileira



Figura 07: Orla do Rio Xingu em Altamira
Fonte: Fotografia do autor

Nesses primeiros dias, o trabalho não avançava muito. Nos órgãos públicos, eu esbarrava na falta de boa vontade (até aquele momento) das pessoas a quem me apresentava e em uma série de burocracias que me eram exigidas para conseguir falar com alguém em posição de comando. Por outro lado o foco da minha pesquisa deveria ser os atingidos pela construção da usina e a sua realidade. Quem eram esses atingidos? Em meio à aparência de confusão que Altamira oferecia, eu nada via. Certamente teria de rever minhas atitudes e estratégias, pois as coisas não estavam fluindo tão bem como havia acontecido em Brasília.

Continuei tentando alguns contatos por *email* com movimentos sociais e ONG's. Escrevi para o ISA, para o MAB e para o Xingu Vivo (nome como é popularmente conhecido o Movimento Xingu Vivo Para Sempre). Até o momento, a única resposta havia sido de uma pessoa do MAB, que disse que me receberia na semana seguinte. Fui várias vezes no escritório do ISA, mas sempre sem encontrar ninguém. Por telefone também não era atendido, e os meus *emails* não eram respondidos.

Foi graças à ajuda de um colega do CES, da Universidade de Coimbra, Maurício Hashizume, que conhecia a assessora de imprensa do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, que, através desta, consegui contato com a coordenadora do movimento, Antônia

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Melo. A partir desse contato, agendamos uma conversa para o dia seguinte (28 de novembro). Esse momento foi crucial, pois a partir daí muita coisa se desencadeou.

Por volta das nove horas da manhã cheguei ao escritório do Xingu Vivo e encontrei a coordenadora já a minha espera. Me apresentei e expliquei brevemente a minha pesquisa. Notei que ela apreciou muito um aspecto da minha abordagem, a questão da invisibilidade da resistência e das produções de não existência. Foi muito importante ter explicado que um dos objetivos do meu trabalho era o de criar condições de visibilidade a processos sociais e lutas que são tratados como invisíveis e/ou produzidos como inexistentes. Outras pessoas que estavam na sala pareceram identificar-se bastante com o tema da definição de produções de não existência.

A coordenadora Antônia Melo ajudou-me a esboçar um mapeamento das comunidades atingidas. Mas foi especialmente relevante uma conversa (que não foi gravada) de umas 3 horas, durante a qual ela narrou diferentes episódios relacionados a Belo Monte, cobrindo o período do governo do Fernando Henrique Cardoso, passando por episódios bastante conhecidos envolvendo o Ex-Presidente Lula, até os dias atuais.

Falou-me em tentativas de diálogo frustradas com o Governo Federal, de como ocorreu um processo de cooptação de lideranças pela empresa estatal Eletronorte, depois pelo Consórcio Norte Energia, sempre com auxílio do Governo Federal. Ouvi histórias de violências, ameaças a lideranças, de como aos poucos a resistência foi sendo vencida pelo cansaço. Também me contou como lideranças indígenas foram convencidas a fazer a defesa do empreendimento perante os membros de suas etnias. Pude notar que ficava sempre muito abalada ao falar desse assunto, a que ela se refere como *destruição da cultura do Xingu*.

Depois de eu mencionar minhas dificuldades com alojamento em Altamira, a coordenadora me ofereceu um quarto em uma casa que a ONG Amazon Watch alugara para auxiliar a estada de ativistas que visitassem a região. A casa estava aos cuidados do movimento Xingu Vivo. Me comprometi a contribuir como fosse possível, uma vez que além do aluguel havia outras despesas relativas à manutenção da casa.

A coordenadora Antônia Melo apresentou-me a Gracinda, uma militante do movimento de mulheres de Altamira e do movimento de saúde coletiva. Gracinda reside em uma área no centro de Altamira que está sofrendo processo de desapropriação, o bairro

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Açaizal. Ao fim do dia fui à casa de Gracinda, que, com muita gentileza, me recebeu para uma entrevista. Esta foi bastante longa. Nesta fase, optei por uma entrevista aberta, sem guião, deixando Gracinda falar o que entendia ser importante. Com o decorrer do tempo, a entrevista acabou tornando-se uma conversa. Na medida em que eu me interessava pelos assuntos levantados, Gracinda ia falando com muito entusiasmo sobre a sua militância na área da Saúde Coletiva, tendo participado ativamente do movimento para a implantação do Sistema Único de Saúde na região.

Também me contou um pouco do histórico da cidade, desde a construção da rodovia transamazônica, o processo de colonização e as desigualdades que daí decorrem até os dias atuais. Demonstrou como isso faz parte de um processo que culmina hoje com Belo Monte. Falou de muitas injustiças que ela considera existir, bem como do descaso do governo no que diz respeito à saúde na região. Foi uma entrevista muito emocionante, e saí dela com muito que pensar.

No final desse longo e produtivo dia fiz a minha mudança para a casa que me foi disponibilizada, que também abrigava naquele momento um psicólogo, Eduardo, que estava fazendo uma viagem estilo mochilão³³ pela América do Sul há mais de seis meses. Meu novo companheiro de casa tinha muitas histórias interessantes para contar dessa sua viagem. Já havia passado pela Bolívia, Chile e Peru, e havia decidido retornar ao Brasil pela floresta Amazônica. No meio do caminho ouviu falar de Belo Monte e decidiu que iria para Altamira para conhecer o polêmico projeto.

Quando nos conhecemos, Eduardo estava sofrendo com constante febre alta. Suspeitava-se que era dengue. Digo suspeitava-se, porque fomos ao hospital municipal buscar atendimento de urgência, onde lhe deram medicamento contra a febre e disseram que havia, de fato, suspeita de dengue. Apenas isso. Caso assim continuasse ele deveria retornar para confirmar com um exame. Essa foi a minha primeira experiência com o sistema de saúde pública em Altamira.

³³ Nome popular dado a um estilo de viagem sem tempo e destino certo, apenas com uma mochila nas costas.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Dia 30 de novembro – domingo

O Eduardo ainda está sofrendo com a febre, mas aparentemente tudo está sob controle. O dia foi quente e a casa é extremamente quente. Tudo o que temos para enfrentar o calor é um ventilador. Mesmo assim o ar que circula é extremamente quente. Na rua está um sol fortíssimo o que desencoraja qualquer saída. Passamos o dia inteiro em casa sofrendo em frente ao ventilador e seu ar quente!

À noite resolvemos sair para dar uma caminhada e procurar alguma coisa para comer. Na rua já estava agradável. A surpresa para efeitos de comparação com o calor passado em casa, foi quando vimos um relógio com termômetro na rua. Eram aproximadamente 8h da noite e o termômetro marcava 35 graus! Imagine, se 35 graus às 8h da noite é agradável, o quão quente não estava em casa.

Uma impressão que merece registro. Caminhamos pela avenida Tancredo Neves, que estava muito movimentada. Bares e farmácias todas abertas, muita gente na rua, muitas pessoas com os carros estacionados tocando música alta bebendo cerveja. Também há muito movimento no trânsito, carros e motos andando para todos os lados. Mas uma coisa que chamou a minha atenção, é a disparidade entre homens e mulheres. Não se vê mulheres andando pelas ruas, senão acompanhadas por um homem. E há muito mais homens do que mulheres. Nesse ambiente, com tantos homens a mais, e muitos bebendo pelas ruas, parece-me uma situação um pouco assustadora para as mulheres da cidade. Isso é um reflexo do crescimento acelerado e desproporcional causado pela obra. Aumentou muito o número de homens na cidade, assim como aumentou o número de prostituição, doenças sexualmente transmissíveis e violência sexual.

Voltamos para casa para tentar descansar. A casa ainda está quente, e o Eduardo ainda tem febre e reclama de muitas dores no corpo, articulações e estômago. (Trecho do diário de Campo)

Enquanto o meu companheiro de casa lutava contra a ainda não diagnosticada dengue, eu seguia o meu trabalho. Estabeleci uma rotina em que diariamente ia para o escritório do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, e de lá elaborava uma lista de lugares para visitar e pessoas para procurar.

O escritório do movimento foi um lugar muito importante para essa pesquisa. Era uma sala cedida em um prédio de propriedade do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), vinculado à igreja católica. O Bispo da Prelazia do Xingu Dom Erwing era também presidente do CIMI e viabilizou esse apoio ao movimento. Naquele escritório passavam diariamente dezenas de pessoas. Muitas já conheciam a coordenadora, outras eram militantes de movimentos sociais. Muitas pessoas chegavam lá pela primeira vez para conversar sobre o que estavam vivendo, em função do estado de coisas na região.

Pude notar que o Xingu Vivo era naquele momento um aglutinador de pessoas insatisfeitas com Belo Monte. Moradores da região apareciam para se queixarem de arbitrariedades de funcionários da Norte Energia ou das empresas contratadas para fazer o cadastramento de moradores dos bairros atingidos, das casas dos reassentamentos, e de muitas outras situações relacionadas a Belo Monte. Diante disso, entendi que o escritório seria um local de referência para este primeiro momento da minha investigação.

Muitas entrevistas ocorreram lá mesmo ou tornaram-se possíveis graças a informações que recebi naquele movimentado escritório. Passei alguns dias simplesmente acompanhando o movimento de pessoas no escritório e conversando com quem lá ia, ouvindo histórias sobre outros tempos da região, sobre o que se vivia naqueles dias e sobre o que se esperava para um futuro não tão distante.

Também por estar em um espaço que pertence ao movimento social, fui identificado com a causa pelas pessoas que por lá passavam. Eu sempre deixava claro que era um estudante e que estava lá para conhecer melhor a situação da região e da população atingida por Belo Monte, mas nunca deixei de demonstrar a minha sincera solidariedade e isso fez com que relações de confiança fossem se criando. Em muitos casos eu fui convidado a visitar as casas e bairros das pessoas com quem conversava. Em muito pouco tempo a minha pesquisa havia tomado um rumo muito interessante.

A partir desse momento eu já me sentia completamente a vontade na cidade e comecei a percorrer os bairros e reassentamentos. Num primeiro momento, aproveitava algum contato estabelecido com alguma moradora ou morador, e a partir de então ia visitando os bairros e conversando com as pessoas.

Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na
Amazônia brasileira



Figura 08: Bairro Invasão dos Padres, Altamira
Fonte: Fotografia do autor



Figura 09: Bairro Baixão do Tufi, Altamira.
Fonte: Fotografia do autor.

O primeiro bairro de reassentamento de população desapropriada que conheci foi o Jatobá. Fica a aproximadamente cinco quilômetros do centro da cidade, onde foram construídos 1.100 lotes para receber 5.000 famílias. Naquele momento contava com

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

pouca estrutura. Uma das casas funcionava como um posto de saúde, não havia transporte público regular, a iluminação pública ainda não funcionava na maioria das ruas, não havia escola ou área de lazer e nem arborização.



Figura 10: Reassentamento Jatobá
Fonte: Fotografia do autor

Nas primeiras semanas, segui a rotina de ir para o escritório do Xingu Vivo, conversar com as pessoas que por lá passavam, eventualmente fazer alguma entrevista, visitar bairros e comunidades urbanas atingidas. Assim fui estabelecendo alguns laços e convivendo com as pessoas. Fui convidado por mais de uma vez para almoçar ou jantar na casa das pessoas que conhecia, ou para beber uma cerveja no fim do dia nos bares da orla do Xingu.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Acredito que devido a minha postura e, principalmente, à simpatia das pessoas que conheci, aos poucos fui fazendo parte daquela comunidade, passando a ter um tratamento próximo do de um igual, e não de investigador forasteiro. Isso foi muito importante para minhas reflexões acerca da metodologia, especialmente da relação entre quem pesquisa e a população que participa da investigação.

Também fui levado a refletir sobre os componentes materiais que se mostravam parte importante para o andamento da pesquisa. O escritório do Xingu Vivo sem dúvidas foi um ponto de aglutinação de pessoas, e que também irradiava para os mais diversos locais, tanto os mais próximos como os bem distantes, na Europa e Estados Unidos da América.

Naquele escritório, vários objetos representavam mais do que decoração: cocares de chefes indígenas feitos com penas de Arara; cartazes utilizados em manifestações históricas; um quadro com a fotografia da índia Tuíra com seu facão apontado para o rosto do Engenheiro Muniz da Eletrobrás, no famoso evento de 1989. Tudo aquilo servia como referência para todos que frequentavam aquele ambiente. Cada peça tinha uma história, e aos poucos as pessoas me contavam a história de cada um daqueles objetos.



Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na
Amazônia brasileira



Figuras 11 e 12: Escritório do Movimento Xingu Vivo Para Sempre
Fonte: Fotografia do autor

Se por um lado a investigação avançava significativamente no que diz respeito à população atingida urbana, ainda faltava chegar à população rural e ribeirinha da Volta Grande do Xingu. Outra parte dessa investigação que ainda caminhava a passos lentos era a que dizia respeito aos órgãos públicos e ao empreendedor.

Fui ampliando, entretanto, meu conhecimento do sistema público de saúde e do seu funcionamento. Aproveitei a ocasião em que um dos meus interlocutores necessitava agendar um exame já requisitado pelo médico no posto de saúde para acompanhá-lo ao hospital.

Dia 03 de dezembro - quarta-feira

Às 6h30 chegamos eu e o Lázaro ao Centro Regulador, no Hospital São Rafael, local aonde são feitas as marcações de exames e consultas especializadas, mediante encaminhamento feito por médico de algum posto de saúde. A distribuição de senhas de atendimento começava apenas às 7h30, entretanto já havia duas filas, uma para as pessoas com atendimento prioritário composta maioritariamente de idosos e a outra para as demais pessoas.

Pude conversar com algumas pessoas na fila. Nem todos estavam dispostos a conversar, muito menos gravar alguma entrevista ou dar declarações. A fila foi crescendo rapidamente e quando distribuíram as senhas a última foi entregue ao Lázaro! As demais pessoas foram orientadas a retornarem outro dia. Eram mais de 100 pessoas na fila e o total de senhas para as duas filas foi de 30 senhas.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Depois de um pequeno tumulto aonde as pessoas que não conseguiram senha faziam questionamentos à pessoa que distribuía as senhas, pude conversar com um senhor do município de Vitória do Xingu, que estava aguardando por dois exames, um eletrocardiograma e uma ultrassonografia. Este senhor possui uma hérnia inguinal e espera há mais de três meses pelo exame. Ele é um trabalhador terceirizado que presta serviços braçais para o consórcio construtor Belo Monte. Apesar de chegar em tempo de receber a senha, ele foi informado de que não havia vagas para realizar o exame de ultrassonografia, situação que se repete há mais de três meses, segundo ele, e o impede de trabalhar, pois sua atividade laboral exige esforço físico. Ficou desolado, mas foi convencido por sua esposa a esperar pela marcação do exame de eletrocardiograma ao menos. (Trecho do diário de campo)

Enquanto isso, meu colega de casa, o Eduardo, ainda sofria com a febre e as fortes dores estomacais. Retornou ao hospital municipal São Rafael e acabou sendo finalmente submetido a exames mais precisos que confirmaram a dengue. No mesmo dia foi transferido para o Hospital das Clínicas de Altamira, devido à falta de leitos disponíveis para internação.

O Hospital das Clínicas era um prédio pequeno no centro da cidade e que estava parcialmente em obras. O quarto em que o meu colega ficou internado possuía umas oito macas, todas ocupadas com pacientes que variavam entre os que sofriam de dengue aos que apresentavam ferimentos causados por faca ou revólver. Fui visitá-lo e pude constatar que ele nem sequer recebia a dose de medicamentos intravenosos nas horas devidas. Tão logo a febre foi reduzida ele recebeu alta hospitalar e um conselho do médico: se tivesse condições, que retornasse para São Paulo para concluir o tratamento e recuperação. Foi o que ele fez.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira



Figura 13: Frente do Hospital das Clínicas de Altamira
Fonte: Fotografia do autor

Nessas curtas experiências com o sistema de saúde pública de Altamira, pude constatar o que já ouvira frequentemente em conversas com as pessoas na cidade, e que era bastante evidente: não havia estrutura suficiente para o atendimento de todas as pessoas da região.

O primeiro final de semana do mês de dezembro se aproximava, e com ele o assunto pela cidade era o recebimento dos salários dos barrageiros, como são chamados os trabalhadores na construção da barragem. Isso porque o movimento no primeiro fim-de-semana subsequente ao recebimento dos salários pelos trabalhadores na construção da usina é muito movimentado na cidade. Vendedores ambulantes se multiplicam e casas noturnas fazem festas temáticas para os barrageiros. O acesso aos bancos, que normalmente era difícil, tornava-se praticamente impossível. Cheguei a esperar por duas horas em uma fila para conseguir utilizar uma caixa multibanco.

Também a violência se multiplica nesses dias. Pude observar pessoalmente uma briga em um supermercado ao final do dia na sexta-feira, quando dois grupos de homens se enfrentavam em meio aos corredores de mercadorias, sem qualquer intervenção por parte da segurança do mercado.



Figura 14: Casa noturna de Altamira anunciando festa temática para os barrageiros.
Fonte: Fotografia do autor

A esta altura, eu estava em Altamira há aproximadamente vinte dias. Não era muito tempo, mas lá o tempo corre em outra velocidade e nesses poucos dias eu viverei meu envolvimento na cidade de forma muito intensa e já estava com uma compreensão do campo que me permitiu proceder a uma reavaliação preliminar do trabalho.

Decidi assim realizar um momento de reflexão, no qual pude trazer à consideração tudo o que já havia lido e ouvido sobre Belo Monte, a região e suas populações atingidas. Desde que chegara na região, havia já realizado algumas entrevistas e observações tanto com atores do setor público, quanto com atores da sociedade civil organizada, e com moradores da região que não faziam parte de qualquer movimento e somente acompanhavam as mudanças nas suas vidas como uma contingência.

Naquele momento, já havia mapeado os bairros atingidos de Altamira e os principais problemas levantados pelas populações urbanas. Em função disso pude, ao ouvir algumas das entrevistas que havia realizado, avaliar quais eram as principais questões a serem melhor observadas e investigadas. A questão da saúde e das alterações dos modos de vida sob a ótica das populações atingidas era o meu principal foco. Porém a partir das entrevistas e, principalmente, da convivência com famílias de atingidos, que

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

permitiram partilhar do dia-a-dia de algumas pessoas, tornaram possível uma primeira avaliação reflexiva da minha abordagem.

Quando eu abordava o tema da saúde em conversas ou em entrevistas, a primeira coisa de que se falava era da falta de estrutura na cidade e região. Esse já era um problema com uma longa história, da construção do primeiro hospital de Altamira até a implementação do Sistema Único de Saúde em fins da década de 1980. Com a construção da usina hidroelétrica e o crescimento populacional muito rápido, os equipamentos de saúde, que já eram insuficientes, tornaram-se o sinal de carências ainda mais problemáticas.

Todavia, não era isso o que mais abalava as pessoas com quem conversava. Todas se queixavam da falta ou insuficiência de estrutura, mas também notavam que se tratava de um processo histórico, marcado por idas e vindas. Já foi pior e também já foi melhor. Nenhuma novidade aí, apenas mudava a intensidade dos problemas já conhecidos, antes mesmo da mega-obra.

Porém quando a conversa incidia sobre as mudanças na vida das pessoas nos últimos anos, ficava muito evidente a sensação de um grande impacto. Faltavam, entretanto, conceitos para descrever aquilo que acontecia. As mudanças estavam em plena ocorrência, e a cada dia novas situações e novos problemas surgiam.

Notei que esse era um ponto fundamental a ser explorado para uma melhor compreensão dos impactos do empreendimento na saúde das populações atingidas. Não fazia sentido discutir saúde, ambiente ou desenvolvimento de forma isolada, ou apenas tentando relacionar conceitos a partir dos relatos das pessoas.

A questão era compreender melhor o quanto a vida daquelas pessoas estava sendo alterada a cada dia, e como elas estavam lidando com isso. Quais eram os principais problemas relatados? Quanto sofrimento isso lhes causava e como o descreviam e nomeavam? Qual o sentimento ao ver seus bairros sendo destruídos por máquinas? Quantas atividades produtivas se tornaram inviáveis nessa nova realidade? Como era a relação com a Norte Energia e com o Governo Federal, a quem dirigiam as suas reclamações e sugestões e com qual expectativa?

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Escrever sobre uma história em curso:

Faz dois anos que eu estou lendo, pesquisando, refletindo, falando e escrevendo sobre Belo Monte.

Agora eu estou aqui, em plena Altamira às margens do Xingu e muita coisa que eu li sobre Belo Monte já aconteceu. Muita coisa que eu pensei que sabia sobre a realidade dos atingidos e das suas lutas já aconteceu. Muitos daqueles relatos alertando sobre os impactos futuros da obra, sobre os medos das populações, já estão acontecendo hoje. E continuarão acontecendo amanhã, e por muito tempo.

A questão é que eu questiono como eu posso fazer essa pesquisa de campo refletir essa realidade que se modifica a cada dia.

Eu vou me focar na riqueza dos relatos, de como até o momento essa Belo Monte vem impactando a vida das pessoas. Não faz sentido falar em desenvolvimento, ambiente e saúde para as pessoas como se fossem coisas distintas. Quando elas começam a falar, elas falam de suas vidas e o ambiente, o desenvolvimento e a saúde são dimensões constitutivas das suas vidas. É as suas vidas que são impactadas. As pessoas reclamam de não poder mais conviver com os seus vizinhos, amigos de anos. Não poder mais conviver com o rio. Reclamam da ganância dos governos e da Norte Energia. Elas não distinguem o governo da Norte Energia, aliás. E nem querem saber se o governo é submisso a um modelo de desenvolvimento capitalista e que está inserido em um contexto geopolítico. Elas sabem é que o seu modo de vida está sendo devastado e que o operador dessa devastação é o governo brasileiro. Ao mesmo tempo tudo isso é apontado como o causador de muitos problemas que se refletem na falta de boa saúde. Assim me dizem, e nisso tenho que pensar. (Trecho do diário de campo)

Outros pontos surgiam como importantes peças para melhor compreender a discussão sobre Belo Monte. Estava na hora de eu ir atrás de algumas respostas junto ao setor público. Afinal, até aquele momento eu só havia conversado com pessoas em Brasília, e o que me haviam demonstrado era uma preocupação muito grande na implementação de políticas públicas com grande investimento monetário do Governo Federal.

Nas próximas semanas iriam ocorrer uma audiência pública organizada pelo Ministério Público Federal e a Comissão da Amazônia do Congresso Nacional, diversas reuniões das câmaras técnicas do PDRS do Xingu e uma sessão plenária para julgamento dos recursos apresentados pelas câmaras com relação aos projetos não aprovados na sessão anterior.

A questão das populações indígenas era outra coisa que me preocupava. Essa era uma questão muito presente em tudo o que eu havia lido sobre o tema, mas que ainda não

havia acessado durante este período do trabalho de campo. Precisava ir atrás dessa questão e compreendê-la melhor. Precisaria conversar com pessoas da FUNAI e do DSEI.

Também era importante conversar com os indígenas! Uma dificuldade era o acesso às aldeias, pois somente de barco era possível chegar à maioria delas. Entretanto, muitos indígenas estavam bem presentes na rotina da cidade, devido às reuniões com a Norte Energia e com o poder público, assim como às questões relacionadas aos tratamentos de saúde.

E por fim, faltava também conhecer melhor a situação das populações atingidas que estavam fora da área urbana, que eram os ribeirinhos da Volta Grande do Xingu e pequenos agricultores da área rural de Altamira.

A partir dessas constatações, comecei a me preparar para a parte da investigação junto aos órgãos públicos. As estratégias de aproximação e de abordagem deveriam ser diferentes daquelas utilizadas com as populações atingidas. Neste último caso correu uma empatia e tudo fluiu como que naturalmente.

5.2.1. Investigação junto ao poder público

A minha primeira tentativa junto ao poder público foi no escritório da Casa de Governo que, conforme já mencionado anteriormente, é um escritório político ligado ao Ministério do Planejamento e ao Gabinete da Presidência da República. Foi necessária alguma insistência para conseguir conversar com alguém naquele lugar.

Trabalhavam no escritório dois coordenadores e mais dois funcionários a eles subordinados. Em nenhuma das vezes em que lá estive os coordenadores estavam disponíveis. Algumas vezes estavam em viagem à Brasília, outras em reuniões com diretores do empreendedor Norte Energia. Entretanto, após algumas tentativas infrutíferas, fui recebido pelos funcionários subordinados aos coordenadores. Nenhum dos dois quis gravar entrevista, mas se dispuseram a conversar comigo sobre a minha pesquisa. Também me forneceram os números dos telefones móveis dos coordenadores para que eu tentasse agendar uma entrevista, o que nunca foi possível.

O importante para a investigação naquele momento, explicava eu, era compreender o papel daquele escritório ali. O que se fazia ali, e com qual intuito? Os

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

funcionários me esclareceram que se tratava de um escritório político, cujo objetivo era intermediar relações entre poder público federal, poder público local, Norte Energia e população atingida. As demandas da população atingida eram normalmente trazidas através do MAB, e conforme a situação, a Casa de Governo organizava reuniões dos atingidos com a Norte Energia ou outros órgãos públicos.

Eram muito frequentes naquele momento as reclamações sobre os critérios estabelecidos para as pessoas terem direito a receber uma casa em algum dos reassentamentos. Famílias numerosas recebiam apenas uma casa e reivindicavam mais. Muitos dos habitantes dos bairros afetados reclamavam que a empresa havia decidido que não tinham o direito de receber casa nos reassentamentos por não serem detentores de título de propriedade legalmente reconhecido das casas desapropriadas. O transporte público era praticamente inexistente. O tratamento de esgoto ainda não estava implementado. Essas eram algumas das demandas da população, e a Casa de Governo procurava através das reuniões compor alguma situação.

Nos bairros atingidos, o discurso da população era semelhante. As demandas eram essas e mais algumas. Entretanto, o papel da Casa de Governo era visto de forma diferente. Era visto como um defensor da Norte Energia. Alegavam que as reclamações encaminhadas eram sempre ouvidas cordialmente, mas nunca resolvidas.

As referidas reuniões resultavam muitas vezes em encaminhamentos individuais, nos quais a pessoa tinha agendada uma reunião no escritório do consórcio Norte Energia. Porém, invariavelmente lhe era explicado que a sua reclamação não tinha procedência, tudo de acordo com documentos como o PBA e o EIA/Rima. Era algo que a maioria das pessoas simplesmente não compreendia, até porque muitas delas sequer eram alfabetizadas, e muitas outras, que o eram, não tinham familiaridade com aqueles documentos e com a linguagem técnica neles utilizada.

O conhecimento técnico-científico embasava esses documentos, que eram fiscalizados pelos órgãos públicos federais responsáveis. Nesse ponto não havia diálogo com os atingidos, eram-lhes dadas explicações em um idioma que não era compreensível. O que era compreensível era o sentimento de injustiça e a percepção de que eram o elo mais fraco nessa disputa.

No decorrer das semanas seguintes, paralelamente às outras atividades, eu visitava o escritório da Casa de Governo de duas a três vezes por semana, para conversar sobre as demandas que eu ouvia nos bairros e para saber como elas eram encaminhadas. Continuava sem encontrar os coordenadores no escritório. Em uma das ocasiões, o assessor de um dos coordenadores com quem eu conversava explicou a discrepância entre as reclamações das populações e a atitude do governo ou do consórcio Norte Energia como resultando, na verdade, da existência de muitos aproveitadores naqueles bairros. Muitas pessoas estariam lá na tentativa de ganhar algum dinheiro em função da obra.

Outro assunto a que passei a dedicar algum tempo foi o PDRS do Xingu. Passei a ler mais sobre o assunto para melhor compreender do que se tratava, e também visitei a empresa PM21, empresa gestora de projetos responsável pela coordenação do programa. Assim me preparei para comparecer à reunião da Câmara Técnica de Saúde e à sessão plenária, que ocorreram nos dias 11 e 12 de dezembro.

Mas, antes de prosseguir, cabe uma breve explicação. O PDRS, instituído através do Decreto nº 7.340 de 2010, tem a finalidade de promover políticas públicas que resultem na melhoria da qualidade de vida da população que habita sua área de abrangência: os municípios de Altamira, Anapú, Brasil Novo, Medicilância, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, todos no Estado do Pará (Casa Civil da Presidência da República, 2010). Está inserido na política nacional de desenvolvimento regional (PNRD) e serve para orientar programas, projetos e ações federais a serem implementados na sua área de abrangência. Para esse fim, possui um Comitê Gestor que inclui quinze representantes de órgãos governamentais e quinze representantes da sociedade civil e é composto, organicamente, pela coordenação geral, pela plenária e pelas câmaras técnicas.

Além dos orçamentos públicos, o PDRS do Xingu conta com a alocação, no prazo de vinte anos, de recursos originários da Norte Energia S.A., no montante de 500 milhões de reais, decorrentes de exigência inscrita no Edital de Leilão nº 06/2009 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para a UHE Belo Monte. (Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Xingu, 2013).

A reunião da Câmara Técnica da Saúde foi um momento importante para que eu tivesse acesso a algumas pessoas integrando o poder público da região. Fui apresentado

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

por Irânia Marques (que eu conhecera e entrevistara em Brasília) à Secretária de Saúde do Estado do Pará e aos Secretários e Secretárias Municipais de Saúde da região atingida por Belo Monte. A partir desse primeiro contato, consegui entrevistas com gestores públicos e pude visitar alguns dos municípios.

A seguir à reunião das câmaras técnicas do PDRS do Xingu, houve uma audiência pública organizada pelo Ministério Público Federal e pela Comissão da Amazônia do Congresso Nacional. Tratava-se a segunda audiência que ocorria para debater o não cumprimento ou cumprimento inadequado, pela Norte Energia, das condicionantes estabelecidas nas licenças ambientais até então concedidas pelo Ibama.

A audiência ocorreu no auditório da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus de Altamira, e contou com a presença de acadêmicos, estudantes, populações atingidas, movimentos sociais, deputados federais, vereadores de Altamira e um representante da Norte Energia.



Figura 15: Audiência Pública com a população atingida por Belo Monte

Fonte: Fotografias do autor

A reunião das câmaras técnicas, a plenária e a audiência pública (eventos distintos) ocorreram ao longo de um período de três dias. Foram dias marcados por uma intensidade muito grande de trabalho, e muito proveitosos no plano da pesquisa. Consegui estabelecer contatos e agendar futuras entrevistas com agentes do poder público das esferas federal, estadual e municipal. Também consegui estabelecer um primeiro contato com um funcionário do primeiro escalão da Norte Energia, que futuramente viria a me conceder uma longa entrevista.

Mas, acima de tudo, pude observar uma dinâmica fundamental para o desenvolvimento da minha tese: a da relação entre três campos em disputa, o poder público, o empreendedor e a população atingida.

Nesse momento, ficou bastante claro para mim que aos três campos correspondiam aquilo que designo de diferentes gramáticas. Mas também ficou claro que não havia uma simples divisão entre as três. Ocorriam disputas pontuais e, em decorrência delas, as gramáticas se entrecruzavam. Os interesses eram diferentes, mas muitas vezes se fazia sentir a necessidade de negociações ou de conciliações, mas também as tensões que atravessavam os processos.

Também foi possível perceber uma reclamação que eu frequentemente ouvia por parte das populações atingidas e dos movimentos sociais: a falta de diálogo. No caso do PDRX, a câmara da saúde é composta por membros dos governos federal, estadual e municipais, bem como por membros da sociedade civil. Entretanto, o programa funciona através da submissão de propostas mediante os editais de convocação. As propostas são julgadas pelo Plenário, em sessão na qual se permite manifestação dos membros das câmaras técnicas.

Na referida sessão, pude constatar que o que inviabilizava a realização de diversas das propostas apresentadas eram questões técnicas. Problemas quanto à formatação das propostas, planilhas de orçamento e de execução, prazos legais, etc. Nos debates, porém, argumentavam os proponentes pela importância e pelo mérito das propostas negadas, enquanto o argumento dos julgadores era sempre em função de critérios técnicos e formais. Não havia diálogo, eram idiomas diferentes. O que era certo

é que os projetos e propostas só eram aprovados se cumprissem as formalidades exigidas pelos editais.

Na audiência pública da Comissão da Amazônia tampouco havia diálogo. De um lado, os atingidos e movimentos sociais usavam o espaço para apresentarem queixas, denúncias e lamentos. O representante da Norte Energia respondia que o Ibama era o órgão responsável por averiguar o cumprimento das condicionantes, e que estava avaliando todos os procedimentos adotados pelo empreendedor. Os políticos presentes faziam seus discursos e promessas de que ajudariam as pessoas a encontrarem um entendimento com o empreendedor. Cada um falando uma língua diferente, a sessão terminaria sem qualquer encaminhamento.

A partir dessa experiência, passei a procurar, nas entrevistas, uma melhor compreensão do que estava em disputa. Como se articulavam essas diferentes abordagens? Como os atores de cada um dos três “lados” respondiam às questões colocadas pelos outros atores?

Antes de seguir com as entrevistas, observações e vivências, passei um fim-de-semana refletindo sobre o que o trabalho de campo me havia revelado, mas também como ele me alertava para os silêncios, as omissões, as invisibilizações.

As questões a serem perseguidas pela minha investigação eram, no que diz respeito às políticas públicas na área da saúde, compreender como os atores do setor público avaliavam a dimensão dos impactos sobre a saúde coletiva e como isso se refletia nas políticas públicas. Como eram identificados os problemas? Em que medida as reclamações das populações atingidas eram objeto de negociação para o estabelecimento dessas políticas públicas?

Com relação à população atingida, procurei compreender e identificar as diferentes questões que diziam respeito aos atingidos diretos e aos indiretos. Os atingidos diretos eram aqueles que estavam sendo desapropriados. Eu havia notado a existência de muita reclamação acerca do processo de negociação com a Norte Energia, e especialmente divergências respeitantes aos valores de indenizações e à política de reassentamento.

Já os atingidos indiretos eram praticamente toda a população de Altamira e região. A estes, apresentava-se o problema da insuficiência dos equipamentos de saúde, bem como os problemas decorrentes do muito rápido crescimento populacional.

Finalmente, eu começava a me aproximar da “questão indígena”. Coloco esta expressão entre aspas, porque logo descobri que não era uma questão indígena apenas. Eram várias questões. Nesses dias de intensas atividades, tive contato com lideranças indígenas de aldeias da região, bem como com indígenas ribeirinhos vivendo fora de aldeias, e ainda indígenas que vivem nas cidades da região, principalmente em Altamira. Procurei identificar as questões específicas pelas quais estavam lutando. As questões que exigiam mais atenção no decorrer da investigação diziam respeito aos processos de negociação com os empreendedores e com o poder público, considerando a sua evolução temporal, ou seja, as lutas do passado, o seu impacto no presente e o modo como se projetavam para o futuro dessas populações. Finalmente, era necessário procurar perceber como a resistência histórica a Belo Monte, que conferiu ao assunto repercussão mundial na década de 1980, foi vencida ou convencida a aceitar a construção da usina.

Tendo compreendido o que eram as principais questões a serem investigadas, meu objetivo passou a ser trabalhar essas questões perante as abordagens diversas associadas aos diferentes atores. Dessa forma, seria possível verificar onde havia divergências, por onde passavam as convergências, e como as questões eram resolvidas a partir das tensões geradas pelas diferentes abordagens. Principalmente, seria assim possível identificar o que estava sendo invisibilizado nesses processos. Como e quais assuntos e problemas trazidos pelas populações atingidas passavam ao lado do debate público com o empreendedor e com os órgãos públicos?

A partir desse momento, consegui realizar entrevistas com agentes do poder público das esferas federal, estadual e municipal, realizei visitas aos órgãos públicos como as secretarias de saúde, postos de saúde, hospitais, bem como à FUNAI, Casa do Índio e ao DSEI.

No que diz respeito à realização dessas entrevistas, o trabalho estava bem encaminhado, uma vez que eram muito claras as questões a perseguir. Entretanto, com relação às populações atingidas, a situação era menos simples do que isso. Uma das razões para isso poderá ter estado no fato de a parte mais substancial dos materiais de campo ter

resultado de procedimentos de pesquisa menos estruturados e mais dependentes do envolvimento pessoal do pesquisador em atividades diversas permitindo a aproximação às populações ou comunidades atingidas.

Em suma, a questão era a de perceber como as populações atingidas (urbanas, rurais, ribeirinhas e indígenas) abordavam aquilo que reconheciam como problemas. Eu já havia percebido que a questão da saúde para as populações atingidas era bem mais complexa do que parecia nas primeiras conversas. Restava compreender como a construção de uma usina hidroelétrica daquela dimensão estava alterando suas vidas. Em decorrência dessas alterações, que tipo de problemas relacionados à saúde eram vivenciados por essas populações, e como enfrentavam esses problemas?

5.2.2. Compreendendo a diversidade das populações atingidas

Uma questão importante na abordagem das populações atingidas é a compreensão do que elas são. Ou talvez do que elas não são. Já estava muito claro para mim que havia grandes diferenças entre as populações atingidas. Eram muitas as questões suscitadas pela sua condição, e sabia-se da existência de posições diversas em relação a elas, tanto entre como dentro das distintas populações. Algumas pessoas queriam receber uma casa em um reassentamento, outras não queriam sair do seu bairro. Algumas lutavam por mais casas para as suas famílias numerosas, outras pelo reconhecimento da inviabilização das suas atividades produtivas e do direito a uma indenização.

As populações indígenas também apresentavam importantes diferenças entre si. Afinal, são nove etnias diferentes vivendo em 39 aldeias, cobrindo uma vasta região. Era importante compreender o que havia de comum entre essas populações, e principalmente o que havia de diferente entre elas.

Aqui adianto uma percepção a que cheguei somente após a realização do trabalho de campo. Talvez as diferenças entre as populações sejam a sua maior semelhança. Quero dizer com isso que as peculiaridades das populações, seus interesses, lutas e necessidades, assim como as suas relações com os ecossistemas atingidos fazem de cada caso um caso único. Assim, a semelhança entre essas diversas populações consiste, sobretudo, em serem diferentes entre si.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Porém, a forma como são tratadas as populações indígenas pelos estudos técnicos que fundamentam e viabilizam a realização do empreendimento não evidencia essas diferenças e peculiaridades. Isso faz com que o tratamento dado às populações diante dos impactados do empreendimento seja padronizado. Por isso considero que a semelhança principal, e que mais consequências tem para a sua relação com o empreendimento, entre as diferentes populações atingidas está no não reconhecimento das suas diferenças por parte do governo e dos empreendedores.

Retomando a narrativa, o trabalho de campo entrava em uma fase na qual eu já compreendia melhor as dinâmicas da região e as disputas em torno do tema Belo Monte. A partir de alguns contatos estabelecidos com pessoas no escritório do Movimento Xingu Vivo, passei a visitar famílias de atingidos nas áreas rurais. A grande maioria vivia da agricultura familiar e pesca, e os principais problemas que enfrentavam se relacionavam à política de indenizações e reassentamentos da Norte Energia.

Era muito comum ouvir das pessoas que os valores oferecidos a título de indenização eram insuficientes para adquirir outra propriedade que lhes permitisse o sustento familiar. Pude confirmar a veracidade dessas alegações através do acesso a alguns processos de desapropriação e verificando os valores pagos, absolutamente incompatíveis com os que corriam no mercado imobiliário de Altamira no momento da pesquisa.

Outra situação bastante evidente diz respeito ao sofrimento. o deslocamento compulsório, a pressão para aceitar os termos propostos pelo empreendedor em uma negociação desigual e o sentimento de impotência diante dos acontecimentos foram algumas das causas de tristeza e sofrimento apontadas pelas eram trazidas pelas populações atingidas como causadoras de tristeza e sofrimento. Outra questão causadora de sofrimento diz respeito à relação com a natureza. Para muitas das comunidades atingidas o rio Xingu é um ser vivo com o qual as pessoas estabelecem profundas relações desde o seu nascimento. É no rio que elas banham-se, divertem-se e retiram o seu alimento. Presenciar o desmatamento das ilhas da região da Volta Grande, ver o rio ter seu curso alterado causando a *morte* da Volta Grande, somada à já naquela época constatada diminuição da população de peixes e de fauna causava grande dor e

sofrimento, nas palavras daquelas pessoas. Era como se estivessem matando uma mãe, me disse em certa ocasião um atingido.

Quando procurava conversar sobre saúde, frequentemente me respondiam que estavam sofrendo diversos problemas de saúde em decorrência do *stress*, que se manifestavam sob a forma de problemas difusos, como dores de cabeça, aumento da tensão arterial, bem como agravamento de problemas já existentes. Esse sofrimento nunca havia sido dimensionado como causa de problemas de saúde, nem nas políticas públicas, nem nos planos de atendimento às populações atingidas. Encontramos aqui um exemplo claro daquilo a que Santos (2006) chama as produções de não existência. O sofrimento estava lá, e era problematizado pelas pessoas que viviam esse sofrimento como um causador de problemas difusos de saúde. Ao mesmo tempo estava invisível, nunca foi mencionado em nenhuma política de atendimento à população atingida, nunca foi referido como um problema sequer causado pela construção da UHE Belo Monte.

Verifiquei situação semelhante eu verifiquei visitando a região da Volta Grande do Xingu. É uma região em que o rio Xingu faz uma grande curva onde existe (neste momento já não deve mais existir devido ao andamento das obras) algo semelhante a um labirinto de ilhas, com o trajeto do rio sendo alterado com o barramento. Nessas ilhas muitas famílias viviam, outras as utilizavam como postos de apoio à atividade pesqueira e de cultivo de produtos agrícolas como mandioca e arroz, bem como para o manejo de açaí e castanha. Na região da Volta Grande do Xingu também havia famílias de indígenas vivendo em ilhas, e ainda duas aldeias (terras indígenas regulamentadas).

O que essas pessoas apontavam como problemas era a forma como a sua relação com o rio Xingu estava sendo alterada. O rio ali iria secar, todos sabiam disso. Mas na verdade ninguém sabia dizer como isso seria. A poucos quilômetros de distância do canal de derivação da barragem, as pessoas ali viviam uma grande angústia sem saber o que iria acontecer, qual seria a quantidade de água que restaria naquele trecho em que o rio não mais correria, se haveria peixes, em suma, não sabiam como seria o seu futuro.

Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na
Amazônia brasileira



Figura 16: Vilas Ribeirinhas na Volta Grande do Xingu
Fonte: Fotografia do autor.



Figura 17: Caminho repleto de ilhas na Volta Grande do Xingu
Fonte: Fotografia do autor

Eu já havia conseguido fazer algumas viagens pela região da Volta Grande, mas ainda não tinha sido possível visitar nenhuma das aldeias indígenas da região devido ao alto custo com transporte e à necessidade de permanecer por mais de um dia em viagem.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Entretanto, conheci em Altamira uma jornalista alemã³⁴ que estava fazendo uma reportagem sobre Belo Monte e sobre os impactos do modelo de desenvolvimento brasileiro nas vidas das populações amazônicas. Estivemos juntos durante três dias, durante os quais a levei para conhecer os bairros em processo de desapropriação em Altamira e os reassentamentos São Joaquim e Jatobá. Ela pretendia conhecer alguma aldeia indígena da região, mas ainda não sabia como viabilizar isso.

Consegui entrar em contato com o Cacique da Aldeia Paquiçamba, o qual nos autorizou a visita. Depois, era preciso alugar uma voadeira, um tipo de embarcação de pequena dimensão movida a motor, própria para o transporte no emaranhado de ilhas do rio Xingu. E isso era bastante caro naqueles tempos. Assim unimos nossas forças, eu com o conhecimento da região e de lideranças indígenas e ela com os recursos para o aluguel do barco e a disposição para conhecer a Volta Grande.

Fomos à Aldeia Paquiçamba, da etnia Juruna. Esta aldeia fica localizada a aproximadamente dez quilômetros do local onde uma das barragens construídas vai desviar o curso do rio, causando profundas alterações para o ecossistema e para as populações que ali vivem.

Estava então (fins de dezembro) começando o período de chuvas, conhecido como inverno amazônico. Nesta época, a vazão do rio Xingu cresce bastante e torna mais fácil a navegação. O rio não estava ainda em período de cheia, mas já era possível navegar em melhores condições do que nos meses anteriores. Foram aproximadamente quatro horas de viagem, que no período de secas teriam sido oito! Ao chegar, fomos recebidos pelo Cacique, que nos apresentou a aldeia e as pessoas que estavam por lá naquele dia.

³⁴ Karin Steinberger, escreve para o jornal *Süddeutsche Zeitung*.

Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na
Amazônia brasileira



Figura 18 Casas da aldeia Paquiçamba
Fonte: Fotografia do autor

Conversamos com o Cacique, que nos contou sobre a rotina na aldeia e sobre como o modo de vida daquela comunidade tem se alterado após o início das obras. Disse ele que frequentemente se ouvem explosões com dinamite, normalmente no período da noite. A obra funciona vinte e quatro horas por dia, todos os dias. Alguma poluição já se notava naquele trecho do rio e a quantidade de peixes havia diminuído significativamente, segundo o Cacique.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira



Figura 19: Um das ilhas que compõem a Volta Grande do Xingu em processo de desmatamento preparatório para o enchimento do lago da UHE Belo Monte.
Fonte: Fotografia do autor



Figura 20: Obras da UHE Belo Monte.
Fonte: Fotografia do autor

Também conhecemos o antigo Cacique, hoje o membro mais velho da aldeia. O ancião nos convidou para almoçar e conversamos por algumas horas. Ele contou muitas histórias sobre os tempos antigos, sobre os primeiros contatos com a civilização a partir da construção da rodovia transamazônica, na década de 1960. Falou sobre sua

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

preocupação com o que estão fazendo com aquele rio e com aquelas ilhas, com o desmatamento e com a falta de caça nos dias atuais.

Após o almoço, um indígena da etnia Xipaiá, que exerce a função de agente de saúde ao serviço do DSEI, visitou a aldeia para tratar de algumas reivindicações a respeito de problemas decorrentes da baixa qualidade da água dos poços artesianos lá utilizados. Aproveitei para conversar com ele sobre o panorama geral das aldeias da área de influência da usina e sobre como tem sido o trabalho de acompanhamento na área da saúde.

Os problemas mais frequentes a respeito da saúde das populações indígenas dizem respeito às radicais mudanças dos seus modos de vida, ocorrendo em curto espaço de tempo. Historicamente, as comunidades indígenas daquela região enfrentaram problemas de falta de estrutura e de reconhecimento por parte do Estado devido à miscigenação. Após anos de dificuldades, veio Belo Monte. Ouvi de diversos interlocutores histórias sobre o período em que a Norte Energia estava se instalando na região. Foi a época do chamado Plano Emergencial.

Na prática, tal plano consistiu no atendimento pelo empreendedor de listas de pedidos das comunidades indígenas em um valor mensal máximo de trinta mil reais. Em contrapartida, as comunidades deveriam permitir a presença de técnicos do consórcio empreendedor para a realização de estudos necessários. Também deveriam participar de reuniões convocadas pela Norte Energia para deliberar sobre as políticas de atendimento às populações indígenas. Essas reuniões eram realizadas no escritório de Altamira, e o transporte e a alimentação eram custeados pelo consórcio.

O que as pessoas falavam na época da minha visita era que esse período – que já se havia encerrado – fora de muitas novidades. Visitas frequentes à cidade, e o atendimento de todos os diversos tipos de pedido, que iam de produtos industrializados alimentares a aparelhos de televisão. Tudo isso causou muitos impactos nas vidas daquelas comunidades. Esse tema será problematizado mais adiante, no quinto capítulo.

Depois dessa última visita à Volta Grande, e em especial à Aldeia Paquiçamba, retornei ao escritório da FUNAI de Altamira para conversar sobre aquilo que eu tinha visto e ouvido. Em dias diferentes, pude entrevistar funcionários do órgão indigenista e constatar que muitas dos problemas apontados pelos indígenas eram conhecidos e

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

reconhecidos por aqueles funcionários. Entretanto, deixavam claro que havia uma força acima deles que era a *vontade do governo*, e que o trabalho da FUNAI era muitas vezes o de tentar amenizar as dificuldades vividas por aquelas populações.

Pude compreender melhor uma situação que a Secretária da Presidência da FUNAI me havia contado em Brasília. Trata-se do processo de reestruturação da FUNAI, que coincidiu com um período crucial para as negociações entre o empreendedor e as populações indígenas.

Naquele momento, a FUNAI deixou de ter um escritório em Altamira, ficando os indígenas *desprotegidos e desorientados*. A Norte Energia ofereceu muitas ajudas financeiras, e que isso fez com que a resistência histórica das populações indígenas ao projeto Belo Monte fosse vencida.

Entretanto, no momento da nossa investigação, já não existia mais o mesmo apoio financeiro, e as populações sofriam com muitos problemas causados por aquele dinheiro (e pela falta dele). Muitas aldeias deixaram de produzir os alimentos que consumiam, que durante algum tempo foram oferecidos mensalmente, e depois deixaram de o ser. Hoje passam fome.

As frequentes idas a Altamira também se tornaram um problema no que diz respeito aos hábitos alimentares e outros costumes. Problemas como doenças sexualmente transmissíveis, prostituição e violência doméstica passaram a ser rotina. Os indígenas já não apresentavam a mesma união e organização da época da resistência histórica, e sofriam muito por isso. Esse tema também merecerá atenção mais adiante.

Como já mencionei anteriormente, algo que me impressionou bastante foi a velocidade das mudanças na região. A cada semana, Altamira se transformava. Os bairros que eu visitava estavam sendo desocupados e as casas destruídas. Ao mesmo tempo, os moradores que ainda não haviam sido desapropriados permaneciam vivendo entre os escombros. Os impactos de Belo Monte estavam acontecendo diariamente.

Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na
Amazônia brasileira



Figura 21: Algumas casas já destruídas após a desapropriação enquanto outras pessoas ainda não desapropriadas seguiam vivendo entre os escombros.
Fonte: Fotografias do autor.

A situação das populações dos bairros em processo de desapropriação estava a cada dia mais tensa. Um grupo de moradoras começou a organizar reuniões para discutir os seus problemas em comum e traçar estratégias de ação. Pude acompanhar uma série de reuniões que iniciaram na segunda metade do mês de dezembro de 2014, e que culminaram em uma manifestação na frente do escritório da empresa Norte Energia, na cidade de Altamira.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira



Figura 22: Reunião de mobilização de moradores de Altamira
Fonte: Fotografia do autor

Alguns pontos chamaram bastante a minha atenção nessas reuniões e na manifestação. Primeiramente, tratava-se de reuniões de mobilização de habitantes dos bairros que estavam sofrendo processo de desapropriação. Esses habitantes ainda não tinham as suas situações definidas pelo empreendedor. Dentre as principais indefinições, destacavam-se as seguintes: (i) quem teria direito a receber casa nos reassentamentos; (ii) quando ocorreria o processo de relocação; (iii) pessoas que não queriam ser relocadas para os reassentamentos ainda discutiam os valores das indenizações; e (iv) pessoas que não eram proprietárias do imóvel desapropriado não tinham condições financeiras de alugar outra casa, uma vez que eram os bairros mais pobres que estavam sendo desapropriados, e os valores dos aluguéis estavam muito altos em Altamira.

As pessoas que compunham tais reuniões organizavam-se em torno das pautas reivindicatórias em comum. Entretanto, havia um esforço para, após o levantamento das pautas, promover uma discussão dos problemas de outras populações atingidas, como os pescadores, os carroceiros (que transportavam os equipamentos e os peixes dos pescadores), comerciantes informais, agricultores, ribeirinhos e indígenas urbanos. A percepção comum era a de que todos estavam sofrendo com diferentes faces de um mesmo problema.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

A intenção das reuniões foi iniciar um movimento de mobilização das populações urbanas atingidas para exercer pressão sobre o empreendedor e sobre o Governo Federal, no sentido de que a licença de operação da UHE Belo Monte não fosse concedida enquanto a situação da população atingida não fosse resolvida. A empresa já havia solicitado ao órgão competente (Ibama) a licença de operação da usina, documento que permitiria encher o reservatório e iniciar a operação. Entretanto, havia grande quantidade de pessoas que não estavam no plano de atendimento. Ou seja, havia um risco de um grande número de famílias perder a sua residência e ficar sem nada. Havia muita tensão nesses dias e a empresa prometia analisar os casos individualmente. Agendou reuniões com cada família que lá levou sua reclamação. Contudo, nenhum dos casos resultou em mudança na política da empresa.



Figura 23: Manifestação de moradores de Altamira no escritório da empresa Norte Energia.
Fonte: Fotografia do autor.

Após essa manifestação, o sentimento das pessoas que dela participaram era de que se tratava de um recomeço da mobilização contra Belo Monte. Dizia-se que Belo Monte não era um fato consumado. A seguir, o Movimento Xingu Vivo conseguiu articular com o Ministério Público Federal uma reunião com membros da Defensoria Pública da União para que fossem apresentados os casos dessas e de outras famílias.

A Defensoria Pública da União faz o trabalho de advocacia em processos de competência jurisdicional da Justiça Federal, em prol de pessoas carentes que não possuam condições económicas de arcar com honorários advocatícios. Todavia, não existe em Altamira uma sede de tal órgão federal. O que ocorreu foi a organização de um mutirão de Defensores Públicos Federais que se dispuseram a passar alguns meses em Altamira fazendo um levantamento da situação da população atingida.

Na esteira dessa mobilização, eu tive a oportunidade de contribuir através de trabalho voluntário, redigindo declarações onde cada pessoa relatava a situação que estava vivendo. Essas declarações foram apresentadas aos Defensores Públicos. Eu redigi declarações de dezenas de pessoas, muitas das quais sequer eram alfabetizadas. Algo que me impressionou nisso foi o fato de que pessoas que não sabiam ler nem escrever haviam sido obrigadas a negociar suas desapropriações e indenizações com técnicos contratados pelo empreendedor, assinando documentos repletos de informações técnicas que definiam os valores das indenizações ou as condições das suas remoções para os reassentamentos.

Os relatos davam conta da pressão por parte desses técnicos para que assinassem os documentos da desapropriação consensual, evitando assim que o empreendedor tivesse de executar a desapropriação via processo judicial. Assim, muitas assinaturas, e impressões digitais daquelas pessoas que não sabiam escrever, foram obtidas. Entretanto, com o passar do tempo as pessoas demonstravam-se arrependidas, e em muitos casos sequer compreendiam o teor daqueles acordos. Só uma coisa era certa naquele momento para aquelas pessoas: elas tinham que sair de suas casas.

Esse tipo de envolvimento com as populações atingidas trouxe bastante riqueza para o meu trabalho de campo, permitindo um frutífero e continuado diálogo com a perspectiva teórica e metodológica escolhida para este trabalho. Durante o trabalho de campo, consegui compreender melhor a dinâmica das disputas que envolvem Belo

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Monte. Pude entrevistar representantes de órgãos públicos e do empreendedor, e conviver com boa parcela da população atingida e compreender a sua diversidade.

Por fim, encerro essa narrativa com um relato de uma tarde de um domingo na casa de uma personagem que foi muito importante para esta etapa da investigação. O Seu Hélio, um pescador que vive na região desde meados da década de 1970. É uma daquelas personagens que saiu de sua região em busca de uma vida nova prometida com a construção da rodovia transamazônica e o processo de colonização. Viu de tudo lá. De guerras com os índios e grilagem de terras à extração ilegal de madeira. Hoje, vê Belo Monte sendo construída.

Ele era morador da primeira comunidade desapropriada. Hoje vive longe do rio e não consegue mais encontrar na pesca a sua atividade produtiva. A história do Seu Hélio – como é conhecido – será retomada no quinto capítulo desta tese, quando irei apresentar a problematização da questão da saúde a partir da perspectiva das populações atingidas.

Entretanto, essa tarde passada na casa do Seu Hélio merece ser referida aqui. Depois de meses trabalhando no setor de construção civil em Altamira (desde que fora desapropriado e obrigado a abandonar a sua comunidade), ele havia conseguido, durante uns dias de folga, retornar ao rio para pescar. Para comemorar esse evento, convidou a mim e outras pessoas – entre as quais a Sra. Melo do Movimento Xingu Vivo – para comermos uma caldeirada de peixe na sua casa.

Conversamos muito naquele dia. Não apenas sobre Belo Monte, mas sobre as nossas vidas. Pude ouvir muitas histórias sobre épocas passadas de uma região que já não se reconhece mais. Em determinado momento, perguntei a Seu Hélio e à Sra. Melo como eles enxergavam todo o processo de mudanças, tendo em vista aquele passado que parecia tão distante. A Sra. Melo imediatamente me respondeu entoando uma canção:

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Era uma vez na Amazônia a mais bonita floresta
mata verde, céu azul, a mais imensa floresta
no fundo d'água as Iaras, caboclo lendas e mágoas
e os rios puxando as águas

Papagaios, periquitos, cuidavam de suas cores
os peixes singrando os rios, curumins cheios de amores
sorria o jurupari, uirapuru, seu porvir
era: fauna, flora, frutos e flores

Toda mata tem caipora para a mata vigiar
veio caipora de fora para a mata definhar
e trouxe dragão-de-ferro, prá comer muita madeira
e trouxe em estilo gigante, prá acabar com a capoeira

Fizeram logo o projeto sem ninguém testemunhar
prá o dragão cortar madeira e toda mata derrubar:
se a floresta meu amigo, tivesse pé prá andar
eu garanto, meu amigo, com o perigo não tinha ficado lá

O que se corta em segundos gasta tempo prá vingar
e o fruto que dá no cacho prá gente se alimentar?
depois tem o passarinho, tem o ninho, tem o ar
igarapé, rio abaixo, tem riacho e esse rio que é um mar

Mas o dragão continua a floresta devorar
e quem habita essa mata, prá onde vai se mudar???
corre índio, seringueiro, preguiça, tamanduá
tartaruga: pé ligeiro, corre-corre tribo dos Kamaiura

No lugar que havia mata, hoje há perseguição
grileiro mata posseiro só prá lhe roubar seu chão
castanheiro, seringueiro já viraram até peão
afora os que já morreram como ave-de-arribação
Zé de Nata tá de prova, naquele lugar tem cova
gente enterrada no chão:

Pos mataram índio que matou grileiro que matou posseiro
disse um castanheiro para um seringueiro que um estrangeiro
roubou seu lugar

Foi então que um violeiro chegando na região
ficou tão penalizado que escreveu essa canção
e talvez, desesperado com tanta devastação
pegou a primeira estrada, sem rumo, sem direção
com os olhos cheios de água, sumiu levando essa mágoa
dentro do seu coração

Aqui termina essa história para gente de valor
prá gente que tem memória, muita crença, muito amor
prá defender o que ainda resta, sem rodeio, sem aresta
era uma vez uma floresta na Linha do Equador... (Farias, 1982)

5.3. Regresso à metodologia e ao trabalho de campo: o mosaico de práticas de pesquisa

Por fim, resta ainda tecer alguns comentários acerca das opções de metodologia e práticas de pesquisa adotadas neste trabalho.

A intenção neste capítulo foi, em um primeiro momento, contextualizar a perspectiva teórica escolhida para a abordagem do estudo de caso com uma série de referências metodológicas que foram importantes na montagem do que seria o método para esta investigação.

As epistemologias do Sul são um enfoque transgressivo no âmbito das ciências sociais tradicionais. Para realizar uma pesquisa nesta perspectiva, conforme o objetivo traçado desde o princípio do doutoramento, era necessária uma metodologia também transgressiva. Mais importante do que transgredir regras tradicionais da pesquisa em ciências sociais, eu precisava encontrar coerência entre a proposta teórica, os objetivos da pesquisa e as práticas metodológicas.

A experiência vivida, e dentro dela o material colhido através do trabalho de campo, indicam uma problematização de um modo de compreender a vida, a saúde e a relação com o mundo natural que caracteriza a existência dos seres humanos. Confirmam a necessidade de prestar atenção ao que está ausente nos discursos e práticas hegemônicas neste complexo caso que é o da UHE Belo Monte. Os motivos do conflito são mais do que a disputa pela exploração e pelo controle de territórios, estão relacionados com o choque entre diferentes perspectivas do que é a relação entre seres humanos e natureza e como os modos de vida são alterados em função da imposição de uma visão sobre a outra.

A caracterização dos grupos atingidos, assim como a consequente elaboração de políticas públicas demonstra o desrespeito pelas realidades locais, na medida em que as populações atingidas são tratadas como uma entidade abstrata, um aglomerado de pessoas geograficamente localizadas. As características se resumem às determinações geográficas, e aí está a necessidade de se procurar pelo que está ausente nessas identificações.

Nesse sentido as três linhas metodológicas utilizadas como referência (*Extended Case Method, Investigación-Acción e Actor-Network Theory*) foram trabalhadas a partir

da lente das epistemologias do Sul, com o objetivo de praticar uma sociologia das ausências para encontrar aquilo que não está visível na discussão em torno do tema e, em seguida, propor trazer essas perspectivas para o campo de discussões e deliberações.

Dessa forma, a minha intenção foi, a partir de uma leitura crítica, identificar os pontos aplicáveis e não aplicáveis à minha proposta. Feito isso, as lacunas teóricas e metodológicas foram completadas de maneira complementar pelas teorias já indicadas como referências.

Assim surgiu a ideia das práticas de pesquisa como um mosaico³⁵.

A referência do *Extended Case Method* foi o ponto de partida, e a sua contribuição foi permitir começar a pensar no caso a partir da forma como as relações macro podem moldar o micro. É a influência do global sobre o local. No caso de Belo Monte e de suas populações atingidas, serviu para pensar em como a força de um modelo económico nacional e suas relações com o contexto geopolítico internacional se refletem nas vidas das pessoas daquele local. No que diz respeito às práticas de pesquisa, a observação participante seria uma forma de procurar entrar num universo condicionado por essas relações, e no qual se desenrolavam as existências dos atores.

Todavia, a partir de um aprofundamento ao tema da pesquisa, a reflexão acerca da relação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa tornou-se inevitável. E aqui, partindo da crítica à relação sujeito-objeto, a referência da *Investigación-Acción* surge para complementar aquilo que estava sendo construído. Como procurei demonstrar ao estabelecer uma narrativa sobre como se deu o trabalho de campo, parecia-me evidente que, no que diz respeito às populações atingidas, mais do que a observação participante, era imprescindível estabelecer uma relação horizontal entre sujeitos.

Foi, assim, uma participação observante sem deixar de evidenciar as diferenças de propósitos entre os sujeitos envolvidos. O meu propósito era realizar uma investigação científica na qual um dos objetivos era discutir o tema a partir do ponto de vista daqueles sujeitos, isto é, realizar um exercício de inversão da perspectiva macro-micro.

³⁵ A designação de mosaico de práticas de pesquisa foi sugerida pelo investigador Fernando Carneiro (CES/FIOCRUZ) no evento Tertúlia Científica Poética: A Carta de Quintela (http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=11305&id_lingua=1), no qual tive a oportunidade de fazer um breve relato sobre o meu trabalho de campo.

A necessária tomada de posição nessas circunstâncias é uma faca de dois gumes. Tive que ter isso muito presente durante a minha participação observante. Se, por um lado precisava que ficasse clara a minha tomada de posição em favor dos atingidos, vivendo e partilhando, mesmo que parcialmente, do seu contexto de vida naquele momento, por outro também precisava ficar muito claro que eu tinha o propósito de realizar uma investigação científica, e por isso era necessário aplicar alguns critérios sobre o que era relevante para a investigação naquela experiência. Da mesma forma, foi necessário reconhecer que, muitas vezes alguns atores se aproximariam de mim com a intenção de influenciar essa minha participação observante³⁶.

É nesse ponto que considero que a *Actor-Network Theory* trouxe importantes contribuições, sobretudo a partir do trabalho de John Law (2004). Em meio à realização do trabalho de campo, fui obrigado a refletir sobre a complexidade da vida real, em especial as relações entre atores e instituições, os diversos interesses conflitantes, interesses ocultos por trás de declarações, incoerências entre discursos e práticas. Estas foram algumas das situações que surgiram, e que eu tive alguma dificuldade em organizar dentro da lógica da investigação. Da mesma maneira, o meu papel naquele meio precisava ser levado em consideração, uma vez que não era apenas um observador, mas também um ator envolvido no processo.

Diante disso, o caminho escolhido foi procurar reconhecer as contradições sem tentar enquadrá-las previamente em alguma categoria analítica. O mesmo pode ser dito no que diz respeito a minha atuação, em que sempre procurei entender a influência da minha presença e participação.

Assim, mapeei três cenários que chamei de gramáticas (mas poderiam também ter chamados de redes, a partir de um outro olha e de um outro vocabulário): o poder público, o empreendedor e os atingidos. Procurei perceber os fluxos entre esses três cenários e verificar onde se encontravam, convergiam e divergiam. Quem eram os atores e o que mobilizavam nesses espaços? Daqui podemos entender como o mesmo objeto

³⁶ A este respeito, há que se dizer que jamais houve a pretensão de realizar uma observação e participação sem reconhecer as diversas influências sobre estas, resultantes de minha relação com os sujeitos que participavam nos contextos e situações em que estive envolvido como pesquisador. A questão foi reconhecer que a observação não é neutra, e assumir e identificar as influências que eu sofria e trazê-las (e reconhecê-las na) para a minha análise.

(AHE Belo Monte) pode assumir diferentes características perante contingências locais específicas (Law & Singleton, 2005; Mol & Law, 1994), no caso dos três cenários ou redes mapeadas.

Foi importante aqui levar em consideração os atores (ou actantes) não humanos também. Cheguei a essa conclusão a partir da minha observação. A aproximação a essa perspectiva da *Actor-Network Theory* só fez sentido porque percebi o quão importante eram naqueles cenários certos componentes não humanos, como o escritório do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, os cartazes e fotografias das paredes do escritório que contavam muitas histórias das lutas daquelas pessoas e eram frequentemente referenciados por elas como marcas que constituíam as suas identidades. O rio Xingu também se mostrou um ator muito importante naquele cenário, visto que é tido como um ser vivo por muitas das pessoas com quem tive contato. E não se deve esquecer os escritórios dos servidores públicos, os meios de locomoção na região, etc. São elementos fundamentais para se compreender a fração da realidade observada nesta tese.

Isso me fez incorporar a noção de ator-rede. Porém, ao contrário da crítica anteriormente mencionada a esta teoria, foram as emoções daquelas pessoas e a existência do que parecia invisível que me fizeram incorporar todos esses elementos humanos e não humanos, materiais e espirituais na minha análise.

A pesquisa de campo tornou-se assim peça central para esta tese, um epicentro que irradiou reflexões para todos os lados dessa escrita. Tanto para a abordagem teórica realizada antes da imersão no campo, que acabou por inevitavelmente ser revisitada após tal etapa da pesquisa, quanto para a estrutura que foi repensada diante da experiência de campo. A discussão em torno da saúde a partir das epistemologias do Sul só foi possível graças às percepções e sentimentos vividos e em certa medida captados para a escrita.

PARTE III.

Invisibilidades

6. O PROTAGONISMO DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS POR BELO MONTE

Diante de um contexto de uma série de conflitos socioambientais resultantes do modelo capitalista hegemônico, a busca alternativa por caminhos para lidar com os efeitos desse sistema encontra nos atores sociais diretamente atingidos os seus potenciais protagonistas.

O retorno a uma atitude de questionamento e debate permanente e aberto sobre o sentido e a aplicação dos diferentes saberes é hoje uma necessidade urgente. O próprio desenvolvimento tecnológico e os problemas que cria – das questões éticas e políticas decorrentes das novas fronteiras da biotecnologia e dos novos problemas da saúde pública aos impactos ambientais, sanitários, económicos e políticos das sementes transgênicas, do uso de fertilizantes tóxicos, ou da construção de grandes barragens – obrigam-nos a enfrentar os desafios e envolver de maneira construtiva no debate e na pesquisa de soluções todos os actores que directa ou indirectamente estejam ligados a esses problemas (Santos, Meneses, & Nunes, 2004, p. 22).

Porto e Finamore (2012) abordam a questão dos limites epistemológicos e políticos da produção de conhecimentos e alternativas que possibilitem o avanço na construção de sociedades mais justas e sustentáveis. Nesse sentido, discutem a participação das comunidades em situações de injustiça ambiental na produção de conhecimentos e destacam a importância do saber local para analisar os riscos ambientais e/ou seus efeitos na saúde coletiva. Surge aqui a questão da forma de se abordar o risco e critica-se o fato de o modelo hegemônico não conferir àqueles em situação de risco o direito de decidir como lidar com o risco. As populações expostas aos riscos raramente têm voz nas estratégias usadas para o gerenciamento dos riscos (Porto & Finamore, 2012).

A questão tem duas dimensões relevantes, a epistemológica e a política. A primeira diz respeito às incertezas acerca dos riscos e à incapacidade de controlá-los. Relaciona-se diretamente com a abordagem científica hegemônica da modernidade. A segunda tem a ver sobretudo com a questão da injustiça ambiental. Normalmente as populações atingidas são as mais pobres, vulneráveis e desprovidas de poder político, e isto favorece uma subestimação dos riscos e desvalorização da vida humana nos cálculos de investimentos, nos processos acelerados de licenciamento ambiental, assim como a

falta de política precaucionária em prol das expectativas positivas de crescimento econômico (Porto & Finamore, 2012).

Nesse sentido, Santos, Meneses e Nunes (2004) abordam a questão do exclusivismo epistemológico da ciência, que veio a legitimar a autonomia dos cientistas e dos especialistas na tomada de decisões sobre assuntos considerados de especialidade, e que remeteu o cidadão para um espaço de silêncio, ao atribuir-lhe o estatuto de mero observador e consumidor da ciência:

Quando as soluções técnicas chocam com o conhecimento prático e a experiência sócio-cultural dos cidadãos envolvidos e esse choque é politizado por via da mobilização organizada dos cidadãos, é frequente que essas soluções acabem por ser questionadas por outros cientistas e técnicos, dando assim testemunho da pluralidade interna da ciência que referimos atrás. Esta relativização do técnico – a ideia de que para problemas complexos existe, em princípio, mais do que uma solução técnica e de que a opção entre elas, longe de ser exclusivamente técnica, é também política, social, cultural ou económica – está hoje na origem de uma das vertentes da democratização da ciência, que consiste na luta por um diálogo cada vez mais amplo e profundo entre cientistas e cidadãos, entre ciência e cidadania (Santos, Meneses, & Nunes, 2004, p. 47-48).

Enquanto ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, isto é, o reconhecimento de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico, uma vez que este é produto do pensamento abissal e não se encontra distribuído socialmente de forma equitativa, e as intervenções no mundo real que favorece tendem a ser as que servem os grupos sociais que têm maior acesso a este conhecimento (Santos, 2007).

Retomando o caso das populações vulneráveis em situações de conflitos socioambientais abordado por Porto e Finamore, são referidas, por exemplo, as fortes tensões no diálogo entre instituições e profissionais de saúde com as populações atingidas e as Organizações de Justiça Ambiental (OJA) em torno dos estudos epidemiológicos. Estes, de uma forma conservadora, normalmente revelam associações estatísticas válidas para coletivos ou populações maiores do que pequenas comunidades, o que se distancia da realidade das populações vulneráveis e não ajuda muito para estabelecer nexos causais para as doenças de forma individual e/ou para os grupos expostos em menor número e contextos de exposição específicos que não são considerados pelos estudos criticados por essas populações (Porto & Finamore, 2012).Esses estudos, na maioria dos casos,

enfrentam grandes dificuldades em apresentar conclusões significativas para a promoção e proteção da saúde pública nos casos das populações atingidas.

É exatamente diante das limitações políticas e epistemológicas apresentadas pelo modelo hegemônico que a busca das populações atingidas para se assumirem como sujeitos ativos da própria realidade que vivenciam se apresenta, a meu ver, como um exercício de pensamento pós-abissal. Isso implica reconhecer a relevância do conhecimento local para uma percepção mais ampla dos riscos e diferentes formas de violência impostas por agentes econômicos poderosos, ou ainda pela omissão ou mancomunação de instituições públicas que deveriam estar a serviço da proteção ambiental, da saúde pública e dos direitos humanos (Porto & Finamore, 2012).

É a partir desse posicionamento que surge a proposta, nesta investigação, de discutir e problematizar a saúde no contexto das populações atingidas por Belo Monte, tendo como ponto de partida a experiência dessas populações. Mais do que o ponto de partida, é também o ponto de ancoragem da discussão nesta tese. Como já foi referido, a proposta é pensar a saúde e a condição de atingidos sem ter como referência o conhecimento hegemônico.

Dessa forma, a posição dos atingidos é tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada desta discussão. Todavia, não se trata de um mesmo lugar, uma vez que o caminho proposto é, a partir da sociologia das ausências, a reflexão sobre a diversidade de experiências e conhecimentos existentes e invisibilizados. Após esse passo, resta a reflexão sobre as possibilidades de emancipação a partir deste cenário não reconhecido no processo político que opera dentro da razão indolente.

6.1. Como os atingidos problematizam a questão

Após a transcrição de todas as entrevistas e demais atividades como audiências públicas e reuniões de moradores que pude registrar durante o trabalho de campo, passei a considerar o modo de organizar e interpretar o vasto material obtido. Depois de repetidas leituras e notas sobre os diversos registros da investigação, comecei a identificar narrativas que de alguma forma tocavam no tema desta tese.

O problema é que essas narrativas não pareciam referir-se diretamente ao tema axial da investigação, o tema da saúde, algo que de certa forma me preocupava. Mesmo assim, segui com o trabalho de identificação e organização dessas narrativas. Acabei assim por escolher trazer narrativas focadas em dois temas, a partir da perspectiva dos atingidos: (i) desapropriações e reassentamentos; e (ii) questão indígena.

Encontrei ainda na história individual de um pescador e líder comunitário da primeira comunidade desapropriada em razão da construção da barragem uma narrativa que trazia um pouco de tudo o que se discute sobre Belo Monte. Um pescador sem rio - como o próprio se identifica atualmente. A luta no processo de negociação e desapropriação, as mudanças impostas ao modo de vida e o fim da comunidade. Essas situações acabaram traduzidas pelo próprio sujeito como de um sofrimento e um sentimento de vazio. Foi nesse momento que eu percebi a conexão entre as narrativas que eu havia identificado: a dor e o sofrimento.

A discussão sobre a saúde na perspectiva dos atingidos por Belo Monte encontra-se exatamente neste ponto, o sofrimento. O pano de fundo das narrativas escolhidas é o sofrimento, e aos poucos fui notando como esse problema se apresenta como um problema de saúde na perspectiva das pessoas atingidas. Isto se dá pela problematização do sofrimento causado por todo o processo de implementação do projeto Belo Monte naquela localidade com relação direta com perda de qualidade de vida e, em última análise, perda de condições saudáveis de vida.

Apresento a seguir as principais narrativas que identifiquei, com a intenção de demonstrar como nesse contexto os protagonistas destas histórias problematizam a questão que está no centro desta pesquisa.

6.2. As desapropriações e os reassentamentos

A primeira e mais expressiva das narrativas que encontrei no decorrer da pesquisa de campo é a das desapropriações e dos reassentamentos. Está relacionada ao direito de propriedade e envolve o principal critério do consórcio empreendedor para definir quem conta como população atingida pela barragem. A definição de população atingida que se encontra nos documentos oficiais e que serve como base para as políticas

de mitigação e reparação dos impactos causados pela obra é uma das principais fontes de conflitos com a comunidade envolvida nessa discussão.

É possível verificar em documentos como o Relatório de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte (Governo Federal do Brasil; Eletrobrás; Ministério de Minas e Energia, 2009); o Plano Básico Ambiental – PBA (Norte Energia S/A, 2011); ou ainda no Plano de Atendimento à População Atingida: Principais Diretrizes (Norte Energia S/A; Universidade Federal do Pará, 2008) quais são os principais critérios para a definição de população atingida adotados pelo governo (através dos seus órgãos executores e fiscalizadores) e pelo empreendedor.

A população atingida é sempre referida de maneira abstrata como *grupo social, família ou indivíduo, que tenha seu modo de vida alterado pela implantação do empreendimento em território onde vive ou do qual dependa para sobreviver* (Norte Energia S/A; Universidade Federal do Pará, 2008). Entretanto, ao longo desse e dos demais documentos já mencionados não se encontra qualquer aprofundamento da definição de grupo social. As indicações acerca do que seriam as alterações de modo de vida pela implantação do empreendimento, ou acerca do território onde viva ou de que dependa para sobreviver são bem mais restritivas do que uma primeira leitura poderia indicar.

A definição de população atingida nos estudos e relatórios técnicos referidos está relacionada às propriedades que serão inundadas ou que terão sua exploração ou habitação impossibilitadas total ou parcialmente devido às obras, construção de estradas e rede de transmissão de energia. Dessa definição decorre a política de atendimento a essas populações, que está relacionada principalmente com as desapropriações, pagamentos de indenizações, ou reassentamento de famílias desapropriadas (Norte Energia S/A; Universidade Federal do Pará, 2008).

Diante desse quadro, fui a campo em busca de melhor compreender o que estava em disputa no que diz respeito às políticas de atendimento a essas populações. Vale lembrar que quando da realização da pesquisa de campo o processo de desapropriação e reassentamento estava em pleno andamento, isto é, havia famílias reassentadas e famílias esperando por definição da sua situação, vivendo em bairros que eram literalmente demolidos dia após dia.

Os problemas encontrados mostraram ser mais e mais complexos do que a simples aplicação de critérios objetivos quanto às propriedades afetadas e o realojamento dos seus habitantes.

6.2.1. Primeiro problema: quem tem direito a ser reassentado?

O primeiro problema com que me deparei ao visitar os bairros em processo de desapropriação foi o das pessoas que ainda viviam nos bairros e não tinham o direito de receber uma casa em reassentamento, conforme os critérios estabelecidos no Plano Básico Ambiental pela Norte Energia e aprovados pelo Ibama.

A Norte Energia contratou três empresas (Carta, Diagonal e Elabore) para realizar o cadastro socioeconômico das famílias habitando as áreas que seriam desapropriadas. Foram assim cadastradas aproximadamente 8.000 famílias, totalizando mais de 38.000 pessoas. Uma das maiores polêmicas ocorreu em torno dos critérios de elegibilidade das famílias para serem reassentadas.

Outro ponto levantado tanto por atingidos já desapropriados quando pelos que ainda passavam pelo processo de desapropriação refere-se às negociações realizadas com as empresas contratadas pelo consórcio para providenciar tanto os cadastros dos moradores quando as desapropriações em si.

Pude acompanhar as discussões em torno desses pontos na audiência pública realizada no dia 11 de dezembro de 2014, convocada pelo Ministério Público Federal e pela Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional. Essas discussões se estenderam para reuniões de mobilização de moradores que pude acompanhar, e que resultaram na manifestação realizada no dia 6 de janeiro de 2015 em frente ao escritório da Norte Energia, conforme mencionado no segundo capítulo desta tese.

É muito comum ver e ouvir pessoas reclamando que os critérios de elegibilidade não levaram em consideração algumas características das populações locais. Muitos dos bairros desapropriados encontram-se às margens do rio Xingu e dos Igarapés Altamira e Ambé. São bairros compostos por populações de baixa renda e alta vulnerabilidade social, suscetíveis às enchentes e epidemias causadas por mosquitos, como a dengue e a malária.

Porém, aquelas populações possuem fortes marcas identitárias. As construções levam em consideração as cheias e os alagamentos ocasionados todos os anos durante o período de chuvas, conhecido como inverno amazônico. Ao mesmo tempo, trata-se de uma região muito quente, e as casas são (eram) bastante ventiladas devido a essa característica.

Outra questão importante para aqueles bairros refere-se às atividades produtivas dos moradores. A pesca ou os trabalhos rurais fora da cidade (chamados localmente de trabalhos nas colônias devido ao processo de loteamento e colonização que ocorreu juntamente com a construção da rodovia transamazônica) têm por característica a sazonalidade. Por esse motivo, muitas pessoas passam meses fora de suas casas. Outras possuíam casas naqueles bairros como casas de apoio para utilização das suas famílias quando fosse necessário deslocarem-se a Altamira para atendimentos médicos. Algumas casas eram propriedade de indígenas, que as utilizavam da mesma forma.

Entretanto, a concessionária Norte Energia estabeleceu que proprietários que não permanecessem todos os dias do ano nas casas teriam direito apenas a indenização e não a outra casa em reassentamento urbano. Da mesma forma, pessoas que fossem proprietários de mais de uma casa na totalidade das áreas atingidas teriam direito a receber uma casa em reassentamento referente a uma das suas propriedades e, com relação às demais, somente indenizações pelas construções edificadas.

Um dos problemas decorrentes dessa política é que os valores das indenizações não eram suficientes para adquirir outra casa na cidade de Altamira. A história das construções de hidroelétricas no Brasil demonstra que, com o advento de obras de tal dimensão, ocorre grande especulação imobiliária, fazendo com que os valores de imóveis e de alugueres cresçam vertiginosamente. Os valores das indenizações, todavia, foram estabelecidos em momento anterior a tal crescimento de preços, o que torna inviável para estas pessoas adquirir outro imóvel com o valor recebido.

Destaco agora trechos de algumas das entrevistas em que tal problema foi abordado.

A primeira delas foi com um trabalhador rural que vivia em uma propriedade familiar, aqui referido como *L.* (letra inicial do seu nome). O entrevistado não é alfabetizado, e relatou que o processo de cadastramento e negociação foi bastante confuso

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

para ele, resultando no pagamento de uma indenização em valor insuficiente para que ele pudesse adquirir outra propriedade rural ou urbana.

Michel – E o senhor já assinou concordando (com a proposta de indenização pela sua propriedade rural)?

L. – Eu não sei, eu já assinei tanto papel que eles me deram, mas eu não de nada, eu não sei ler!

M – Então lhe deram coisas pra assinar e o senhor não sabe ler?

L – Tem outras aqui ó...chegou na casa ela disse assim, o poço vale mil e pouco, o banheiro mil e pouco, não sei mais o quê...

M – Então lhe deram um monte de papeis e o senhor nem sabe o que tá escrito aqui?

L. – A gente assina uma coisa.

M – E depois assinou e nem sabe o que assinou?

L. – É, ela falou que não tem o direito de ganhar uma casa, aí disse que é assim, parece que é só 38 mil. Não dá nem pra comprar o terreno.

M – 38 mil hoje em Altamira...

L. - Não dá nem pra cavar o poço (risos)...

M – E o senhor tá sem casa?

L. – Tô sem casa, tô na casa da minha mãe, que é casa de herdeiros... que ela já faleceu.

Ele conta ainda que esse processo todo foi muito desgastante e relaciona esse desgaste ao surgimento e ao agravamento de problemas de saúde. Relatou ainda que isso aconteceu com muitas outras pessoas que passaram por situação semelhante:

L. – E eu não aguento mais. Aquela vida que a gente tinha não tem mais. Ficava com as porta aberta, tudo tranquilo, agora não dá mais.

M – Agora, aonde o senhor mora?

L. – Eu comprei uma casa pra minha mãe faz muito tempo, quando eu vinha da roça dormia lá dois, três dias e voltava. Aí depois que disseram que eu não podia fazer nada lá aí eu fiquei quase morando.

M – Acabou ficando pela cidade então?

L. – É. Eles mandaram parar. Porque lá era assim, eles quando foram medir, o cara veio de Pernambuco... o cara que veio medir aí daqui quando eles foram medir, de pedra a pedra as marcas... eles falaram que nós não podia mais trabalhar, que ia sair, que era área de risco e tal. E não foi só eu não, muita gente parou de trabalhar esperando, era 60 dias e eles pagavam.

M – E não foi assim?

L. – Nós passamos três anos. Aí que a professora falou que juntasse um bocado pra denunciar que eles tinha que pagar esses três anos que todo mundo ficou parado, pelo menos desse ao menos um rancho alguma coisa.

M – Vocês tiveram problemas com isso então?

L. – Olha, tem muita coisa errada. Quem era bom adoeceu.

M – Como assim, por que?

L. – Porque eu não tinha pedra na vesícula, eu não tinha pressão (hipertensão), não sentia nada ia trabalhando direto. Quando disseram: o senhor não pode mais trabalhar. Pronto aí o cara fica perturbado e tal, né?

M – E foi muita gente que passou por esse tipo de coisa?

L. – Muita gente. O meu vizinho lá o Zé Vieira. Quando o homem falou isso ele adoeceu, é depressão agora. É uma situação triste. Tem uma casa ali na (indescritível) Pereira. Me chamaram lá e eu fui lá. Lá a doutora (funcionária

Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na
Amazônia brasileira

da Norte Energia) disse, olha, o senhor não tem direito na casa, porque quando passaram lá o senhor tava com a casa alugada e o senhor morava lá na avenida João Pessoa. Eu digo: morava não, me arranjava lá porque a casa era da minha mãe, agora é de herdeiro. Eu não tenho onde morar, não tem jeito de me dar uma casinha daquelas? Ela disse: não tem jeito. A casa tava alugada desde a primeira vez e toda a vez que o pessoal passava lá tava alugada. Eu digo: aí por isso eu vou morar debaixo da ponte? Ela achou graça. Eu digo: olha a ponte que eles tão fazendo do lado de cima e vão quebrar a ponte velha lá, eu tava pensando em morar lá. Aí não tem jeito que vão derrubar (risos). Aí ela achou graça, mas é desse jeito.

A próxima entrevista que destaquei foi realizada com uma moradora de um bairro à beira de um dos igarapés de Altamira, conhecidos como baixões. A *Senhora O.* conta como foi o processo de negociações com a empresa responsável pelo cadastramento e desapropriação. Na verdade, ela conta como não houve negociação. Relata como se sentiu pressionada para assinar o acordo no qual concordava com a indenização, e que chegou em casa e quando teve tempo pra pensar percebeu que tinha saído perdendo. Isso porque o valor que lhe foi dado é insuficiente para comprar ou construir uma casa semelhante em Altamira.

M – Me fala um pouco como é a tua casa.

Sra. O. – A minha casa ela tem garagem. Ela é de frente. Todinha de área construída ela é 6m por 16m. O terreno é 6m por 30m. Aí na minha casa tem garagem, tem área junto com a garagem, portão de ferro de correr. Portão grande, portão pequeno e uma grade. Porta de ferro, sala, dois quartos, cozinha, dois banheiros, uma área de serviço.

M – E com esse dinheiro que estão lhe oferecendo, tu não consegues construir uma casa assim?

Sra. O. – Nem compro e nem faço outra casa do porte da minha. Toda na cerâmica, os quartos são forrados...

M – E como foi a negociação, como foi esse processo? Eles fizeram estudos, conversaram contigo, como aconteceu?

Sra. O. – Não. Só me disseram. Me chamaram ontem à tarde e disseram que eu tinha até às 5h30min pra tá lá. Inclusive eu tava trabalhando.

M – Te chamaram para onde?

Sra. O. - Lá na Diagonal (empresa subcontratada pela Norte Energia). Aí eu tava trabalhando, aí eu pedi dispensa lá no meu serviço e fui prá lá. Quando eu cheguei lá eles já tavam com tudo isso aqui pronto e né... disseram que eu não tinha direito de opção. A única opção que eles me deram foi a do dinheiro. Eles não me deram outras opções, disseram que eu não tinha direito a casa porque eu não morava na casa. Não tive como comprovar que eu morava na casa, sendo que a casa já é minha desde 1999. Tem meus vizinhos, minha filha...

M – E não te deram opção?

Sra. O. – Não, a única opção que eles me deram foi do dinheiro. O que me dói mais é (pausa) ... só o portão da minha casa na época que eu mandei fazer faz uns 6, 7 anos atrás foi quase 2 mil reais, 1.800,00. E eles avaliaram o portão da minha casa por 954 reais né, sendo que hoje tu não compra um portão daqueles por 954 reais.

M – Então tu achas que a avaliação foi num valor menor do que o valor real?

Sra. O. – Com certeza.

M – Essa é a tua briga hoje?

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Sra. O. – É uma das minhas maiores queixas que eu não vou conseguir comprar uma outra casa e a questão que eu dividi... quando eu me separei eu fiquei sem renda né, fiquei desempregada fiquei sem... na verdade eu dependia totalmente do meu marido né, eu não tinha renda e não trabalhava. A solução que eu encontrei foi alugar a minha casa. Como o aluguel aqui em Altamira ficou muito caro, o que eu resolvi, eu voltei pra minha casa, dividi ela, alugava metade e morava na outra metade. Essa era a minha renda complementar e eles alegam que eu não tenho direito a nada porque não é caracterizado como comércio. Eu nem eu tenho direito e nem a pessoa que morava lá. No caso vai ficar desamparado eu e o meu inquilino. Que ele ainda mora lá.

Destaco aqui também a entrevista realizada com o Sr. Otávio. Trata-se de um caso emblemático que inclusive foi retratado em uma reportagem da jornalista Eliane Brum poucos dias após eu tê-lo entrevistado³⁷. Ele era morador de uma ilha da Volta Grande do Xingu com sua esposa e nove filhos. Sem saber ler nem escrever teve que negociar com a empresa designada pela Norte Energia e acabou recebendo como indenização pouco mais de doze mil reais pelas benfeitorias de sua propriedade.

Conta ele que vivia na ilha, que tinha tudo o que precisava para toda a sua família. Pescava, plantava, eventualmente fazia trabalhos manuais pra algum conhecido. Não juntava dinheiro porque não precisava, a natureza e o seu trabalho lhe davam tudo.

Desde então ele foi morar em Altamira, numa zona de periferia e sem saneamento básico.

M – O senhor vivia com quantas pessoas na ilha?

Sr. Otávio – Só filho era 9, mais eu e a mulher eram 11 pessoas. E a indenização que me deram foi R\$ 12.994,00.

M – Isso foi tudo o que lhe deram?

Sr. Otávio – Tudo tudo... tudo.

M – E não lhe ofereceram uma casa em outro lugar?

Sr. Otávio – Nada, nada, nada. Ainda ontem eu falei lá pro véio (funcionário da Norte Energia com quem foi reclamar e tentar reverter a sua situação): olha um causo que eu fosse uma pessoa ruim, tinha acontecido alguma coisa porque antes de eu tirar a minhas coisas tudo eles derrubaram a casa. Não tinha nem tirado tudo. As minhas coisas tá na casa lá do homem que é muito conhecido nosso porque eu não tenho casa.

M – Então não teve negociação de verdade?

Sr. Otávio – Não teve. A muié que mandou lá que nós procurasse direito aonde quisesse que ela era da porta, ela trabaia lá. Ainda ontem o meu menino, aquele grande mandou que o homem lá, aquele que tava lá (diretor da Norte Energia que estava na audiência pública), chamasse ela pra vim dizer o mesmo que ela tinha falado lá pra ele ver. E ele injeitou de chamar. Ele não chamou porque ele sabia.

M – O senhor sabe ler e escrever?

Sr. Otávio – Nem assinar o meu nome eu não sei.

³⁷ A reportagem encontra-se disponível no sítio de internet do jornal El País: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/16/opinion/1424088764_226305.html

Sr. Otávio fala também do agravamento dos problemas de saúde que sofre desde que teve sua vida alterada profundamente:

M – Conta um pouquinho como era a sua vida antes disso tudo, como o senhor vivia o dia-a-dia, o que fazia...

Sr. Otávio – A vista do que eu vivo hoje lá era uma vida muito boa. Porque lá eu podia sair... era uma vida de liberdade e aqui é uma prisão, não é? É uma prisão todo dia esperando o dono da casa chegar: olha eu quero o dinheiro do aluguel, se tu não tem eu to precisando da casa...

M – Aonde o senhor tá vivendo hoje?

Sr. Otávio – Na rua da Olaria, a dona Antônia (Antônia Melo, coordenadora do Movimento Xingu Vivo Para Sempre) viu a casa, não tem água não tem nada.

M – Tem luz?

Sr. Otávio – Tem, mas não é paga (ligação irregular). Água não tem.

M – E banheiro?

Sr. Otávio – Tem um banheiro velho lá não presta pra nada.

M – Então a sua vida mudou muito?

Sr. Otávio – Mudou muito, pros meus menino tudo mudou demais.

M – E vivem todos com o senhor hoje?

Sr. Otávio – Não, eu tenho uma filha que já mora lá no Assurini (bairro da periferia de Altamira) e outra no Jatobá (reassentamento), essas tem marido. Mas os outros tá tudinho.

M – E do que o senhor vive hoje?

Sr. Otávio – Hoje os meus menino trabalha. Eu não trabalho porque tenho problema de doença porque tenho que tomar remédio direto, faz 18 anos que tomo remédio pra pressão alta.

M – E esse seu problema depois dessas mudanças...

Sr. Otávio – Tá muito mais pior porque tudo é ruim pra mim.

M – Muita preocupação?

Sr. Otávio – Muita preocupação, pois é isso. Lá ninguém via certas coisas. Agora na rua que a gente mora o cara matava outro, é a rua que mais matavam gente, conhecida como rua da morte. É perigoso, nós é porque meus menino foram criados assim como eu to falando pela ilha... é quieto, quando é 6 horas da tarde não sai mais dentro de casa.

M – Tinha uma vida muito diferente?

Sr. Otávio – Muito diferente e hoje em dia eu vivo desse jeito.

M – E o que o senhor pensa de tudo o que lhe disseram quando chegaram lá, das promessas que fizeram de que a vida seria melhor?

Sr. Otávio – Nem eu e tinha muitos também que pensava de não sair de jeito nenhum, a gente saiu obrigado porque pelo menos na ilha que eu moro lá ninguém pode suportar a bomba que eles botam nas pedras. Mil metros de distância é perigoso ainda morrer.

M – E a questão da natureza, a relação que tinha quando vivia na ilha e hoje, como é a sua relação?

Sr. Otávio – Ah era uma vida muito boa, hoje em dia pra mim não é vida desse jeito. A vida pior do mundo, uma pessoa com 60 anos que nunca morou dentro de uma rua ele pode tá na melhor casa que pra ele não tá bom, ainda mais na pior.

Além dos casos de pessoas que não receberam casas mas foram indenizadas, há outra situação de grande vulnerabilidade. Trata-se das famílias que viviam em casas

alugadas que vieram a ser desapropriadas. Os proprietários nestes casos receberam indenizações por seus imóveis enquanto os locatários receberam o chamado aluguel social – 12 meses de aluguel em outro imóvel, pagos pela concessionária – que foi estabelecido como uma das condicionantes no processo de licenciamento ambiental.

Sra. C. é uma moradora idosa de um dos bairros afetados. Ela é locatária de uma casa no bairro e havia sido intimada para desocupar o imóvel, uma vez que o processo de desapropriação já havia sido concluído junto ao proprietário.

M – Como está sendo esse processo aqui, eles já lhe disseram a data que tem que sair?

Sra. C. – Me deram 20 dias de prazo. Nós tamos batalhando aqui pra ver se ao menos arruma um canto pra eu ir.

M – Mas eles não vão lhe dar dinheiro nenhum?

Sra. C. – Nada nada nada. Nós tamos há seis meses assim.

M – Isso porque a senhora não é proprietária e aluga a casa?

Sra. C. – Eu pago 250 reais de aluguel.

M – E com esse dinheiro não consegue outro canto?

Sra. C. – Não tem não senhor, nem um quartinho não tem mais.

M – O que a senhora vai fazer?

Sra. C. – Não sei. Tô esperando uma ajuda de Deus, pra ver se eu queria conseguir uma casa Minha Vida (programa do Governo Federal), do meu salariozinho dava pra eu conseguir pagar todo mês.

M – E a senhora não conseguiu?

Sra. C. – Não, não tem.

Ela fala do sofrimento e do aparecimento de doenças decorrentes dessa situação.

M – A senhora estava me dizendo que adoeceu de preocupação?

Sra. C. – Foi porque eu tenho problema sério cardíaco, eu tenho uma veia entupida do coração, me deu uma coisa que eu não dormia, me deu uma diarreia tão horrível que eu fui passar no hospital. Então tudo é pressão, ai eu fiquei assim acabada da vida. Sem saber da onde é que eu tiro, porque eu não tenho. A minha vida é só isso, eu tenho os meus caquinhos véio.

O que me chamou atenção nestes casos foi que o processo de desapropriação para o enchimento do lago da barragem estava bastante avançado naquela época. Aliás, conforme o cronograma original, já deveria ter sido concluído, mas digo avançado devido à grande quantidade de famílias que naqueles dias estavam sendo desapropriadas. Cada visita ao bairro era diferente, máquinas demolindo as casas já desocupadas, ao mesmo tempo que algumas casas resistiam entre os escombros.

A minha intenção foi conhecer aquelas pessoas que ali ainda se encontravam e procurar perceber o que se passava com elas. Elas pareciam invisíveis às máquinas e aos anúncios veiculados nos meios de comunicação locais pela Norte Energia e pelo Governo

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Federal, que noticiavam a bem-sucedida remoção de milhares de famílias para os reassentamentos.

Um argumento que me sensibilizou bastante e me fez refletir sobre a condição daquelas pessoas foi o de uma moradora que era locatária e que teve negado o direito a receber uma casa, sendo-lhe oferecido somente o aluguel social.

Se a gente tivesse dinheiro não vivia nesse bairro. Eu vim para aqui porque era o aluguel mais barato que eu podia pagar. Agora com essa barragem, primeiro os preços dos aluguéis subiram muito aqui no bairro. Agora vão destruir o bairro e não vão me dar uma casa pra onde ir. Vão me pagar um aluguel por um ano, mas e depois? Com o que eu ganho não consigo pagar o preço de um aluguel em Altamira! Vou fazer o quê? Morar na rua? (trecho de entrevista, moradora periferia de Altamira)

Por outras palavras, se não tivesse ocorrido a construção da barragem ela continuaria a viver a sua vida da forma a que estava acostumada. Com dificuldades, mas em condições de, ao menos, manter o mesmo nível de vida. Com o advento da construção da barragem, ela foi obrigada a sair do bairro onde morava, deparando ainda com a subida dos preços dos alugueis dos imóveis, que a impossibilitava de, com a sua renda, continuar vivendo na cidade. Trata-se de uma situação ocasionada exclusivamente pela construção de Belo Monte, mas em que a solução oferecida pelo empreendedor não resolveu o problema daquela e de tantas outras pessoas em situação semelhante. Mesmo que essas pessoas não fossem proprietárias dos imóveis, elas tiveram suas condições de vida profundamente alteradas sem que lhes fosse dado amparo proporcional ao problema causado.

Quando as conversas e entrevistas se encaminhavam para o tema da saúde, a resposta apontava em dois sentidos. O primeiro era o de que Altamira não oferecia estrutura para o atendimento das pessoas necessitadas pelos serviços públicos de saúde. O segundo foi o que mais chamou minha atenção. Era o sofrimento, o estresse, a preocupação, a dor de cabeça. Tudo isso decorrente de um contexto e sentimento de profunda injustiça.

6.2.2. Os reassentamentos

Como já destacado, havia grande número de famílias atingidas lutando pelo direito a receber uma casa em um dos bairros de reassentamento urbano. A situação das famílias já reassentadas, porém, não representava o fim das preocupações dos atingidos.

Durante minha estada em Altamira, existiam dois bairros principais de reassentamentos, o Jatobá e o São Joaquim, com famílias já vivendo em ambos. Outros bairros estavam ainda em fase de construção. Os reassentamentos Jatobá e São Joaquim eram bastante semelhantes. Ambos ficavam distantes do centro da cidade e do rio Xingu, e os problemas relatados pelos moradores também eram bastante semelhantes. Para melhor compreender aquela realidade comecei a frequentar os reassentamentos, conversar com as pessoas e somente depois de passado algum tempo comecei a realizar entrevistas. O sentimento geral era de insatisfação com as condições de vida nos reassentamentos.

Primeiramente, devido a localização. Altamira é uma cidade sem uma rede de transportes públicos. A maioria dos moradores dos reassentamentos não possui veículo próprio e estava acostumada a deslocar-se caminhando. Táxis são muito caros e utilizados somente em caso de emergências. Na época de meu trabalho de campo, o custo de uma viagem de táxi de um dos reassentamentos para a zona central da cidade (onde se localizavam os hospitais, por exemplo) custava em torno de 40 reais. O salário mínimo nacional era de 788 reais, portanto o custo de uma ida e volta ao hospital municipal tinha um custo superior a 10% do valor do salário mínimo.

A distância também havia inviabilizado diversas atividades laborais relacionadas ao rio. O custo do deslocamento tornava inviável o transporte de equipamentos e do pescado. Também outras atividades decorrentes da pesca, como o trabalho dos carroceiros que transportavam os equipamentos, o peixe e o gelo para os pescadores, acabavam por ser inviabilizadas. Outra atividade muito comum, que já não era mais possível, era o ofício de lavadeira. Muitas senhoras costumavam lavar roupas no rio como forma de complementação da renda de suas famílias.

O lazer também não era mais possível junto ao rio. E também deixou de ser possível nos reassentamentos. Não havia nada além de um espaço de convivência criado pelo consórcio Norte Energia, uma área não superior a 100m² coberta por uma lona e com

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

piso de madeira. Em um loteamento com algo em torno de mil casas, em uma região muito quente, não havia sequer uma praça pública, bancos ou quiosques. Embora o “espaço de convivência” fosse muito pequeno, ele estava sempre vazio, pois o sol amazônico tornava impossível a permanência debaixo daquela área. O resto do reassentamento era composto somente de ruas e casas. Não havia sequer uma árvore com tamanho capaz de proporcionar sombra.

A convivência também não era das mais pacíficas naqueles reassentamentos. Havia relatos de brigas e até de mortes decorrentes de estranhamentos entre os novos vizinhos. Os moradores reclamavam frequentemente da inexistência do chamado critério de vizinhança. Isso porque os atingidos foram sendo reassentados nas casas de maneira aleatória. Todavia, nos bairros dos quais foram desalojados havia fortes relações entre os vizinhos. Ouvi muitos relatos de como os moradores foram construindo relações de apoio mútuo com o decorrer dos anos e de como isso lhes trazia uma sensação de segurança que o Estado jamais fora capaz de proporcionar. Tudo isso havia sido desfeito com a forma como foram realizados os reassentamentos.

Outra questão que surgia com frequência nas conversas com os moradores dos reassentamentos se referia às condições das casas. São casas construídas em concreto armado, com paredes muito finas. As casas antigas, como já mencionado, eram na sua grande maioria de madeira ou de tijolos. Por mais precárias que fossem as antigas construções, tais casas de madeira eram menos quentes devido à circulação de ar entre as tábuas. Já as casas de tijolos eram casas com uma estrutura mais forte, mas sempre bem ventiladas devido a aberturas construídas levando em consideração as características climáticas da região, algo que não acontecia nas casas dos reassentamentos. Em ambos os casos era possível furar as paredes para a instalação de ganchos de metal onde eram dependuradas as redes. É comum entre as populações daquela região dormir em redes. Nas casas dos reassentamentos, porém não é possível instalar as redes, o que gera muita reclamação.

Também foi possível verificar que muitas das casas estavam com as paredes rachadas. Problemas estruturais em casas construídas há menos de um ano causava bastante insegurança e indignação nos moradores.

Destaco duas das entrevistas realizadas nos reassentamentos, a primeira com uma moradora que também exerce a função de conselheira tutelar,³⁸ a *Sra. E.*

Michel – Há quanto tempo tu vivias no bairro que foi desapropriado?

Sra. E. – Eu vivia lá há sete anos. Mas tem moradores que viviam há mais tempo.

M – E como era a relação com a vizinhança, vocês tinham amizade?

Sra. E. – Sim, é um dos problemas que ... um laço, um vínculo comunitário que foi quebrado pra gente. Porque lá a gente tinha a nossa relação, a gente se ajudava bastante, fazia várias reuniões, confraternizações, se juntava pra colocar água, construir ponte no inverno. Agora a gente mudou e ficou separado. Uma pra cada rua, outros em reassentamentos diferentes.

(...)

Sra. E. – A primeira vez que eles foram na comunidade apresentar o projeto eles apresentaram umas casas de alvenaria, que o tamanho variava de acordo com o tamanho da família. Aí muita gente ficou feliz, que iria mudar de vida. Aonde a gente morava era palafita, não era adequado e a gente ficou feliz porque pensou que ia mudar pra um lugar melhor. Depois a empresa foi numa audiência e apresentou essa casa de concreto. Na verdade eles nem discutiram nada com a gente, chegaram e disseram que não tem mais tempo de fazer de alvenaria e teve que ser desse material, o concreto.

M – E a segurança como é?

Sra. E. – A segurança também né... a gente lá se conhecia e se sentia mais seguro. Fica uma insegurança. Esses dias teve morte já aqui dentro. Tem um grupo da força nacional que fica aqui, mas eles só ficam no escritório da Norte Energia. Porque lá na parte de cima tem uma vila de casas que é dos encarregados da empresa. Essa equipe da força nacional fica lá fazendo a segurança deles, pra gente não tem nada não.

M – E que tipo de problemas relacionados a isso aconteceram?

Sra. E. – Houve duas mortes já aqui no reassentamento. Tudo relacionado com bebida, uma pessoa que era de outro bairro matou um menino que era do nosso bairro. E outra foi por causa de drogas. A questão de drogas é forte aqui. É um problema muito grande com crianças e adolescentes.

(...)

M – E pela tua experiência como conselheira tutelar, o que são os problemas que mais você vê e que mais te impressionam?

Sra. E. – Assim, o pior é a questão dos abusos sexuais. Teve um caso de uma adolescente aqui que nós fomos chamados e tivemos que intervir que ela tava na rua jogada toda drogada e nem sabia o que tinha acontecido. Ela tava transtornada, foi drogada e abusada por não sei quantos homens. Aí a gente chegou, chamou polícia, ambulância. A menina não sabia quem tinha sido nem nada, foi muito drogada. É triste.

Teve outro caso também que uma adolescente, ela tava bebendo com outras amigas e dessa vez foi os funcionários do consórcio. Eles tavam numa casa com uns seis homens e levaram ela pra lá e... (pausa longa) eles usaram ela assim... (pausa). Depois eles foram presos mas acabaram sendo soltos... a gente fica com a pergunta de porque que liberam, porque que não continua preso.

³⁸ Conselheiro(a) Tutelar é uma pessoa eleita pela comunidade para acompanhar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Tal atividade está prevista, no Brasil, no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na
Amazônia brasileira

A segunda entrevista é de um morador que também é militante do Movimento dos Atingidos por Barragens, o Sr. C.

Sr. C.– Eu falo até assim pras pessoa que os atingidos não são contra a barragem. Eles só são contra o que promete e não cumpre, você entendeu?

M – Já começa por aí...

Sr. C. – Começa por aí, é tipo assim, quando eles vão a primeira vez e dizem assim, você vai ganhar uma casa, entendeu? Vai ganhar um benefício, entendeu? Tem um monte de promessas e depois que as pessoas assinam o papel, tipo assim, iludido ou enganado, entendeu? E quando a gente chega a ver a realidade é muito ao contrário. Por exemplo, assim o cara fala assim pra mim: você ganhou uma casa. Eu olho e falo assim: ganhou o que? Ganhar era se eu não tivesse nenhuma casa, meu amigo, entendeu? Eu já tinha a minha casa, morava há 15 anos lá na casinha de madeira que era uma casinha pequeninha, mas era minha!

M – Mas então te disseram uma coisa e na realidade foi outra?

Sr. C. – Foi. Todo mundo que veio pra cá foi enganado por algum tipo de coisa. E muita gente que fala assim, as pessoas perguntam: você tá feliz? Fala entendeu, da boca pra fora, mas o coração não tá feliz. Primeiro, que lá nós morava no centro da cidade, entendeu? O cara quer comprar um pão, o cara vai lá e comprava em caso de minutos. Aqui leva umas horas, entendeu?

M – Me fala em geral o que são as mudanças na vida, pela tua experiência e pelo o que tu vê por aí. Mudou muito a vida, como é isso?

Sr. C. – Eu acho assim que mudar pra melhor não mudou não, mudou pra pior.

M – Mas o que mudou?

Sr. C. – É tipo assim, vamo dizer que lá como eu tinha um acesso no centro e trabalhava por conta própria. Os clientes tinham um acesso muito fácil, porque aqui já ficou mais longe. Já começou por aí, primeiro no plano de saúde lá tinha farmácia próxima, aqui não tem. É tudo. A gente tem um posto de saúde aí mas tem dia marcado. É a mesma coisa que não ter. A doença não tem dia marcado.

M – Mas se tu tiver mal, vai lá e eles não te atendem?

Sr. C. – Não porque tem que ter um doutor, é no dia marcado.

M – Não tem emergência?

Sr. C. –Emergência o cara tem que levar num táxi lá pro centro mesmo, seria isso. Então eu achei assim, cara, que foi uma coisa muito assim eles só pensam neles. Tipo assim essa casa não tá sendo uma casa adequada pra essa região. Você tá entendendo? É uma casa que já tá apresentando muita rachadura, é uma casa que já, qualquer falha nela molha toda, chove dentro, sai água mesmo pelo bocal de luz. Eu tenho muitas imagens aí dos problemas da casa. Sem contar que quando chega o inverno (estação de chuvas) cria um mofo dentro da casa, que a casa é muito lacrada. Ela não é uma casa própria pra nossa região. Até fala que uma casa dessas seria mais pra parte do nordeste que é mais seca.

(...)

M – A região cresceu demais, isso aqui, nesses 20 anos que tu vive aqui?

Sr. C. - Olha, por exemplo assim, quando a gente morava que não tinha essa barragem nós chegava o equivalente a 100, 150 mil habitantes na região, agora nós tamos em 200 e uns quebrados né. Só que o hospital enfrenta fila que ainda é o mesmo hospital. A delegacia ainda é a mesma, entendeu, tudo ainda é o mesmo, não fizeram nada. Continua as mesmas largura das mesmas ruas e tu vê que a gente tá num negócio muito apertado, ninguém tá com a vida boa.

M – Isso que eu queria te perguntar, tu viu esse crescimento da cidade todo, isso é uma das questões dos impactos na região?

Sr. C. – Porque não aumentou nada, a cidade continua do mesmo padrão, o que mudou foi a quantidade de pessoas.

M – E a questão da saúde e do atendimento...

Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na
Amazônia brasileira

Sr. C. – (interrompe a minha fala) Péssimo! É uma coisa ruim porque tipo, assim tu vai enfrentar uma fila pra fazer um tratamento daqui a seis mês ... doença não espera por isso. Não espera.

M – E outra pergunta, sobre a alteração da natureza, mexer no rio. Como é que é a relação pra ti com o rio, o que você sente com o mexer no rio, tem algum problema ou não, o problema não é mexer, mas é como tão tratando as pessoas, isso eu quero entender também como é, a tua relação com a natureza, o que tu me diz...

Sr. C. – Oh... dessa relação com a natureza deixa uma grande tristeza com as pessoas porque tipo assim nós tinha aquela praia, entendeu, que ia lá com a família. Que a gente não vai ter.

M – Era perto de casa?

Sr. C. – Agora nem perto nem longe, a gente não vai ter! E sem contar que a gente tinha, vamos dizer uns 20 anos atrás, o Ibama falava assim, não pode matar os bicho, não pode derrubar a mata e eles vão destruir! Pra que preservar se eles tão destruindo? Então eu vejo assim que quem se beneficia mais nisso tudo é o político. É no caso uma jogada de político. Só quem se beneficia é eles. Entendeu? Os coitadinho, vota e não tem serventia de nada.

M – O que que é pra ti a relação do desenvolvimento, o que é o desenvolvimento? Tão trazendo pra cá desenvolvimento, como tu enxerga isso?

Sr. C. – É, no meu ponto de desenvolvimento pra Altamira, eu acho que falta muita coisa, entendeu? Porque às vezes as pessoas pensa assim vamo... é a cidade que vai ter duas avenidas, vai ter não sei o que mais lá, aquele jogo de luz e isso tudo, uma entrada bonita, mas eu acho que esse desenvolvimento mesmo que faça isso não é o principal. O principal é, vamos dizer assim, fazer mais hospital, é ter mais polícia na cidade porque crime tá rolando aí adoidado.

M – E como é que tu te sente nessa situação?

Sr. C. – Eu me sinto assim, tipo humilhado. Porque tipo assim tu não pode apitar, entendeu, é do jeito dele, é igual ele chegou assim pra mim e disse: a tua casa vale 28 mil. Só que no começo vinha com uma proposta que a gente tinha a opção de pedir a carta, a casa ou o dinheiro. Depois chega assim e se tu quiser a casa é a casa, se tu não quiser tu vai pra justiça. Quem é que vai pra justiça se a justiça é dele?!

M – Tu não tiveste opção então?

Sr. C. – Não tem. Ninguém tem opção.

M – Era ir pra justiça.

Sr. C. – E quando chega lá perde, porque tudo é deles. Isso é assim como uma facada. Então esse é o ... é aquela pergunta que tu fez, como foi...

M – De como tu tava te sentindo?

Sr. C. – Do desenvolvimento! Esse é o desenvolvimento que chega pra nós. Lá no começo falou: você tem uma carta de crédito ou então você opta pelo dinheiro, eles vão avaliar a sua casa, nem é nós, é eles vão avaliar a sua casa, entendeu. É oito mil é oito mil e ponto final. Tem muita gente, cara, que encostou a cabeça e chorou. Eu vi situações de gente assim, na frente da minha casa assim, o cara botou sabe quanto na casa dele? 10 mil. Aí tinha um desconto lá que a área não é nossa, aí o cara ficou com 5 mil! O que ele vai fazer na vida dele com 5 mil, se ele tinha a casa dele. Será que tem condição dele fazer alguma coisa? (...)

M – E aqui no reassentamento como é a questão da segurança?

Sr. C. – Não, a segurança é péssima!

M – Já aconteceu problemas aqui?

Sr. C. – Já oh... cada briga aqui é uma morte.

M – Já morreu gente?

Sr. C. – Já. Durante que eu moro oito mês aqui eu acho que já morreu mais de oito! Cada uma briga aqui é uma morte.

M – E a polícia?

Sr. C. – A polícia só chega aqui quando morreu!

Em outra oportunidade que tive de conversar com o Sr. C., ele me contou sobre a sua viagem junto com o MAB para participar da *Caravana de Resistência aos Projetos de Construção das Hidrelétricas na Amazônia*, realizada nos dias 26 e 27 de novembro de 2014, no município de Itaituba, no estado do Pará. O encontro realizou-se na comunidade São Luiz do Tapajós, que dá nome ao novo projeto hidroelétrico que na época estava em fase de leilão da concessão de energia. Uma comitiva de atingidos pela barragem de Belo Monte organizou uma excursão para participar do ato público em apoio à comunidade do Tapajós.

M – Me conta da tua ida lá pro Tapajós.

Sr.C. – O Tapajós a gente foi pra uma reunião, né. Lá os pessoal ainda tão brigando contra a barragem que é uma coisa que vai ser bem difícil que vai ser construída lá. Que nós tava lá parece que vai ser donde vai ser a segunda barragem ... só que na realidade o que os ... os ribeirinho e a comunidade lá São Luiz lá...(longa pausa emocionada) Cara, é como assim matar uma mãe! É como teve assim enforcando assim o pescoço... os cara falam assim com tristeza que vai destruir a natureza deles que tanto eles trabalharam... tipo assim pra preservar a natureza deles e o governo hoje quer destruir. É tipo assim eles não sabem pra onde eles vão.

M – Porque lá é muito menor do que aqui a comunidade?

Sr.C. – Isso, muito menor.

M – Então tá todo mundo lá preocupado...

Sr.C. – Tá todo mundo lá com aquela coisa assim... entendeu, uma coisa assim que tem muitas pessoas lá que não dorme pensando nisso. Tem muitas pessoa lá que não constrói pensando nisso. Eu já cheguei a fazer isso. Não é só eu, acho que todo mundo já chegou assim pensando assim: o pessoal vieram aqui e aí falaram pra ti que vai te dar uma carta, entendeu, o teu dinheiro ou tu vai escolher outro lugar.

Ai eu pensava dia e noite.

M – Tu passou por isso muito tempo?

Sr.C. – Eu tenho certeza que eles tão pensando nessa situação: pra onde é que eu vou? Porque logo no começo eles não fala pra onde é que tu vai, só fala que você vai ser removido. Sabe Deus aonde, entendeu. A sua vida acaba naquele momento quando chega e fala assim, meu amigo, a tua casa vai ser destruída. E tu quer ver a tristeza maior do mundo é tu ver destruindo a tua casa como eu cheguei a vê, e ainda chega um cara idiota e fala assim, essa já foi (pausa para choro)... dá vontade de eu pegar um pau e matar. Eu cheguei a passar por essa situação de o cara chegar com essa cara de pau e falar: essa já foi! É uma mágoa muito grande que eu tenho, entendeu. Eu falo direto, essa casa de alvenaria de vocês (casa do reassentamento) não vale a minha casinha que eu tenho lá construída há 15 anos. Como lá os pessoal do Tapajós eu tenho certeza que os pessoal lá do Tapajós tá sentindo essa dor de dizer pra onde é que eu vou. E aquilo lá tá sendo assim como uma flechada que o cara tá enfiando no peito dele assim, lentamente. É cara, eu, eu, eu vejo assim no olho deles aquela tristeza quando se fala nisso.

Porque eles ali tão pensando que lá melhora mas não vão fazer isso pra eles como não fizeram pra nós (pausa para choro).

Estas duas entrevistas demonstram de maneira bastante clara o cenário que encontrei nos reassentamentos. Não é a minha intenção procurar sobrepor às falas – que incorporam interpretações ancoradas nas suas experiências – outras interpretações, que seriam redundantes, na melhor das hipóteses, e empobrecedoras, na pior. É de assinalar, antes, a notável capacidade revelada pelos reassentados e reassentadas de elaborar e partilhar as problematizações da sua situação. O conhecimento do processo e da situação por parte das pessoas reassentadas é apresentado, nas entrevistas, de uma forma que revela um trabalho interpretativo que não está ao alcance da condição situada e do olhar parcial do próprio pesquisador.

Por isso, é importante sublinhar que não se trata de desabaços e lamentos de pessoas atingidas aproveitando a presença do pesquisador, mas de efetiva produção de conhecimento, que está estreitamente associado, quer à experiência de despossessão, quer à ação com vista a denunciar e combater a injustiça dessa despossessão. Este é um aspecto central da investigação inspirada pelas epistemologias do Sul: a valorização e validação de formas de conhecimento e da sua expressão que sejam diferentes do conhecimento científico, incluindo o conhecimento científico-social.

Questões como as dificuldades de negociação com a Norte Energia e com as empresas por esta designadas para a realização dos cadastros socioeconômicos da população atingida, bem como a falta de amparo dos órgãos públicos, foram abordadas por vários dos meus interlocutores durante a pesquisa de campo.

Com relação à saúde, surgiram com frequência, novamente, as duas situações relatadas anteriormente. A primeira é bastante evidente e diz respeito a toda a cidade, qual seja, a falta ou a insuficiência dos equipamentos de saúde: filas de espera para atendimento nas urgências dos hospitais, demora para a marcação de exames, etc. No caso dos reassentamentos, soma-se ainda a dificuldade de deslocamento para atendimentos de urgências nos hospitais da região.

A segunda questão está relacionada a problemas relacionados ao contexto de insegurança social e ao sentimento de tristeza pela alteração forçada do modo de vida. Junto com a tristeza é manifestado um sentimento de injustiça causada pela associação entre governo e capital privado, sendo os atingidos, seus sentimentos e suas demandas tratados com desdém.

Naquele momento, começou a parecer-me mais claro que o que estava sendo problematizado era a invisibilidade dos saberes, dos modos de vida e das proposições dos atingidos. Suas queixas quanto à qualidade das casas, localização dos reassentamentos, da separação dos vizinhos, da falta de espaços de lazer e convivência adequados, passaram ao lado dos debates que nortearam o processo de licenciamento ambiental que culminou na determinação das condicionantes das licenças ambientais concedidas ao empreendedor. Essa invisibilidade se traduz em uma gramática da injustiça, da tristeza e do sofrimento, que não coincidentemente se reflete no agravamento de diversos problemas de saúde, como o estresse, dores variadas e hipertensão arterial.

As narrativas ora escolhidas para abordar a questão não são exaustivas, mas exemplificativas de como a problemática se foi desvelando diante dos meus olhos. O que elas demonstram é que o problema é mais complexo e profundo do que a aparente discussão sobre direito de propriedade. A propriedade é apenas o lado mais visível dessa história.

Algo de parecido ocorre com a discussão em torno do tema da saúde. As questões de falta de estrutura e de equipamentos de saúde são tratadas pela população como algo normal, a que já estavam acostumadas mesmo antes da existência da obra de Belo Monte. As condições pioraram, mas não são o maior problema.

A novidade está em um problema que parece carecer de uma formulação mais clara. Trata-se da diversidade de males decorrentes da situação estressante pela qual passam os atingidos. A grande dificuldade aqui é estabelecer um nexo causal entre a barragem e os problemas que surgem associados a uma gramática de dor, tristeza e sofrimento. O problema não chega sequer a ser identificado pelos gestores públicos, e tampouco considerado no planejamento do atendimento aos atingidos. É um problema invisibilizado que é potenciado pela ausência de diálogo com os atingidos, e ao qual voltarei mais adiante.

Antes, porém, é importante trazer para a discussão as narrativas das populações indígenas, que transportam uma dimensão adicional da maior relevância para entender os impactos de Belo Monte.

6.3. A questão indígena

A questão – ou, como referido no EIA/RIMA o componente - indígena em Belo Monte não é uma questão ou um componente singular, como a nomenclatura adotada nos documentos e no discurso oficial fazem parecer. É algo muito mais complexo do que isso, que poderia ser abordado de diversas formas, cada uma delas gerando uma tese diferente.

A minha intenção aqui é modesta e circunscrita. Procuo partilhar uma narrativa construída a partir da minha experiência com diversos interlocutores indígenas, ativistas de movimentos sociais e funcionários públicos com atividades junto às comunidades indígenas da região. Assim Belo Monte me foi apresentada por esses interlocutores. A partir dessa narrativa, proponho ampliar em novas direções a reflexão.

Quando se fala na questão indígena de Belo Monte, há que esclarecer, em primeiro lugar, que somente na área de influência direta do empreendimento hidroelétrico encontram-se atualmente 39 aldeias indígenas, de nove etnias³⁹ diferentes. Por si só, esta informação torna inviável pensar de maneira uniforme e indiferenciada em uma “questão indígena”. São povos, cosmologias, culturas, línguas, necessidades e anseios muito diferentes entre si. O tratamento homogêneo do chamado componente indígena é desde o princípio um grande produtor de invisibilidades.

Historicamente esses povos estabeleceram-se às margens do rio Xingu e dos afluentes Iriri, Bacajá e Curuá. Algumas etnias, como Juruna, Xipaia e Kuruiaia acostumaram-se a viver próximas às cidades da região e populações ribeirinhas e têm sua cultura bastante miscigenada. Outras etnias só vieram a ter contato com as populações urbanas mais recentemente.

Altamira naquela época era bem pequenininha, a gente saía. Agora isso começa com a transamazônica. Aí começou a chegar muita gente. Começaram a invadir, em 70 quando a transamazônica foi aberta é que a Funai se implantou em Altamira pra tomar conta dos índio.

Antes da transamazônica eu nasci aqui no mato e me criei junto com branco, porque a gente toda a vida teve contato. Não tinha problema (Trecho de entrevista, Ancião Juruna da Aldeia Paquiçamba).

³⁹ As etnias afetadas por Belo Monte são: Juruna, Kuruaya, Xipaya, Kayapó, Arara, Assurini, Araweté, Xikrin e Parakanã.

Também há relatos de guerras entre diversas etnias. Essas histórias nos remetem a tempos antigos inatingíveis pelo nosso imaginário construído com base no conhecimento científico e na história contada nos manuais. Todavia, são constitutivas do processo de construção identitária daquelas comunidades e se refletem nas posturas, tensões e alianças entre os povos indígenas daquela região.

Belo Monte, ou Kararaô, surge, como já dito, em época recente, com seus primeiros estudos e incursões de técnicos contratados pelo governo brasileiro em meados da década de 1970. Essa novidade levou os povos indígenas da região a estabelecerem novas linhas de diálogos entre si.

A imagem da índia Kayapó Tuíra com seu facão encostando a face do engenheiro da Eletronorte no 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu no ano de 1989 é muito presente no imaginário de todos na região. Aquele encontro representou um momento de união de todos os povos indígenas da região e de muitos outros povos do Brasil e de outros países em torno de uma nova pauta: os projetos hidroelétricos na Amazônia.

Muitas histórias, interpretações e relatos passam por essa imagem e pela imagem de Tuíra ou de lideranças como os caciques Kayapó Raoni e Megaron conclamando todos os povos contra o projeto que iria matar o rio Xingu. Além das imagens que percorreram o mundo, o próprio cacique Raoni apareceu ao lado do cantor Sting, algo que deu uma dimensão internacional à luta dos indígenas do Xingu contra projetos hidroelétricos na Amazônia.

Ainda nos dias de hoje, há a impressão de que, se alguém pode enfrentar Belo Monte, são as populações indígenas. A frase *se os índios quiserem, eles param Belo Monte* é frequentemente ouvida de Brasília a Altamira. Essa afirmação, todavia, pode ter implicações perversas, como destaca Fleury:

No entanto, mais do que um protagonismo indígena, essa frase parece revelar uma armadilha: aqueles que são contrários à barragem, veem na não interrupção da obra um desinteresse dos indígenas: tendo “se vendido” ao consórcio Norte Energia, os índios deixaram de exercer seu poder de enfrentamento; da parte daqueles favoráveis ao empreendimento a opinião sobre os indígenas também não é favorável: como sinônimo do atraso, os índios estão sempre na iminência de significarem problema, e por isso é preciso bem “administrá-los” para que não tragam complicações (Fleury, 2013; p.272).

A armadilha contida em tal expressão está no fato de não haver um universo homogêneo de comunidades indígenas, muito embora tenha havido em determinados momentos união em torno de assuntos comuns, como a luta contra a barragem nos anos 1980.

Ocorre que essa luta foi considerada vencida pelas comunidades locais, uma vez que não se ouviu mais falar da construção de hidroelétricas na região por mais de uma década após a histórica mobilização indígena. O projeto, contudo, e como se sabe, seguiu. Lentamente, foi construído com alterações em relação ao projeto original, com outro nome, com outras dimensões, mas com o mesmo propósito: o barramento do rio Xingu. Somente no início dos anos 2000 voltou-se a falar em Belo Monte, e mais precisamente já no final da primeira década do novo milênio é que ações concretas puderam ser percebidas pelas populações.

Em 2000 e 2001, quando a gente teve em Brasília e ainda era o governo do PSDB, a gente teve aquela época a consciência de que ia sair Belo Monte. A gente tava brigando pra que não acontecesse, mas quando a gente percebeu que o governo tava colocando como sendo um problema nacional, se necessário fosse ele podia tirar o Juruna daqui pra outro canto, mas ia construir Belo Monte, a gente pensou em outra estratégia. Pensou que podia manter as comunidades indígena no seu local e em um projeto de compensação. Só que eu pelo menos não tinha ideia da monstruosidade do que tá sendo e do que vai ser. Belo Monte é só a ponta do iceberg, ela inaugura um monte de outros projetos... é tudo interesses financeiros pra beneficiar esse grandes empresas e grandes políticos, esse cartel miserável deles que eles nunca tão satisfeitos (Trecho de entrevista, Liderança Indígena Kuruaya).

Como pode-se notar a partir do relato de uma liderança indígena da região, quando o assunto Belo Monte chegou novamente a eles, o sentimento era de que o projeto vinha com força e, em nome do suposto interesse nacional na geração de energia elétrica, seria muito difícil impedir a sua concretização. A partir dessa compreensão, lideranças indígenas, mesmo fragmentadas, passaram a discutir uma estratégia para garantir o atendimento das populações para enfrentarem o que viria pela frente.

Em momento algum houve consenso quando a uma adesão das comunidades indígenas ao projeto. Porém, já não havia coesão das comunidades como nos anos 1980. Assim, governo e empreendedor iniciaram uma aproximação prévia das comunidades indígenas com o objetivo de evitar que uma nova mobilização contrária à barragem partisse dos indígenas.

6.3.1. A estratégia para vencer a resistência indígena

É o que nós chamamos de desarticulação das lideranças. É uma estratégia política de desarticular o grupo, enfraquecer o movimento e passar com o projeto. Antes de o projeto começar eu tava na presidência do conselho (CONDIZI), nós tava numa grande reunião e tinha representante da Eletronorte lá. Eu falei pros meus parente: olha, o governo tá fazendo com nós como se tivesse uma pedra muito preciosa que nós tivesse vigiando. E o que ele tá fazendo, é como se tivesse um tigre muito feroz vigiando aquela pedra, daí ele pegou um pedaço de carne muito grande e jogou, o tigre correu. Quando o tigre correu ele pegou a pedra preciosa e ficou com ela. Foi isso que ele fez. Fez um plano emergencial de dois anos pra dar refrigerante, bolacha, roupa, rádio, pilha. Enquanto o índio se entretinha com aquele ranchozinho ele implantou o projeto dele e não pode mais voltar atrás. Aí quando os índios despertaram... cadê? Não vai ter mais nada, o curumin (criança) vai crescer como? Não ter mais a felicidade de ver o rio Xingu como era, as matas, a caça que tinha... não vai ver mais, vai ficar só na história, infelizmente (Trecho de entrevista, Liderança Indígena Kuruaya).

O governo brasileiro e as empresas interessadas na obra estavam conscientes de que o protagonismo indígena apresentava uma barreira que precisava ser superada para tornar Belo Monte uma realidade. Assim, ao mesmo tempo que os estudos técnicos e outros procedimentos burocráticos – como o leilão para a concessão do direito de exploração e geração de energia – tramitavam, iniciou-se um processo de aproximação e negociação com as populações indígenas para evitar que houvesse novamente uma grande união desses povos para a resistência ao projeto.

Se, por um lado, ocorria tal aproximação com os indígenas através da concessionária vencedora do leilão de energia, o governo tratou de afastar-se das comunidades indígenas da região. No dia 28 de dezembro de 2009, o Presidente Lula editou o decreto nº. 7.056, o qual ficou conhecido como decreto de reestruturação da FUNAI. O referido diploma legal versava sobre questões administrativas do órgão indigenista nacional subordinado ao Ministério da Justiça.

Sem entrar nos detalhes administrativos dessa reestruturação do órgão indigenista, cabe aqui destacar como esta se refletiu concretamente nas populações indígenas da área de influência de Belo Monte. Vale lembrar que naquela época a licença prévia ambiental ainda não havia sido concedida e não havia qualquer obra da usina em andamento, e por isso não havia a percepção de Belo Monte como algo real, concreto.

Tratava-se, entretanto, de momento prévio de realização de estudos e de encaminhamento de propostas de atendimentos às populações.

Concretamente, a reestruturação da FUNAI consistiu na extinção da sede regional de Altamira com a sua transferência para a capital do Pará, Belém, a aproximadamente 700 km de distância. Também foram extintos os chamados postos de aldeia, compostos por funcionários do órgão indigenista que trabalhavam dentro das aldeias indígenas fazendo a interlocução entre as comunidades e o órgão governamental. Repentinamente, portanto, os indígenas perderam a referência histórica da FUNAI na região.

Acompanhamos isso (reestruturação da FUNAI), foi outra estratégia (contra a resistência indígena) também. Estratégia pra desarticular as populações indígenas. O que foi que o governo fez? O governo fez a reestruturação da FUNAI pra ele, porque pra nós foi uma desestruturação. Tirou a presença do Estado das aldeias quando tirou o chefe de posto. Quando saiu o chefe de posto o indígena perdeu essa referência e ficou a ver navio. O governo disse pro índio, te vira! Só que não preparou as populações indígenas pra enfrentar esse mundo gigante e pro índio é muito diferente. E aí chegou o plano emergencial (Trecho de entrevista, Liderança Indígena Kuruaya).

Concomitante com esse processo, o consórcio Norte Energia intensificava sua inserção nas comunidades indígenas. No ano de 2010, muitas reuniões foram realizadas com lideranças indígenas, resultando na elaboração em um primeiro momento no atendimento às demandas indígenas através da elaboração de listas de pedidos formulados pelas lideranças das aldeias.

A FUNAI, que, através de seus técnicos, acompanhava à distância esse processo, interveio para que tal prática se tornasse em política oficial de atendimento das populações indígenas, criando assim o chamado Plano Emergencial. O Plano Emergencial foi elaborado no decorrer das discussões sobre o componente indígena do processo de licenciamento. Antes de o Plano Básico Ambiental Indígena ser elaborado, foi implementado esse Plano Emergencial com o objetivo de fortalecer as comunidades indígenas, em virtude do processo de construção da usina. Assim o empreendedor disponibilizaria verbas para a criação de programas de segurança alimentar, valorização cultural, proteção e fiscalização das terras indígenas e melhoria da estrutura da FUNAI (Norte Energia S.A., 2011a).

Todavia, não foi o que aconteceu na prática. O Plano Emergencial consistiu na disponibilização de uma verba mensal para cada aldeia no valor de 30.000,00 reais, para gastos com equipamentos (motores, barcos, combustível), materiais de construção e cestas básicas de alimentação.

Em resumo, esta rede teve início em 2010, quando o responsável da Norte Energia pelo atendimento à comunidade começou a satisfazer listas de pedidos realizados por indígenas, os quais recebia no escritório do consórcio empreendedor em Altamira. Esses pedidos começaram a aumentar em frequência e em proporção, até que os técnicos da FUNAI de Brasília – visto que a FUNAI local estava desde 2009 passando por uma reestruturação, na qual uma das primeiras consequências foi o afastamento do funcionário que atuava no escritório de Altamira há cerca de 20 anos – decidiram intervir no atendimento das listas pelo empreendedor criando um instrumento de intermediação, denominado “Planos Emergenciais”. Tais planos teriam como objetivo assistir às comunidades indígenas atingidas pela construção de Belo Monte enquanto o Plano Básico Ambiental, parte integrante do processo de licenciamento ambiental, não fosse realizado, mediante o controle desses pedidos de indígenas, que a partir de então, em vez de serem realizados diretamente no balcão de atendimento do empreendedor, seriam recolhidos pela FUNAI e deveriam atender a uma cota de R\$ 30 mil por mês por aldeia a serem pagos pelo empreendedor. Como consequência, estes povos da Volta Grande do Xingu, que até cerca de vinte anos não eram nem reconhecidos pela FUNAI como indígenas ou que vinham de um contexto histórico de negligência e dificuldade de acesso a recursos e serviços básicos, subitamente se viram com a possibilidade de receber até 30 mil reais por mês em produtos. Não é difícil imaginar as consequências deste processo (Fleury, 2013; p.275-276).

A Procuradora da República Thaís Santi, titular do Ministério Público Federal de Altamira, relata como ela se deparou com os efeitos do Plano Emergencial em uma aldeia indígena da região:

Santi – Eu levei quase um ano para entender o que estava acontecendo com os indígenas no processo de Belo Monte. Só fui entender quando compreendi o que era o Plano Emergencial de Belo Monte. Eu cheguei em Altamira em julho de 2012 e fui para uma aldeia dos Arara em março, quase abril, de 2013. Eu sabia que lideranças indígenas pegavam a gasolina que ganhavam aqui e vendiam ali, trocavam por bebida, isso eu já sabia. Mas só fui sentir o impacto de Belo Monte numa aldeia que fica a quase 300 quilômetros daqui. Brutal. Só compreendi quando fui até as aldeias, porque isso não se compreende recebendo as lideranças indígenas no gabinete. Eu vi.

O que a senhora viu?

Santi – O Plano Emergencial tinha como objetivo criar programas específicos para cada etnia, para que os indígenas estivessem fortalecidos na relação com Belo Monte. A ideia é que os índios se empoderassem, para não ficar vulneráveis diante do empreendimento. E posso falar com toda a tranquilidade: houve um desvio de recursos nesse Plano Emergencial. Eu vi os índios fazendo fila num balcão da Norte Energia, um balcão imaginário, quando no plano

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

estava dito que eles deveriam permanecer nas aldeias. Comecei a perceber o que estava acontecendo quando fiz essa visita à terra indígena de Cachoeira Seca e conheci os Arara, um grupo de recente contato. E foi um choque. Eu vi a quantidade de lixo que tinha naquela aldeia, eu vi as casas destruídas, com os telhados furados, chovendo dentro. E eles dormiam ali. As índias, na beira do rio, as crianças, as meninas, totalmente vulneráveis diante do pescador que passava. Quando Belo Monte começou, esse povo de recente contato ficou sem chefe do posto. Então, os índios não só se depararam com Belo Monte, como eles estavam sem a Funai dentro da aldeia. De um dia para o outro ficaram sozinhos. Os Arara estavam revoltados, porque eles tinham pedido 60 bolas de futebol, e só tinham recebido uma. Eles tinham pedido colchão boxe para colocar naquelas casas que estavam com telhado furado e eles não conseguiram. Esse grupo de recente contato estava comendo bolachas e tomando refrigerantes, estava com problemas de diabetes e hipertensão. Mas o meu impacto mais brutal foi quando eu estava tentando fazer uma reunião com os Arara, e uma senhora, talvez das mais antigas, me trouxe uma batata-doce para eu comer. Na verdade, era uma mini batata-doce. Parecia um feijão. Eu a peguei, olhei para a menina da Funai, e ela falou: “É só isso que eles têm plantado. Eles não têm nada além disso”. Esse era o grau de atropelo e de desestruturação que aquele plano tinha gerado. Era estarrecedor.

Era esse o Plano Emergencial, o que deveria fortalecer os indígenas para que pudessem resistir ao impacto de Belo Monte?

Santi – Tudo o que eles tinham recebido do Plano Emergencial. O Plano Emergencial gerou uma dependência absoluta do empreendedor. Absoluta. E o empreendedor se posicionou nesse processo como provedor universal de bens infinitos, o que só seria tolhido se a Funai dissesse não. A Norte Energia criou essa dependência, e isso foi proposital. E se somou à incapacidade da Funai de estar presente, porque o órgão deveria ter sido fortalecido para esse processo e, em vez disso, se enfraqueceu cada vez mais. Os índios descreditavam da Funai e criavam uma dependência do empreendedor. Virou um assistencialismo (Santi, 2014).

Tal política de atendimento às populações indígenas viveu no período entre 2010 e 2013. Isso gerou muita polêmica à época. Primeiramente porque comunidades, algumas extremamente carentes, foram repentinamente agraciadas com uma fartura com a qual não estavam acostumados. Essa fartura, não obstante, não veio acompanhada de debates ou estratégias de empoderamento. Não foi uma política pública, mas uma política do empreendedor de assistência às populações indígenas.

O órgão indigenista, entretanto, fazia a mediação entre as comunidades indígenas e o empreendedor na tentativa de evitar o atendimento a pedidos que causariam transformações culturais significativas àquelas comunidades, o que não necessariamente agradava às comunidades indígenas:

Ao se constatar que o pedido era recebido, as demandas passaram a mudar não apenas em termos quantitativos, mas também qualitativos: além de alimentos e ferramentas de trabalho, colchões de cama tipo box, aparelhos televisores, refrigerantes, cigarros, mesas começaram a fazer parte das listas de demandas. Como, a partir dos planos emergenciais, essas listas passavam pelo crivo da Funai, os técnicos do órgão se sentiram autorizados a filtrá-las. Em uma das

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

situações que presenciei, o técnico da Funai, após afirmar que refrigerantes e salgadinhos não poderiam ser incluídos na lista porque fazem mal à saúde dos indígenas, foi questionado: “Mas você não fuma? E você não compra cigarro com seu salário que recebe da Funai? Você tá usando dinheiro que recebe da Funai pra fazer mal para a sua saúde, você pode? (Trecho de diário de campo: observação realizada na Casa do Índio, Altamira, maio/2011). As respostas dos técnicos da Funai giravam em torno da argumentação de que estaria sendo retirado aquilo que não fosse “da cultura do índio”. Debates intensos tomaram lugar, então, sobre o que seria e o que deveria ser esta cultura (Fleury, 2013; p.276-277).

Eu estive em Altamira e na Volta Grande entre fins de 2014 e o princípio de 2015. O que presenciei foram os reflexos desses anos de fartura proporcionados pelo empreendedor. O sentimento em 2015 era de que tal política provocou o entretenimento e a dispersão de comunidades que durante esse período não discutiram mais sua concordância ou não com o projeto Belo Monte.

As discussões durante o período do Plano Emergencial giraram em torno do que fazer com as verbas disponibilizadas para enfrentar problemas antigos, como a fome e a falta de estrutura. A fartura acabou com o fim do Plano Emergencial, e o que se constatou foi que as aldeias não chegaram ao fim dessa política de assistência com maior ou melhor estrutura do que tinham no princípio desse processo.

Em termos de segurança alimentar – um dos objetivos do Plano Emergencial –, voltava-se à estaca zero. Com relação aos equipamentos fornecidos nesse período, como barcos e motores para os barcos, ou materiais para a construção e reforma das casas, sem dúvida houve uma melhora das condições imediatas. Porém, muitos dos equipamentos já apresentavam avarias e estavam fora de uso por impossibilidade de custear a sua manutenção.

Outra consequência foi a ampliação significativa da quantidade de aldeias indígenas. No início desse processo eram dezasseis aldeias, ao passo que em 2015 já eram quarenta. Isso se explica em parte pelo fato de a verba mensal de 30 mil reais ser disponibilizada para cada aldeia. Ocorreram, assim, disputas internas que resultaram na divisão e criação de novas aldeias.

O que aconteceu no começo aí do empreendimento, aí foram abertas muitas aldeias que não estavam na hora de acontecer, porque não era ... se eu não tô enganado... eram umas 16 aldeias agora tá em quarenta e poucas. Aqui nós mesmo era só essa aqui, aí depois dessa barragem já transformou em três. Saiu duas mais. E a nossa população é pequena, nós somos 150 pessoas em três aldeias. houve essa ... uma desunião de algumas pessoas querer o poder da

liderança, coisas que é passada pela comunidade ou então pela liderança mais velha. Aí gerou um ciúme de algumas pessoa querer a liderança por causa do movimento, mas eu não vejo assim, porque na época mesmo, era o tal do plano emergencial que eles inventaram (Trecho de entrevista, Cacique Etnia Juruna).

Tal política de atendimento às populações indígenas e a adesão das comunidades a ela não podem ser analisadas de maneira simplista. É bastante comum ouvir críticas aos indígenas por terem “se vendido” ao consórcio Norte Energia durante aquele período, “permitindo” assim o avanço de Belo Monte. Porém, há que se considerar que se tratava de muitas comunidades com características e necessidades diversas e que foram repentinamente agraciadas com listas de pedidos providenciados sem grandes entraves. Muitos problemas históricos não resolvidos pelo Estado estavam sendo – ainda que parcial e momentaneamente – enfrentados com o Plano.

O maior problema, na perspectiva que informa este trabalho, foi a execução de uma política de assistência sem a discussão adequada para que fosse tornada uma política de fortalecimento das comunidades. Essa não era a preocupação central do consórcio empreendedor, evidentemente. Caberia ao Estado mediar essa relação para evitar que com o fim da assistência, problemas antigos voltassem, ou que novos problemas se criassem em decorrência de tal política.

Isso não ocorreu, e o Plano Emergencial efetivamente garantiu o início das obras sem grandes entraves por parte das comunidades indígenas. Talvez esse tenha sido o principal objetivo atingido pelo plano.

6.3.2. Relação entre as mudanças culturais e a saúde indígena

Mudanças consideráveis ocorreram de forma muito rápida na rotina das comunidades indígenas. O Plano Emergencial – e em última análise Belo Monte – foi um catalisador dessas mudanças, não só pela oferta de produtos e equipamentos muitas vezes absolutamente necessários para a subsistência das comunidades, mas também pela inserção do empreendedor nas comunidades e pela inserção de indígenas na rotina urbana.

A política de atendimento à saúde indígena é realizada através do Ministério da Saúde. Dentro do Sistema Único de Saúde, há um subsistema voltado exclusivamente para o atendimento das populações indígenas das aldeias. O órgão responsável por esse

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

subsistema é a Secretaria de Saúde Indígena – SESAI, que executa a política de atendimento de atenção primária às comunidades através do Departamento de Saúde Indígena – o DSEI.

O coordenador do DSEI de Altamira falou sobre algumas dificuldades em realizar o atendimento diante do surgimento de novas aldeias.

Hoje são 40 aldeias, sendo que duas ainda não estão legalizadas. Em que sentido esse legalizadas: a Funai, ela encaminha um ofício para o DSEI informando que foi fundada uma nova aldeia, dizendo o nome, as características, a etnia, a localidade. E a partir desse registro oficial pela Funai é que a gente entende como uma criação oficial de uma aldeia. Então, hoje nós temos 38, e tem duas que ainda não foram oficializadas pela Funai nessa lógica. No entanto, nós já atendemos essas aldeias, porque os indígenas já se mudaram pra elas, e a gente... como prestamos serviço de atenção básica, nós não temos como deixar de atendê-las, porque já é uma realidade. Elas já estão sendo habitadas, os indígenas já saíram de outras aldeias, já se juntaram nessa aldeia. E nós temos a obrigação de atender, mesmo com condições, é... completamente precárias, uma vez que uma aldeia nova, quando surge, os indígenas já vão lá no canto do rio, do local de preferência, fazem uma derrubada, fazem uma queimada, limpam o espaço e começam a habitar. Então, um local desses logicamente não vai ter um posto de saúde, não vai ter um sistema de abastecimento de água, não vai ter condições de um atendimento qualificado. Não vai ter como se contratar de imediato um agente indígena de saúde, uma agente de saneamento, mas nós temos que ir lá prestar o serviço que a gente presta... da atenção primária (Trecho de entrevista, coordenador DSEI Altamira).

Reuniões com lideranças e comunidades inteiras passaram a ocorrer com frequência na cidade de Altamira, fazendo com que muitos indígenas passassem a frequentar a vida urbana, deixando de lado tarefas cotidianas nas aldeias, como a caça, a pesca e o plantio.

Agora tá mais agitada (a vida) por causa de tantas reuniões que gerou com o impacto dessa construção de Belo Monte. Eu to bem aqui hoje com a minha família, to preparando pra ir caçar ou pescar e ao mesmo tempo chega uma notícia pelo rádio que eu já tenho que sair pra ir em Altamira pra reunião. Isso tira o meu sossego, né, que antigamente não tinha isso. Ir pra cidade tantos lugar (Trecho de entrevista, Cacique Etnia Juruna)

Isso se refletiu necessariamente em alterações de hábitos culturais e alimentares. A alimentação e a convivência no contexto urbano são muito diferentes daquela experimentada nas aldeias, e isso é atualmente problematizado por algumas lideranças.

Quando a gente vai em reunião eles dá alimento do Carei (não indígena no idioma Arara) pra nós. Não tem respeito nenhum com nossa alimentação. A gente come porque tem fome, tem que comer mesmo. Dá refrigerante, dá comida que o índio não tem o costume de comer. E isso tem causado problemas de saúde, diarreia, pneumonia, aumento de peso, diabete, colesterol, pressão

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

alta. Também tem muita liderança que passa muito tempo na cidade e aí bebe muito, fica doente de vício da bebida, outros vício e também muita prostituição também (Trecho de entrevista, Liderança Etnia Arara).

Na época desse plano emergencial a alimentação era liberada. Você chegava com 20 famílias, chegava na Norte Energia e fazia um pedido de 20 marmítex (comidas de restaurante take away). Aí eles compravam. Aí eles tavam comendo todo dia e de noite na farra, bebendo cachaça. Não se preocupava com o que ia acontecer no futuro. Acabou esse tempo e agora eles não tem o que comer na aldeia. Isso foi o que aconteceu (Trecho de entrevista, Cacique Etnia Juruna).

É importante sublinhar de novo que não foi somente a questão da alimentação que se alterou com a necessidade de presença frequente na cidade de membros das comunidades que não estavam acostumados com tal rotina. Também outras “tentações da cidade”, como as festas acompanhadas de bebidas alcoólicas, acesso a drogas ilícitas e prostíbulo passaram a ser problemas para as comunidades.

Eu questionei o coordenador do DSEI de Altamira sobre como as mudanças ocasionadas pela implementação de Belo Monte se refletiam no trabalho com a saúde indígena. A resposta foi no sentido de considerar todo o contexto de mudanças que vem sendo exposto:

Quais os reflexos das mudanças culturais com as comunidades indígenas?
Como isso vem se refletindo na saúde coletiva dos indígenas?

Coordenador DSEI - Trabalhar na saúde indígena não é uma tarefa fácil e não é pra todo mundo, porque são populações de costumes diferentes, de cultura diferente. E essas populações, elas precisam de um atendimento especial mesmo. A equipe tem que gostar daquilo que faz, tem que ir pras aldeias com boa vontade, com vontade de trabalhar, de ajudar. Porque você passa por várias dificuldades. Tem aldeia que você pra chegar leva sete dias, tem que dormir em praia, tem que dormir em voadera. São condições ruins.

Hoje aqui em Altamira pra se trabalhar na saúde indígena ficou mais difícil com essa questão das mudanças que houve na população, na própria estrutura da cidade. Aumentou a população mas não aumentou as redes de atenção. Permanecem as mesmas ainda. Há uma perspectiva de melhora, mas ainda isso não se concretizou.

Então hoje, com os indígenas mais presentes na cidade, com certeza já está mudando a questão alimentar, a questão da alimentação industrial já está muito presente nas aldeias. Porque se eles vêm pra cidade pra participar de várias reuniões, seja quais interesses forem, eles se alimentam daquilo que a gente se alimenta. É diferente daquilo que eles comem na aldeia, que eles tão acostumados a se alimentar. E aí a gente já sabe, o risco do colesterol, da diabetes, da hipertensão. São problemas que estão ligados à questão alimentar e se reflete com certeza se eles mudam a alimentação (de modo) radical. Aí sim, o nosso trabalho fica muito mais difícil.

O risco que as populações também correm em relação às doenças sexualmente transmissíveis. Porque eles estão expostos. Podem ter... isso pode acontecer. A gente faz um acompanhamento e já percebe que isso já modificou de alguma

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

forma, com certeza. Porque a exposição na cidade é propícia inclusive, por exemplo, a acidentes de trânsito. O nosso trânsito em Altamira não tá fácil. Já tivemos indígenas que sofreram acidentes aqui... tudo isso da vida urbana. Então você imagina os indígenas que têm uma vivência na floresta e vir pra cidade com uma frequência significativa, a mudança, ela é natural, ela tá em curso. Isso é inegável que vá acontecer.

Eles se deparam com uma vida urbana totalmente fora daquilo que eles estão acostumados, então certamente o impacto é notório e é visível e certamente vai acontecer.

O nosso trabalho é nas aldeias, aí você imagina a dificuldade de você chegar numa aldeia e não ter indígena lá para a gente executar o nosso trabalho. E a gente já... acontece muito isso, não tem indígena na aldeia porque eles estão na cidade. Tem aquela questão ainda mais complicada porque, por exemplo, tem etnias que, quando a mãe ou o pai vêm resolver um problema, é costume vir praticamente toda aldeia. Aí você imagina um trabalho que é pra vir duas pessoas e vir 30, 20. Quando vem o cacique, costuma trazer a aldeia inteira (Trecho de entrevista, coordenador DSEI Altamira).

Há um nexos causal evidente entre Belo Monte e alterações nos hábitos alimentares e práticas culturais com reflexos em todas as populações das aldeias, e não somente durante as visitas às cidades.

Essa barragem tá acabando com nossa felicidade, né, principalmente acabando com nossa cultura e muita coisa nossa. É uma coisa que não podia acontecer com nós. né. Sei que nós indígena tamo sofrendo muito com barragem. Tanto pela nossa cultura e tanto pela nossa... nossas alimentação, né. Tá se acabando e vai se acabar.

Porque assim... a nossa alimentação tá acabando porque os jovem, eles não querem fazer mais nada. Pensando que a base vai dar tudo de bom pra eles, mas não é isso. Pra mim mudou bastante coisa. Assim vão na reunião direto, deixa a família na aldeia. Toda a semana lá tem reunião e não resolve nada. Então isso pra mim é muito difícil, porque as liderança deixa a família e passa um monte de tempo na cidade e não resolve nada (Trecho de entrevista, Indígena Etnia Assurini).

A compreensão de como o contexto da instalação e o início dos impactos de Belo Monte sobre as populações atingidas são problematizados por estas populações como problemas de saúde aparece, assim, como um tópico central para o tema axial desta tese.

Problemas de saúde neste contexto estão relacionados a problemas mais amplos do que o surgimento de doenças, embora muitas vezes as doenças acabem aparecendo nesse debate como um indicador de um problema mais profundo. O que está por trás dessa problematização é a mudança das condições de vida das pessoas com o advento do projeto hidroelétrico. É como todo esse contexto se reflete em perda de qualidade de vida e, por consequência, perda de saúde.

Neste aspecto, tanto a questão indígena quanto a questão das populações desapropriadas se aproximam. Antes, porém, de enfrentar essa discussão há que referir outra narrativa. Até aqui, procurei apresentar duas das narrativas mais abrangentes de dois grandes grupos de atingidos: os indígenas e os desapropriados, deixando clara a grande diversidade que compõe esses grupos. O esforço, até aqui, passou por detetar problemas comuns enfrentados dentro dessa diversidade e identificar a forma como alguns problemas são postos em discussão por essas populações e ao mesmo tempo invisibilizados pelo debate público conduzido pelo consórcio Norte Energia e pelos órgãos governamentais.

A próxima narrativa tem outra característica. É a de um indivíduo que dá conta de problemas que o afetam como pessoa. Ao mesmo tempo que traz o drama individual e suas particularidades, permite um tipo de reflexão mais singularizada de como Belo Monte se reflete na vida de uma pessoa. As situações relatadas e a forma como são problematizadas por este indivíduo podem oferecer pistas de processos de invisibilização que ocorrem com milhares de outras pessoas, e que transformam suas vidas de maneira problemática, e enquanto membros de comunidades que são afetadas e desarticuladas pelo fenômeno Belo Monte.

6.4. O pescador que não tem rio

Seu Hélio Pescador, assim ele é conhecido na região. Seu Hélio me foi apresentado como uma liderança da comunidade de Santo Antônio, do município de Vitória do Xingu. Essa comunidade foi a primeira a ser desapropriada pelo Consórcio Norte Energia, devido a sua localização muito próxima de onde seria instalado o canteiro de obras da usina.

Na verdade, a nossa história com a barragem é uma das histórias mais tristes da região e foi a primeira também, né. Nós da comunidade Santo Antônio fomos o primeiro atingido, e a empresa fez questão de destruir a nossa comunidade em menos de um ano. Uma comunidade que tinha 60 famílias. Era uma comunidade bem unida, um povo que não tinha dinheiro mas era feliz. Tinha 28 pescadores filiados na colônia de pesca, e a comunidade inteira pescava. (Trecho de entrevista, Seu Hélio Pescador, Altamira).

Seu Hélio, segundo me contaram, lutou muito contra a desapropriação, e como liderança local foi alvo de investidas de políticos regionais na tentativa de capitalizar sua

popularidade. Também havia sido alvo de tentativas de cooptação por parte de agentes em nome do consórcio empreendedor. Como o povoado Santo Antônio foi o primeiro a enfrentar o processo de desapropriação e negociações com o consórcio, teria sido um caso paradigmático. Era uma pessoa que eu precisava conhecer.

Tive a sorte de conhecê-lo quando de uma de suas passagens por Altamira. A partir do primeiro contato e da primeira entrevista, nós nos encontramos mais outra vez em Altamira, o que possibilitou outras conversas, totalizando mais de 100 minutos de gravação. Além das entrevistas gravadas em áudio, fui convidado a passar um dia na casa do Seu Hélio, ocasião em que conversamos por muitas horas sobre muitos assuntos como a sua chegada à região, lendas da floresta, experiências de vida e de trabalho, histórias da comunidade de Santo Antônio, e outros.

Procuró aqui trazer um pouco dessa rica experiência como instrumento para a reflexão sobre os impactos de Belo Monte, no cruzamento da singularidade das vidas dos residentes na região e das consequências para a existência coletiva das suas comunidades.

Seu Hélio nasceu no Estado do Espírito Santo, na região sudeste do Brasil. Ele emigrou para a região de Altamira ainda muito jovem, por ouvir falar que com a construção da rodovia transamazônica o governo estava distribuindo lotes de terras para as pessoas. Ao chegar lá, trabalhou durante dois anos em uma fazenda sem receber nada além de alojamento e comida. Trabalho escravo era muito comum naquela altura nas fazendas da região, dizia ele.

Depois de conseguir livrar-se daquela situação, vagou por outras fazendas, chegou à cidade de Altamira e trabalhou informalmente como pedreiro, carpinteiro, auxiliar de serviços gerais. Sempre trabalhos braçais, com baixa remuneração e nenhum direito trabalhista assegurado.

Já na década de 1980, Seu Hélio estabeleceu-se na comunidade Santo Antônio, no município de Vitória do Xingu. Lá encontrou a sua profissão. Encontrou mais que isso, encontrou amor por sua atividade, a qual ele descreve como sua vida. Tornou-se pescador.

6.4.1. A vida antes de Belo Monte

Seu Hélio conta que na comunidade viviam 60 famílias. Mas havia no total 240 propriedades, entre casas e terrenos. Muitas pessoas não viviam na comunidade, mas eram presenças ocasionais nesta.

Era uma comunidade às margens do rio Xingu, com a vida muito ligada às águas do rio. Pescadores profissionais eram 28, mas todos pescavam eventualmente para consumo próprio e familiar. Também havia muitas atividades, jogos de futebol, festejos populares. Sobretudo, havia uma forma de convivência muito intensa e comunitária.

Michel – E como era essa convivência ali na comunidade? Como era o dia-a-dia?

Hélio – A gente tinha uma programação. Sábado de Aleluia tinha um torneio de futebol todo ano. A gente nem mandava convite pros times da região que já sabia. Quando era o dia aparecia todo mundo. A gente colocava um troféu, que não vale nada, mas é um símbolo. Ficava a lembrança. Aí no final do torneio tinha uma brincadeira, uma festinha.

E tinha a festa de Santo Antônio que era tradição, todo ano. Tinha dança de quadrilha, apresentação de caribó, apresentação de... aí tinha o torneio o dia todo. Matavam um boi pra churrasco. Muita bebida, muita comida típica. Tinha as barracas com mingau de milho, galinha caipira, bolo... isso rolava a noite toda na noite de Santo Antônio. Era uma festa de tradição, não falhava. E nós da comunidade não tinha escolha pra se fazer uma brincadeira. De repente a gente tava lá no bar jogando uma sinuca e aí alguém falava, rapaz, que tal amanhã fazer uma brincadeira na praia? Tava combinado, amanhã todo mundo na praia.

Michel – Todo mundo se conhecia?

Hélio – Todo mundo se conhecia ali.

Michel – Era boa a vida lá então?

Hélio – Meu amigo, não é à toa que às vezes eu conto e choro, porque era uma vida, era uma vida que a gente tinha. Não é dizer assim que era uma correria, tinha os nossos trabalhos, mas o nosso lazer era igual como o de ninguém. Nós tinha lazer. A minha praia lá tinha um barracão, coberto de palha. A gente ia pra lá. Eu fazia o meu aniversário lá, lotava de gente. Eu pescava, comprava um porco, comprava carne de boi pra churrasco. Cada um levava a bebida. Era três dias de festa e não faltava comida e bebida, moço.

(...)

Então assim, daí a gente... sei lá, a gente tinha tudo ali, moço. A gente ia jogar futebol, antes de entrar em campo a nossa torcida ficava em volta do campo e você não via nada, ia todo mundo, grande, pequeno, mulher... eu sentia tanto alegre quando eu marcava um gol e via a gritaria da torcida. É coisa que não sai da mente nunca. A gente tinha aquela fama. Eu era o camisa nove. Mas não era o camisa nove, era os cara que faziam o camisa nove.

(...)

Era alegria total. Mas tem umas história que tem uns final bom, outras que tem uns final triste. A nossa história é gostosa de ser contada mas é doída.

Michel – Doída quando começa a chegar no final da história?

Hélio – É muito doído sim (pausa longa e choro).

A vida no povoado Santo Antônio era descrita como uma autêntica vida comunitária, construída durante os mais de 30 anos de convivência. Seu Hélio conta frequentemente que vivia perto do rio Xingu. O tempo necessário para ir caminhando de sua antiga casa à ribeira era inferior a 15 minutos, mas ele nunca levava menos de uma hora para chegar lá. Isso porque pelo caminho sempre encontrava seus amigos, que era convidado para beber um café, provar um pão caseiro que alguma vizinha recém havia feito ou conversar um pouco.

Mesmo considerando a conhecida tendência, em narrativas de vida, para romantizar situações de um passado que não existe mais e minimizar as dificuldades e tensões então vividas, a história de Seu Hélio permite reconhecer os fortes contrastes entre a importância das relações de comunidade que então marcavam a vida do povoado e a sua alteração profunda com a chegada do consórcio Norte Energia e a concretização de Belo Monte.

6.4.2. O processo de desapropriação

Recordo que a comunidade Santo Antônio foi a primeira a ser desapropriada devido à sua localização próxima ao canteiro de obras da barragem. O processo de desapropriação durou aproximadamente um ano e resultou no fim da comunidade. Os moradores em sua maioria acabaram recebendo indenizações ou cartas de crédito destinadas à compra de outro imóvel. Seu Hélio fez um relato bastante longo do processo, desde a chegada dos representantes do consórcio empreendedor até as negociações que culminaram no fim da comunidade. As suas palavras são claras e incisivas:

Michel – Aonde ela ficava (comunidade Santo Antônio)?

Hélio – Ficava no km nº 50 da (rodovia) transamazônica.

Michel – E porque não existe mais hoje, o que aconteceu?

Hélio – Ela ficou dentro da boca da onça. É o canteiro de obra de um lado e o setor que era a comunidade hoje é estacionamento aonde encosta as carretas que vem descarregar no consórcio. A comunidade nossa é justamente... tá dentro da coisa lá. Daí a Norte Energia quando chegaram pra pegar a gente eles chegaram com propostas boa.

Michel – Que propostas foram essas?

Hélio – Pra começar, eles tinha três opção. Que era a indenização, ou a relocação ou uma carta. Essa carta quer dizer que a pessoa tinha direito de comprar um outro imóvel em outro lugar, mas individual. A relocação, eles davam o direito da comunidade escolher um local pra ir todo mundo, que era o que a gente queria.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

Daí o seguinte, eles apresentaram quatro áreas pra nós e nós escolhemos uma, que dava acesso ao rio e à estrada. Porque todo mundo tinha a sua canoa e precisava disso pra pescar. Só que como pra eles é só no papel, daí eles começaram a cada reunião que se fazia uma versão diferente, até que chegou a um ponto que eles não chegaram a dizer que não ia fazer a vila pra nós, não chegou a falar porque não fala isso direto. Eles tem os meios deles. Mas chegou a um ponto da pressão no povo da comunidade tanto que as pessoas acabou assinando a saída com a indenização mínima.

A nossa indenização, ninguém chama de indenização. Aquilo foi um tipo de esmola pras pessoas sair. Uma pessoa que mora num lugar 25, 30 anos e sair com indenização de 16 mil reais que aqui em Altamira não se compra nem um terreno nos alagado? Pra mim isso não é indenização, isso é esmola.

Michel – Mas o porquê da indenização e não a realocação?

Hélio – Porque na verdade eles não tinha plano de fazer isso. O plano deles era desativar a comunidade. Eles não queriam gastar dinheiro. Eles iam ter que fazer uma vila e entregar pronta pra nós. A nossa vila não era boa, mas tinha água encanada, tinha... era arrumadinha a nossa vila.

Michel – E a localização era boa?

Hélio – A nossa vila, eu da minha casa que eu morava na beira do campo de futebol, da minha casa na beira do rio eu gastava 15 minutos andando a pé. Eles não tinha plano de fazer vila pra nós. Aí eles começaram a colocar as pessoas uns contra os outros...

Michel – Como foi esse processo, me conta.

Hélio – Eles tavam sempre lá dentro. Eles colocaram três empresa pra trabalhar lá dentro. Colocaram uma com o nome de Elabore. Essa era só pra informação, pra dizer que tal dia ia ter reunião. Essas reunião era só 24h de prazo que eles avisavam.

Aí tinha a tal de Carta, que era quem fazia o cadastro, tirava as fotos da sua casa.

E tinha a EXA, que fazia o trabalho de fazer medição. Media o tamanho da casa, to terreno.

Michel – Então vocês conviveram durante algum tempo com muita gente de fora da comunidade todos os dias lá?

Hélio – Isso. Rolou praticamente um ano. Quando eles tinha tudo na mão aí eles colocaram os cara. Primeiro veio o caderno de preço. Cada morador recebeu um caderno com o valor da casa. O valor do que tinha, a casa, o terreno. Tinha uma norma que o vizinho não podia saber. Eles sentava com a sua família, via o valor e não podia comentar com o vizinho. Essa era a ordem deles. Esse é o seu valor, o do vizinho é o do vizinho. Fica isso só com vocês e se você não aceitar, você retorna com a gente. Só que se o valor era catorze mil, eles pegavam o teu caderno, levava de volta e daqui a quinze dias voltava com o mesmo valor. Não tinha acréscimo. Não adiantava reclamar do valor.

Michel – Como funcionava a reclamação sobre o valor então?

Hélio – Tinha um cara... eles são estruturados, né. Tinha um cara, ele chegava e dizia, olha, infelizmente a empresa não pode dar acréscimo em cima disso aqui. Ele dava o valor, falava do metro quadrado e não sei mais o quê. Mas dizia, olha vou te dar um conselho, antes um pássaro na mão do que dois voando. Isso ele falava pro pessoal. E as pessoas que não tão preparadas pra pressão, elas ficam com medo e assinavam. A partir do momento que assinava já era. Não tinha mais papo.

E a comunidade, sabe, a gente tinha uma associação na comunidade, eu era o presidente da associação. Aí tínhamos conversa com os movimentos sociais, com o Xingu Vivo. Aí começamos a querer lutar pelos nossos direitos. Nosso direito não era só entregar a casa e sair, nós tinha coisa a mais. Então nós elaboramos uma proposta dentro da comunidade

Michel – Qual era a proposta?

Hélio – A proposta era a seguinte, era uma casa na relocação e a indenização do valor da casa que a gente morava. Porque não adiantava eu ir pra uma casa

nova e ficar lá de braços cruzados sem ter dinheiro de comprar nem o gás. Então, a proposta era pegar a casa que eles ia fazer e ganhar a indenização da outra, porque com essa indenização a gente tinha um começo. Quando foi isso foi quarta-feira. Daí na sexta eu fui no escritório do engenheiro pra apresentar a proposta. Quando eu cheguei lá, eles mandaram eu entrar que ele ia me receber. Eu entrei na sala, ele tava girando na cadeira. Aí olhou pra mim e disse: rapaz, isso aí não existe! Essa proposta que vocês querem não existe. E eu vou deixar uma coisa bem clara pra vocês, a nossa proposta tá tão boa que 23 pessoas da comunidade já vieram aqui assinar aceitando.

Aí eu não tive mais nada pra falar. Eu tive que voltar pra trás e só se lamentar. Aí desandou, não teve mais como segurar. Já foi 23, depois vai 30, depois vai 40 aí acaba.

Michel – Desandou a coisa...

Hélio – É! Aí ficou só seis famílias que queriam a casa. Só sobrou seis. Eu e mais cinco. O prefeito de Vitória virou as costas pra gente. E daí eles apresentaram uma área que a gente nem conhecia pra levar essas famílias lá. Era uma área que ficava muito distante daquela que a gente queria. Aí eu sei que eles ficou enrolando, pagaram um ano de aluguel pra tirar as famílias da comunidade, depois desse ano, passou pra dois anos e agora eles não concluíram ainda. Ainda falta um morador que tá em casa alugada, os outro eles conseguiram comprar uma casa pra cada um. Individual, um pra cada lado.

Michel – Acabou a comunidade então?

Hélio - A comunidade em si, hoje não existe mais. Tem só o nome, as pessoas que a gente convivia todo dia, a gente passa mais de ano sem ver. Nós voltamos agora dia de finados pra celebrar uma missa no cemitério e não apareceu quase ninguém. E a gente não vê mais aquelas pessoas com quem a gente conversava todo dia. Eu tô a 73 km de onde nós morava.

Todo esse processo foi muito desgastante. Foi doído, como diz Seu Hélio. A partir desse contexto de confronto, de que o resultado inevitável foi a desapropriação e a necessidade de recomeço da vida em circunstâncias desfavoráveis, começa a surgir a formulação do sofrimento como um impacto de Belo Monte.

6.5 O sofrimento como consequência de Belo Monte

Uma questão importante na fala do Seu Hélio diz respeito ao sofrimento como um impacto à saúde causado por Belo Monte. Esse assunto surgiu a partir de uma pergunta sobre o sentimento de não poder mais pescar.

Em seguida, quando proponho falar sobre as alterações ambientais, ele traz para a conversa o tema da saúde. E ao começar por falar de problemas que afetam a sua saúde decorrentes dos trabalhos braçais que passou a realizar, ele avança logo para a reflexão sobre o sofrimento.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

A reflexão e problematização dessa questão pelo próprio sujeito enquanto atingido pela grande obra apresenta um considerável grau de sofisticação. A saúde é apontada como um estado de bem-estar, independentemente de eventuais distúrbios. Já a falta de saúde é identificada com uma série de situações de caráter permanente, que marcam a nova realidade.

Michel – E hoje o senhor não consegue mais pescar?

Hélio – Não consigo mais. Lá mesmo onde eu morava, além de não ter mais condições de pescar, não vale a pena gastar dinheiro com despesa pra ir até lá, e não adianta que não compensa.

Michel – Eu queria que o senhor me contasse como é que essas alterações no ambiente aqui estão se refletindo na sua vida.

Hélio – A minha saúde está péssima. Eu tô com problema sério de coluna. Eu tive que trabalhar numa empresa aqui na cidade, serviço pesado debaixo do sol quente. Acabei de me ferrar.

E a minha situação hoje... eu me sinto um Zé Ninguém hoje. Porque assim, eu não tenho mais o rio pra mim pescar que era de onde eu tirava o meu sustento. Eu tirava do rio tudo. Até as minhas alegrias eu tirava de lá. O meu aniversário eu tirava de lá. E eu não tenho mais isso, eu não tenho mais o peixe, eu não tenho... a vida de um pescador ... eu sou hoje pra mim um pescador que não tem o rio. Um pescador que não tem o rio ele não é nada.

Michel – E como era a questão da saúde ali, tinha problemas?

Hélio – Ninguém adoecia! Lá tinha um problema sério quando começava o inverno que dava malária. Mas eu vinha aqui na cidade reclamar e logo eles iam lá.

Michel – Mas e a tristeza e a depressão, quando foi que o senhor começou a ouvir falar nisso?

Hélio – Eu tive um problema de depressão quando eu comecei a ver e bater de frente com essa coisa aqui e comecei a sentir que a coisa tava perdida. Foi assim quando eu mudei de lá pra ir pra chácara, aí eu fiquei isolado, sozinho. E comecei a entrar em depressão e tive que voltar pra cá (Altamira). Eu senti que eu não era mais eu, eu não tava dormindo, não comia mais direito, tava emagrecendo e não conseguia pensar em nada positivo. Aí caiu a minha ficha. Fechei a casa e vim embora pra cá.

Michel – E o senhor não vive mais na chácara?

Hélio – Vivo, mas morando direto lá não. Eu não moro direto lá não. Eu fico por aqui, trabalho por aqui, arrumo coisa pra fazer, porque eu trabalho de pedreiro, trabalho de carpinteiro, todos esses trabalhos eu faço.

Michel – Então o senhor fica pela cidade?

Hélio – Sim, fico por aqui. Agora mesmo, ontem mesmo um cara me ligou porque eu fiz um serviço pra ele faz uns três meses. Fiz umas sapatatas pra levantar pra bater uma laje (fundações de uma casa).

Michel – Mas isso porque o senhor não consegue ficar mais lá?

Hélio – Eu não consigo ficar lá e também ... é porque eu fico sozinho. Não tem com quem conversar. Sinceramente eu acho que é por isso que eu falo demais quando encontro alguém pra conversar porque eu sinto falta disso.

Michel – E é muito diferente hoje a vida?

Hélio – Ah, não tem nem comparação.

O pescador que não tem mais o rio pra pescar. O rio que lhe dava muito mais do que o peixe; que lhe dava alegrias e a sua identidade. O que restou foi o sentimento de vazio, de ausência da própria identidade.

Assim Seu Hélio conta sua história, de como o sofrimento surgiu e foi crescendo com o processo de implementação de Belo Monte e de como este sofrimento é causador de perda de qualidade de vida e de saúde.

É de particular relevância o modo como os próprios atingidos identificam esse sofrimento como um elemento novo nas suas vidas causado pela concretização do projeto Belo Monte. Foi possível perceber aqui uma variedade de problemas que, seguindo a problematização realizada pelas populações atingidas, passam pela sensação de impotência que causa depressão até chegar a problemas físicos como as dores de cabeça, a elevação da tensão arterial e o agravamento de outros problemas já existentes, frequentemente relatados pelas pessoas entrevistadas.

Esses problemas até então eram remetidos para plano secundário, referidos como problemas menores afetando a saúde das populações atingidas. Mas esta investigação corrobora uma importante questão que se impõe à reflexão pela forma como foi visibilizada por aquelas populações que foram atingidas pelo projeto Belo Monte, a da ubiquidade de formas de sofrimento difuso que passam a ser uma presença continuada na existência dessas populações. Trata-se de uma situação não prevista em nenhum documento oficial como o Estudo de Impacto Ambiental, e por isso não abordada por nenhuma política pública. Também por essa invisibilidade do problema, este sofrimento difuso causador de agravos de saúde não foi objeto de nenhum programa contemplado pelo PDRS do Xingu.

No âmbito desta investigação, foi possível perceber este sofrimento como um problema de saúde de âmbito tanto psíquico quanto físico, e diretamente relacionado com todo o processo que envolve a construção da UHE Belo Monte. A sua identificação foi viabilizada pela metodologia adotada, pelos procedimentos de pesquisa ancorados nas epistemologias do Sul, que adotam como postulado a obrigação primeira de escutar os que estão envolvidos e são afetados pelo processo sob investigação.

Assim se chega à questão que está no centro deste trabalho: o olhar para a saúde das populações atingidas por Belo Monte, a partir da perspectiva das próprias populações, reconhecendo o seu protagonismo na abordagem do tema e na própria produção de conhecimento relevante para enfrentar os impactos reais vividos por essas populações.

7. UMA REFLEXÃO SOBRE A SAÚDE

As narrativas apresentadas e discutidas no capítulo anterior tiveram por finalidade indicar a problematização da questão da saúde das populações atingidas frente às alterações causadas em suas vidas pela implementação da UHE Belo Monte. Essa problematização foi realizada tendo como ponto de partida a posição dos atingidos.

Procurei assim abordar o tema da saúde a partir de um enfoque inspirado nas epistemologias do Sul. Isto significa que o protagonismo central na discussão do tema é o dos maiores interessados: os atingidos.

Este posicionamento obrigou a uma revisão da abordagem que eu vinha construindo. A investigação partiu da procura de como as alterações ambientais causadas pela construção da UHE Belo Monte afetariam a saúde coletiva das populações atingidas. Pretendia, desse modo, estabelecer ligações entre uma obra de grande dimensão e impacto econômico, social e ambiental e os problemas de saúde eventualmente verificados no campo.

A problematização da questão, porém, já estava sendo por mim construída a partir das aproximações entre os campos do conhecimento na área da saúde e do ambiente. A pesquisa de campo serviria assim para a identificação no local dos problemas, como se esses problemas de saúde fossem algo tão evidente quanto os problemas estruturais da rede de atenção do Sistema Único de Saúde ou a ocorrência de epidemias, com uma história bem conhecida naquela região.

Todavia, a forma como as populações e movimentos sociais que participaram dessa investigação colocavam as questões me levou a repensar essa relação. Não era claro, para começar, e na perspectiva dos sujeitos da investigação, a distinção entre os temas relacionados à saúde coletiva e aqueles relacionados ao meio ambiente.

Enquanto eu esperava estabelecer um nexo causal entre os impactos ambientais e problemas de saúde, as pessoas me falavam de suas vidas, do sentimento de injustiça, e me explicavam o contexto em que esse sentimento surgia. O tema da saúde emergia dessas histórias, desses relatos de vidas precárias. Mas a forma como esse tema aparecia

era bastante diferente das expectativas que, enquanto pesquisador, permearam a preparação do trabalho.

Tive, assim, de optar por ignorar toda a minha pretensão de transportar para o campo uma abordagem pré-definida e pré-delineada do problema e de como realizar uma indagação pertinente que assumisse como eixo organizador da pesquisa a compreensão de como os atingidos enfrentam as dificuldades e ameaças que condicionam e tornam precárias e incertas as suas vidas.

É preciso referir que essa proposta não foi de fácil operacionalização. Primeiramente, porque demandou bastante esforço para sair da caixa da disciplinaridade. A tendência a que tive de resistir e de contrariar desde muito cedo era a de tratar como desvio do foco dessa pesquisa determinadas abordagens suscitadas por alguns dos atores com quem se realizou a investigação. O equívoco dessa percepção estava na expectativa de resposta às perguntas que eu formulava. A questão da saúde estava sempre presente, mas não surgia diretamente nas abordagens. A problematização dessa questão precisava passar por compreensão mais profunda dos contextos vividos pelas populações.

Assim, os indígenas abordavam a saúde falando antes da sua relação com a natureza viva e das suas preocupações com o futuro do rio e, por conseguinte, das suas futuras gerações. A constatação de que a cultura desses povos está sofrendo alterações sem que seja possível determinar as suas consequências também mostrou ser um elemento de problematização necessário para a compreensão de como a saúde dessas populações está sendo impactada.

As populações urbanas, ao falar dos problemas enfrentados em razão de Belo Monte, começavam por falar de como as suas vidas se precarizaram. O deslocamento compulsório, a desconsideração das subjetividades na elaboração de políticas públicas, o alegado interesse público sobrepondo aos interesses daquele público local, dentre outras situações expostas neste trabalho, faziam parte da problematização que culminava na identificação, também, de agravos de saúde, mas principalmente da perda de qualidade de vida, incluindo esta aquilo que caracteriza um modo de vida vinculado a um território e caracterizado por relações sociais e socioambientais construídas através de uma história comum daquelas populações e comunidades.

Isso foi-se tornando mais claro na medida em que fui organizando o vasto material qualitativo resultante da pesquisa de campo, e fui percebendo aproximações entre diferentes assuntos trazidos pelos atingidos às conversas e entrevistas. Desse modo, fui percebendo também que, muitas vezes, algumas aparentes fugas do tema eram, na verdade, contribuições para a sua complexificação.

Assim, uma orientação central de meu trabalho consistiu em ligar os pontos que estavam aparecendo de forma cada vez mais insistente, mas também de identificar os espaços “vazios” entre esses pontos. Dessa forma, falar de saúde coletiva no contexto de Belo Monte e a partir do trabalho com as populações atingidas, mobilizando as proposições das epistemologias do Sul, é falar de ausências, que se procurou tornar visíveis e analisáveis a partir de procedimentos de pesquisa que considere mais adequados às condições da pesquisa.

Acredito que esta tese pode trazer para a discussão científica no âmbito das ciências sociais uma contribuição relevante, que no caso estudado pode ser formulada da maneira seguinte: como contribuir para conferir visibilidade à problematização ausente do debate público sobre a saúde no contexto da barragem Belo Monte.

7.1. O sofrimento no contexto de injustiça social de Belo Monte

O sofrimento e a dor causados pelo processo de deslocamento compulsório em decorrência da construção de barragens já foi abordado no âmbito das ciências sociais. Sônia Magalhães, na sua tese de doutoramento (Magalhães, 2007), lida com a questão do deslocamento compulsório das populações atingidas pela construção da barragem da Usina Hidroelétrica Tucuruí (Pará, Amazônia, Brasil). O trabalho evidencia o sofrimento social evocado pelos atores que o presenciaram, isto é, os atingidos.

Na análise sócio-antropológica proposta por Magalhães, é notório que a intervenção no espaço físico para a construção da barragem atinge de forma violenta as relações sociais na região de influência da obra, causando a sua desestruturação. Dessa desestruturação decorre o que a autora chama de *substrato do lamento e da dor* (Magalhães, 2007; p. 193).

A manifestação desse sofrimento é explicitada pela identificação de como os atores envolvidos percebem a experiência vivida do deslocamento compulsório enquanto situação de injustiça social:

Arrisco a propor, então, tratar o sofrimento social como uma construção coletiva que, por um lado, se exprime na constituição de atores, na construção de uma memória e de uma narrativa sobre um acontecimento. E que, por outro lado, produz efeitos sobre os interesses e as práticas políticas. Nas situações de extrema ruptura, verificando-se a transformação de elementos constitutivos do mundo social vivido, até então naturalizados, em direitos, por sua vez, traduzidos em uma retórica de justificação, que se reproduz na arena pública.
(...)

Se pudéssemos sintetizar, poderíamos falar do deslocamento compulsório em termos de uma relação de causalidade, que acaba por revelar as determinações desestruturadoras – irreversibilidade, compulsoriedade e imprevisibilidade – inerentes ao processo. Estas determinações, articuladas, estão na raiz do que aqui denomino sofrimento social. Desta perspectiva, o deslocamento compulsório não é o pano de fundo sobre o qual se constrói a ação ou o sentido, mas é ele mesmo o conformador de ambos (Magalhães, 2007; p. 261-262).

A relação entre o sentimento de injustiça e a percepção do sofrimento como uma construção coletiva resultante do deslocamento compulsório causado pela construção de uma obra da dimensão de uma usina hidroelétrica foi, para a construção da abordagem da presente tese, uma importante pista.

As três narrativas escolhidas no capítulo anterior contém, de certa forma, um resumo do cenário que encontrei na região atingida por Belo Monte. O que emerge ali são os problemas relacionados às vidas dos atingidos. O denominador comum das narrativas está nas mudanças causadas nas vidas dos atingidos por Belo Monte. E o sofrimento em diferentes formas de manifestação surge como um resultado comum dessas mudanças.

O que mais me deixa angustiada, Michel, é que não tem com quem falar e com quem recorrer. O que mais me preocupa é o seguinte, eu já venho de outra barragem com uma mão no fecho outra no eixo. Eu sou atingida por a barragem de Tucuruí da década de 70. Tivemos que sair de lá porque eles deram uma terra pra gente, terra produtiva e boa. Mas quando o lago subiu alagou tudo e ficamos sem nada. Tivemos que entregar a casa pra pagar uma dívida e viemos pra esse lado.
(...)

Você sabe o que é um timbó? É um cipó que tem um veneno que joga na água e mata os peixe. O que o governo tá fazendo com a gente é como o timbó, um veneno que mata quietinho. Tá jogando sobre nós. Nós sobrevive das água. Ele tá envenenando as água, ele tá matando a gente, aos poucos, bem devagarzinho. Nós tamos sofrendo muito (Trecho de entrevista, moradora de bairro em processo de desapropriação).

Os motivos desse sofrimento são diferentes em cada caso, como se procurou mostrar. Há o problema das pessoas que estavam sendo obrigadas a sair das casas e bairros onde viviam e que não tiveram o direito a receber uma casa em um reassentamento, por não serem proprietárias das casas desapropriadas.

Há o caso das pessoas que não tiveram o direito a receber uma casa em um reassentamento porque, segundo a Norte Energia, não viviam nas casas desapropriadas durante todo o ano, embora fossem proprietárias. Por essa razão, tiveram direito a uma indenização arbitrada por empresas contratadas pelo consórcio empreendedor, em valor evidentemente incompatível com o mercado imobiliário local.

As dificuldades em enfrentar situações como essas ficam evidenciadas na fala do coordenador do MAB em Altamira:

Veja bem, os reassentamentos. Hoje nós temos mais de 1000 famílias que não foram cadastradas por critérios que a Norte Energia estabeleceu. Tipo a pessoa tem que provar com um conjunto de documentos que está na área há mais de 3 anos. A pessoa tem duas casas na área atingida e só terá direito a receber uma e é obrigada a receber indenização pela outra. Várias famílias que nós estamos acompanhando os casos. O que nós estamos vendo é que há um esforço por parte da Norte Energia pra diminuir a quantidade de atingidos. Mas essas pessoas são atingidas e ficam sem amparo nenhum. A gente avalia que tem uma parcela muito grande de culpa do Governo Federal, que não tem posições mais firmes. A gente vê uma apatia, tudo isso acontecendo, condicionantes que não avança, dinheiro do PDRS Xingu que vai pra onde a gente não sabe, e coisas concretas pra melhorar a vida do povo é muito pouco, você não consegue apalpar. Você não consegue ver o governo intervir na política de reassentamento, dizer pra Norte Energia olha, isso aqui tá errado. Não pode deixar mais de 1000 famílias sem ter direito a ser reassentada.

(...)

Veja bem, famílias que têm direito dentro daquilo que a Norte Energia estabelece como direito, pelos critérios de elegibilidade, né... muitas famílias hoje não ficaram sem casa porque nós (MAB) intervimos. Tiveram que provar caso a caso que tinham direito, porque a Norte Energia tava desconsiderando. É um processo sinistro de ameaça, chega na casa de uma família dizendo que tem que assinar um documento, muitas vezes ninguém na casa sabe ler, não tem a quem consultar, não tem advogado, não tem defensor público, e dizem que é cinco dias pra assinar, senão eles vão botar na justiça e vão passar por cima da sua casa. Imagina um processo desses pra uma pessoa como teve denúncia em audiência pública que a gente fez agora. Uma senhora de 90 anos teve que assinar um documento que os técnicos tavam pressionando, dizendo que iam colocar na justiça e ia derrubar a casa dela (Trecho de entrevista, coordenador MAB Altamira).

Por outro lado, a situação dos atingidos já reassentados também não era tranquila. Como já foi mencionado, muitos problemas foram levantados pelos moradores

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

dos reassentamentos, como o tamanho e características da construção das casas, distância do bairro sem uma rede de transporte público, ou violência, entre outros. Em suma, as pessoas tinham que lidar com o trauma do deslocamento compulsório somado a uma série de problemas estruturais da região que, além de não terem sido resolvidos, foram ampliados significativamente com a construção da barragem.

Nós pensa assim, ó: o conceito de reassentamento pra nós do MAB seria o lugar em que as pessoas tenham condições de reproduzir suas vidas, considerando o trauma de ser mudado e de tudo. Ali nós vê como loteamentos incompletos. Não foi respeitado o critério de vizinhança, de organização das famílias, de ter um lugar pra poder se reunir e festejar. Os postos de saúde são inadequados e ineficientes. Iluminação pública até poucos dias ainda não tinha. Sobre a segurança, já há um número de assassinatos que teve nos reassentamentos. Tinha que ter um programa de segurança diferenciado, e a pressa de fazer essa mudança é da Norte Energia. Nós temos a preocupação de como é que vai ficar. O transporte não existe, as crianças perdem aula com o ônibus que chega atrasado, outro dia não vai.

Agora, se durante esse processo de transição já está assim, como será que vai ficar quando isso terminar, quando a barragem estiver pronta? Isso não está bem claro.

(...)

Esses dias. uma senhora dizia que a filha dela adoeceu e pra ela vir aqui ao Hospital São Rafael, é 40 reais de táxi. Pra vir de madrugada, e os taxistas não querem ir lá ainda porque não tem iluminação pública e é perigoso. Então isso preocupa pra nós, porque pelas características das região e como isso vem conduzido, não é de se surpreender que eles deixarem do jeito que está ali e derem a obra por acabada (Trecho de entrevista, coordenador MAB Altamira).

No caso das populações indígenas, os problemas eram diferentes. Se referiam aos efeitos da desestruturação deliberada do órgão indigenista somado às negociações diretas com o empreendedor, que se resumiram ao atendimento temporário de listas de pedidos. O cenário que encontrei após esse período de fatura era o de discussão sobre os efeitos coletivos desse processo nas aldeias.

Um personagem importante na região, que eu tive a oportunidade de conhecer e entrevistar, é o Bispo da Prelazia do Xingu e Presidente do Conselho Indigenista Missionário, Dom Erwin Kräutler. Dom Erwin vive na região desde 1965 e foi Bispo naquela localidade de 1981 até 2015. Eis como Dom Erwin dá conta do processo:

Michel – E como o senhor acompanha o processo com os indígenas? Qual foi a estratégia de negociação com os indígenas?

D.Erwin – Aí também tem que olhar primeiro os indígenas da Volta Grande e os indígenas da parte de cima. Em primeiro, tinha a condicionante de fazer a demarcação das terras indígenas, e isso não foi feito. Com isso, ao não demarcar áreas indígenas, a área é aberta pra invasão e todo tipo de jeito. O

Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na
Amazônia brasileira

que se fez, esses povos daqui de baixo (Volta Grande) já sofreram miscigenação. Entre si, os juruna, arara, mas também raça negra e branca. O que aconteceu, esses índios foram sempre abandonados pelas políticas públicas, nunca tiveram voz nem vez. De repente, aparece um empreendimento desses em que eles estão na Berlinda e recebem tudo o quanto sonham, durante algum período. Quando querem alguma coisa, fazem uma manifestação e se apaga essa manifestação através do dinheiro. Eu falo em “auricídio”, matar pelo ouro, se empurra goela abaixo o dinheiro.

M – E como isso se refletiu na cultura deles?

D. Erwin – Fisicamente talvez sobrevivam, culturalmente não. Esses índios são condenados a desaparecer culturalmente. É a vinda pra cidade. Eles são acostumados à agricultura familiar, caça e pesca. Aqui na cidade não tem nada disso. O que vai acontecer? Até pra você argumentar é muito difícil, eu digo pra eles, olha, gente, esse dinheiro vai matar vocês. Eles dizem que até agora não recebemos nada e agora que estamos recebendo, vem você dizer isso? Eu não tenho mais argumentos.

Eu tô muito realista. E não vamos nos iludir de que Belo Monte vai ser a única barragem. Eles vão fazer outras, isso vai atingir inclusive áreas demarcadas.

M – E como essas visitas frequentes à cidade estão se refletindo na questão da saúde indígena?

D. Erwin – Negativamente. Isso é muito negativo, porque o índio na aldeia é outro ser humano. Infelizmente, o que ele aprende aqui quando vem na cidade são os vícios dos não indígenas. Alcoolismo e prostituição. Alcoolismo é pior. Na aldeia Kaiapó não tem álcool, sai da aldeia vai encher a cara, vai pra cachaça, vai pro prostíbulo, pega doença venérea e volta pra aldeia e vai transmitir pra mulher.

Michel – E não tem assessoria pra isso...

D. Erwin – O que você vai fazer? Você diz, mas... eles dizem, se o branco faz porque não podemos fazer? O branco tem tudo, vai pra prostíbulo, vai pra bordel, convida. Porque não vou? Então ele acha que se ele não fizer isso ele é de certa maneira inferior ao branco que tem todos esses direitos. Com a bebida é a mesma coisa, o branco numa festa bebe até cair. Agora tu diz pro índio que não pode. Então ele diz, por que? O branco faz a festa e porque eu não posso? O exemplo, o vício do mundo não indígena... ele sucumbe.

Embora haja diferenças entre as populações atingidas por Belo Monte e as populações camponesas que sofreram com o processo de deslocamento compulsório em Tucuruí estudadas por Magalhães (2007), o sofrimento surge em ambos os casos como uma construção coletiva dos atingidos a partir dessa condição em decorrência de um contexto de injustiça social.

No caso de Belo Monte, o contexto desvelado pelas narrativas apresentadas aponta claramente para o sofrimento como um problema geral causado ou agravado com a chegada do empreendimento. Foi exatamente neste ponto que comecei a questionar o rumo desta investigação. Até então, eu enfrentava o problema do sofrimento como uma fuga no discurso, um lamento pela dor emocional causada pelo processo. Entretanto, me chamou a atenção o fato dessa identificação do sofrimento como uma consequência de Belo Monte surgir frequentemente enquanto eu questionava como as pessoas percebiam

que alterações causadas nos seus modos de vida se relacionavam com a sua saúde. A dor na alma passava a ser uma dor física, uma dor inscrita no corpo e nas suas sensações, como ficou evidenciado nas narrativas apresentadas no capítulo anterior.

7.2. O sofrimento como problema de saúde

Foi possível assim começar a perceber que aquele sofrimento já identificado como produto de injustiça social no contexto de populações vulneráveis era realmente um problema de saúde que emergia das narrativas dos atingidos.

Frases como *quem tava bom, adoeceu*, não eram apenas metafóricas. Realmente, as queixas eram de agravos reais tendo como causa última a usina hidroelétrica Belo Monte. Depressão, insônia, diarreia, dores de cabeça foram frequentemente apontadas como resultantes do estresse associado à situação.

Também o contexto geral de aumento populacional, aumento de índices de violência ligada ao tráfico de drogas, roubos, crimes sexuais, acidentes de trânsito, tudo isso ocorria daquela forma por associação com o projeto de Belo Monte. E um dos resultados mais visíveis aparecia sob a forma de agravos na saúde das populações.

Fui encontrar na abordagem realizada por um grupo de investigadores⁴⁰ da Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP – da Fundação Osvaldo Cruz – FIOCRUZ, pertencentes ao grupo de pesquisa (CNPq) *Educação, Saúde e Cidadania*, uma problematização de algumas expressões de sofrimento de classes populares enquanto problema de saúde pública.

O *sofrimento difuso* foi definido, no âmbito desse grupo, por Victor Vincent Valla como queixas sobre sintomas como dores de cabeça, dores no corpo, desânimo, insônia, sintomas gástricos, entre outros, enquanto expressões de um sofrimento sem aparente causa orgânica, e por isso não diagnosticável através de exames laboratoriais, ganhando sentido através da sua ligação a fatores psíquicos e sociais (Valla, 2001).

⁴⁰ Victor Vincent Valla, Eduardo Navarro Stotz e Maria Beatriz Lisboa Guimarães.

Desde então, essa concepção vem sendo trabalhada em projetos de investigação acerca do sofrimento das classes populares e da relação entre sintomas somáticos, sofrimento psíquico e questões sociais.

Este termo (sofrimento difuso) tem sido definido, pelo grupo de pesquisa do qual faço parte na ENSP/FIOCRUZ, como um tipo de sofrimento psíquico mais leve, e que se encontra disseminado de forma endêmica em toda a região pesquisada. É caracterizado pela presença de múltiplos sintomas, que se expressam por meio de queixas somáticas inespecíficas, dores generalizadas, medo, ansiedade, insônia, nervosismo, baixa estima de si, perda da esperança de vida – considerada por nós a perda maior que um indivíduo pode se deparar em sua vida – dentre outras manifestações (Guimarães, 2007)⁴¹.

A investigação de referência para essa linha surge a partir de um trabalho sobre agravos de saúde e problemas sociais desenvolvido com a população de uma região carente do Rio de Janeiro⁴².

Desse trabalho decorreu a investigação intitulada “Vigilância civil da saúde na atenção básica – uma proposta de ouvidoria coletiva na A.P. 3.1, Rio de Janeiro”, que mostrou como questões sociais como desemprego, fome, falta de lazer e violência se expressam em agravos de saúde nas comunidades integrantes dos fóruns realizados pela pesquisa (Guimarães *et al*, 2005).

Nas populações pobres, as dificuldades da sobrevivência diária impõem um ritmo de tal forma exigente que torna difícil a renovação das energias tanto físicas quanto psíquicas. Um sofrimento invisível busca a visibilidade. Aqui denominado como sofrimento difuso, este tipo de adoecimento foi relacionado pelos participantes a problemas como a falta de lazer e de perspectivas de vida, que limita sonhos e projetos como geradores de uma baixa auto-estima, percebido por eles como o problema de saúde mais visível do local (Guimarães, 2007; p.8).

⁴¹ Convém, entretanto, destacar que, a meu ver, a caracterização deste sofrimento como “sofrimento psíquico mais leve” parece não caracterizar de maneira adequada a expressão psicossomática dos agravos identificados, inscrita nos corpos e nas manifestações sensoriais das pessoas que sofrem e na sua fragilização somática. Trata-se de um sofrimento bastante “pesado” e com reflexos tanto psíquicos quanto físicos de elevada gravidade.

⁴² Trata-se da região da Leopoldina, que abriga quatro complexos de favelas: Maré, Mangueiras, Alemão, Penha e Vigário Geral.

Em tais casos ficaram evidenciados problemas como a pobreza extrema, fome, falta de saneamento básico, violência (tanto por parte da polícia quanto por parte do crime organizado), baixa escolaridade, desemprego, dentre outros.

Outra situação agravante dos problemas nesse contexto de populações carentes é o difícil acesso aos serviços públicos de saúde, com as longas esperas para agendamento de consultas e internação hospitalar, como potencializador do sofrimento:

Quanto ao acesso aos serviços públicos de saúde, o que se percebe é que os serviços em geral não têm condições de atender a demanda dos usuários. A maioria dos participantes destacou a falta de profissionais nos hospitais e postos de saúde; as filas são longas e nem todos os pacientes conseguem ser atendidos, aumentando cada vez mais a demanda reprimida. Com isso existem dificuldades para marcação de consultas, e muitos pacientes ficam aguardando agendamento durante um grande intervalo de tempo.

(...)

Como pode ser percebido nos depoimentos, o sofrimento é grande e fica estampado no rosto das pessoas (Guimarães, 2007; p.10).

São situações que guardam bastante similaridade com a das populações atingidas por Belo Monte. Desde a falta de saneamento básico, do aumento da violência até a falta de estrutura dos serviços públicos de saúde, encontramos tudo isso naquela região, e as suas manifestações são problematizadas pelas populações atingidas, através de seus relatos. Nestes, estes aspectos são invariavelmente apontados, em algum momento, como causa de agravos de saúde.

No âmbito da epidemiologia, o sofrimento difuso, à semelhança de outros agravos psicossomáticos, se enquadra na categoria diagnóstica de Transtornos Mentais Comuns (TMC). A dificuldade de identificação de causas orgânicas deste tipo de agravos resulta, muitas vezes, na dificuldade de acolhimento nos serviços públicos de saúde, devido à dificuldade de comprovação das queixas por meio de exames clínicos.

Os transtornos mentais comuns podem se apresentar através de múltiplos sintomas, tais como queixas somáticas inespecíficas, irritabilidade, insônia, nervosismo, dores de cabeça, fadiga, esquecimento, falta de concentração, assim como uma infinidade de manifestações que poderiam se caracterizar como sintomas depressivos, ansiosos ou somatoformes. O continuum e a comorbidade entre essas três síndromes, assim como a indiferenciação entre alguns dos sintomas, faz do conceito de transtornos mentais comuns uma chave para que os estudos epidemiológicos possam capturar a prevalência dessas manifestações de sofrimento na comunidade ou em unidades de atenção básica, sem que necessariamente esse tipo de queixa preencha todos os critérios

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

diagnósticos para os transtornos depressivos, transtornos ansiosos ou transtornos somatoformes, de acordo com as classificações do DSM IV (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – Fourth Edition) e do CID-10 (Classificação Internacional de Doenças – 10ª revisão) (Fonseca *et al*, 2008; p. 287).

Estudos indicam uma forte relação entre os TMC e fatores socioeconômicos, apontando para a vulnerabilidade das populações de baixa renda como um fator que faz aumentar as ocorrências desses transtornos nessas camadas sociais (Ludemir & Melo Filho, 2002; Fortes, 2004; Costa & Ludemir, 2005; Maragno *et al*, 2006).

Há importante discussão no campo da saúde pública acerca de tais expressões de sofrimento e a tentativa de categorização destas, que aparecem sob a forma de manifestações categorizadas como transtornos mentais comuns, queixas mal-definidas, problemas psicológicos, pacientes psicossomáticos, pacientes portadores de morbidades psiquiátricas menores.

Todos esses termos apresentam diferenças entre si. Isso reflete em parte, a multiplicidade de paradigmas existentes para abordar um tipo semelhante de expressão de sofrimento, mas também uma zona de sombra e nebulosidade sobre um problema ainda pouco explorado no campo da saúde pública.

(...)

As diversas definições e nomeações para as queixas difusas estariam nesse hiato entre a assistência dos serviços públicos de saúde, seus procedimentos, diagnósticos e encaminhamentos e, de outro lado, a expressão de um mal-estar amplo por parte de sujeitos e populações, inseridos em um contexto social igualmente amplo com o qual precisam se relacionar para sobreviver (Fonseca, 2007; p.19).

As tentativas de categorização, entretanto, no máximo, permitem identificar e descrever os sintomas traduzindo-as para as categorias nosológicas do saber médico, mas não conseguem identificar os seus complexos nexos de causalidade.

Sem ignorar toda a extensão e complexidade desse debate no campo da saúde⁴³, parece relevante para a discussão desta tese a identificação do sofrimento difuso como um problema que surge em determinados contextos sociais caracterizados pela vulnerabilidade de certas populações, comunidades ou grupos, e para o qual o sistema de saúde pública ainda não possui práticas políticas bem estabelecidas, que permitam lidar com tais situações de um modo adequado à sua complexidade (Fonseca, 2007).

⁴³ Fonseca (2007) apresenta uma revisão bibliográfica das expressões de mal-estar nas classes populares.

Para que possamos pensar em práticas de integralidade faz-se necessária a compreensão ampla da saúde como qualidade de vida. Isto nos leva a um olhar onde a produção da saúde, na maior parte das vezes, está fora do campo restrito das ações de governabilidade da saúde, pois, antes que biológica, a produção da saúde é social. Sabemos que os determinantes sociais da saúde incluem renda, emprego, habitação, saneamento, lazer, cultura, educação, entre outros. Neste sentido, se não levarmos em conta as dimensões sociais envolvidas nos processos de saúde-doença, e especificamente os aspectos relacionados à redução da pobreza e à diminuição das desigualdades sociais, com certeza, continuaremos a nos deparar com uma série de impasses que continuarão comprometendo a saúde dos indivíduos, levando ao sofrimento e ao adoecimento da nossa sociedade (Guimarães, 2007; p.14).

A discussão, assim, passa necessariamente por uma concepção de saúde como qualidade de vida. Se por um lado a prática de uma sociologia das ausências nos permite ver o sofrimento difuso dos atingidos invisibilizado no caso Belo Monte, por outro lado a sociologia das emergências nos apresenta uma aposta em uma concepção de saúde cujos elementos constitutivos são o ambiente e a justiça social.

Sabroza (1994) indica um caminho semelhante ao tratar do projeto de uma nova saúde pública e da necessidade da acolhida do sofrimento humano pelos serviços públicos de saúde:

O projeto de uma nova saúde pública, dirigida a promover a saúde e não preferencialmente a cuidar da doença, deverá então entender e trabalhar a questão de que os homens não têm apenas necessidades, mas também desejos e medos e que o sofrimento precisa ser atendido, inclusive quando os recursos técnicos não são mais capazes de promover a cura, problematizando assim as dimensões contraditórias da relação individual/coletividade (Sabroza, 1994; p.2-3).

Promoção à saúde é um conceito tradicional definido como um dos elementos do nível primário de atenção em medicina preventiva, segundo Leavell & Clarck (1976). Todavia o conceito foi retomado diante da necessidade de controlar os custos crescentes de assistência médica, especialmente a partir de discussões no Canadá, Estados Unidos e Europa Ocidental.

A chamada *nova saúde pública* surge nessa esteira, no contexto de sociedades capitalistas neoliberais, direcionando o discurso da promoção para a afirmação da ideia de autonomia individual (em detrimento de uma maior responsabilidade do Estado) no sentido de os sujeitos exercerem uma autonomia regulada e responsável, assente no

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

reconhecimento das ameaças potenciais à sua saúde, e estimulando a livre escolha segundo uma lógica de mercado, tendo em conta a exigência de comportamentos saudáveis.

Outras perspectivas, apontando para sentidos diferentes do que marca a perspectiva conservadora neoliberal, passaram a abordar a questão da promoção à saúde de forma mais abrangente, como demonstra Czeresnia (2003):

Ao mesmo tempo, afirmaram-se perspectivas progressistas que enfatizaram uma outra dimensão do discurso da promoção da saúde, ressaltando a elaboração de políticas públicas intersectoriais, voltadas à melhoria da qualidade de vida das populações. Promover a saúde alcança, dessa maneira, uma abrangência muito maior do que a que circunscreve o campo específico da saúde, incluindo o ambiente em sentido amplo, atravessando a perspectiva local e global, além de incorporar elementos físicos, psicológicos e sociais (Czeresnia, 2003; p.39-40).

Segundo a autora, as dificuldades em diferenciar os conceitos de promoção e prevenção estão diretamente relacionadas ao fato de o desenvolvimento da racionalidade científica ter exercido poder significativo no sentido de construir representações da realidade desconsiderando, entretanto, o limite dos conceitos na relação com o real (Czeresnia, 2003).

Trata-se de um dilema do modelo de ciências da modernidade: a simplificação do complexo. Uma das principais características do paradigma da modernidade é a redução da complexidade obtida através da seguinte operação: dividir e classificar, para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou (Santos, 2009, pp. 26-28)

Essa simplificação, no que diz respeito ao conceito de saúde, afastou o conceito daquilo que é sentido, real. *Ou seja, a palavra, mesmo que seja uma elaborada forma de expressão e comunicação, não é suficiente para apreender a realidade em sua totalidade* (Czeresnia, 2003; p.41).

A objetividade científica, no que diz respeito à abordagem ao tema da saúde, afasta as emoções e o sofrimento em uma linguagem neutra, deixando assim lacunas na representação da realidade que o conceito acaba por realizar e conseqüentemente na definição dos problemas de saúde.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

A circunscrição de um plano de referência é necessidade que se impõe à construção científica. É no interior do limite que se torna possível a explicação, criando-se recursos operativos para lidar com a realidade. Assumir o domínio limitado do pensamento científico constitui, portanto, uma qualificação de sua pertinência. No entanto, também conforma uma definição de restrição, pois o limite é ilusório e qualquer explicação objetiva não poderia pretender negar a existência do misterioso, inexplicável ou indizível (Czeresnia, 2003; p.43).

Naomar de Almeida Filho (2011) aborda o problema da conceituação da saúde. Segundo o autor há uma lacuna teórica que expressa um problema epistemológico na forma de pergunta aos que trabalham no campo da saúde: *se saúde é nosso objeto, afinal, o que é saúde?* (Almeida Filho, 2011; p.11).

Enfim, se conceituarmos os fenômenos da saúde-doença como processos sociais e se aceitarmos o suposto de que processos sociais são históricos, complexos, fragmentados, orgânicos, corporais, conflitantes, dependentes e incertos, então precisamos gerar dispositivos interpretativos mais adequados para referenciar, com o devido rigor, os objetos da pesquisa científica em saúde. Para isso, torna-se urgente conceber e utilizar abordagens capazes de fazer justiça à natureza complexa e múltipla dos processos concretos relativos a vida, a aflição, sofrimento, dor, doença, cuidados, cura e morte – a saúde enfim, que ocorre em agregados humanos históricos (Almeida Filho, 2011; p.12-13).

O desafio é, portanto, construir abordagens capazes de integrar toda essa complexidade dos processos relativos à saúde. Nessa esteira, é importante a referência às discussões sobre as práticas de prevenção e promoção da saúde.

As ações de prevenção são definidas como intervenções orientadas a evitar o surgimento de doenças específicas, reduzindo a sua incidência e prevalência nas populações, com o objetivo de controlar a transmissão de doenças infecciosas e a redução dos riscos de doenças degenerativas ou outros agravos específicos. A base do discurso preventivo é o conhecimento epidemiológico (Czeresnia, 2003).

As práticas de promoção da saúde têm como semelhança com a prevenção o uso do conhecimento científico, porém implicam em uma mudança profunda na forma de articular e utilizar esse conhecimento na formulação e operacionalização das práticas de saúde.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

A ideia de promoção envolve a de fortalecimento da capacidade individual e coletiva para lidar com a multiplicidade dos condicionantes da saúde. Promoção, nesse sentido, vai além de uma aplicação técnica e normativa, aceitando-se que não basta o funcionamento das doenças e encontrar mecanismos para seu controle. Essa concepção diz respeito ao fortalecimento da saúde por meio da construção da capacidade de escolha, bem como à utilização do conhecimento com o discernimento de atentar para as diferenças e singularidades dos acontecimentos (Czeresnia, 2003; p.47).

O relatório produzido pelo Ministro da Saúde do Canadá no ano de 1974, conhecido como Relatório Lalonde, lança as bases de um movimento pela promoção da saúde.

Neste relatório foram ainda ampliados os denominados ‘campos da saúde’, de modo a incluir a biologia humana, o meio ambiente, os estilos de vida, a organização da saúde e as preocupações com o meio ambiente. Deveria, por isso, ser o Estado o agente regulador de uma estratégia de promoção de saúde, assim como dos investimentos em investigação, da programação e definição das intervenções no domínio da saúde e da eficiência dos serviços (Matias, 2009; p.22).

A promoção da saúde aparece, no mesmo documento, e enquanto parte do campo da saúde, estruturada em quatro eixos: (i) a biologia humana, incluindo ciclos de vida, biosistemas complexos e herança genética; (ii) o sistema de organização dos serviços, contemplando as redes institucionais de cuidado, com componentes de recuperação, curativo e preventivo; (iii) o ambiente, definido de modo amplo e abrangente, compreendendo o social, o psicológico e o físico; e (iv) o estilo de vida, levando em consideração os padrões de consumo e comportamentos de risco, atividades de lazer, participação política, trabalho e riscos ocupacionais (Almeida Filho, 2011; p. 111-112).

Dessa forma, podemos dizer que a partir de uma concepção multidimensional da saúde que englobe tanto as condições sociais de reprodução da vida como as práticas necessárias para a sua promoção, é possível identificar como os problemas evidenciados nos estudos que se referiram ao sofrimento difuso são consequências das realidades sociais das populações mais vulneráveis.

O caso de Belo Monte, assim como as situações de desastre e de precarização generalizada das vidas de populações e das suas comunidades associadas a intervenções desestruturantes ou destruidoras nos territórios por elas habitadas, convidam a ampliar esta visão do sofrimento difuso, considerando os impactos de uma violência que vai além da violência estrutural que cria, recria e alimenta as situações de vulnerabilidade, de

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

exclusão e de ampliação e aprofundamento de desigualdades, através de intervenções que, de maneira direta, maciça e visível, atingem essas populações e comunidades nos seus modos de vida e na segurança mínima que garante a preservação da vida humana e as condições mínimas de existência desta, agravando ainda mais condições anteriores de precariedade e vulnerabilidade.

Em Belo Monte, populações que já enfrentavam dia a dia condições de vulnerabilidade e restrições de acesso aos serviços públicos viram essa situação agravar-se consideravelmente devido à construção da usina hidroelétrica. E o sofrimento, no entender dessas populações, surge como um problema de saúde, um problema físico, causado pelo processo estudado nesta tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto dessa tese foi organizado de forma a demonstrar os principais pontos do percurso da investigação. As três partes – ou as três visões da mesma história – surgiram assim, no decorrer deste percurso. A tese foi construída no decorrer dessa caminhada, e o ponto de partida foi uma intenção e uma intuição. Tratou-se de uma aposta em uma linha teórica e em uma metodologia aberta. Dessa forma, intuía eu, seria possível dar visibilidade a situações e processos sociais que não estavam no palco dos debates sobre o tema, e por isso, ainda eram inatingíveis para a minha investigação.

Entretanto, como já dito anteriormente, esse caminho não foi de fácil realização. Isso porque, embora houvesse desde o princípio a intenção e a intuição de um rumo para o trabalho, havia ainda que despir-me de pré-concepções acerca do tema.

A minha primeira ideia era a de identificar no modelo de desenvolvimento econômico brasileiro uma coerência com as grandes obras de estruturação do país para tornar esse modelo viável. Isso parecia-me bastante evidente. O Brasil estava intensificando a sua estratégia de exportação de *commodities* a partir dos anos 2000, em função de um momento em que o mercado internacional desses insumos para a indústria estava em uma alta histórica, com a China liderando as importações do Brasil.

Eu identificava essa estratégia como geradora de conflitos socioambientais e procurei problematizar essa questão através das referências da ecologia política e do movimento por justiça ambiental. Pretendia então, após apresentar o caso Belo Monte, discutir o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro como uma questão estrutural causadora dos problemas relacionados a Belo Monte.

Depois, enfrentaria a discussão de como a saúde das populações era afetada por uma obra daquela dimensão e que trazia tantas alterações no ambiente natural. Eu já tinha desde o início da pesquisa a ideia de que as populações atingidas abordariam a questão da saúde de maneira mais complexa do que a simples relação entre doenças e a ausência delas. Assim, pretendia incorporar a questão do ambiente e de como as alterações causadas nesse se refletiam nas vidas daquelas comunidades.

Por fim, traria o referencial teórico das epistemologias do Sul para sustentar a ideia de que as populações atingidas por Belo Monte, assim como ocorre em outras obras do gênero, precisam ser tratadas como protagonistas nas discussões sobre os impactos da obra e na elaboração de políticas públicas a respeito delas mesmas.

Assim eu havia esboçado a tese ainda na fase de projeto.

Entretanto veio o trabalho de campo, e fui confrontado com a realidade dos atingidos. Na fase empírica da investigação mantive-me fiel a um dos postulados dessa pesquisa: a discussão deveria partir do encontro com a perspectiva das populações atingidas. Assim, procurei estabelecer relações horizontais com os sujeitos que conheci nesse percurso. Sempre procurava explicar de maneira simples e sincera o que eu estava fazendo lá. Na medida em que eu me apresentava, também trazia a primeira questão que buscava compreender: como Belo Monte mudou a vida das pessoas. A partir dessa questão mais ampla eu fui realizando mais conversas do que entrevistas. Nas conversas, nem as perguntas nem as respostas são planejadas. Dei margem ao imprevisível, afinal eu estava lá para aprender e não para ensinar.

Foi a partir do trabalho no campo que essa tese encontrou forma. Eu consegui perceber que a reflexão teria como ponto de partida aquela experiência. Na verdade, eu pude realizar uma releitura de algumas das minhas referências teóricas para pensar as questões às quais me propunha, a partir da perspectiva das pessoas que fizeram parte do trabalho de campo. Digo releitura, porque eu fui para o campo com algumas ideias e pretendia confirmá-las ou refutá-las a partir da análise dos dados qualitativos obtidos na pesquisa empírica. Porém, o que aconteceu foi que, aos poucos e quase sem perceber o que estava ocorrendo, fui-me despojando de algumas das ideias e concepções que tinha levado para o campo.

No final dessa fase, eu voltava para o princípio. Problematizar as questões de saúde, natureza e desenvolvimento a partir das perspectivas das populações atingidas não era o que eu imaginava que seria! Porém, a diferença neste momento pós trabalho de campo foi que eu não mais problematizava as questões. A problematização havia sido articulada pelas populações atingidas. O que eu fiz a partir disso foi organizar e relacionar a forma como as pessoas problematizam as questões que dizem respeito às suas vidas.

Somente a partir daí que pude retornar para o repensar da abordagem teórica e recomeçar a escrita da tese.

Por isso foram necessárias algumas mudanças de enquadramento e de abordagem. Como abandonei as questões de partida e procurei reconstruir a tese a partir das questões colocadas pelas populações atingidas no trabalho de campo, novas reflexões se impuseram. Ao invés de procurar nas respostas às entrevistas e nas minhas observações em terreno as referências que eu trazia, passei a ver no material obtido no trabalho de campo outras abordagens possíveis e com mais sentido.

Assim, a tese foi tomando corpo e se reorganizando, com o trabalho em andamento. Novas referências teóricas foram sendo incorporadas, outras foram abandonadas e os temas foram sendo assim redistribuídos no corpo do texto. Descobri assim que o problema de saúde que as pessoas sentiam não era um problema identificado de maneira localizada, exata, precisa. Além dos riscos evidentes decorrentes do aumento populacional, das epidemias de dengue e malária, da violência, dos acidentes de trânsito e da insuficiência da rede de cuidados, havia algo maior apontado pelas pessoas. Era a dor no peito, a angústia, o estresse, a incerteza, o sentimento de injustiça por não ser ouvido. O desenvolvimento ou progresso era apontado como uma cortina de fumo, o que estava por trás disso era a ganância de empresas e de políticos representando o Estado. Assim, a corrupção dos representantes do Estado em conluio com os empresários era apontada pelos atingidos como uma fonte dos seus problemas. A sociologia das ausências se reafirmou no contexto dessa tese como uma forma de abordar o tema, a partir do sentimento e da invisibilidade das populações atingidas e da desvalorização dos seus pontos de vista, dos seus conhecimentos.

Por isso optei por estruturar a tese da presente forma. Primeiro apresentei o caso Belo Monte, contando um pouco da sua história, que se confunde com as histórias de lutas, de desinformação e de disputas políticas por poder nas altas esferas dos governos Federal, Estadual e Municipais.

Passei a seguir a uma breve explanação do modelo econômico brasileiro. A ideia aqui passou a ser a de identificar algumas características da economia brasileira que a atravessam desde o período colonial. Mesmo com a industrialização, o surgimento de um mercado interno, a urbanização e o surgimento dos grandes centros do país, a economia

brasileira em pleno século XXI teve sua fase de maior expansão baseada no extrativismo, isto é, num *remake* do modelo colonial.

A seguir, fiz um recorte. Apresentei a discussão teórica e metodológica, seguida por uma narrativa que buscou contar como foi construído o trabalho de campo. A localização desse capítulo foi escolhida estrategicamente. Imaginei essa segunda parte da tese como um espelho de dupla face, separando o lado visível do lado invisível dessa história. Ao mesmo tempo em que separa as duas versões, torna-se uma nova versão da mesma história. A versão do investigador, que procurou elementos tanto em um lado quanto no outro.

Somente depois disso penso que fosse possível e adequado trazer a problematização da saúde na perspectiva das populações atingidas por Belo Monte. Isso porque o caminho percorrido até chegar a esta terceira parte foi o que me permitiu encontra-la nas expressões e manifestações das pessoas com quem realizei esta investigação.

Antes disso, foi necessário pesquisar tudo o que havia em algum momento dessa longa história sido pautado no debate público, para então perceber o que estava ausente deste debate. Por isso, deliberadamente, não dei maior atenção nesta parte do trabalho escrito aos textos oficiais, mas sim ao que foi excluído desses textos.

No último capítulo, procurei realizar uma reflexão sobre o que é a saúde na perspectiva das populações atingidas e, sobretudo, o que são os impactos sobre a saúde dessas populações. O sofrimento difuso surgiu, assim, como um problema diretamente relacionado com a UHE Belo Monte. Surgiu como uma dor na alma que passou a se manifestar também fisicamente. E nada disso foi considerado ou percebido por empreendedor, órgãos fiscalizadores ou gestores públicos.

Vale ainda lembrar que esta tese foi escrita em um momento em que a obra da usina ainda não havia sido concluída, portanto os impactos dessa obra ainda não são totalmente conhecidos. É impossível, até o presente momento, dimensionar a totalidade dos impactos de Belo Monte, especialmente sobre a saúde das populações, porém é possível identificar alguns desses impactos em ocorrência.

Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na
Amazônia brasileira

Finalmente, encerro este trabalho trazendo a letra da música *Um Sonho*, de Gilberto Gil (1991), que me acompanhou durante esse longo percurso. Na simplicidade da sua poesia, me sugeriu algumas reflexões, entre elas as principais correções de rumo da pesquisa que me inspiraram a escutar e partilhar a voz das populações atingidas sem sobrepor-lhes os meus desejos, interpretações e conceitos:

Eu tive um sonho
Que eu estava certo dia
Num congresso mundial
Discutindo economia

Argumentava
Em favor de mais trabalho
Mais emprego, mais esforço
Mais controle, mais-valia

Falei de pólos
Industriais, de energia
Demonstrei de mil maneiras
Como que um país crescia

E me bati
Pela pujança econômica
Baseada na tônica
Da tecnologia

Apresentei
Estatísticas e gráficos
Demonstrando os maléficos
Efeitos da teoria

Principalmente
A do lazer, do descanso
Da ampliação do espaço
Cultural da poesia

Disse por fim
Para todos os presentes
Que um país só vai pra frente
Se trabalhar todo dia

Estava certo
De que tudo o que eu dizia
Representava a verdade
Pra todo mundo que ouvia

Foi quando um velho
Levantou-se da cadeira
E saiu assoviando
Uma triste melodia

Que parecia
Um prelúdio bachiano

Os Atingidos de Belo Monte
Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na
Amazônia brasileira

Um frevo pernambucano
Um choro do Pixinguinha

E no salão
Todas as bocas sorriram
Todos os olhos me olharam
Todos os homens saíram

Um por um
Um por um
Um por um
Um por um

Fiquei ali
Naquele salão vazio
De repente senti frio
Reparei: estava nu

Me despertei
Assustado e ainda tonto
Me levantei e fui de pronto
Pra calçada ver o céu azul

Os estudantes
E operários que passavam
Davam risada e gritavam:
"Viva o índio do Xingu!

"Viva o índio do Xingu!
Viva o índio do Xingu!
Viva o índio do Xingu!
Viva o índio do Xingu!"
(Gilberto Gil, 1991)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Paulo Ricardo Zilio (2014). *A Organização do Conceito “Nova Classe Média”: dialética do consumo e superexploração renovada do trabalho*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

ABREU, Yolanda Vieira de; AZEVEDO, Marcelo Romão Manhães de (2009). *Racionamento de Energia Elétrica de 2001: o Estado do Tocantins*. Eumed.Net, Universidade de Málaga. Málaga – Espanha. Disponível em <http://www.eumed.net/libros-gratis/2009d/630/index.htm>. Acedido em 05/05/2014.

ALBUQUERQUE, Marcos Sintra Cavalcanti (1977). *Quatro séculos de história econômica brasileira (por) Marcos Sintra Cavalcanti de Albuquerque*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.

ALMEIDA FILHO, Naomar (2011). *O que é saúde* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. Temas em saúde collection. ISBN 978-85-7541-343-2. Disponível em SciELO Books: <http://books.scielo.org>.

AZEREDO, José Carlos de (2000). *Fundamentos de Gramática do Português*. Rio de Janeiro. Zahar.

BARBOSA, Nelson (2013). *10 anos de política econômica*. In: SADER, Emir (org.). *10 Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo e Rio de Janeiro: Boitempo e FLACSO Brasil, p. 69-102.

BERMANN, Célio (2011). *Belo Monte, Nosso Dinheiro e o Bigode do Sarney*. Revista Época, 31 de outubro. Entrevista concedida à Jornalista Eliane Brum. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/10/belo-monte-nosso-dinheiro-e-o-bigode-do-sarney.html>. Acedido em 25 de janeiro de 2012.

BENTO, Sofia (2011). *Barragens e Sociedade: contributos da teoria ator-rede (ANT)*. In: SOCIUS Working Papers, n.03/2011. Disponível em http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/WP_3_2011.pdf. Acedido em 05 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Lei Nº 6.815 de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.

BRASIL - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2010). Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável Xingu. Disponível em: http://www.casacivil.gov.br/arquivos/camaras-gts-e-comissoes/20110607_pdrsdoxingu.pdf. Acedido em 20 outubro 2012.

BRASIL - MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (2015). *Parecer nº 02001.003622/2015-08. Análise da solicitação da licença de operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte*. 10 de setembro. Disponível em http://www.ibama.gov.br/licenciamento/modulos/documentos.php?cod_documento=64089. Acedido em 20 de janeiro de 2016.

BRASIL - MME - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - BRASIL; ELETROBRÁS – CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A (2009). *RIMA – Relatório de Impacto Ambiental Belo Monte*. Disponível em: <http://consorciobelomonte.blogspot.pt/p/eia-rima.html>. Acedido em 2 de janeiro de 2013.

BRASIL - MME - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – BRASIL; ELETROBRÁS - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A (1987). *Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 - Plano 2010*. Palácio do Planalto: dezembro de 1987. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/anexo/and96652-88.pdf. Acedido em 15 de outubro de 2013.

BRASIL - MME – MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – BRASIL; NORTE ENERGIA S.A. (2010). *Contrato de Concessão nº 01/2010 – MME-UHE BELO MONTE. De uso de bem público para geração de energia elétrica*. Processo nº 48500.003805/2010-81; Gabinete do Ministro de Minas e Energia; 26 de agosto; Brasília/DF. Disponível em http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/Contrato/Documentos_Aplicacao/Contrato%20Belo%20Monte.pdf. Acedido em 05 de junho de 2013.

BRASIL - MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (2011). *Processos Belo Monte – Site da PRPA*. Ministério Público Federal. Disponível em: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2011/arquivos/Tabela%20de%20acompanhamento%20atualizada%20em%20106.pdf/view>. Acedido em 13 de junho de 2014.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

BRASIL - MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Entenda o caso Lava Jato*. Disponível em: <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>. Acedido em 20 de janeiro de 2016.

BRASIL - MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (2016). *Justiça suspende Licença de Operação de Belo Monte por desobediência a decisão judicial*. Procuradoria da República do Pará, 14 de janeiro. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/justica-suspende-licenca-de-operacao-de-belo-monte-por-desobediencia-a-decisao-judicial-1>. Acedido em 20 de janeiro de 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (1968). *Desenvolvimento e Crise no Brasil Entre 1930 e 1967*. Zahar Editores: Rio de Janeiro.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2003). *Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: Editora 34.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2007). *Estado e Mercado no Novo Desenvolvimentismo*. In: Nueva Sociedad. Buenos Aires, número especial, p. 156-173, outubro.

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott (2004). *Pesquisa Militante e Produção de Conhecimentos: o enquadramento de uma perspectiva*. Disponível em <http://netsal.iesp.uerj.br/images/diversos/Texto-base.pdf>. Acedido em 15 de fevereiro de 2015

BRUM, Eliane (2015). *Belo Monte, Empreiteiras e Espelinhos: Como a mistura explosiva entre o público e o privado, entre o Estado brasileiro e as grandes construtoras, ergueu um monumento à violência, à beira do Xingu, na Amazônia*. El País; 7 de julho. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html. Acedido em 08 de julho de 2015.

BURAWOY, Michael (1998). *The Extended Case Method*. In: *Sociological Theory*. 16:1. Março: 1998.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

BURAWOY, Michael (2000). *Grounding globalization*. In: Burawoy, Michael *et al*, Global Ethnography. pp. 337-350 Berkeley, Los Angeles, London : University of California Press.

CALLON, Michel (1986). *Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay*. In: LAW, John: Power, action and belief: a new sociology of knowledge? London, Routledge, pp.196-223.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; NETTO, Guilherme Franco; CORVALAN, Carlos; FREITAS, Carlos Machado de; SALES, Luiz Belino Ferreira. (2012). *Saúde ambiental e desigualdades: construindo indicadores para o desenvolvimento sustentável*. In: Ciência & Saúde Coletiva , 17, 1419-1425.

CHANG, Ha-Joon (2004). *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP.

COHN, Clarice (2010). *Belo Monte e processos de licenciamento ambiental: As percepções e as aturações dos Xikrin e dos seus antropólogos*. Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar. n.2, julho-dezembro, vol. 2, pp. 224-251. Disponível em <http://www.abant.org.br/file?id=138>. Acedido em 12 de abril de 2015.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE (2002). *O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento Brasileiro*. PALOCCI Filho, Antônio (coordenador). São Paulo. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/olugardaamazonianodesenvolvimento.pdf>. Acedido em 20 de abril de 2015.

COSTA, Albanita Gomes; LUDERMIR, Ana Bernarda (2005). *Transtornos mentais comuns e apoio social: estudo em comunidade rural da Zona da Mata de Pernambuco, Brasil*. In: Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 17-29, janeiro/março.

CUNHA, André; BICHARA, Julimar; MONSUETO, Sandro; e LÉLIS, Marcos (2011). *Impactos da ascensão da china sobre a economia brasileira: comércio e convergência cíclica*. In: Revista Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 406-440, set-dez.

CUNHA, Gabriela; SANTOS, Aline Mendonça (2010). *Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: Desafios epistemológicos e metodológicos*. In: HESPANHA, Pedro

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

& SANTOS, Aline Mendonça (orgs.), *Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas*. Coimbra: Almedina.

CZERESNIA, Dina (2003). *O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção*. In: Czeresnia, Dina e Carlos M. Freitas (Orgs.), *Promoção da saúde: Conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, pp. 39-53.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix (1995). *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia, vol. I*; tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed:34, 94p.

DINIZ, Eli (2011). *Depois do Neoliberalismo: discutindo a articulação Estado e desenvolvimento no novo milênio*. In: BOSCHI, R. R. (ed.) *Variedades de Capitalismo, Política e Desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 07-30.

DURHAM, Eunice (1986). *A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas*. In: CARDOSO, Ruth (org.), *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, pp. 17-38.

DOS SANTOS, Theotônio (2004). *Do Terror à Esperança: auge e declínio do neoliberalismo*. Aparecida, SP, Idéias & Letras.

ELETROBRÁS. *Eletrobrás 40 anos*. Disponível em: http://www.eletronorte.gov.br/40anos/interno_67-72.asp?id=5&descricao=O%20rio%20Tocantins%20foi%20o%20grande%20desafio%20da%20Eletronorte,%20cujo%20objetivo%20era%20produzir%20energia%20el%20E9trica%20em%20larga%20escala%20na%20Amaz%20nia,%20uma%20regi%20E3o%20. Acedido em 23 de abril de 2013.

ELETROBRÁS, ELETRONORTE (2002). *CHE BELO MONTE: Estudo de Impacto Ambiental*. Brasília.

ESCOBAR, Arturo (2005). *El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo?* In Edgardo Lander (compilador), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas*. Traduzido por do

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

por Eleonora García Larralde, 113-143. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLASCO.

ESCOBAR, Arturo (2007). *La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Traduzido por Diana Ochoa. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana.

ESTADÃO (2014). *BNDES altera contrato de Belo Monte e livra usina de multa de R\$ 75 milhões*. Portal do Estado de São Paulo, 14 de abril. Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bndes-altera-contrato-de-belo-monte-e-livra-usina-de-multa-de-r-75-milhoes-imp-,1669239>. Acedido em 12 de dezembro de 2014.

ESTADÃO (2015). *ANEEL nega pedido da Norte Energia para se livrar de punições por atrasos em Belo Monte*. Portal do Estado de São Paulo, 28 de abril. Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,aneel-nega-pedido-da-norte-energia-para-se-livrar-de-punicoes-por-atrasos-em-belo-monte,1677457>. Acedido em 2 de dezembro de 2015.

FALS BORDA, Orlando (1979). *El problema de cómo investigar la realidad para transformarla*, Bogotá, Tercer Mundo, 1979 (2ª edición, 1983; 3ª edición, 1986).

FALS BORDA, Orlando (2009). *Una sociologia sentipensante para América Latina: Antología*. Colección Pensamento Crítico Latinoamericano. Colección Antologías. CLACSO. Siglo del Hombre. Bogotá. 2009. ISBN: 978-958-665-142-4

FALS BORDA, Orlando (1981). *Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular*. In: BRANDÃO, Carlos (org.), Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense.

FALS BORDA, Orlando (1985). *Conocimiento y poder popular*. Colômbia: Siglo XXI / OIT.

FARIAS, Vital, 1982. *Saga da Amazônia*. In: Vital Farias: Sagas Brasileiras. PolyGram.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

FEARNSIDE, Philip Martin (2001). *Avança Brasil: Conseqüências ambientais e sociais da infraestutura planejada na Amazônia brasileira*. Cadernos da Fundação Adenhauer, São Paulo, v. 2, n.4, p. 101-124.

FERREIRA, Arthur Arruda Leal; FREIRE, Letícia de Luna; MORES, Marcia; ARENDT, Ronaldo João Jacques (orgs) (2010). *Teoria Ator-Rede e Psicologia*. Rio de Janeiro. Nau.

FLEURY, Lorena Cândido (2013). *Conflito Ambiental e Cosmopolíticas na Amazônia Brasileira: a construção da usina hidrelétrica de belo monte em perspectiva*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, RS. Disponível em : <http://hdl.handle.net/10183/90184>. Acedido em 05 de novembro de 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO (2007). *Investigado pela PF, Silas Rondeau oficializa pedido de demissão a Lula*. Folha Online. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u92715.shtml>. Acedido em 15 de dezembro de 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO (2013). *Folha - A Batalha de Belo Monte*. Folha de São Paulo. Disponível em: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/>. Acedido em 13 de junho de 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO (2015). *Por envolvimento de construtoras na Lava Jato, TCU investigará Belo Monte*. Folha Online; 24 de junho. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1647190-por-envolvimento-de-construtoras-na-lava-jato-tcu-investigara-belo-monte.shtml>. Acedido em 20 de janeiro de 2016.

FONSECA, Maria Liana Gesteira (2007). *Sufrimento Difuso, Transtornos Mentais Comuns e Problema de Nervos: Uma revisão bibliográfica a respeito das expressões de mal-estar nas classes populares*. Dissertação de Mestrado. Fundação Oswaldo Cruz: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Departamento de Endemias: Mestrado em Saúde Pública. Rio de Janeiro, Brasil.

FONSECA, Maria Liana Gesteira; GUIMARÃES, Maria Beatriz Lisboa; VASCONCELOS, Eduardo Mourão (2008). *Sufrimento Difuso e Transtornos Mentais Comuns: Uma Revisão Bibliográfica*. In: Revista de APS – Atenção Primária à Saúde, v. 11, n. 3, p. 258-294, julho/setembro.

FORTES, Sandra (2004). *Transtornos Mentais Comuns na Atenção Primária: suas formas de apresentação, perfil nosológico e fatores associados em unidades do programa de saúde da família no município de Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil*. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva, IMS, UERJ, Rio de Janeiro.

FURTADO, Celso (1981). *Pequena introdução ao desenvolvimento: Enfoque Interdisciplinar*. São Paulo: Ed. Nacional.

FURTADO, Celso (2005). *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional: São Paulo. 32ª edição.

G1 – PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO (2015). *Camargo Corrêa negociou propina com PMDB em Belo Monte, diz delator*. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/06/camargo-correa-negociou-propina-com-pmdb-em-belo-monte-diz-delator.html>. Acedido em 20 de janeiro de 2016.

GIL, GILBERTO (1991). *Um Sonho*. In: Parabolicamará. WEA: Brasil.

GUIMARÃES, Maria Beatriz Lisboa (2007). *Condições de vida e pobreza: impasses e caminhos*. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 29 de maio, UFPE, Recife (PE). Grupo de Trabalho Saúde e Sociedade.

GUIMARÃES, Maria Beatriz Lisboa; VALLA Victor Vincent, STOTZ, Eduardo Navarro (coordenadores). *Os impasses da pobreza absoluta: vigilância Civil da Saúde na atenção básica uma proposta de ouvidoria coletiva na AP.3.1*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Escola de Governo em Saúde/ ENSP/FIOCRUZ. Disponível em <http://www4.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/pesquisa2.pdf>. Acedido em 08 de abril de 2016.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL; ELETROBRÁS; MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. (2009). *EIA-RIMA*. Obtido em 2 de janeiro de 2013, de Consórcio Belo Monte: <http://consorciobelomonte.blogspot.pt/p/eia-rima.html>

HIRSCHMAN, Albert (1964). *The Strategy of Economic Development*. New Heaven: Yale University Press, 1964.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame (1998). *Globalização em Questão*. Rio de Janeiro: Vozes.

ISA – Instituto Sócio Ambiental (2010). *Instituto Sócio Ambiental Especial Belo Monte*. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/loc.asp>. Acedido em 2 de fevereiro de 2012.

JUSTIÇA GLOBAL BRASIL (2012). *Brasil endossa frente de enfraquecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos*. Justiça Global Brasil. Disponível em: <http://global.org.br/programas/brasil-endossa-frente-de-enfraquecimento-do-sistema-interamericano-de-direitos-humanos/>. Acedido em 10 de outubro de 2014.

LANDER, Edgardo (2005). *Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos*. In: Edgardo Lander (compilador), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas*, pp.11-40. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLASCO.

LATOUR, Bruno(1994). *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Traduzido por Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed.34.

LATOUR, Bruno (2005). *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network Theory*.Oxford: Oxford University Press.

LAW, John (2004). *After Method: Mess in social science ressearch*. London: Routledge.

LAW, John; SINGLETON, Vicky (2005). Object lessons. In: *Organization*, v. 12, n. 3, p. 331-355.

LUDERMIR, Ana Bernarda; MELO FILHO, Djalma A. (2002). *Condições de vida e estrutura ocupacional associadas a transtornos mentais comuns*. In: *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 213-221, abril.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

MAGALHÃES, Sônia Barbosa (2007). *Lamento e Dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens*. Belém: Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Brasil; Universidade Paris 13, França.

MARAGNO, Luciana; GOLDBAUM, Moisés, GIANINI, Reinaldo José; NOVAES, Maria Dutilh Hillegonda ; CÉSAR, Chester Luiz Galvão (2006). *Prevalência de transtornos mentais comuns em populações atendidas pelo Programa Saúde da Família (Qualis) no Município de São Paulo, Brasil*. In: Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, p. 1639-1648, agosto.

MARTINS, Carlos Eduardo (2013). *O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais*. In: FILHO, Niemeyer Almeida (org.). Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Ipea: Brasília, p. 15-48.

MATIAS, Marisa (2009). *A natureza farta de nós?: ambiente, saúde e formas emergentes de cidadania*. Tese de Doutorado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 452p. Coimbra, Portugal.

MENDES, José Manuel (2003). *Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas*. In: Oficina 194 CES. Acesso em 15 de janeiro de 2013, disponível em Centro de Estudos Sociais (CES) - Laboratório Associado da Universidade de Coimbra: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/194.pdf>

MELO, Antônia (2005). Informes das Lideranças em Altamira, Pará. O assédio da Eletronorte sobre o povo e as entidades na região de Altamira, Capítulo 1.1., pp. 55-57. In: SEVÁ Filho, A. Osvaldo (org.). Tenotã-Mõ: Alerta sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu.. International Rivers Network. Disponível em: www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/tenotamo.pdf. Acedido em 12 de fevereiro de 2005.

MOL, Annemarie; LAW, John (1994). Regions, networks and fluids – anemia and social topology. In: Social Studies of Science, vol: 24, n. 4, p. 641-671.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. (2011). *Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula*. In: Revista de Economia Política , 31, out-dez, p. 507-527.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

MYRDAL, Gunnar (1953). *The Political Element in the Development of Economic Theory*. London: Routledge & Keagan Paul.

NETO, Petrônio de Tilio (2010). *Soberania e Ingerência na Amazônia Brasileira*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro.

NORTE ENERGIA S/A; UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (2008). *III Fórum Temático: Plano de Atendimento à População Atingida: Principais Diretrizes*. Disponível em Eletrobrás: <http://www.eletrobras.com/elb/services/eletrobras/ContentManagementPlus/FileDownload.ThrSvc.asp?DocumentID=%7BCEB99801-0637-4B2F-8991-60D577256798%7D&ServiceInstUID=%7B5947E09B-BDF0-4A21-A48F-518B42072401%7D&InterfaceInstUID=%7B75E11C49-A34C-4276-B9CE-25>.
Acedido em 23 de abril de 2013

NORTE ENERGIA S/A. (2011a). *Programa de Comunicação Indígena: boletim informativo*. Disponível em: http://norteenergiasa.com.br/site/wp-content/uploads/2013/01/Boletim2_Plano-emergencial_Novembro2011_WEB.pdf.
Acedido em 09 de abril de 2015.

NORTE ENERGIA S/A. (2011b). Norte Energia disponibiliza Plano Básico Ambiental em formato digital. Acesso em 23 de dezembro de 2012, disponível em Blog da Usina Hidrelétrica Belo Monte: <http://www.norteenergiasa.com.br/wp-content/uploads/2012/01/PBA.zip>

NORTE ENERGIA S.A. (2015). *Composição Acionária*. Norte Energia. Disponível em: <http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/composicao-acionaria/>. Acedido em 17 de fevereiro de 2015.

NUNES, João Arriscado (2009). *O Resgate da Espistemologia*. In: Epistemologias do Sul. Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula (orgs). Coimbra, Almedina, janeiro 2009. pp. 215-242.

O GLOBO (2014). *Além de Burocracia, Hidrelétricas Enfrentam Avalanche de Ações Judiciais*. Jornal O Globo: 08 de março de 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/alem-de-burocracia-hidreletricas-enfrentam-avalanche-de-acoes-judiciais-11821575>. Acedido em 13 de junho de 2014.

PEÑAFIEL, Adriana Paola Paredes & RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (2011). *Dilemas da Interculturalidade e da Biodemocracia: o massacre em Bagua, Amazônia peruana*. In: *Amazônica - Revista de Antropologia* vol.1, n.1, 60-87.

PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO XINGU (2013). *PDRS do Xingu*. Acedido em 15 novembro 2014. Disponível em: <http://pdrsxingu.org.br/institucional>.

PONTES JR., Felício; BELTRÃO, Jane Felipe (2005). Xingu, Barragens e Nações Indígenas. Capítulo 3, pp: 74-90. In: SEVÁ Filho, A. Osvaldo (org.). *Tenotã-Mô: Alerta sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. International Rivers Network. Disponível em www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/tenotamo.pdf. Acedido em 12 de fevereiro de 2005.

PORTO, Marcelo Firpo (2007). *Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Fiocruz

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno (2009). *Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental*. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 14, p. 1983-1994.

PRADO JUNIOR, Caio (2006). *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco (2013). *8 tesis sobre el neoliberalismo (1973-2013)*. VI Jornada de Economía Crítica. Ponencias de la VI Jornada de Economía Crítica, Mendoza, agosto. Disponível em: [http://files.puello-socarras.webnode.com.ar/200000062-2c8022d7e8/JF%20Puello-Socarr%C3%A1s%20-%208%20tesis%20sobre%20el%20neoliberalismo%20\(R%20C3%ADo%20IV%202013\).pdf](http://files.puello-socarras.webnode.com.ar/200000062-2c8022d7e8/JF%20Puello-Socarr%C3%A1s%20-%208%20tesis%20sobre%20el%20neoliberalismo%20(R%20C3%ADo%20IV%202013).pdf). Acedido em 16 de fevereiro de 2016.

PUNTIGLIANO, Andrés Rivarola (2007). *Latinoamerica”: reflections around globalization, state, nationhood, and development*. In: *Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies*, Vol. 37, pp. 59-82.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

QUIJANO, Aníbal (2005). *Colonialidade del poder, eurocentrismo y América Latina*. In: Edgardo Lander (compilador), *La colonialidade del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas*, pp.201-246. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLASCO.

ROJAS, Biviany; VALLE, Raul Silva Telles do (2011). *O Caso da Usina de Belo Monte*. In: *Le Monde Diplomatique*. 4 de março. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=884>. Acedido em 12 de dezembro de 2013.

SABROZA, Paulo Chagastelles (1994). *Saúde Pública: procurando os limites da crise*. Texto apresentado na ALAESC (Associação Latino Americana de Estudos em saúde Coletiva). Rio de Janeiro.

SANTI, Thaís (2014). Entrevista de Eliane Brum. *Belo Monte: a anatomia de um etnocídio*. 1 de dezembro. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html. Acedido em 15 de dezembro de 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula; NUNES, João Arriscado (2004). *Introdução: para ampliar o cânone da ciência*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 19-101.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs) (2009). *Epistemologias do Sul*. Introdução. Coimbra, Almedina, pp. 9-19.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2002). *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 63, pp. 237-280.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2002b). *A Globalização e as Ciências Sociais*. 2 ed. São Paulo: Cortez.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2003). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto: Edições Afrontamento.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2003b). *Produzir Para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2004). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2004b). *Reconhecer Para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural*. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2004c). *Trabalhar no Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2006). *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2007). *Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 78, pp. 3-46.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2008). *As Vozes do Mundo*. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2009). *Um Discurso Sobre as Ciências*. São Paulo: Cortez.

SILVA, Ligia Osório (2006). *Desenvolvimentismo e Intervencionismo Militar*. In: E-Premissas: Revista de Estudos Estratégicos. Dossiê Dreifuss: nº 1; julho-dezembro.

SINGER, Hans Wolfgang (1957). *Contribuições à Análise do Desenvolvimento: escritos em homenagem a Eugênio Gudín*. Rio de Janeiro: Agir.

Os Atingidos de Belo Monte

Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira

SIQUEIRA-SILVA, Raquel; MORAES, Marcia; NUNES, João Arriscado (2011). *Grupos musicais em saúde mental: atores em ação no cenário da reforma psiquiátrica no Rio de Janeiro/Brasil*. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 94, pp. 87-107.

SIQUEIRA-SILVA, Raquel; MORAES, Marcia; NUNES, João Arriscado; AMARANTE, Paulo; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de (2012). *Reforma psiquiátrica brasileira e estética musical inclusiva*. In: Cad. Bras. Saúde Mental, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, jan/jun, pp.105-114.

SIQUEIRA-SILVA, Raquel (2015). *Conexões Musicais: Musicoterapia, saúde mental e teoria ator-rede*. Curitiba. Editora Appris.

STAR, Susan Leigh (1996). *O Poder, a Tecnologia e a Fenomenologia das Convenções. Ou: de ser alérgica às cebolas*. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 46. Outubro. Pp. 69-107.

STIGLITZ, Joseph (2002). *A Globalização e seus Malefícios*. São Paulo: Futura Editora.

VALLA, VICTOR VINCENT (2001). *Globalização e Saúde no Brasil: a busca da sobrevivência pelas classes populares via questão religiosa*. In: A saúde nas palavras e nos gestos. (Org.) VASCONCELOS, Eduardo Mourão. São Paulo: Hucitec.

ZH NOTÍCIAS (2015). *Sócio da Engevix diz que pagou R\$ 2,2 mi a operador em contrato de Belo Monte*. Jornal Zero Hora, 26 de junho. Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/06/socio-da-engevix-diz-que-pagou-r-2-2-mi-a-operador-em-contrato-de-belo-monte-4790405.html>. Acedido em 20 de janeiro de 2016.